



GIL ▶
VICENTE

PROPRIEDADE E EDIÇÃO DE
MANUEL ALVES DE OLIVEIRA
RUA DE FRANCISCO AGRA, 161—**Guimarães**

COMPOSTO E IMPRESSO NAS GRANDES OFICINAS
GRÁFICAS «MINERVA», DE GASPAR PINTO DE
SOUSA, Sucessores, Ld.ª-V.ª N.ª DE FAMILICÃO-1947

GIL VICENTE



NÚMEROS 1 a 12

JANEIRO A DEZEMBRO

VOLUME XXIII

GVIMARÃES

MCMXLVII

ADIANTE!

QUANDO António Sardinha morreu tinha 37 anos — *la principiar a sua obra*. (Não penso agora no Poeta...).

Preparava-se febrilmente para a *História de Portugal*, de que chegou a traçar o plano, e para a *História da Sensibilidade Portuguesa*; mas nem de um nem de outro escreveu sequer a primeira página. O que nos ficou e nós consideramos *a sua obra* são os *apontamentos, as meditações, — ensaios*, verdadeiramente, no exacto sentido desta palavra. Por isso chamava aos seus estudos — *«as minhas sebtas»*.

Quem não souber isto não percebe nada de António Sardinha.

Passou anos a esquecer o que lhe tinham ensinado, como quem cura as cicatrizes de combates inúteis... Sentia dolorosamente o peso da cultura morta (*não cultura*), que lhe haviam imposto nas escolas sem alma. E desatou a buscar por outros caminhos, que ninguém sabia, a sua própria salvação.

Simplesmente, em vez de se encerrar no seu gabinete, acumulando notas e observações, desatento à vida que passa, egoísta e frio, António Sardinha resolveu salvar consigo as novas gerações, que surgiam entontecidas, desalentadas e tristes, sem rumo e sem esperança. E por isso ia lançando nos seus ensaios, não apenas as conclusões do seu próprio esforço resgatador — mas também as marcas da sua avançada em procura da Verdade.

Eis porque a transformação de António Sardinha, que outro qualquer guardaria para si até que amadurecesse em frutos louros e sumarentos, ele a divulgava e proclamava para que todos aproveitassem do seu próprio sacrifício, e pôde corresponder à transformação moral e espiritual da sua época neste País.

Foi melhor assim! O seu esforço, o seu pensamento, o seu entusiasmo não ficaram enterrados com ele no cemitério de Monforte, — para onde o levamos numa romagem espantosa desde Elvas... Desciam os camponeses à estrada, a chorar e a rezar. Dobravam a finados todos os sinos das igrejinhas do percurso infindável. Os homens, que

haviam sido os meeiros dos seus brinquedos infantis, saltaram ao caminho, levaram nos ombros a enterrar o corpo do companheiro morto...

E toda a gente (senhores, até os que o não conheciam!), tiveram a impressão de que alguma coisa de essencial se quebrava em Portugal.

No Brasil, Jackson de Figueiredo, que para tantos brasileiros fora o que para nós havia sido António Sardinha, — escrevia ansioso:

— Que será de Portugal sem António Sardinha?...

E Afonso Lopes Vieira, com a trágica serenidade habitual dos seus conceitos, escreveria depois que, sem António Sardinha — Portugal ficou mais pobre.

Mas agora já se pode ver que não era assim. A confusão proveio de se ter julgado que a acção transfiguradora de António Sardinha terminara com a sua morte — de se ter esquecido que ele considerava a Morte a verdadeira Vida. A dúvida provinha de se não reparar que o pensamento de António Sardinha andava já então, vivo e seguro, no coração e no espírito melhor da gente nova.

Precisamente, porque António Sardinha preparava a sua obra mas não chegara a realizá-la, não era um círculo fechado ou um colete de forças — havia de ser antes, como foi, uma sementeira imensa, que o sementeiro não poderia ceifar, mas que os outros, entretanto, poderiam tratar e defender. Uns guardariam a seara, com efeito — outros enceleirariam os grãos. Mas foi Sardinha quem lavrou a terra e com gesto largo lançou a semente ao longe...

E isto foi o que se não viu imediatamente. Nós mesmos, os que tínhamos a consciência de nos termos salvo por António Sardinha, sentíamos-nos desamparados e sós, sem o mestre, o guia, o animador... Sabia-se que não teríamos sido o que éramos se António Sardinha não tivesse aparecido no caminho, que seguíamos, a lidar o seu combate; e pensamos um momento que tudo se perdera, afinal...

Mas a semente lançada à terra não se perdeu entre fragas e António Sardinha, pelo que iniciara e não completou, continuaria vivo entre nós. Continuaria em nós o seu esforço resgatador...

Ele teve ainda vida para reconhecer as condições do triunfo — proclamando já a *nossa vitória nos domínios augustos do Espírito*. Agora, porém, será preciso ir mais longe... Será preciso guardar dos interesses, que entre nós se insinuam, a lareira acesa pela antecipação genial de António Sardinha. Será preciso fazer como se António Sardinha vivesse,

não lhe tomar os conceitos como *conclusões* mas como *princípios*: — o perceber que principiamos com António Sardinha em lugar de pensarmos que nele se lançaram as fronteiras limites das nossas aspirações.

Ir adiante, sempre. Saltar, sem hesitações, *por sobre os cadáveres*, que dançam entre os vivos os bailados macabros dos autómatos seguidores dos mesmos ritmos — sempre os mesmos ritmos, baloiçados e tontos, monótonos, que aprenderam um dia e não são capazes de esquecer!

Estar com António Sardinha, tê-lo entre nós, não é ficar, inerte, em 1925, é recolher-lhe a herança e continuar-lha... É ser o que ele sempre quis que fossemos — Gente viva e forte, capaz de erguer e levantar alto, mais alto sempre, a bandeira que a morte fez inclinar, mas não cair.

MANUEL MÚRIAS.

«Tradição importa, não um ponto imóvel no Passado, não um enclausuramento em formas absolutas e cristalizadas, mas sim a obediência consciente àquele determinismo de Raça e Meio que, gerado por inflexíveis condições históricas e físicas, não se allena de nós sem se allenar conjuntamente a raiz da nossa própria personalidade».

ANTÓNIO SARDINHA.

A CASA DA MADRE DE DEOS

*Isto não é, evidentemente, o Suave-Mar,
Frente ao mar infinito que se prende,
Caprichoso e fermoso, a namorar
A deliciosa villa de Espozende.*

*Aqui, não há hoteleiros diplomados
Pelos Altos-Estudos culinários;
Peritos em manjares requintados,
Próprios de sybaritas e argentários.*

*Não há, à porta da rua, longas filas
De carros de altos nomes luxuosos,
Quando há Sol, a ferir-nos as pupillas,
Com o fulgor dos seus metais vistosos.*

*Também isto não é Paço ou Castello,
Com infindáveis séries de saloens,
Que, deslumbrante, meta num chinelo
Os castelos feudais de góthicos brasoens...*

*É uma casa singella, como o attesta
Seo traçado rural e maneirinho,
Onde a Vida é, sem pretensoens, modesta,
Igual a muitas que há no nosso Minho.*

*Não a rodelam parques sem ter fim,
Com lagos e repuxos de crystal.
Há um tanque de granito... ãa amostra de jardim...
Uma fonte que canta, e é tudo para mim...
Um campo de lavoira... um pinheiral...*

*Não se ouvem cysnes nem pavoens gritar
Suas angústias quase iguais às minhas;
E ouve-se apenas o cacarejar
Das nossas vulgaríssimas gallinhas.*

*Não há pannos de Arras, nem há baixellas.
Terão que perdoar... não têm outro remédio;
Mas verão sardinheiras nas janellas,
E folhas de heras a vestir o prédio.*

*Não há sedas, velludos ou brocados,
Damasco, ou outro tecido mais arminho:
São de estopa da terra, os cortinados,
E há toalhas e lençóis de linho.*

*Não tenho garrafeira que o pó cobre
E as mágoas desta vida espalha e vence:
Na loja térrea, há só uma adega pobre
De pobre lavrador vimaranense.*

*Não me acompanham galgos russos, nem,
Nem doutra casta ou clara gerarchia.
É um gato anónimo, e sem pai nem mãe,
Quem me faz, muitas vezes, companhia.*

*Não há maître d'hotel, copeiro ou escanção:
Uma criada, Maria, serve à mesa...
Mas tudo é limpo, tudo é sóbrio e são,
Como entre a velha gente portuguesa.*

*Não lhes mostro armaduras de guerreiros,
De estoques a fulgir e capacetes.
Ninguém esbarra em alas de escudeiros,
Nem se afoga no fofo dos tapetes.*

*Não tenho, pra lhes dar, baile selecto,
Mas posso mandar vir uma festada,
Onde, em vez de pavana ou minueto,
Possam ver a vareira descansada.*

*Não há telas históricas de preço,
Nem retratos de heróis e antepassados.
Mas, em compensação, há livros em excesso
Subscriptos por nomes afamados.*

*Enfim, numa palavra, esta é aquella
Casa de Madre de Deos já consagrada,
Ninguém sabe porquê, pois dentro della,
Nada é digno de ver-se, mesmo nada!*

*Pois dentro della, há apenas, a habitá-la,
Três almas simples que, só sabem ter
Muita amizade — e gostam de afirmá-la —
Aos bons amigos que as desejam ver.*

*E nesta noite em que nos encontramos
À volta desta mesa reunidos,
Aquillo que nós três mais desejamos,
É que se sintam bem, por bemqueridos.*

*Porque abertos estão de par em par,
Os nossos três sinceros corações
Onde não medra a flor do rosalgar,
Nem desabrocha a flor de ingrátidoens.*

*Sejam benvindos, pois! E podem crer
Que na minha discreta saudação.
Vai toda a estima que é possível ter
E alimentar, o nosso coração.*

*E no meo nome, e em nome ainda dos meos
A todos agradeço! — E pra findar,
Limito-me a lembrar que a Madre de Deos
Não é, evidentemente, o Suave-Mar...*

8 de Outubro de 1946.

ALFREDO PIMENTA.

A ALMA AMOROSA DE CATULO

(Continuação da página 186 — Vol. XXII)

CAPÍTULO VI

O Poeta e a Mulher

EXALTAÇÃO E PARADOXO

CADA vez me convenço mais da verdade contida na afirmação de que a mulher é o centro do mundo. Haverá nisto muito sentimento e pouca serenidade crítica?

Não obstante tal circunstância, parece-me estar bem ajustada à verdade histórica e psicológica êsse enunciado, visto que, se estudarmos cuidadosamente esta ou aquela biografia, um ou outro acontecimento, sempre depararemos com a sombra da Mulher, fulcro de um pequeno mundo.

Lésbia está na vida de Catulo a orientá-la, a absorvê-la de forma tal que o poeta nada escreve a chorar ou rir sem que nos mostre, com o gesto de Pilatos, mais ou menos claro, aquela que tanto o preocupou. Sempre Lésbia no pensamento e na pena como obsessão; e, se me não engano, como julgo, nasce aqui a razão de Catulo não ter casado.

Se ela não tivesse descido tanto, quem nos diz que se não faria a união matrimonial dos dois amantes? Acaso não será semelhante o sucedido com tantos infelizes apaixonados?

A paixão de Catulo por Lésbia não surge na sua obra gradual e lentamente desde o seu início até final, e em sentido paralelo à ordem das composições.

Logo de entrada o poeta é loucamente apaixonado, cego, ciumento, para ser depois infantil, desalentado, ofendido; mas não tendo vergonha de confessar essa paixão tremenda, esse amor singular.

Que belezas tinha Lésbia, até que ponto excedia outras mulheres célebres também pelos encantos do corpo?

Catulo é reservado a este propósito para se portar como extático admirador. Receava talvez que procurando imagens, esgotando os vocábulos adequados, se dissipasse o prazer da contemplação, ou, procedendo dessa sorte, queria afirmar tácitamente a impossibilidade humana de retratar a beleza feminina.

Possuía qualidades de escritor suficientes para descrever analiticamente a sua musa, se outro fim não tivesse senão a estética literária; mas, ao contrário, a sua pretensão era abrir-se, transmitir-nos sem rodeios nem enfeites o seu amor enorme. Com este modo de proceder é excessivamente sintético, obrigando-nos a tentar adivinhar, com certas probabilidades de erro, como seria o físico de Lésbia de que nos deu um retrato imperfeito em apontamentos a lápis, insuficientes para a reconstituição real da retratada.

Catulo assim o quis, se não foi a paixão que o forçou a ficar aquém do que devia.

Se Lésbia fosse a amada de qualquer poeta cultista, pormenorizadamente ficaríamos conhecendo o seu campo da testa côm da neve, os olhos seriam um mar de beleza e as meninas os cachopos, as faces dar-nos-iam a impressão de que a neve era escura, o nariz exalaria odores celestes, a boca igualaria um ponto final vermelho, etc. Em lugar de Lésbia teríamos outra por ela, em vez da mulher veríamos oiro, neve, ébano, sol, fogo, tudo, enfim, menos carne e osso.

A este excesso de absurdo descritivo opõe o poeta uma defeituosa concisão, contentando-se com dizer simplesmente que Lésbia é mais bonita que todas as outras!

Ao apontarem-lhe, em contradita, conhecida beldade comumente considerada rainha de beleza, Catulo não se conforma, brada revoltado que a índole da apreciação demonstra em quem a faz uma invencível estupidez:

.
Tecum Lesbia nostra comparatur?
O saeculum insapiens et infacetum!

Por que é tão singularmente apreciada Lésbia? Só por ter corpo bem talhado, pele fina e branca?

Catulo nega-o afirmando que estas qualidades são vulgares, mas

raras as que a sua querida possui, tornando-a dispenseira de formosura pelas outras mulheres, e que constituem aquilo que se chama graça :

. nam nulla venustas,
Nulla in tam magno est corpore mica salis.
Lesbia formosa est, quae cum pulcherrima tota est,
Tum omnibus una omnis subripuit ueneres.

Esta mulher devia orgulhar quem a possuísse que nada faria demais atravessando por ela montes e vales cobertos de neve, travando os mais renhidos combates, ou fazendo-se monge em adoração perpétua. Tal era o procedimento dos cavaleiros medievais da raça de Amadis, para os quais havia sempre uma Oriana Sem Par; tal o pensamento de Bernardim ao dar-nos o retrato de Arima que se fez a mais formosa coisa do mundo, possuidora de todas as perfeições que parecia não se juntarem em mais nenhum outro ser.

A formosura de Lésbia impunha ao poeta a necessidade de presença; queria fitá-la hora a hora porque nisso encontrava a glorificação máxima, supondo-se erguido da terra a tomar o primeiro lugar entre os moradores do Olimpo :

Ille mi par esse deo uidetur
Ille, si fas est, superare diuos,
Qui sedens aduersus identidem te
Spectat et audit
Dulce ridentem, misero quod omnis
Eripit sensus mihi; nam simul te,
Lesbia, aspexi, nihil est super mi
Vocis in ore,

Lingua sed torpet, tenuis sub artus
Flamma demanat, sonitu suopte
Tintinant aures, gemina teguntur
Lumina nocte.
Otium, Catulle, tibi molestum est;
Otio exultas nimiumque gestis.
Otium et reges prius et beatas
Perdidit urbes (1).

A situação extática diante de quem desperta amor é, como vemos, antigo tema comum, igual a tantos outros, e que, aliás, corresponde à verdade da observação quotidiana. Não pode falar-se de um encontro amoroso livre da referência à falta de coragem, à mudez, à força estranha a prender a língua e cerrar a boca.

Esta situação aproveitaram-na Sá de Miranda no soneto « Quando eu, senhora em vós os olhos ponho », e Bernardim na « Menina e Moça » : aquele para mostrar a extraordinária beleza de certa mulher que, quando

(1) Foi esta a primeira poesia escrita depois de Catulo ter sido apresentado a Lésbia.

ausente do poeta, lhe fazia recolher a alma a si, e quando presente afrontava o coração e emudecia a língua; e o segundo, para chamar ao coração do apaixonado Avalor, onde mora a timidez, «coração de pousada».

É crível ser essa atitude de comprometido algo torturante para o que a viva, mais crível do que o prazer da divinização do poeta latino, embora nos sintamos invadidos de um bem estar inefável ao vermos uns olhos como sóis ou uma boca aberta em riso franco e cheia de púrpura salpicada de neve.

Mas ao lado desse prazer — Catulo não o olvida — está a inacção do amante contemplativo a caminho da desgraça: *otium, Catulle, tibi molestum est*, está o germen do amor tuberculizante, agradável aos românticos que matam os infelizes amorosos secamente a distância, encostados à cadeira, companheira inseparável dos pulmões a desfazerem-se...

Catulo exagerou os efeitos do amor a Lésbia e foi parco ao descrevê-la. Fugiu da loquacidade arrebicada chamada gongorismo, no que andou com tacto, mas deixou-se ficar na posição teimosa de quem gosta por gostar.

Entre o excesso positivo e o negativo comparável ao dos trovadores cuja senhora

tanto a fez Deus comprida de bem,
que mais que todas las do mundo val,

podia Catulo ser mais razoável, mais humano, para o que precisava sòmente de ocupar o meio termo; assim se portou o Dirceu da Marília:

A minha bela Marília
tem de seu um bom tesouro;
não é, doce Alceu, formado
do buscado
metal louro;
é feito de uns alvos dentes,
é feito de uns olhos belos,
de umas faces graciosas,
de crespos, finos cabelos,
e de outras graças maiores,
que a natureza lhe deu:

Bens que valem sobre a terra,
e que tem valor no céu.

Podemos dizer, em conclusão, que Lésbia não ficou sendo tipo padrão de mulher formosa, segundo os dados do amante, por a paixão obsediante, feita só de violências, lhe não ter permitido individualizá-la.

A paixão dá-lhe desejos impacientes com que traduz o seu amor à vida que ele quer gozar com toda a intensidade antes que a morte surja, leva-o a pedir a esmola de beijos em número inconcebível, igual ao das estrelas do céu e das areias da Líbia.

Quem poderá esquecer a vibração, a intensidade, o epicurismo, a originalidade de expressão sentimental à procura de sensação nos carmes que eu aprecio como a melhor prova do fogo interior de Catulo?

Viuamus, mea Lesbia, atque amemus,
Omnes unius aestimemus assis.
Soles occidere et redire possunt;
Nobis cum semel occidit breuis lux,
Nox est perpetua una dormienda.
Da mi basia mille, deinde centum,
Dein mille altera, dein secunda centum,
Deinde usque altera mille, deinde centum.
Dein, cum millia multa fecerimus,
Conturbabimus illa, ne sciamus,
Aut nequis malus inuidere possit,
Cum tantum sciat esse basiorum
Quam magnus numerus Libyssae harenae
.
Aut quam sidera multa, cum tacet nox,
Furtiuos hominum uident amores,
Tam te basia multa basiare
Vesano satis et super Catullo est,
Quae nec pernumerare curiosi
Possint nec mala fascinare lingua.

Linguagem pagã de consistência de bronze a resistir aos estragos dos temporais!

O homem da rua, desprovido de preocupações espirituais, ainda hoje a usa no café, no cinema e nos salões, sempre que dos lábios impudicos sai a expressão com valor de prolóquio: «esta vida são dois dias...», dois dias que chegam para trazer os sinais aterradores da velhice precursora da morte, dois dias que se passam bem por sobre brandos leitos e entre flores e vinho...

Que havemos de esperar, Marília bela,
que vão passando os florescentes dias?
As glórias, que vem tarde, já vem frias;
e pode enfim mudar-se a nossa estrela.
Ah! não, minha Marília,

proveite-se o tempo, antes que faça
o estrago de roubar ao corpo as forças,
e ao semblante a graça.

E como concebe o poeta o aproveitamento do tempo? Ele o diz claramente:

Ornemos nossas testas com as flores,
e façamos de feno um brando leito;
prendamo-nos, Marília, em laço esteito,
gozemos do prazer de são amoros.
— Sobre as nossas cabeças,
sem que o possam deter, o tempo corre;
e para nós o tempo, que se passa,
também, Marília, morre.

Nem sempre, pelos vistos, vates cristãos crisiãos versos fazem...

Catulo amava Lésbia loucamente, mais que a si próprio, mais que aos seus, pelo que ela tinha jus a declarar orgulhosamente ser a única mulher amada no mais alto grau do amor humano.

Ao seu amor paixão não faltou o sinal de autenticidade, o paradoxo da coexistência de sentimentos antagônicos quando a fidelidade de Lésbia falhou; sim, Catulo foi vítima da feia ingratidão que o transformou num amante infeliz.

A sua alma sangrou abundantemente com o abandono da amada que um dia jurara ser eternamente dele: nem mesmo que Júpiter a escolhesse para esposa, ela o deixaria!!

Como poderá confiar em palavras de mulher?

Nulli se dicit mulier mea nubere malle
Quam mihi, non si se Iupiter ipse petat.
Dicit; sed mulier cupido quod dicit amanti
In uento et rapida scribere oportet aqua (1).

Se não fosse abuso de citação, nem me acoimassem de excessivamente preocupado com o paralelismo, que nem sempre indica influência, de autores diversos, eu traria aqui o poeta Jorge de Aguiar.

É um dos nossos palacianos, certamente familiarizado com todos os

(1) Em contrapartida, para que o sexo forte nada alegue em depreciação do fraco, Catulo põe na boca de Ariadna o seguinte:

Nunc iam nulla uiro iuranti femina credit.



Guimarães — Chafariz do Carmo

(Aquarela de Maltieira)



Coimbra — Santa Cruz (Chuva)

(Aquarela de Malleira)

temperamentos femininos de que terá colhido bastas observações, condição para um saber de experiência feito...

Por consequência merece consideração de sinceridade, como a de gracioso, de homem de espírito comunicativo, quando, arrogando-se autoridade, não pede licença para dar conselhos ao seu coração e ao dos outros. Vou, contudo, transcrevê-lo:

Esforça, meu coração,
non te mates, se quiseres:
lembre-te que sam mulheres.
Lembre-te qué por nacer
nenhũa que nam errasse;
.
Pois nam te dês a paixam,
toma prazer, se puderes:
lembre-te que sam mulheres.
.
Pois não te mates em vão
que quanto mais as quiseres
verás que sam as mulheres.
.
Vive lançando pregam
por u fores e vieres
que sam mulheres, mulheres!

Elas que agradeçam a gentileza do reclame, e nós voltemos ao convívio de Catulo, já pouco confiado em mulheres.

O desgosto do poeta é mais que desalento; afirma-se com violência e vigor desusados, em versos escaldantes, alguns dos quais seriam lamentações doridas se não fora a ironia amarga que os envolve.

Terminadas as relações amorosas, Catulo, observando a praxe de tais circunstâncias, pediu as cartas que Lésbia possuía dele.

Ela, talvez porque apreciasse grandemente os dotes literários do poeta e quisesse conservar consigo a prova irrecusável dos mesmos, talvez por vaidade dos elogios e epítetos que Catulo lhe dedicara e que gostaria de rever pelos tempos fora, talvez presa de certa esperança de reconciliação, recusou-se a dar satisfação ao pedido feito. O poeta magoado com esse gesto reage e dá-nos mais um testemunho da finura do seu espírito.

Finge-se caçador no monte; foge-lhe uma peça de caça que deseja a todo o custo aprisionar e que qualquer obstáculo impede de apanhar. Impotente por si só açula repetidas vezes os cães para que a persigam e

alcancem. Eles correm, saltam, trocam as voltas, tornam a saltar e a correr, mas tudo é inútil; o próprio caçador confessa a ineficácia de tantos esforços.

Por outras palavras: Catulo dando vida a todos os seus versos considera-os temíveis cães de caça. Participada a recusa de Lésbia, manda-os à procura dela que reconhecerão pelo andar licencioso, pelo riso afectado, característico de bobo, pela boca enorme como de cão gaulês, a fim de que restituia o que não é dela, impressionada por estas palavras que o amante despeitado dita aos mensageiros, para estes repetirem como refrão:

.....
Moecha, putida, redde codicillos;
Redde, putida moecha, codicillos.
.....

Se ela se mostrar impassível, com cara de ferro, indiferente como uma cadela — hoje dizemos, respectivamente, cara estanhada, de cão sem vergonha — perante a insistência da reclamação, nessa altura lancem mão de outra tática possivelmente mais eficaz, trocando os termos já transcritos por estoutros:

.....
Pudica et proba, redde codicillos.

Fel e lama contêm os dois qualificativos de castidade e pureza atirados à cara de Lésbia; são como aqueles sepulcros referidos no Evangelho a revestirem com a alvura da cal a podridão da morte.

A intenção destas palavras devia fazer que Lésbia sentisse dentro do peito o desgosto semelhante ao da mulher honrada quando ferida por expressões de bordel. Tinha já descido tanto na ladeira do vício que não se furtava à frequência habitual das praças e vielas, de casas suspeitas onde os amantes às centenas a adulavam, e cuja fachada o poeta havia de cobrir com inscrições de vergonha. Lésbia nunca mais pensasse no antigo amor do poeta, amor que ela matara com o seu porte desavergonhado, ficando como a flor do prado arrancada pelo arado que passou:

.....
Cum suis uiuat ualeatque moechis,
Quos simul complexa tenet trecentcs,
.....

Nec mecum respectet, ut ante, amorem,
Qui illius culpa cecidit uelut prati
Ultimi flos, praetereunte postquam
Tactus aratro est.

Estamos neste momento chegados ao ponto crítico da vida interior de Catulo. Com enorme força de vontade tenta desprender-se da lembrança da amada, abafar em si, aniquilar por completo o amor enraizado, despido do interesse e vileza habituais, e parecido com o amor paterno — *pater ut gnatos diligit* —, procura mesmo iludir-se a si próprio dando a impressão de que já não tem preocupação de amor, mas — ai dele! — se já não ama como antes amava, sente ainda um amor misturado de ressentimento e ódio, carrasco impiedoso do coração, que lhe fazia usar esta linguagem estranha:

Odi et amo. Quare id faciam, fortasse requiris.
Nescio, sed fieri sentio et excrucior.

Em poucas palavras está escrita uma tragédia vivida pelos poetas e amantes de todos os tempos e condensada de uma maneira feliz e fiel que põe estes dois versos em pé de igualdade com obras de grande tomo.

O paradoxo, a luta de sentimentos contraditórios, é-nos manifestada aqui e noutros passos semelhantes onde a alma crucificada de Catulo está numa agonia interminável, sentindo o fogo da paixão sem estima, sem ternura:

.....
Huc est mens deducta tua, mea Lesbia, culpa,
Atque ita se officio perdidit ipsa suo,
Vt iam nec bene uelle queat tibi, si optuma fias,
Nec desistere amare, omnia si facias.

Para este sofrimento é que ele pedia alívio aos seus amigos.

(Conclui no próximo fascículo).

A. SARAIVA DE CARVALHO.

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efémerides

1847

Guimarães há 100 anos

Janeiro

Dia 1 — De tarde entraram oito guerrilhas miguelistas (vinham das partes de Pombeiro), que tiraram todas as proclamações que estavam nas esquinas das praças e ruas, rasgando-as logo. No Campo da Feira insultaram o Tamanqueira, ameaçando-o com deitar-lhe fogo à casa. Sòmente estes oito guerrilhas fizeram tudo isto sem que ninguém se embaraçasse com eles !!! (P. L.).

Dia 2 — Entrou nesta vila o brigadeiro Leite (Miguelista), com a força com que tinha retirado para Pombeiro e Margaride quando aqui chegaram as tropas do Barão do Casal. A pequena força do padre José da Lage já aqui se encontrava desde ontem. Foi aboletada por boletos. (P. L.).

Dia 3 — Chegou o Juiz de Fora que se tinha retirado com as forças miguelistas. (P. L.).

Dia 5 — Tomou posse da vara de corregedor da comarca um fulano Silva Porto que tinha sido noutros tempos Juiz de Fora em Barcelos.

— Vinda de Amarante entrou aqui uma força miguelista, que foi aboletada. Houve grande murmuração do povo por tantos aboletamentos, existindo já alguns

pequenos negociantes que estavam bastante sobrecarregados por terem despendido mais de cinco moedas desde a Revolução da Maria da Fonte. (P. L.).

Dia 8 — Chegou o Loco-Tenente do Senhor D. Miguel, o conselheiro Cândido. Vinha de Margaride, para onde tinha retirado em 29 do mês passado, acompanhando-o o Conde de Almada e uma guarda de voluntários de El-Rei (paisanos). Foram para casa do José do Amal, onde tinham sido hospedados da outra vez. Foram cumprimentados pelo brigadeiro Luís Leite, coronel de voluntários realistas, João Machado, do Proposto, capitão-mor, Fortunato Cardoso, corregedor, Juiz de Fora e outros. (P. L.).

Dia 9 — Para Braga seguiu o Conde de Almada (andava como membro da chamada Junta do Senhor D. Miguel), homem inepto e que já há muito estava numa sua quinta para as partes de Ponte do Lima. Foi acompanhado por um official e alguns voluntários de El-Rei. (P. L.).

Dia 10 — Vindo de Penafiel chegou o brigadeiro miguelista Bernardino, acompanhado de mais alguns figuras e 500 homens populares, trazendo uma música, duas bandeiras e alguns cavalos. Foram esperá-lo o brigadeiro Luís Leite, João Machado, coronel de voluntários,

e o juiz de Fora. Na ocasião da sua entrada (eram trindades), estava imenso povo à sua espera. Tocaram-se repiques em todas as torres e deram bastantes foguetes e vivas ao Senhor D. Miguel. O brigadeiro foi para casa dos Brancos, onde estava o Loco-tenente do Senhor D. Miguel. À noite repetiram-se os repiques nas torres e a música tocou à porta do brigadeiro. Nota à margem: — *O brigadeiro Bernardino, depois nomeado marechal de campo pelo Macdonel, foi para casa do Rodrigo Lobo. Este Bernardino aparece, depois, Barão de Freamunde, como se vê no 2.º suplemento do Espectro, n.º 31, o que me faz crer que este lhe foi dado pela Junta do Porto.* (P. L.).

Dia 11 — Formaram na Praça do Toural os populares que vieram no dia antecedente com o brigadeiro Bernardino, e marcharam (eram três batalhões) para o Campo da Feira como em obséquio ao Barão de Vila Pouca, indo o brigadeiro Bernardino e o seu estado maior cumprimentá-lo.

— A música dos populares, que aqui se achava, foi tocar à porta de Luís Martins Minotes, por este ter sido nomeado capitão-mor pelo Loco-tenente do Senhor D. Miguel.

— Para conferenciar com o conselheiro Cândido e com o marechal Bernardino, sobre um convénio que a Junta do Porto queria fazer com os miguelistas, chegou o general miguelista Guedes. Estavam também a chegar bastantes populares miguelistas, estando os habitantes a sofrer um grande peso com os mesmos. Nota à margem: — *Este general Guedes era miguelista e estava, ultimamente, com a Junta do Porto. A este respeito veja-se o Espectro, de 9 de Fevereiro, n.º 22, páginas 1 e 2.* (P. L.).

Dia 12 — Houve desordem nos quartéis, feita pelos voluntários do 1.º bata-

lhão de El-Rei que desatenderam os oficiais em virtude de ter sido feito pagamento aos voluntários do marechal Bernardino e não o terem feito a eles* (P. L.).

Dia 13 — O general Guedes e um dos Carapeços seguiram para o Porto com a resposta dos chefes miguelistas à proposta da Junta do Porto, decidindo os miguelistas seguir a sua bandeira sem hostilizar a Junta do Porto, hostilizando apenas o governo da Rainha, para se vencer o inimigo comum e tomar-se nova resolução depois de aniquilado o governo de Lisboa. (P. L.).

Dia 17 — Foi trazida para aqui por ordem da chamada Junta do Senhor D. Miguel, uma imprensa que havia em Braga, para ir para Amarante. Também vieram alguns voluntários de El-Rei, uns com armas e outros sem elas. A vila estava sofrendo um enorme peso com o aboletamento dos miguelistas, pois todos os dias se estavam a apresentar muitos, principalmente oficiais. (P. L.). O dr. José de Freitas Costa, em nota, diz: «Parece-me que era a imprensa do jornal que em Braga se publicava com o título de *Chronica*. Veja-se o *Espectro* de 19 de Fevereiro de 1847, pág. 4.»

Dia 18 — Seguiu, na direcção de Penafiel, uma força de cento e tantos populares realistas que eram da força do marechal Bernardino. Era comandada por José Maria dos Reis, das partes de Vila Nova, que tinha sido capitão de cavalaria em 1834. (P. L.).

Dia 20 — Desde hoje e até 4 de Fevereiro próximo ocupou o cargo de tesoureiro da cidade de Braga, por nomeação do governo da revolta de Macdonel estabelecido em Guimarães, José da Cunha Guedes Pinto de Sousa.

Dia 21 — Seguiu para Braga o filho do Visconde de Mont'Alegre, Bacelar, com o seu batalhão de voluntários de El-Rei. Vindo daquela cidade entrou aqui o padre José da Lage e mais alguns voluntários por lhe constar ter chegado a Vila Nova de Famalicão uma força da Junta do Porto, comandada, segundo se dizia, pelo Barão d'Almargem. (P. L.).

Dia 24 — De tarde deram-se alguns foguetes por ser confirmada a patente de tenente-coronel ao padre José da Lage, um dos chefes das forças populares no tempo da Maria da Fonte, e hoje do Senhor D. Miguel. (P. L.).

Dia 26 — Seguiu para Penafiel o marechal de campo miguelista Bernardino, que tinha entrado aqui no dia 10 deste mês, levando a maior parte da força com que tinha entrado e mais uns dez homens de um dos batalhões aqui existentes, fazendo tudo o número de 400 a 500 homens, sem que em todo o tempo em que aqui estiveram melhorassem de fardamentos e outros arranjos militares, saindo de socos e em mangas de camisa como tinham entrado. A vila foram algum tanto pesados por serem muitos e andarem sempre aboletados, ainda que o seu peso seria muito maior se não fosse tão boa gente como era. (P. L.).

Dia 27 — Chegou o padre Casimiro com alguma gente miguelista que tinha sido reunida por ele, pelo padre João do Cano (vulgo o «Presbítero»), e um outro padre, em Vieira, Rossas, etc. (P. L.). O dr. José de Freitas Costa, a págs. 127 e 128 do seu livro, escreveu a seguinte nota: — *Não chegou a entrar na vila.*

Dia 28 — Veio uma grande força de voluntários de El-Rei que cercou a casa de Manuel Baptista Sampaio, morador no Passeio do Toural, e a de João de Cas-

tro Sampaio, também negociante do mesmo Passeio, indo alguns escrivães do General dar busca às mesmas para ver se prendiam o supradito Manuel Baptista Sampaio, e, não o encontrando, foram dar busca a casa da sogra do mesmo à rua Caldeiroa. Foram a casa do Castro por ser seu genro. O motivo desta prisão julgou-se ser para ele apresentar uns vinte e tantos mil cruzados pertencentes a uma quinta que tinha sido de um doutor chamado Peixoto, de Pombeiro, e que lhe tinha sido arrematada para pagamento das legítimas de umas irmãs e da qual quantia ele tinha sido depositário!!! (P. L.).

Dia 31 — Chegou o corregedor de Vila Real (nomeado depois do general miguelista Macdonel ter entrado naquela vila e ter-se ali aclamado o Senhor D. Miguel), e mais alguns indivíduos também daquela vila (vinham armados), que vinham fugidos em consequência de se ter aproximado dali o Visconde de Vinhais, com gente de Trás-os-Montes, e outra força do comando do Saldanha, que tinha passado o Douro. Esta força era cartista.

*

No fim deste mês ainda se achava o reino na maior anarquia, estando os três partidos em campo (o da Rainha — cartista —, o da Junta do Porto — mijados —, e o de D. Miguel — realista —), tendo todos gente armada em todas as Províncias do Reino, não tendo ainda nenhum qualquer vantagem sobre o outro. Os dois partidos coligados (senão por actos solenes, pois foram rejeitados pelos realistas com opróbrio dos mijados), continuavam a fazer guerra ao partido da Rainha que obtinha continuadas vitórias sobre eles, tendo nos fins deste mês o Visconde de Vinhais, com mais alguma força que recebeu de reforço do exército de Saldanha,

feito retirar em desordem as forças realistas que estavam em Vila Real comandadas pelo general inglês Macdonel, o qual foi feito prisioneiro junto a Vila Pouca de Aguiar e imediatamente morto e mais o seu ajudante. (P. L.).

Fevereiro

Dia 3 — Continuavam a chegar muitos miguelistas dos que tinham escapado à surpresa que o Visconde de Vinhais tinha feito em Vila Pouca de Aguiar, vindo a maior parte desarmados. Todos confirmaram a notícia de ter sido morto o seu general Macdonel pelas tropas do Vinhais. (P. L.).

Dia 4 — O tesoureiro da cidade de Braga, José da Cunha Guedes Pinto de Sousa, nomeado pelos miguelistas, veio, em cumprimento do ofício que lhe foi enviado pelo secretário do governo realista, José Gonçalves Carneiro, fazer entrega de todos os dinheiros em seu poder, de Braga, onde se esperavam para próximo, se é que já lá não estavam, as forças do Barão de Almargem.

—Vindo de Braga chegou aqui o brigadeiro miguelista Bernardino, acompanhado de uns oitenta e tantos miguelistas armados e alguns já fardados que retiraram de Braga por ter ali entrado no dia de ontem o Barão de Almargem que a Junta do Porto tinha mandado para aquela cidade. Também chegou, acompanhado de vários oficiais, o brigadeiro Vitorino, que tinha assistido à surpresa de Vila Pouca de Aguiar, e muitos paisanos, com armas e sem elas, todos fugidos de Vila Pouca. Pelas 6 horas da tarde tocou a reunir toda a força miguelista, por se dizer que estavam na Portela as avançadas de Fafe, marchando logo naquela direcção 200 homens, pondo-se logo a vila em perfeito alarme. A força não chegou a sair dos quartéis. (P. L.).

Dia 6 — Na casa do Toural houve uma reunião a que assistiram o Loco-tenente do Senhor D. Miguel e todos os oficiais que aqui se encontravam, a quem foram apresentadas as bases de uma convenção proposta pela Junta do Porto que não eram muito airosas para os miguelistas, cuja decisão ficou para o dia seguinte. Muitos dos miguelistas já apresentavam azedume por esta proposta não lhes ser muito decorosa. O marechal Bernardino tinha-se submetido à Junta do Porto e seguido a sua bandeira e tinha sido encarregado de arregimentar os outros miguelistas que aqui se encontravam; porém a desconfiança reinava entre todos, pois andavam a ver quais seriam comidos. De noite retirou-se, escondidamente, o Loco-tenente do Senhor D. Miguel, que se encontrava aboletado em casa dos Brancos. Também se retiraram muitos miguelistas, assim como o corregedor desta, o Juiz de Fora, o João Machado, coronel dos voluntários realistas, etc. (P. L.).

Dia 7 — Os miguelistas que ainda aqui se encontravam andavam muito amuados por ver que o marechal Bernardino tinha feito junção com os da Junta do Porto e que ele e parte da sua gente os queria obrigar a fazer a mesma junção, continuando muitos deles a retirar-se, tendo alguns ido à cadeia soltar todos os presos que lá estavam, alguns deles criminosos de consideração, como o Queirós da Cruz de Pedra e outros que estavam envolvidos num grande roubo há pouco tempo feito em Braga. À tarde, estando a vila em grande expectação, chegou o Reboto, administrador pela Junta do Porto, com uns 80 homens bem fardados, a maior parte desta vila, apresentando-se ao marechal Bernardino que estava aboletado na casa do Toural e mais a sua gente, sendo estes depois aboletados. À sua chegada não houve sinal algum de regozijo nem o seu comandante deu vivas de

qualidade alguma. Pouco tempo depois chegou uma força de Fafe, de 40 homens, também sem dar vivas, não aparecendo sinal algum de regozijo. Estando formada na Praça do Tournal para receber os boletos, vieram uns poucos de miguelistas armados a cantar o Rei Chegou e outras cantigas. Logo que o povo ouviu tais cantigas ficou admirado e receoso de que se seguisse grande desordem, pelo que se fecharam todas as portas, fugindo toda a gente. Foi preciso que o marechal Bernardino acudisse, bem como o Bacelar, filho do Visconde de Monte Alegre, e outros oficiais das forças do marechal Bernardino, não havendo acontecimento algum desastroso, que era muito para reccar nesta ocasião. Já neste dia se retiraram alguns oficiais, entre eles alguns de gradação, como o Luís Leite e o Abreu dos Arcos, assim como muita gente. (P. L.).

Dia 8 — Saiu daqui, pela estrada de Penafiel, o marechal Bernardino com a sua força e mais muitos oficiais e voluntários miguelistas que aqui estavam de diferentes partes do reino e que fizeram a junção com a Junta do Porto, fugindo muitos deles à saída desta, presumindo-se que só chegaria a Penafiel com poucos, pois muitos deles não iam contentes com a tal junção. A força devia compor-se de uns 800 a 1.000 homens, que não levavam fitas vermelhas, acompanhando-os uma música que só tocava marchas e não hinos de qualidade alguma. Parece que o partido miguelista perdeu a sua causa pela junção que parte dele fez com a Junta do Porto, ficando a outra parte amuada, ao que deu causa a perda do seu general Macdonel em Trás-os-Montes.

— Chegou o Conde da Taipa e mais alguns indivíduos, acompanhados de alguns lanceiros. Foi à administração do concelho, onde se demorou bastante tempo e depois foi ser hóspede do Barão de

Vila Pouca. Este Conde da Taipa andava em serviço da Junta do Porto.

— Chegou às Capuchinas um brigadeiro miguelista, com bastante gente armada. Depois que soube que estavam aqui autoridades pela Junta do Porto e que o marechal Bernardino tinha feito junção com essa Junta, não entrou e retirou-se na direcção de Penafiel. Vinha de Amarante. (P. L.).

Dia 9 — Voltou novamente aqui o Conde da Taipa com o seu acompanhamento. Esteve a conferenciar na casa da câmara com o Juiz de Direito, administrador do concelho e outros da Patuleia.

— O administrador do concelho mandou afixar editais para que os colectados da décima de 1845 a 1846 reclamassem dentro de três dias, para depois se proceder à cobrança, com pena de prisão para aqueles que a não pagassem dentro de quinze dias. Também mandou por armas a alguns miguelistas que as tinham.

— Um soldado, dos que veio do Porto, deu uma facada num sapateiro da rua Nova, o qual teve de recolher logo ao hospital. A gente que tinha vindo do Porto (eram dos antigos polícias que vinham fardados), não se iam portando muito bem, principiando por esta desordem e outras. (P. L.).

Dia 10 — Neste dia e nos seguintes, 11, 12 e 13, continuava a vila a estar pela Junta do Porto, sem autoridades, à parte o administrador do concelho que continuava a dar ordens para a cobrança da décima e subsídio, embargo de pão pelas freguesias, etc. No último dia, sendo sábado, o pão subiu muito na feira, pois chegou a 500 réis, e o administrador mandou força do seu chamado batalhão prender todos os almocreves e carreiros que o levassem para o Porto. De noite fizeram-se prisões para soldado, feitas pela polícia das aldeias e da vila, ajudando a

gente de Fafe que aqui se encontrava. (P. L.).

Dia 12 — Por ordem do Cabido são retiradas para um esconderijo a maior parte das peças de prata e ouro da Colegiada, para as acautelar da revolução civil.

Dia 14 — Saiu para Fafe o chamado batalhão de Fafe, que há dias aqui se achava.

— Chegou o brigadeiro César de Vasconcelos e mais 50 cavalos, o regimento de infantaria n.º 7, com 500 homens, e o batalhão de Viseu, com cento e tantos homens. Vinham de Amarante e foram aboletados militarmente. Trazia ordem de marchar na madrugada do dia seguinte, às brigadas do comando do general Barão de Almargem que se achava além de Braga, para bater as forças do Casal (Rainha); porém teve ordem de ficar aqui por em tanto. (P. L.).

Dia 15 — Pelas 10 horas da manhã constou que o padre Casimiro e mais muitos miguelistas armados estavam no monte de Pancelo e noutros pontos dos arrebaldes desta vila. Logo que esta notícia foi conhecida tocou a juntar a força do brigadeiro César de Vasconcelos (Junta do Porto), e saindo daqui com o chamado batalhão do comando do tenente-coronel Rebotto, foi até aos sítios indicados, não encontrando ninguém, pelo que voltaram outra vez para aqui. Os miguelistas tinham, com efeito, aparecido naqueles sítios, mas sabendo que a força que ia para os bater era regular e superior, retiraram. (P. L.).

Dia 16 (dia de Entrudo) — De certo não se faziam aqui grandes brinquedos do Carnaval (pelo desgosto e miséria em que estava todo o reino e principalmente esta província), se não fossem os oficiais e sol-

dados de infantaria n.º 7, jogando todos o Entrudo com grande gosto (este regimento era de côrte), não se embaraçando com isso o seu coronel, que andou até a ver, rindo-se muito com as suas brincadeiras. (P. L.).

Dia 17 — Em direcção ao Porto, em consequência de se aproximar daquela cidade o Duque de Saldanha, saiu, pela manhã, o brigadeiro César de Vasconcelos, que aqui tinha entrado no dia 14, seguindo, também, a tropa do seu comando. Depois da sua saída o administrador do concelho mandou prender, pelos voluntários do seu chamado batalhão, todos os rapazes e muitos homens casados, para levar recrutas para o Porto. Nestas prisões praticaram-se muitas arbitrariedades.

— Pela uma hora da tarde tocou a rebate em Santa Eulália e Pencelo, pelo que o administrador mandou alguns piquetes em observação, e principiando o fogo no monte de S. Pedro de Azurém armou-se um tal reboliço na Praça do Toural, onde estava a reserva da gente do administrador, que os soldados desta reserva queriam fugir, sendo preciso que «o Maneta» da rua de Couros fizesse todo o possível para o evitar, tendo os soldados disparado dois tiros que infelizmente feriram duas mulheres. A gente que apareceu no monte de S. Pedro eram alguns rapazes que andavam fugidos para não serem presos para soldados e alguns miguelistas. De noite estive em armas toda a gente do Rebotto, na Praça do Toural, cantando hinos à liberdade. Nos montes circunvizinhos ouviam-se constantemente muitos tiros. (P. L.).

Dia 18 — Entrou nesta vila um chamado Batalhão de Fafe, com uma música a tocar o hino da Maria da Fonte. À noite andou esta música a tocar pela vila acompanhada por muitos Patuleias, dando vi-

vas à Junta do Porto e morras aos Cabrais. (P. L.).

Dia 20 (Sábado) — Pelas 9 horas da manhã principiou a fugir o povo que estava na feira, fechando-se as portas da vila, em consequência de se ferir combate entre os miguelistas do padre Casimiro e o batalhão do Rebotó, no monte de S. Pedro de Azurém, Madre de Deus de Fora, etc., tendo os mijados dois mortos e os miguelistas um cavalaria gravemente ferido. (Nota marginal: — *passados alguns dias morreu*). Os mijados perseguiram os miguelistas até grande distância. Pelas 3 horas da tarde regressou o batalhão do Rebotó e o dos serzinos, este vindo de Braga e que também assistiu ao ataque dos miguelistas. Ao fim da tarde ouviram-se muitos tiros para a estrada de Braga, sendo os miguelistas a fazer fogo a um batalhão de mijados (um batalhão deste tempo era de cinquenta a cento e tantos homens) de Viana, que vinha de Braga e que lhe custou a romper debaixo do vivo fogo que lhe fizeram, sendo preciso ir daqui uma força dos serzinos para apoiar a sua passagem, o que conseguiram já muito de noite. (P. L.).

Dia 21 — Em direcção ao Porto saiu uma grande escolta do batalhão do Rebotó, com vinte e tantos recrutas.

— Registaram-se algumas desordens causadas pelos mijados, estando os habitantes da vila a sofrer grandes vexames não só pelas desordens da Patuleia mas também pela grande despesa que fazia com os aboletamentos, pois além de já serem muitos, estes eram os mais ruins de acomodar.

— Uma força de 50 homens dos serzinos saiu para Fareja para prender o Loco-tenente do Senhor D. Miguel (conselheiro Cândido), que se dizia estar em casa de um frei Manuel Leite. Não o encontraram.

— Sendo este o primeiro domingo da Quaresma, não houve sermão na Misericórdia, como era costume. Sòmente o houve em S. Francisco e saiu a Via-Sacra, por a Corporação não ter recebido os juros dos seus fundos por motivo da desordem em que se achava o Reino (o hospital já teria fechado se não fossem uns oito contos de reis que tinha dado a D. Luísa Minotes), deixando todas as irmandades de fazer despesas por falta de recursos. Neste domingo e nos seguintes da Quaresma não houve Lausperenne que costumava haver em S. Paio, à custa da Irmandade das Almas, pelas mesmas razões. (P. L.).

Dia 22 — Pela manhã seguiram para Braga, o Monte Alverne com o seu batalhão de serzinos e mais os batalhões de Viana, Ponte do Lima, etc. Na sua passagem para aquela cidade não tiveram fogo por os povos das freguesias ignorarem que eles passavam por ali e andarem ocupados com serviços, pois os povos das aldeias deste concelho tinham declarado guerra aos mijados e àqueles que eram pela Junta do Porto. (P. L.).

Dia 23 — O administrador do concelho mandou a muitos fidalgos para apresentarem alguns cavalos para irem para o Porto, para a remonta. (P. L.).

Dia 25 — Entrou para capelão da Colegiada o padre José Martins Vimaranense. Este padre Vimaranense foi o último cônego chantre de Guimarães.

— Foram para Braga alguns cavalos que foram tirados a alguns cavalleiros, pagando uns e dando vales pelos outros. Eram para a cavalaria da Junta do Porto, tendo vindo de Braga às Taipas uma força para evitar que fossem tomados pelos miguelistas que por ali andavam armados. (P. L.). — Vide *Espectro* de 6 de Março.

Dia 26 — As autoridades continuavam a tirar grandes recursos, como cavalos, recrutas, e activando o lançamento da décima, estando a vila a sofrer um grande peso com o aboletamento do chamado batalhão de Guimarães e do de Fafe, tendo constantemente os habitantes aboletados, sem descansar dia nenhum, apesar da gente que compunha esse batalhão não exceder 200 homens. (P. L.).

Dia 28 — Chegou o brigadeiro César de Vasconcelos, com dois ajudantes de ordens e um lanceiro. Foi para a hospedaria da Joanhina, à Senhora da Oliveira. Saiu no dia seguinte para Amarante. (P. L.).

*

No fim deste mês ainda se achava todo o Reino na maior anarquia, muito principalmente a província do Minho onde os

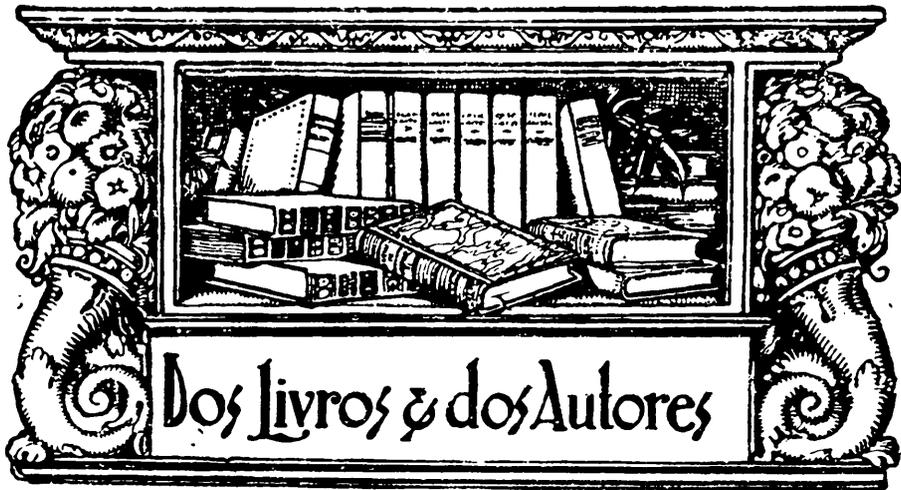
patuleias assolavam tudo com aboletamentos, extorquindo dinheiro, pão, cavalos, etc. As tropas do Saldanha (pela Rainha), ainda estavam do lado esquerdo do Douro, o Vinhais em Trás-os-Montes, o Casal em Viana e parte do partido miguelista pelo partido do Porto (muitos figuras como o Póvoas, antigo general realista, e os generais Guedes e Bernardino e o coronel Visconde d'Azenha estavam no Porto, andando nas asas da Fama. O general Póvoas tinha feito grandes serviços na Beira, sua naturalidade, de onde foi obrigado a fugir para o Porto, perseguido pelas tropas da Rainha, tendo-lhe dado a Junta do Porto o título de Conde de Póvoas). A outra parte dos miguelistas amou por querer conservar carácter e não querer bandear-se com um partido que, depois de estar servido, se havia de desfazer deles. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA (†)

"Gil Vicente" em Angola

Não tendo sido possível ao sr. Amadeu Chrystello, dedicado camarada, continuar a representar esta revista na nossa Província Ultramarina de Angola, é, agora, nosso Delegado naquela Província o também dedicado camarada sr. António de Oliveira Dias (Caixa Postal 1.247 — Luanda), que ali mantém bem viva a chama do portuguesismo e uma firme fidelidade nos princípios tradicionais da Nação.

Testemunhando o maior reconhecimento ao sr. Amadeu Chrystello, queremos, também, consignar os melhores agradecimentos ao nosso novo Delegado, a quem a *Gil Vicente* é já devedora de uma mais larga expansão em Angola.



ALTURA SOLAR, por *Alberto de Mon-saraz*. Edição «Pro Domo». Lisboa, 1945. 34 págs.

Permita-se-nos que, antes de mais, saudemos o regresso do ilustre Autor às letras, de que há anos andava afastado. A obra de A. de M. é pequena, mas, como se diz dos homens, também os autores não se medem aos palmos. Embora pequena pela quantidade, é grande pela qualidade a obra do Filho do Autor da *Musa alentejana*, ele próprio poeta do maior merecimento, prosador da mais rara elegância.

Altura solar é o primeiro de uma nova colecção que a editorial «Pro Domo» lançou com o nome de «Cadernos do Sextante».

Partindo do conceito de que a «Política é uma navegação» e de que há, «de tempos a tempos, que tomar-se a altura do Sol para que a rola se não extravie pelo campo movediço de factos e circunstâncias, num mar alto sem referências, nem horizontes» (pág. 7), A. de M. empunha o seu «sextante» e, piloto perito, toma a altura do Sol com o cuidado

dos que querem seguir o seu caminho sem se arriscarem a perder-se nos baixios da costa.

Tal como os pilotos consignam em livros próprios o resultado das suas observações, que depois são lançadas no «Jornal de bordo» pelo capitão, assim o Autor, depois de ter dirigido o seu «sextante», não para os Astros mas para as Ideias que dominam os Homens, consigna também por escrito os resultados a que chegou, o primeiro dos quais constitui o objecto deste caderno.

Desde já devemos acentuar que, há alguns meses, A. de M. não haveria tido possibilidade de editar o seu caderno, o que se fez agora mercê das circunstâncias especialíssimas, criadas por virtude das eleições do ano passado. *Altura solar* surgiu no momento em que mais acesa se encontrava a campanha eleitoral, e constituiu então uma advertência para os que pudessem sentir-se duvidosos quanto ao dever que tinham então a cumprir. Intransigentemente monárquico, o Autor preconiza como solução para os males de Portugal o regresso puro e simples à Monarquia, sem

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

a qual «poderá ter havido Ordem, de facto, mas à maneira da ordem sepulcral dos cemitérios — inexcedíveis na limpeza dos arruamentos; no paralelismo dos jazigos e das campas, debruados de ciprestes; naquela imperturbável quietude da morte até ao fim do mundo» (pág. 30).

As considerações de A. de M. tendem a demonstrar que dentro da política actual se pretende fazer, como dizia o conselheiro Luís de Magalhães, «uma República que os republicanos não que-rem», pelo que se quer «fazê-la com os monárquicos, que não querem a República» (pág. 20). Por mais paradoxal que o caso pareça, é assim mesmo que as coisas se têm passado, agravada ainda a situação com o facto de, arredada a grande massa republicana do País, os monárquicos se mostrarem também incompatibilizados com um regime que parece querer sacrificar em duas aras diferentes.

Para elucidação dos que ainda duvidam do caminho a seguir é que A. de M. escreveu este caderno, em que transparece uma certa amargura, fruto das desilusões do passado, cremos, mas cujas palavras finais de esperança demonstram, felizmente, que o entusiasmo não é flor murcha na sua alma.



OS MELHORES CONTOS FRANCESES.

Primeira série. Traduzidos do francês por *Maria Franco*. Selecção e prefácio de *Pierre Hourcade*. Portugália Editora. Lisboa, s. d. 414 págs.

É a primeira vez, segundo cremos, que em Portugal se publica uma antologia tão completa dos contistas franceses, e que a livraria Portugália editou em grosso volume.

A literatura francesa é por demais conhecida entre nós para que se tornasse necessária a publicação de um volume como este, mas atendendo à índole da colecção «Antologias Universais», em que já se publicaram «Os melhores contos americanos e «Os melhores contos portugueses», devemos confessar que seria de estranhar a falta dos contistas franceses, dos mais notáveis do mundo nesse difícil género literário.

Cuidadosamente seleccionados por um distinto escritor e professor francês, há anos residente em Portugal, que é também um devotado lusófilo — o sr. Pierre Hourcade — o volume engloba os seguintes autores, cada um representado por uma pequenina obra-prima: Charles Nodier (*O Vale do morto*), Alfred de Musset (*O sinalzinho preto*), Balzac (*O Emparedado*), Stendhal (*Vanina Vanini*), Prosper Mérimée (*A Tomada do reduto*), Conde de Gobineau (*O grande mágico*), Barbey D'Aureville (*O mais belo amor de D. Juan*), Villiers de L'Isle-Adam (*As manas Bienfilâtre*), Gustave Flaubert (*Lenda de S. Julião Hospitalário*), Guy de Maupassant (*Noite de luar*), Anatole France (*Crainquebille*), Pierre Loti (*A morte da tia Claire*), Paul Bourget (*Uma noite de Natal no tempo do Terror*) e Jules Renard (*Honorino*).

São catorze obras-primas do génio, da graça e da emoção francesas, que jamais esquecem a quem um dia as leu. Podemos, talvez, discordar da escolha de um que outro conto de um certo autor (por exemplo, Flaubert, cuja *Une âme simple* nos parece superior em efabulação e humanidade do que a *Lenda*). Isso não impede que encontremos em todos os contos aqui reunidos o mesmo *quid* fortemente distintivo da literatura francesa no meio de todas as outras.

Se em uns há tom levemente malicioso, como o de Musset e o D'Aurevilly, outros são profundamente comoventes, como o de Anatole, o de Loti e o de Bourget.

Há-os em que o terror se apossa do leitor, à moda romântica de 1830, como o de Nodier e o de Balzac, ao passo que no de Mérimée perpassa o sopro épico da epopeia napoleónica.

Impossível, por isso, dizer qual o mais belo, tratando-se de autores todos eles de primeira plana, todos consagrados e de temperamentos e escolas diferentes.

Um há, porém, que achamos sobreleva os demais em naturalidade, em emoção, em humanidade: é o de Pierre Loti. Aquela piedade que perpassa em toda a obra do escritor-marinho, aquela vaga tristeza que nos deixa a leitura de tantas obras-primas de sua autoria, aquela melodiosa linguagem, ática, sim, mas dúctil e maleável a todas as gamas da emoção, tudo isso denunciaria o grande escritor se o seu nome não figurasse no começo do belo conto.

A tradução é muito correcta, embora por vezes pudesse tornar-se um pouco mais natural, dentro da indole da nossa língua e afastando-se mais do original.



CONTOS, por *Maria de Freitas*. Edição da Gráfica. Leiria, 1944. 132 págs.

Os contoziños que constituem o presente volume foram inicialmente publicados na revista feminina de Fálina *Stella*, segundo no-lo diz a A. no breve prefácio da obra, que mais nos adverte das suas intenções com dizer que foram escritos com o desejo « de suscitar ideais

sãos, de dar gosto pelo que é belo, pelo que é alto, pelo que é recto ».

E achamos que tão generoso ideal é atingido pela distinta Senhora que subcreveu tão encantadoras novelazinhas, que se lêem sem enfado e com interesse, lamentando apenas que o endurecimento dos corações dos nossos tempos não aprecie condignamente a pequenina obra que tão confiadamente sua A. deu a público.



TITIRI, pelo *P.º João de Marchi*. Edição da Gráfica. Leiria, 148 páginas.

O protagonista desta pequena novela é um negrito que a mãe um dia vai confiar à Missão católica mais próxima, por não poder suportar-lhe as travessuras. E o negrito, até então vivo demónio, refractário a toda a disciplina e a toda a ordem, transmuta-se com a convivência dos padres e das irmãs da Missão, acabando por entrar num Seminário para seguir a carreira sacerdotal. Eis a fórmula da novela.

Mas ela tem outros fins, além do de contar a história do negrito: é levar-nos a penetrar nos recessos da alma dos negros, surpreendidos estes no seu meio ambiente, com as suas crenças, as suas superstições, suas práticas ancestrais, sua rotina, e também com a sua inteligência e a sua bondade, tantas vezes superiores às dos próprios brancos.

O A. conhece bem o meio em que movimenta os seus personagens, nos quais vemos almas e não meros autómatos.

História comovente, lê-se com interesse e convence-nos da necessidade urgente de auxiliar as Missões, poderoso elemento civilizador da África portentosa.

ALGUMAS RAZÕES COM QUE SE PRETENDE JUSTIFICAR O ABORTO, por José de Paiva Boléo. Separata do *Jornal do Médico*, 1944. 11 páginas.

Com argumentos sólidos, colhidos na experiência de todos os dias, o sr. dr. J. de P. B., médico e pedagogo distinto, combate denodadamente a teoria que pretende justificar o aborto com razões de ordem «moral» ou «científica», palavras com que, na verdade, o que se pretende é unicamente justificar a libertinagem, ou fugir às responsabilidades e sacrifícios que impõe a vida de família.

Preconiza o distinto A. quatro meios de ataque a estas perniciosas teorias: o castigo rigoroso dos criminosos, a aplicação de providências políticas e económicas para limitar o flagelo, a modificação do ambiente hostil à maternidade e à criança, e, finalmente, a doutrinação de todos e por todos os meios.

Oxalá que as autoridades responsáveis ouçam as suas belas palavras e lhes sigam os ensinamentos, para que as gerações futuras não sofram as consequências do nosso desleixo e censurem os seus avós pela sua criminosa indiferença.



PROFISSÃO DE FÉ (*Lusitânia transformada*), por Henrique de Paiva Couceiro. Edições «Gama». Lisboa, 1944. xxxii, 181 págs.

Verdadeiro testamento político de um dos últimos sobreviventes, em nossos dias, da epopeia africana da ocupação, ele é um apelo vibrante às energias do povo português, por cuja grandeza P. C. sempre lutou com nobre idealismo e exaltação patriótica. Em doze capítulos expõe o autor o seu pensamento quanto à restauração integral da Pátria Portu-

guesa, com os olhos postos na lição do passado. Sendo uma «profissão de fé» é, simultaneamente, um breviário de portuguêsismo em que podem retemperar-se as almas tibias ou cépticas. Ainda quando sopesava a pena, P. C. jamais esquecia que com a espada também se pode escrever. Por isso este livro tem períodos sacudidos e lampejantes, como cutiladas vibrantes em dorsos inimigos. Cremos bem que só dessa forma o herói de Magul poderia fazer-se compreender de uma geração que parece ter perdido o nobre e elevado sentido da palavra «vida».

Para este livro escreveu o dr. Luis de Almeida Braga um excelente prefácio que, sendo um retrato impressionista de P. C., é também uma evocação comovida desse homem que foi um grande professor de Energia.



AINDA «ROAZ» OU «RUAZ?», pelo Prof. Joaquim Roque. Beja, 1945. 32 págs.

Há tempos o Autor publicou numa revista da capital um artigo em que defendia a doutrina de que o adjectivo *roaz* só pode ter o significado de «roedor», em sentido próprio ou figurado, e que, na acepção de «violento, arrua-ceiro e impudico» deve ser grafado *ruaz*. O artigo atraiu as críticas e censuras de outro Professor, que, na mesma revista, em linguagem nada académica, impugna a doutrina do sr. Prof. J. R., o qual, no direito que a todos assiste de legítima defesa, responde ao seu impugnador, em linguagem também violenta.

O assunto, pelo alcance restrito da matéria, interessa apenas aos filólogos, que, ao que parece, não se entendem quanto à etimologia dos dois termos. Um aspecto há que desejamos porém

salientar: o da frequência com que, por questões de *lana caprina*, se embrenham em polémicas violentas pessoas que, pela sua cultura e formação mental, deviam poupar ao País o espectáculo de falta de compostura e da mais elementar correcção em nada abonatórias dos superiores benefícios da instrução. Os nossos mestres, os nossos pedagogos, os nossos homens cultos, parecem hoje possuídos do delírio megalómano de que a Ciência, a Cultura, o Saber neles cristalizaram e de que ninguém mais pode ter opiniões, fazer sugestões ou conhecer a doutrina, o que está em absoluta oposição com o mais elementar sentimento da modéstia que é

(ou deve ser) o apanágio da verdadeira Ciência.

Fazemos votos por que passe breve esta vaga de saber inchado que assaltou tantos dos nossos homens de letras e de ciência, e por que seja possível um dia (que desejamos bem próximo) em que a colaboração leal e desinteressada possa contribuir para a reeducação do Povo Português, cuja aversão pelo Saber parece querer fundamentar-se nestes espectáculos tristes e pouco edificantes de homens de ciência ou homens de letras se insultarem de mãos na cinta num tom descomposto de colarejas mal educadas.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

A' procura duma Pátria, por *Helena de Lichterfeld*.

A Vida Espiritual, pelo *P.^c José de Almeida Correia*.

Oferta dos Editores:

Livraria Figueirinhas — Porto:

Primeiro, Cristo!, por *Plínio Salgado*.

Secretariado Nacional de Informação — Lisboa:

Discurso de inauguração da 1.^a conferência da União Nacional.

Edições «Gama» — Lisboa:

1 — *A Águia e a Pomba*, por *V. Sackville-West*.

2 — *A Imagem daquela Noite*, por *Plínio Salgado*.

Nossa Senhora da Conceição

no culto português de Maria e da sua pureza

TERRA de Santa Maria! Tem por excelência este título de honra a nossa terra de Portugal. E, quando me lembro desta designação, vinda de tão remotos tempos nossos, dos tempos da luta dos nossos antepassados, cristãos, para recuperarem as terras, que tinham sido conquistadas e mantidas pelos Mouros, sarracenos, a ferro e fogo, numa ânsia de recuperação cristã, animada pela fé e pela esperança no Céu: quando me lembro dessa velha *Terra de Santa Maria*, reconquistada pelas almas e pelo sangue, logo me vem ao espírito o romance popular da *Rainha e Cativa*.

Uma cristã, aprisionada por um rei mouro, ou aprisionada para ele, renegou a sua fé, talvez vencida pela força, ia ser mãe. Pediu que lhe dessem uma escrava para a servir. Foram os mouros, terra acima, terra abaixo, à procura de alguma escrava, que lhe levassem. E levaram-lhe por fim uma cristã cativa.

Não queria ela uma cristã para seu serviço, lembrada então de que fora cristã, se no íntimo não o continuaria ser; fugia ao remorso, mas, por sua ventura, ou pela graça de Deus, levaram-lhe escrava cristã.

Estava esta igualmente para ser mãe. Que diferença de sinal, e todavia, ao mesmo tempo, que extraordinária convergência de destinos! Nasceram as duas crianças. Morreu a da rainha; trocaram-lha pela da escrava. Nem, por isso, a rainha se convenceu de que era sua a criança que lhe deram; nem a cativa teve por certo que lhe pertencia a ela a criança morta e colocada a seu lado. A desconformidade, originada sem dúvida na misteriosa intuição maternal das duas mulheres, levou ao esclarecimento dos factos e à confirmação dos sentimentos maternos de ambas.

De palavra em palavra, atraídas pela simpatia da hora, de recordação em recordação, colhidas nas duas almas as flores da juventude comum, segredados os íntimos e familiares sinais de ambas conhecidos, descobriram ser irmãs, do mesmo pai e da mesma mãe, na mesma terra, nos mesmos jardins da vida. Puseram-se a lastimar a sorte e o negrume

do abismo onde caíram. A cristã resplandeceu de esperanças. A renegada sentiu de novo o som mavioso dos sinos da cristandade a chamá-la. Resolveram ambas fugir.

Suspirou a rainha, assim :

— Quem se vira em Portugal,
Terra que Deus bendizia!

Não fugir para qualquer sítio. Fugir, sim, mas para *Terras de Santa Maria*. Longe delas, porém, estava a ideia de fugir para a vida segura e fácil, que o mundo lhes pudesse proporcionar, em razão da sua categoria, e até do sugestivo e aliciante regresso a terras cristãs, pelo que, para os outros, ele representasse de sinal do Senhor e resgate espiritual.

Voltariam, mas para entrarem num mosteiro; aí, poderia, uma delas, a renegada, penitenciar-se do seu pecado; a outra, a cativa, isenta do pecado de renegação, agradecer ao Céu a sua libertação e a reconversão providencial da irmã.

.

Fugiram da Mouraria.
Foram ter à sua terra,
Terra de Santa Maria;
Meteram-se num mosteiro,
Ambas professaram num dia.

Não é um símbolo de Portugal? Da sua formação, — do seu crescimento, da sua fortuna, — da sua expansão? Creio que sim.

Conquista da terra aos mouros, em nome de Santa Maria; todas as terras votadas a Santa Maria; as catedrais, todas elas, dedicadas a Nossa Senhora; os castelos, as alcáçovas, santificados sucessivamente em honra e homenagem da Virgem, Mãe de Cristo e dos Cristãos, irmanados na mesma espiritual fraternidade, por serem todos filhos da mesma e dedicada Mãe celeste; os barcos, que largavam para o mar da Conquista e do Descobrimento, partindo do areal de Nossa Senhora ou Santa Maria de Belém; a cidade de Ceuta, a primeira conquista em terras de África, e nela a primeira imagem da Senhora nesse continente, a padroeira de toda a futura acção nacional, — a que tomou o nome genérico de Nossa Senhora de África, verdadeira *clavis Aethiopiae*; as igrejas de África, da Índia, do Brasil, sementeira de fé e do culto de Maria, à medida que se descobriam, conquistavam, colonizavam as terras; as serras da nossa

terra, os penhascos da montanha e do mar, os areais da costa, as grutas dos montes, os encontros dos caminhos, os esconderijos ou resguardos nos vales; toda a terra e toda a história, tudo quanto os Portugueses ocuparam e fizeram no mundo, está iluminado pela luz do culto de Maria.

A história portuguesa encheu as terras e os mares, ao correr das costas, em terra e no mar, nas enseadas e nos promontórios, nas ilhas e nas povoações, com o nome de Maria. É nos mapas e nos roteiros marítimos uma verdadeira procissão das velas, acesas para não se apagarem, ao longo dos caminhos percorridos na imensa peregrinação. Já se disse, e não foi um português quem o fez, que o mar é um cemitério de vidas de Portugal. Penso que melhor diríamos que o mundo é o caminho da romagem portuguesa em honra de Maria.

* * *

Marias, em Portugal, são as mulheres. É o povo a afirmá-lo, quando canta que a rosa, para ser rosa, tem de ser de Alexandria, e, a completar o pensamento de obstinação cultural, *a mulher, para ser mulher, deve chamar-se Maria*.

No uso deveras português, rara será a mulher, que se não chame Maria; «marias», em vernáculo da nossa gente, são as mulheres, em reciprocidade com os «man[u]éis», que o mesmo vernáculo generalizou a todos os homens, ou, melhor, a todos os moços. As cantigas o confirmam, até em casos correntes, como o da quadra, que fala nos anéis das feiras e romarias, dados «pelas marias aos man[u]éis».

Marias se chamavam, em apelativo comum, as mulheres de algumas regiões do Brasil. Maria era assim o sinónimo de mulher. *Marias* foram tantas das mulheres que no ultramar os Portugueses atraíram à sua fé cristã. Para essas mulheres e para eles, missionários ou singelamente propagadores de apostolado mariano, espontâneo e sugestivo, o nome de Maria ficava a ser o selo permanente do grande pergaminho, imorreduro, da expansão portuguesa do cristianismo.

Não será nunca exagerado ou descabido afirmar-se que toda a história portuguesa é uma crónica mariana.

Quanto havia na nossa terra, que proviesse de tempos e de espírito do paganismo, tudo foi cristianizado; por mais que apareça de velho sob o manto cristão, surge sempre da ruína, ou do descrédito do antigo, a novidade constantemente ascensional do lusitanismo cristão.

Muitas das invocações levantadas sobre os cultos arcaicos pertencem

à Virgem. Não é só a Virgem *Nossa Senhora do Castelo* ou a Virgem *Nossa Senhora da Alcáçova*, nos castelos, para cristianização dos costumes e tradições dos mouros. Também as Senhoras como a de Mileu, — «para mil eu», no explicar da etimologia popular, que vê a Virgem a animar os combatentes em derrota, os mesmos que, entusiasmados por Ela, vão levados ao triunfo; as Senhoras dos cabeços e das grutas, onde se fixaram ruínas de velhas cidades, que o povo atribuiu aos mouros, por serem eles, sempre, o povo lendário a que tudo, que é velho, se refere, e onde pairam lendas, ora líricas, ora trágicas, de mouras encantadas, à espera de regresso da sua gente à posse da terra; as Senhoras da Serra, do Monte, do Cabeço, da Rocha, da Lapa...

As *Senhoras dos Mártires* recordam martírios locais, e recordam igualmente os homens que, na conquista de castelos, povoações, terras, caíram por Cristo. As *Senhoras da Orada* (e tantas igrejas à Virgem foram fundadas com essa chamada pelo Condestável D. Nuno Álvares Pereira nos seus caminhos de místico e de guerreiro!), manifestam o momento ou o voto de oração, ali orada; as *Senhoras do Mar* e das *Arribas*, da *Boa Viagem*, da *Bonança*, de *Porto Salvo*, dos *Navegantes*, marcam desígnios, caminhos e promessas de gente do mar ou no mar.

As mesquitas, transformadas em igrejas e catedrais, os santuários levantados por devoção pessoal ou nacional, desde o de *Nossa Senhora de Cárquere*, junto de Lamego, por cujo milagre se explicou a extraordinária cura de Afonso Henriques, do aleijão infantil, que lhe não permitiria ser o que foi, o fundador do Reino de Portugal, — o fundador de Portugal —; e desde o da *Senhora da Oliveira de Guimarães*, tão querida dos soberanos e de todas as classes da Nação; desde o de *Santa Maria de Alcobaça*, talvez o mais nobre e certo padrão na nacionalidade portuguesa, como expressão de um voto de D. Afonso Henriques e do significado político, diplomático, super-político a bem dizer, do reconhecimento da independência de Portugal, acabado de fundar...

Desde o mosteiro de *Santa Maria da Vitória*, nos campos da batalha de Aljubarrota, a que confirmou a independência na hora maior da sua crise... a Senhora da Batalha! — e dessoutro mosteiro, que se levantou do voto de D. Nuno Álvares Pereira na mesma hora de perigo de Aljubarrota, e se chamou de *Nossa Senhora do Vencimento*, do *Carmo*, em Lisboa...

Desde esses padrões, verdadeiras pedras maravilhosas do rosário da nossa história e do culto português pela Virgem, prestado logo nas primeiras horas nacionais, padrões ligados à nossa missão de criar, ampliar

e desenvolver um reino cristão, os monumentos foram e continuam a ser adoração permanente e o seu sinal.

Portugal trasbordou como um vaso, que já não pode conter mais liquido, e resplandeceu como astro, cuja luz chegou enfim à terra. Então, saiu de Lisboa pela Praia do Restelo, onde o Infante D. Henrique fundou a ermida de *Santa Maria de Belém* ou *Santa Maria do Restelo*.

O fundador de Portugal foi D. Afonso Henriques, com a sua gente. O fundador do império de Portugal no mundo foi D. Henrique com os seus mareantes. O destino de Portugal, pela mão de Santa Maria, ligou no tempo e na acção dois homens, até pelo nome associados: Henriques, um; Henrique, outro! O prolongamento dos dois criou Portugal na Europa e no mundo.

De Santa Maria de Alcobaça, brota a segurança de um reino. De Santa Maria de Belém abre-se o mar, para criação de um império: império de mando, de comércio e de fé. A Fé e o Império, que Portugal dilatou e Camões, o épico da sua acção, pôde exprimir em seu imortal poema.

* * *

Quando Camões quis n'Os *Lusíadas* representar simbòlicamente a realidade viva da luta dos Portugueses no Oriente, continuação da do Ocidente, não encontrou nenhuma outra imagem diante de si, que não fosse a da Virgem «a *única Fénix Virgem pura*».

A divindade pagã, que, na fantasia poética do épico, insistia na perdição dos navegadores de Vasco da Gama, levantou em Mombaça um altar com o painel de Pentecostes; atrairia dessa forma os Portugueses à cilada, quando desembarcassem, na esperança de encontrarem cristãos na cidade, e trucidá-los-ia.

— Ali tinha em retrato afigurada
Do alto e Santo Espírito a pintura,
A cândida pombinha debuxada
Sobre a única Fénix Virgem pura.
A companhia santa está pintada
Dos doze, tão torvados na figura,
Como os que, só das línguas que caíram
De fogo, várias línguas referiram.

Toda a prodigiosa e incansável actividade ficou memoriada na oração propiciatória e agradecida, esperança dos que partiam, reconforto

dos que ficavam, galardão de quem voltava, oração petrificada, cristal de pedra dourada pelo sol do Tejo, que é o mosteiro manuelino dos Jerónimos, de *Santa Maria de Belém*.

Essa mágica, opulenta, forte e ao mesmo tempo frágil, arte manuelina, que é, senão a arte dos homens ao serviço de Maria? No pórtico da basílica de Belém, voltado para o rio; na Torre de Belém, de frente para as águas, que levavam e traziam os homens do mar; no pórtico da igreja do Convento de Cristo, em Tomar, o ninho dos freires dos Descobrimentos: está sempre a Virgem, com o Menino ao colo, a oferecê-lo e a guardá-lo.

E tantas imagens de Santa Maria, desde Monção, Caminha, Viana, Chaves, Bragança, Miranda do Douro, Braga, Porto, Lamego, Portugal abaixo, até Faro, e para lá do Algarve, desde Nossa Senhora «a Portuguesa» e Santa Maria de África, às Senhoras do interior de Angola e Moçambique, e da Índia, Macau e Timor; e nas terras do nosso Padroado do Oriente; e às Senhoras do Brasil imenso, na costa, onde foram fundadas vilas e cidades, sob a sua guarda, e no interior, nos caminhos dos bandeirantes, nos arraiais das migrações mineiras...; até hoje, até a nossa Senhora de Fátima! Às invocações marianas, que outrora levámos, temos de juntar esta, que se espalha no mundo.

Igualmente, quantos templos e santuários, desde as ermidinhas perdidas nas serras, abandonadas nos cabeços, escondidas nos barrancos, içadas nas escarpas do mar ou nas alturas visíveis do infundo deserto das águas marinhas, até às catedrais, às basílicas, às abadias, aos mais extraordinários monumentos marianos, do culto mariano em Portugal!

Não houve, nem há, necessidade humana, para a qual não se encontrasse lenitivo e salvação no recurso a Nossa Senhora Santa Maria. Até o brado vulgar de socorro clama por Ela! — «*Valha-me Nossa Senhora!*» Ou: — «*Nossa Senhora me valha!*» Não é o que dizem os aflitos, o que dizemos nós todos, quando nos aflagimos?

Ao grito de protecção, levantado para o rei, o chefe da nação, esse tradicional grito de «*Aqui d'El Rei!*», corresponde esta prece espiritual, em proveito de todas as eventualidades: — Valha-me Nossa Senhora!

Se Portugal principiou pelos votos aceites, que foram levados a Santa Maria de Cárquere, ou se materializaram em Santa Maria de Alcobça, e se firmou em outros votos, que estão memoráveis em Santa Maria da Batalha e nas ruínas da igreja altaneira do Carmo em Lisboa, e se expandiu sobre os mares na acção que D. Manuel I perpetuou no monumento de Santa Maria de Belém: também as terras portuguesas

estão balizadas por Santa Maria, desde a fronteira do Norte, com as igrejas de Santa Maria e de Santa Maria Maior, até ao Algarve, à última porta fechada aos mouros e aberta aos Portugueses por D. Afonso III, que é a cidade de Faro ou de Santa Maria de Faro. As armas de domínio de algumas vilas e cidades não esqueceram quanto elas e Portugal devem ao patrocínio de Maria: Guimarães, Braga, Porto, Faro, por exemplo, têm a Virgem no seu brasão: o Porto é tradicionalmente a «Cidade da Virgem».

Na vida cotidiana, triste ou alegre, humilde ou forte e pujante, há recursos do Céu para todas as urgências e necessidades, chamamento para toda a gente invocar, e razão para todos os brados, quaisquer que sejam as ocasiões, do nascimento à morte. As Senhoras da Expectação e do Ó, do Alívio, do Bom Despacho, do Bom Parto, da Boa Hora, do Leite, do Amparo, da Vida, do Fastio, das Febres, do Bom Caminho, das Necessidades, da Alegria, da Amargura, das Angústias, da Boa Nova ou das Boas Novas, da Consolação, da Esperança, da Saúde, dos Enfermos, dos Remédios, da Salvação, da Agonia, da Boa Morte, etc. Para cada necessidade humana há sempre um brado pela Virgem, e por isso surge sempre, em cada emergência, o chamamento pelo socorro, que se lhe pede.

Nos caminhos, as Senhoras do Bom Caminho e as de tantos lugares por onde o caminho passa, estão como estrela do Norte à mercê do homem; dos Altos Céus, do Amial, da Atalaia, da Boa Fé, das Brotas, do Vale, de Entre Vinhas, do Espinheiro, da Oliveira, da Guia, da Igreja Nova, da Luz, das Mercês, dos Milagres, e tantas, tantas invocações, que não cabem num rosário...

Algumas são de alta poesia: Nossa Senhora a Bela, a Senhora a Branca, a Senhora de Alva, a Senhora da Silva, das Preces, dos Amores, da Paz, das Neves, das Maravilhas; Mãe dos Homens, Mãe Deus, — Nossa Senhora Mãe de Deus; — Nossa Senhora dos Anjos, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Mar, Nossa Senhora do Ar, Nossa Senhora do Paraíso. E Nossa Senhora da Menina?

É ladainha sem fim! Tão grande como a grandeza da Senhora e como a grandeza sem fim das necessidades dos homens.

Caminhos do mar, caminhos da terra, caminhos dos ares, caminhos dos rios, todos os encontramos iluminados pela miríada luminosa dos nomes de Maria, que formam nas almas o que no espaço desenham as constelações para encanto e inteligência dos sábios, dos poetas e dos curiosos. Pois igualmente as fronteiras nacionais estão balizadas por

santuários da Virgem: as fronteiras do mar têm as Senhoras da Nazaré, do Cabo, da Arrábida, da Boa Viagem, dos Mareantes, da Livração e do Livramento, da Guia; as fronteiras da terra também contam as suas: Nossa Senhora do Naso, em Miranda do Douro, Nossa Senhora da Póvoa, a quem se pede cantando, em terras da Beira Baixa:

Dai força aos portugueses,
P'ra defender a Nação;

e bem perto Nossa Senhora do Almurtão, «stá de costas à Espanha», e a quem se canta assim:

— Senhora do Almurtão,
Minha tão linda arraiana,
Voltai as costas a Castela,
Não queirais ser castelhana;

— Nossa Senhora do Bom Sucesso, em Penamacor, também com sua cantiga popular das romeiras:

— Senhora do Bom Sucesso,
Pequenina arraiana,
Sois toda portuguesa,
E vizinha de Espanha.

Da Senhora do Castelo, em terras leonesas, defronte da Bemposta, próximo de Miranda do Douro, há uma lenda portuguesa, característica. Foi encontrada a imagem na corrente do Douro; um dia, — não se sabe quem, — levou-a para Espanha; construíram-lhe o templo, onde a imagem ficou voltada para a Espanha, de costas para Portugal; admirou toda a gente o facto de a encontrarem, no dia seguinte, de costas para Espanha e de frente para Portugal; quantas vezes a viraram para Espanha, outras tantas ela se voltou para Portugal; tiveram de lhe fazer a vontade; o altar foi voltado para Portugal, e ela quedou-se então a proteger-nos e a defender-nos.

Conta-se que um espanhol entrou a cavalo na igreja de Nossa Senhora do Incenso, em Penamacor, para roubar as jóias da imagem; não conseguiu o intento: o cavalo estacou, e ficaram-lhe a ferraduras marcadas no degrau do altar; o homem estarreceu como petrificado.

Também a Senhora ouvia as preces aflitas dos cativos em África: rogavam-lhe o resgate, e acudia-lhes. Os pobres cativos apareciam inesperadamente nas suas terras; próximo de Lisboa, sobre Oeiras, na capela

de Nossa Senhora de Porto Salvo, num alto à vista da barra do Tejo, há um painel de azulejos de 1740, debaixo do alpendre do adrozinho: representa a libertação de um desses cativos, a rogos de uma senhora, mãe do escravo de mouros.

O espírito português andou sempre tão preso das graças de Maria, que nunca deixou de recorrer a tão alto patrocínio.

E, se repararmos, veremos de tantos exemplos conhecidos, até pelas meditações e exercícios do Mês de Maria, que Nossa Senhora socorre, mesmo os que estão em pecado, quando apelam para ela, por pouco e por mal que o façam. É capaz de resgatar os pecadores, dando-lhes o seu amor de Mãe.

Conta uma piedosa lenda popular da Beira que certo homem, devoto da Virgem, muito fiel à sua devoção, perdeu a cabeça em momento aflitivo da sua vida. Desesperado, fora de si, decidiu deitar-se a afogar num pego profundo. Atirou-se à água, tendo previamente enchido de pedras os bolsos, para não vir à tona do pego e acontecer que o salvassem.

Na manhã seguinte, porque o homem praticara a trágica acção durante a noite, foi gente para a capela da Senhora. À porta, pelo lado de dentro, estava estirado no chão, e todo molhado, o homem, sem dar acôrdo de si, mas ainda vivo. Em volta espalharam-se as pedras, que metera nos bolsos. A imagem estava no altar.

Admirados, os que viram o homem, notaram que não havia sinais de pés, até ao lugar onde ele estava deitado. Mas, desde aqui até ao altar, viam-se bem as pègadas húmidas de uns pés pequeninos, — os da Virgem do altar!

O homem não morreu; tudo se soube por ele, que nada podia explicar do que lhe acontecera depois de se deitar ao pego. E todos, a começar por ele, compreenderam que fora a Virgem que o salvara. Agradeceu-lhe assim a fiel devoção que tivera até aos momentos de desvario.

Ainda agora, o que o Senhor Cardeal Patriarca chamou o «Milagre de Lisboa», foi a prova mais perfeita do amor dos Portugueses à sua Mãe celestial. E bem o diz a canção, tantas vezes repetida, e que anda nestes dias a esvoaçar como bando de pombas no céu da capital portuguesa: enquanto houver portugueses, Tu, ó Virgem, serás o seu amor.

Sim: — Serás o seu amor, Tu, que nos tens salvado mil vezes.

(Conclui no próximo fascículo).

LUÍS CHAVES.

Triptico d'annunziano: a vida, a obra e a evolução do Imaginífico

[Conferência realizada no Salão Nobre da Biblioteca
Pública de Braga na noite de 23 de Maio de 1943]

Minhas Senhoras:
Meus Senhores:

Quando, em Março de 1938, os jornais publicaram a notícia de que a morte fulminara Gabriele d'Annunzio à sua mesa de trabalho, eu tive a impressão de que fora alguma estátua sua erigida nos jardins do Vittoriale, em Cargnaco, que houvesse sido arrancada do pedestal e prostrada por terra.

É que D'Annunzio já tinha entrado na imortalidade, numa imortalidade dominadora e coroada de lendas, longínqua; é que D'Annunzio era já mais um nome esplendoroso e inapagável do que um corpo ainda vivo, sujeito às inexoráveis leis do tempo e submetido à vontade da morte.

D'Annunzio era já, portanto, uma estátua.

É certo que, de vez em quando, os jornais nos contavam algumas das suas estranhas e originais atitudes, mas tudo isso parecia a descrição espirituosa das atitudes que a sombra da sua estátua traçasse no chão pelos caprichos do sol e das nuvens. Assim, a figura de D'Annunzio tinha para nós a rigidez do mármore ou do bronze e era iluminada pelo esplendente sol da glória.

Mas, na realidade, D'Annunzio tinha morrido. O seu silêncio até então não era de morte, era um silêncio de afastamento imposto pela erosão implacável que a idade realizara nas suas faculdades poderosas.

Todavia, o grande poeta teve uma morte digna dele, do seu génio e da sua obra, uma morte d'annunziana.

Porém, se ela derrubou aquele crânio nu, abobadado, em que se

tinham acendido refulgentes centelhas de Beleza, que fora o instrumento em que vibraram divinas harmonias e a matriz em que se geraram imagens de prodigiosa riqueza e de eloquente expressão — ela não fez mais do que avivar as letras com que o seu nome estava gravado.

D'Annunzio caiu como um deus capitolino, deixando atrás de si um rasto de Beleza, de Arte e de amor.

Foi artista criando e vivendo, a sua existência deve ser também contada como uma das suas melhores obras.

«Entre a minha vida e a minha arte não há discordâncias», escreveu ele completando as palavras ditas em *O Prazer*:

«É preciso fazer a própria vida como uma obra de arte. É preciso que a vida de um homem intelectual seja a sua obra pessoal. A verdadeira superioridade está aí inteiramente.»

Não lhe faltou tampouco a sonoridade e a retumbância do escândalo.

De que d'Annunzio foi um cabotino não há dúvidas, mas foi um cabotino de génio, cujos gestos e atitudes atingiram um raro simbolismo, revestindo-se de uma rara beleza e exteriorizando uma rara personalidade (1).

Era um *grand-seigneur* da Renascença veneziana ressuscitado (2).

Dir-se-ia que tinha nas veias um sangue, produto de uma síntese rara e prodigiosa e que era conduzido, impellido por fantasmas que se erguessem dos túmulos das necrópoles italianas que, para além da morte, patenteiam orgulho e ostentação na imponência dos mármore lavrados e na altivez hierática das estátuas jacentes.

Gabriele d'Annunzio nasceu a 12 de Março de 1863, em Pescara, nos Abruzzos, embora chegasse a dizer, para embelezar a sua lenda, que tinha nascido a bordo, sobre o Adriático. Cedo revela uma poderosa fantasia, anunciadora daquele dom de criação que patentearia depois tanto no decorrer de sua inquieta existência, como no arranjo das suas obras, pois d'Annunzio foi, segundo Edmond Jaloux (em *Les Nouvelles Littéraires*), mais original na composição das suas obras do que na sua concepção.

Precocemente acorda nele uma aristocrática vontade de domínio e grandeza. Em 1883 raptou a princesa Maria Harduin, duquesa de Gallese, com quem casou em seguida. Assim, aos vinte anos D'Annunzio alia-se à alta aristocracia romana, mas a sua existência não deixa com isso de ser agitada, ruidosa.

Para viver faz-se cronista mundano, o que lhe enraizou, certamente,

aquele gosto esteticista da *mise-en-scene* rica e luxuosa, do objecto raro, do *décore* precioso, do ambiente rutilante de que se rodeiam as suas personagens e de que ele próprio rodeou os seus amores e os seus momentos de fecundidade literária.

Em 1888, raptou a princesa siciliana Maria Gravina que foi a mãe de seus filhos Gabriele-Dante e Renata.

Segue-se então um período de vida desregrada que o leva ao desprezo de si próprio. Passada esta crise, surge na vida de Imaginífico a grande Eleonora Duse. Depois deste romance amoroso ter chegado ao epílogo, d'Annunzio partiu para França, residindo em Arcachon durante alguns anos. Nas landes bordelesas atravessou uma nova crise espiritual que deu origem ao volume *Contemplação da Morte*. É o período da sua obra francesa.

Surge a voragem de 1914. D'Annunzio faz-se soldado, vivendo as suas estrofes heróicas. Sobe aos céus sobre uma águia romana seculovinteanamente metamorfoseada num avião. Perde, num voo, um dos olhos. Dir-se-ia que os verdadeiros poetas-soldados só podem ficar a ver por um olho — por aquele que *vê* as exaltadas belezas da Vida; o outro, aquele que *vê* as suas misérias, estoira suplantado pelo espectáculo das carnificinas...

Mas, durante a sua cegueira total, os seus interiores olhos de poeta não conheceram as trevas. Escreveu então o *Nocturno* que, entre outras páginas de admirável cinzeladura, encerra a inesquecível descrição de um incêndio nos pinhais de Bordeus — dez páginas sempre em brasa como se acabassem de ser forjadas no momento em que as lemos.

Após a guerra, D'Annunzio continuou em cena, reatando em Fiume a tradição dos *condottieri*, com luvas lançadas das janelas em desafio, com espadas desembainhadas com teatral altivez, com discursos-poemas aos soldados que o seguiam e aurifulgentes mensagens aos chefes de estado.

Não pode deixar-se em silêncio a vida amorosa do poeta. Em D'Annunzio os sentidos exaltavam a imaginação e a imaginação afogueava os sentidos, tornando-se reciprocamente insaciáveis. D'Annunzio, em última análise, não amou esta ou aquela mulher — amou e desejou ininterruptamente a mulher, com ou sem maiúscula. Gregório Marañon talvez classificasse o caso d'annunziano como um fenómeno de insuficiente individualização da eleição amorosa acentuadamente diferenciada...

Foram muitas as mulheres que ele amou, num clarão.

Estão figuradas na sua obra, como numa viva e animada galeria.

Escondem-se sob simbólicos pseudónimos, mas não é difícil identificá-las: Foscarina, cujo nome esconde o da Duse; Isabel Inghirami, encobrendo o nome de uma condessa florentina a quem dirigiu as cartas contidas no *Solus ad Solam*, últimamente publicado, e cujo amor pelo poeta a mergulhou em pirandeleana loucura.

E tantas, tantas outras que são as rubras flores do jardim murcho da sua vida e do parque sem outono da sua obra (3).

É evidente que não posso ocupar-me de toda a obra do Imaginífico — obra vasta, complexa e multiforme, cujo comentário não cabe no tempo mais ou menos restrito de uma conferência. D'Annunzio domina a paisagem literária da Itália moderna do alto de um pedestal de 25.000 páginas, alcandorado no cume de um Etna de poesia ardente em erupção (4).

Tive de impor-me limites e, com pesar meu, reconheço-me obrigado a não os ultrapassar. Por esse motivo pus de lado a quase totalidade da obra em verso do grande abruzzês. Talvez surja a ocasião de me ocupar dela. Hoje, limitar-me-ei a referir-me apenas à obra em prosa e a parte da obra dramática.

Não traçarei uma visão de conjunto, mas esboçarei um estudo de pormenor.

Eu não sou um crítico, não sou um técnico garagista que desmonta as obras peça a peça, êmbolo a êmbolo, parafuso a parafuso. Não sou um preparador de teatro anatómico, nem autopsiador profissional. Não vou, portanto, espatifar as obras de D'Annunzio para, como criança que desfaz os brinquedos, ir ver o que elas têm por dentro. Quero apenas que esta conferência seja um espelho que mostre a V. Ex.^{as} como se reflectiram na minha sensibilidade as obras que deram a D'Annunzio um acarrilhonado renome universal.

Serei, portanto, subjectivo, pessoal e talvez um pouco arbitrário. Verei apenas pelos meus olhos.

Benjamin Crémieux, em *Inquietude et Reconstruction*, escreve esta definição:

«Críticar é julgar. Mas é também compreender, definir, identificar-se». Vou procurar compreender, definir, identificar.

D'Annunzio, prosador, surge em 1883 com os contos naturalistas de *Terra Virgem*, sob o signo dos contistas «veristas» sicilianos Verga e Cappuana.

A primeira influência sofrida por Gabriele d'Annunzio é essencialmente mediterrânea, o que é digno de nota. É fundamentalmente um mediterrânico, em suas qualidades e em seus erros, em seus excessos e em suas insuficiências.

Permanece mediterrâneo por aquilo que revela e por aquilo que não conseguiu penetrar, por obscuro e intangível à sua extraordinária intuição de Poeta.

Segue-se *O Livro das Virgens*, um ano depois.

Em 1886 dá à estampa um outro volume de contos—*São Pantaleão*.

O estilo é de uma notável sobriedade e de um recorte simples. O poder descritivo concentra-se em pinceladas rápidas e agressivas, numa interpretação colorista da paisagem à maneira de certos pintores do fim do século XIX, num esforço para dar à natureza um lugar destacante e activo, para que ela não seja apenas o pano de fundo em que se recortam duramente as silhuetas das figuras. D'Annunzio mostra já amá-la sensualmente com todos os seus sentidos. O tema dos contos busca-o, na generalidade, nos meios populares, em estreita comunhão com a natureza.

Em 1888 surge o primeiro romance—*O Prazer*.

Em seguida, em 92, aparece nas montras mais um volume de contos—*Giovanni Episcopo* e o ano de 1892 vê também surgir *O Inocente*.

D'Annunzio trabalha em Francavilla, no convento de Santa Maria Maior, junto do seu amigo o pintor Michetti, a quem diz no final da carta dedicatória do *Triunfo da Morte* que lá escreveu e que lançou à publicidade em 1894:

«Ouçamos nós a voz do magnânimo Zaratustra, oh! Cenobiarca, e preparemos na arte com fé segura o advento do Super-homem.»

Em 1895 surge, agora com a visível dedada de Nietzsche impressa na epiderme, o romance *As Virgens dos Rochedos*.

Em 1900 surge *O Fogo*—D'Annunzio fica então resplandecentemente cognominado o Imaginífico.

É o apogeu da glória, são os relâmpagos dos aplausos e os uivos das pateadas, são as flores dos elogios e as pedradas dos insultos, são os ataques furibundos e as admirações sem discernimento (⁵ e ⁶).

O nome de D'Annunzio corre da Calábria ao Piemonte, galga os Alpes e espalha-se por toda a parte.

Adoram-no ou abocanham-no. É um ídolo, é um deus.

Mas entre *O Fogo* e *O Triunfo da Morte* surgira o Gabriele

D'Annunzio dramaturgo, porque na sua vida tinha penetrado a figura prestigiosa de Eleonora Duse.

Parte da sua obra de ficção tem uma ordem cíclica:

Ciclo da Rosa: constituído por *O Inocente*, *O Prazer* e *O Triunfo da Morte*;

Ciclo do Lírio: formado apenas pelas *Virgens dos Rochedos*, mas deveria ser constituído por *A Graça* e *A Anunciação* que nunca foram escritos;

Ciclo da Romã: faz parte dele *O Fogo*, apenas, mas deveriam constituir-lo os romances que não chegaram a ser uma realidade: *A Victoria do Homem* e *O Triunfo da Vida* (?).

O Inocente abre o Ciclo da Rosa e é o primeiro romance de Gabriele d'Annunzio, que terminou a sua feitura em Francavilla, no ano de 1891.

O seu estilo evolui. Não tem ainda as volutas complicadas, nem os relevos polimorfos que virão sobrecarregar as linhas rítmicas da frase das suas obras posteriores.

Mas o período alonga-se já em sinuosidades lentas.

O Inocente é o romance do ciúme, de um ciúme exasperado que «destruiu tudo quanto era honesto e que se alimentou com todas as fezes dispostas na natureza animal» de Tulio Hermil, a principal figura discreteante desta autobiografia.

Juliana e Túlio Hermil formam um casal afastado por dissensões conjugais. Juliana já não é mais do que uma irmã para o seu marido. Amaram-se a ponto de ter «acabado por crer na afinidade da nossa carne, nessa afinidade tão rara, tão misteriosa que liga, uma a outra, duas criaturas humanas pelo medonho do desejo insaciável».

Mas, pouco a pouco, esse elo fundira e a ligação deixou de ter consistência. Juliana suportara a nova situação do seu lar com uma resignação que a enobreceu aos olhos do marido. Lentamente, a planta que murchara no seu coração, reverdeceu. Túlio ama de novo a mulher, porém, debate-se «em crises contraditórias que lhe compunham uma vida ilógica, fragmentada, incoerente».

Túlio Hermil é o primeiro paradoxo vivo criado por D'Annunzio. Forças opostas, impulsos antagónicos, sentimentos antípodas degladiam-se no substractum do seu temperamento e do seu carácter:

«Ondas silenciosas de sangue e de ideias faziam florir no fundo permanente do seu ser, ou gradualmente ou de súbito, almas novas.»

Já aqui encontramos alguns dos elementos de conflito que iremos analisar nos outros romances da sua lavra infatigável. Um deles é a fatalidade.

Ela ergue em quase todos a sua voz imperiosa e a sua arbitrária tirania. Tomará vários aspectos, esconder-se-á sob várias máscaras. Não terá sempre o mesmo nome, nem ditará sempre as mesmas leis draconianas. Mas estará lá, quer espreitando, quer comandando, quer espiando.

Aqui, ainda aparece sob a forma de uma hipótese, precedida de um *se*:

«Se, apesar de conhecer o mal que faço, de me condenar a mim próprio, não me é dado proceder de outro modo, é sinal que obedeco a uma força superior desconhecida. Sou a vítima de um destino cruel, irónico e irresistível.»

Como se vê, a fatalidade já se insinua pelos interstícios da acção.

O Inocente é um romance psicológico, é uma confissão em que se desvendam uma alma, uma consciência e um carácter. Túlio Hermil conta, minuciosamente, a transformação que neles se opera, desde que tem conhecimento da infidelidade de Juliana até quando provoca a morte do fruto inocente desses amores ilícitos. Autopsia-se entranha a entranha e finalmente, nas últimas páginas, a sua consciência tem extortores de remorso — remorso que ele não ouve e que ele estrangula.

Neste volume, D'Annunzio está em potência, não está ainda em plenitude. Experimenta a penetração do seu bisturi. E no meu entender, é neste romance que a presença de D'Annunzio se faz menos sentir precisamente porque é esta a personagem com quem menos se identificou. Aqui e ali há evidentemente a tatuagem d'annunziana. Surgem aqui e além espectos de natureza que denunciam a paleta do abruzzês.

D'Annunzio nunca soube, nunca pôde alhear-se da natureza. Ia dizer que nunca pôde fechar os olhos, mas cometeria uma incorrecção consciente, pois sei que D'Annunzio mesmo de olhos fechados *veria* aspectos de natureza impressos no fundo da sua memória e no íntimo da sua sensibilidade.

Recebeu aquela lição dos antigos a que se referia o autor das *Causeries du Lundi* quando escreveu:

«Como é bom reler algumas vezes os antigos nas suas grandes fontes! nelas se vê o sentimento humano unido às paisagens, mesmo àquelas de que o homem parece ausente.»

Talvez só em *O Inocente* D'Annunzio se tenha evadido um pouco

de si próprio. Em quase tudo o mais, o Imaginífico permanece dentro de si mesmo.

Nunca escreveria esta frase de Flaubert, no II volume da sua curiosíssima *Correspondência* :

«Escrever é uma coisa deliciosa, deixar de ser o que se é e circular em toda a criação de que se fala!»

D'Annunzio nunca pensou sequer em deixar de ser o que era...

Túlio Hermil escreve na primeira pessoa, fala de si, mas parece falar de si a distância, desintegrado, cindido. Mantém uma certa frieza, cínica mas contrafeita, no relatar e analisar dos seus actos. Talvez D'Annunzio tenha querido vincar apenas os elementos psicológicos, em prejuízo da nitidez de certos elementos exteriores.

Presente-se que age ao invés das suas inclinações naturais. D'Annunzio busca, na generalidade da sua obra em prosa e da sua obra teatral, projectar em feixe, no *écran* do Infinito e no espelho da Eternidade, os elementos humanos da Vida. Daqui a sua tendência e o seu poder de ampliação.

Por isso há em D'Annunzio um tipo de homens dominante — o dos homens que aboliram toda a proibição. É certo que D'Annunzio procura transmitir, inculcar às suas personagens forças sobre-humanas e dotá-las de sentidos quase divinos. Embora os mistérios que as rodeiam, estejam para além e acima dos nossos mistérios porque a sua percepção e a sua intuição ultrapassam os apertados e esganantes limites das nossas — a potência resultante de todos esses dons não atinge uma clarividência e não alcança uma sabedoria que possam sobrepô-las aos seus mistérios e às suas angústias, conduzindo-as à inteira realização dos seus fins, ao total dispêndio construtivo das suas forças. Esses dons não têm uma liberdade ilimitada, nem possibilidades proporcionalmente sobre-humanas. Nenhuma personagem realiza a sua vida e o seu destino, frustrados pela fatalidade. Dão um salto mortal que as projecta fora da realidade e caem no vácuo. Eis uma espécie de nihilismo, não por negação, mas por excesso de afirmação.

D'Annunzio deforma a realidade?

Sim, deforma-a duplamente — como artista e como poeta. Toda a arte, diga-se o que se disser, é uma deformação da realidade, pelo menos das aparências comuns da realidade. A arte, submetendo-a a um plano, a uma ordem, a um sistema ou a um processo — contraria-a e deforma-a.

O artista é aquele que domina a anarquia dos elementos primaciais da realidade e os reúne e hierarquiza num conjunto. E o talento ou génio

do artista revelam-se então nas proporções, no equilíbrio e na harmonia dessa deformação, pois neste caso deformar não é falsear e tornar irreconhecível.

Deforma-a ainda como poeta, disse eu.

«A poesia, escreve Henri Delacroix em *Psychologie de l'Art*, é linguagem intelectual, linguagem emocional, linguagem musical.»

Ora, sendo linguagem intelectual, é um meio de conhecimento e é também um meio de transmissão desse conhecimento. É um caminho pelo qual se busca conhecer e atingir a verdade — conhecê-la, atingi-la e *revelá-la*. A missão do poeta é a missão de João Baptista: — dar testemunho da Verdade.

Mas a verdade esconde-se no meio de um labirinto. São múltiplos os caminhos que lá conduzem e muitas são também as estradas que dela afastam.

Quando envereda por estas, o poeta gera e cria a sua verdade. Assim sucedeu com D'Annunzio: na sua obra há a verdade d'annunziana que não é a nossa verdade, que está tão longe da verdade católica que conduziu a sua obra, justamente, à condenação do *Index* que a anatematizou ⁽⁸⁾.

É uma verdade de essência poética, venenosa como suco de mandrágora ⁽⁹⁾.

Não é virgem, não tem donzelia, é uma verdade fecundada infatigavelmente pela imaginação d'annunziana. Não está nua, está pelo menos vestida com as jóias das imagens e das analogias do Imaginífico. Porém, não é virgem, nem casta, nem pura.

(*Continua*).

FRANCISCO MARTINS DA COSTA (ALDÃO).

A ALMA AMOROSA DE CATULO

(Continuação da pág. 19 — Conclusão)

CAPÍTULO VII

Ao redor da Mulher

AMOR ROMÂNTICO

NA sua exaltação amorosa Catulo foi muito mais intenso que extenso: refiro-me à estreiteza do seu campo amoroso, à falta de imagens, ao esquecimento do poder metamorfoseante do amor. Entre ele e a amada não se interpõe, como auxiliar necessário e como expressão imediata do amor que os unia, um mundo de seres e episódios que noutros autores são recurso belíssimo e significativo.

Questão de temperamento ou de estética?

Inclino-me a aceitar a interferência da paixão proibindo o poeta de se entregar, brincando, a invenções subtis.

É possível, por ser assim, que alguém opine perder Catulo certa potência emotiva, o classifique de banal, afastado do calor de vulcão que Tibulo vomita quando afirma a vontade de passar a trabalhador de enxada, ou escravo sujeito às grilhetas e açoites, de roubar, matar e cometer sacrilégios, se ao fim obtiver a ambicionada e ambiciosa Nemesis. Será indiferente Catulo, se o compararmos, por exemplo, aos dois corações insistentes, graciosos e simples, do formosíssimo «Canto de Magali»? É este um episódio do poema *Mireia* de Mistral a testemunhar encantadoramente o engenho da psicologia amorosa em ambos os sexos.

Magali é requestada por um rapaz que vê nela a maior felicidade. Esquiva-se só por capricho e tática, para ver até onde é capaz de ir o sacrifício do pretendente; nega e promete fugir dele cada vez mais,

transformada em peixe, ave, gota de água, nuvem, etc. A maldosa, porém, não leva a melhor, graças ao amor do que a deseja.

Ouçamo-los nessa amigável porfia:

O Magali, ma tant amado,
 Mete la tésto au fenestroun!
 Esconto un pau aquesto aubado
 De tambourin e de viouloun.

— O Magali! se tu te fas
 Lou pèis de l'oundo,
 léu, iou pescaire me farai,
 Te pescarai!

— O Magali, se tu te fas
 L'aucèu de l'aire,
 — léu lou cassaire me farai,
 Te cassarai.

— Se tu te fas l'eigueto lindo,
 léu me farai lou nivoulas,
 E léu m'enanarai ansindo
 A l'Americo, perabas!

— O Magali, se tu t'envas
 Alin is Indo,
 L'auro de mar léu me farat
 Te portarai!

— O Magali, se tu te fas
 La pauo morto,
 Adounc la terro me farai,
 A qui t'aurai!
 — Auro coumence enfin de crèire
 Que noun me parics en risènt.
 Vaqui moun aneloun de vèire
 Pèr souvenènço, o bèn jouvent!

— O Magali, me fas de bèn!...
 Mai, tre te vèire,
 — Ve lis estello, o Magali,
 Coume an pali! (1).

Notável identidade de sentimentos insaciáveis, quer no poema de Mistral, quer na obra de Catulo, havendo esta diferença externa: Catulo oferta-nos ao nu a violência da sua vida interior; Mistral cobre-a com o véu matizado da fantasia. Aquele despede setas ao coração, rudemente, friamente; este é qual malabarista a fazer jogos de inteligência com todo o encanto espiritual de esteta enamorado.

Tendo em consideração, repito, a forma poética, haverá motivo para colocar Catulo em plano secundário, fazendo dele um amoroso vulgar?

Na minha maneira de ver não há, e, se fosse chamado a depor nesta questão, eu diria que o poeta veronense emociona mais, enternece e prende mais fundo, nas fibras que o coração reserva às dores maiores e onde existe calor de sangue em lugar de suavidade de perfumes: era um romântico.

Já no princípio deste estudo tive oportunidade de aproximar Catulo

(1) Mistral, *Mireille*, Canto III.

e Almeida Garrett, e agora reconheço ser ocasião propícia para reafirmar o seu carácter romântico.

Não o temos nós visto dominado continuamente pela Mulher por causa de quem ataca, fere e ri, que ele estima mais que olhos da cara, que nunca esquece apesar das razões de sobra que para isso possuía?

Doido de amor, no amor via a maior riqueza; com ele se julgava o único mortal digno de inveja!...

Consideradas em paralelo com as dos românticos, a vida e obra de Catulo davam-nos materiais sólidos para a repetição do conceito anti-quíssimo que nada de novo existe sob a roda do sol; até o sentimentalismo-pieguice que obriga a chorar insignificâncias, a suspirar sem motivo plausível o afectou, como aos literatos do século XIX. Vejamos.

Naquele tempo em que o poeta não precisava de cansar-se, como os nossos Argonautas na Ilha dos Amores, à cata dos prazeres que o convívio da amada lhe proporcionava, tempo inesquecível de que deixou esta memória:

Fulsere quondam candidi tibi soles,

antes dos aborrecimentos da desilusão que posteriormente provocaram o triste adeus, Catulo divertia-se com tudo que era motivo de distracção para Lésbia.

Assim como hoje há predilecção por cães de vários tamanhos e cores, delícia de certas mulheres — mães caninas — que lhes dão um lugar à mesa e cama e os beijos da sua boca, assim no tempo de Catulo a havia pelos pássaros de voz melodiosa e penugem variegada.

Se esta preferência servisse de critério de classificação dir-se-ia serem as Romanas mais limpas que as mulheres do século XX...

A amante do poeta teve um desses cobiçados pássaros, que um dia foi devorado pelas trevas do Orco, em virtude da velhice, doença ou qualquer outro acidente. E daí?

Não bastaram as lágrimas da dona ao prantear do defunto; foi preciso que Catulo fizesse em verso convite público à comiseracção de todos:

Lugete, o Veneres Cupidinesque,
Et quantum est hominum uenustiorum.
.....
O factum male! o miselle passer!
Tua nunc opera meae puellae
Flendo turgidoli rubent ocelli.

As lágrimas vertidas são, quero crê-lo, lágrimas de piedade e solidariedade; mas elas só merecem respeito quando secretas e longe de convulsões espectaculares. Mas Catulo não foi discreto no seu chorar: veio para a rua fazer apelo à dor pública como qualquer agente funerário.

No entanto, pondo de parte o muito que aqui há de artificial, alguma coisa fica a marcar-nos a intensidade amorosa do poeta sentimentalista-piegas que, felizmente, o foi tão de fugida.

Não o tivesse dominado a paixão, tivesse esta permitido medir as conveniências, e o poeta, usando o seu espírito crítico, escreveria de forma bem diferente. Tal não sucedeu; Lésbia vivia nele, e Lésbia tinha de chorar a ave a que dispensara carinhos maternais em paga de momentos fugazes de prazer ⁽¹⁾.

(1) Um as passagens de *Sapho*, de Afonso Daudet (*), insinuam como é eterna a leviandade feminina. Ei-las: «A Rosária naquele momento interrompeu a leitura, dirigiu a palavra ao saquitel que lhe saltava preso pelo cordão:

— Vê se estás quieto, ouviste?

Depois, dirigindo-se à gerente num tom de quem ordena:

— Dá-me depressa um torrão de açúcar para o Bichito.

Fanny levantou-se, levou o açúcar que aproximou do saco com mil gaifonas e palavras infantis.

— Olha que lindo animal, disse ela para o amante, mostrando-lhe todo envolvido em algodão em rama, um como que enorme lagarto disforme e granuloso, com uma espécie de crista denteada, a cabeça em capelo sobre uma carne friorenta gelatinosa, um camaleão que da Argélia haviam mandado a Rosa e que esta preservava do inverno parisiense à força de cuidados e de calor. Adorava-o como nunca amara homem algum; e João compreendia perfeitamente, pelas bajulações animadas de Fanny, a importância de que o horrível animal gozava na casa (...). De Petier, o músico que João encontrou ao sair de um armazém da rua do Bac, agarrava-se a ele com uma necessidade de efusão que não condizia nada com as suas feições impassíveis e duras de homem de negócios e contava-lhes o martírio do pobre Bichito, morto pelo inverno parisiense, encarquilhado de frio, apesar das pastas de algodão, da lamparina de espírito de vinho, acesa havia dois meses debaixo do seu nicho, como se faz às crianças nascidas antes do tempo. Nada pudera impedi-lo de tiritar, e na noite antecedente, quando todos estávamos à volta dele, um último arrepião sacudiu-o da cabeça até à cauda, e morrera como bom cristão, graças à porção de água benta que sobre a sua pele rugosa, onde a vida se esvaecia em cambiantes de cores, em movimentos da prisma, a mamã Pilar derramara dizendo com os olhos em alvo: «Dios loui pardonne.»

Eu ri do caso, mas apesar de tudo estou muito apoquentado; principalmente quando penso no desgosto da minha pobre Rosa, que deixei lavada em lágrimas... Felizmente esteve Fanny ao lado dela...» (pág. 97 e 185-6).

(*) Afonso Daudet, *Sapho*, tradução do Dr. Carlos José de Meneses.

Muita falta fazem os filhos para evitarem a algumas mulheres mui frequentes aberrações sentimentais, e aos poetas apaixonados o desbarato do seu estro com futilidades ridículas!

.....
E aqui está como foi o amor a Lésbia: total, absorvente, feito de ciúmes doridos, de consolações íntimas, de risos irónicos, de sátira, desespero, ódio; foi, numa palavra, o amor dos amores de Catulo, o único que logrou encher plenamente a sua alma de poeta colocando-o entre os grandes amorosos de todos os tempos.

CAPÍTULO VIII

Epílogo

... e foi assim que eu vi Catulo com os meus olhos, sem apresentações de ninguém, sem aderir cega e precipitadamente aos sons que a seu respeito por mim passavam.

Não me sinto arrependido do método que me levou a concluir com prazer a minha verdade.

Ser-me-á lícito dizer «a minha verdade»? Talvez.

Todos nós temos, por vezes, maneiras de ver que colidem com as de outrem; as nossas interpretações dos homens e das coisas nem sempre recebem aprovação; a evidência imediata não paira em tudo para revelar aos olhos da alma a força axiomática do que se pretende compreender; há daltonismo das cores, há daltonismo das ideias.

Desta maneira, natural será encontrar refutação o que afirmo, o que considero verdade: Catulo não é o típico D. João.

Teve, é claro, em grau maior ou menor, por ser homem, por se sentir humano, aquela parcela de donjoanismo comum a todos os rapazes, mas sem recusar na sua alma guardida aos sentimentos nobilitantes da vida e que são indiferentes para tantos dos nossos dias.

Que jovens se preocupam hoje em procurar com ansiedade a satisfação espiritual assente no dever religioso, no serviço da Pátria, no amor à família?

Quantos deles reconhecem, como o nosso Poeta, a beleza da paisagem e a saúde do campo, em cuja contemplação a alma se vê remoçar?

Não quero olhar e ver em Catulo a etiqueta de escritor de bordel, de encarnação donjoanesca, muito embora remotíssima. Procure-se compreendê-lo, e, para tanto, não se olvidem as circunstâncias que serviram de cenário à sua vida, e aqui se consideram moldura do seu retrato.

Tenho para mim que os seus carmes merecem a auscultação atenciosa dos «Diários» escritos por almas superiores, em que há realismo porque há vida, e vida da mais alta porque vivida pela alma e pelo coração, vida que é amor.

... e foi assim que eu vi a alma amorosa de Catulo.

A. SARAIVA DE CARVALHO.



Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1847

Guimarães há 100 anos

Março

Dia 1 — Vindos de Amarante chegaram aqui uns 15 soldados de cavalaria da tropa da Junta do Porto. Marcharam no dia seguinte para Braga. (P. L.).

Dia 2 — Vieram de Braga para fazerem serviço, os batalhões de Viana, Ponte de Lima, etc. (Patuleias). Para Fafe seguiu o batalhão de voluntários provisórios, desta vila, comandado pelo Salgado de Pardelhas. Seguiu, também, o batalhão de Fafe que aqui estava há tempos. A Câmara mandou officios a muitos indivíduos para que fardassem voluntários do batalhão desta vila, obrigando uns a fardar mais e outros menos, segundo as suas posses.

— A Santo António das Taipas chegou uma força de caçadores, vinda de Braga, que marchou outra vez para a mesma cidade. (P. L.).

— Pelas 10 horas da manhã foi preso numa casa, às Lages, Fr. Francisco Quatro Olhos, grande malvado e que também tinha fama de ladrão. O facto escandaloso (1) que deu motivo a esta prisão foi muito comentado e ainda a maneira como foi tratado pelos seus correligionários

(1) Tinha sido apanhado em flagrante delicto de transgressão do 9.º Mandamento.

A. de O.

políticos, pois era patuleia e a Patuleia é que o mandou prender e o maltratou. Atravessou o Toural no meio dos patuleias armados, levando um deles as armas que pertenciam ao preso, (uma clavinha e uma pistola) e depois de o terem metido na cadeia foram entregar as armas ao administrador. Eis a sorte dos maus que, mais cedo ou mais tarde, se não perseguidos pelos seus inimigos, o são pelos seus chamados amigos!!! (P. L.).

Dia 4 — Chegou aqui o Visconde de Azenha, que tinha vindo há dias para a Quintã, depois de ter estado no Porto onde foi agraciado pela Junta Governativa com o posto de coronel de cavalaria, (no tempo do Sr. D. Miguel tinha chegado a este posto, mas, pela Convenção de Evora Monte, não era senão capitão), e Inspector dos Batalhões Nacionais do Minho. A patuleia foi esperá-lo, isto é, o Juiz de Direito, Administrador, os escrivães Valentim e Saldanha, cirurgião Rabiços, e o Manco (António ferrador) da Senhora da Oliveira, etc. À sua entrada tocaram repiques em todas as torres e alguns vivas se ouviram mas foram dos rotos. O batalhão de voluntários de Viana foi esperá-lo à Estrada Nova. Eis a vergonha das vergonhas! O Visconde de Azenha que em 1834 era o maior dos miguelistas de Guimarães, tendo até organizado um batalhão de voluntários realistas, pela grande influência que a sua

família tinha nesta vila, a aceitar, em 1847, graças e comissões da Junta do Porto, que era composta de homens (e mais o seu partido) os mais liberais e até republicanos!!! Os realistas tinham dado o cavaco pelo comportamento deste seu antigo correligionário político. (P. L.).

Dia 8 — Saiu para Braga o batalhão de voluntários de Viana, Ponte do Lima, etc., que aqui estava há uns poucos de dias. Levou 20 e tantos recrutas. (P. L.).

Dia 9 — Vindo de Basto, chegou aqui o batalhão de Guimarães, (patuleia) que para ali tinha ido para fazer conduzir pão, dinheiro, cavalos e outras mais coisas, para irem para o Porto, mas de tudo trouxe pouco. O batalhão fez por lá toda a qualidade de maroteiras de que era capaz. Logo depois entrou um batalhão de Fafe, comandado pelo tenente-coronel Lobo, com música. Era também preciso que um batalhão de 50 homens trouxesse uma música; mas o sistema desta guerra era o haver quantos mais boletos melhor, e por isso era necessário mais este contrapeso. (P. L.).

Dia 10 — O visconde de Azenha passou revista aos batalhões desta vila e de Fafe. A revista foi no Terreiro do Cano. Em 1834 era o chefe dos realistas e em 1847 era o chefe dos malhados. Que bela transformação!!! (P. L.).

Dia 12 — Vindo de Braga chegou aqui o batalhão de caçadores n.º 2 (da Junta do Porto). Foi aboletado por boletos sendo tudo muito boa gente. O coronel (Cardoso) teve uns poucos de boletos, porque os Patrões o queriam mandar para a estalagem, ao que ele não anuiu dizendo que não era decente levar a bandeira para uma estalagem, e foi por fim para casa do Domingos da Costa Vaz Vieira, do Campo da Feira, onde ficou. (P. L.).

Dia 14 — Pelo meio dia chegou ordem de Braga para marchar para lá imediatamente o batalhão de caçadores n.º 2 que para aqui viera no dia 12. Formou logo e marchou naquela direcção. Chegando aos Quatro Irmãos teve ordem para retroceder, voltando a entrar aqui pelas 4 horas da tarde. (P. L.).

Dia 15 — Chegou o Barão de Almargem (Junta do Porto), com a força que estava em Braga, composta de 80 cavalos e dos regimentos de infantaria 2 e 12, fazendo ao todo mil homens. Foram aboletados militarmente e apesar de ser boa gente (toda a tropa da Junta do Porto que aqui tinha estado tinha-se portado muito bem), fez-se muito pesada por serem já tantos os aboletamentos e o povo não ter meios alguns, sendo a miséria pública muito grande. (P. L.).

Dia 16 — Saiu daqui, pela estrada de Amarante, o batalhão de caçadores 2. Também seguiu, na direcção da Póvoa de Lanhoso, o batalhão de voluntários de Guimarães, segundo se dizia para ir bater a gente do Padre Casimiro (miguelista). Com a saída deste chamado batalhão os habitantes da vila ficaram muito satisfeitos, pois tinha-se feito muito pesado por andarem os voluntários todos aboletados, (sendo quase todos daqui), e serem muito ruins de acomodar, preferindo todos aboletar soldados de linha. (P. L.).

Dia 18 — A brigada do Barão de Almargem (2 e 12 de infantaria e cavalaria) formou no Terreiro de S. Francisco, para serem castigados dois soldados que pilharam para as partes de Prado e iam fugidos para o partido da rainha. Levaram 600 e tantas chibatadas cada um. (P. L.).

Dia 19 — Saiu daqui, seguindo a estrada de Amarante, o regimento n.º 2, (da Junta do Porto e criado de novo, pois o

antigo foi aprisionado em Torres Vedras pelo Saldanha). Ficou cá o general Barão de Almargem, a cavalaria e o regimento n.º 12. (P. L.).

Dia 20 — Seguiu, na direcção de Amaranthe, o general Barão de Almargem, a cavalaria e o regimento n.º 12.

Dia 23 — Veio da Póvoa de Lanhoso uma escolta do batalhão de voluntários desta vila (patuleia) com alguns presos do mesmo batalhão que por ali tinham feito bastantes roubos. Não era de admirar porque o batalhão era composto quase todo de ladrões. Um dos presos tinha andado com os miguelistas tendo também sido preso por eles por ladrão. Quando o soltaram foi para o Porto e depois veio com o batalhão de Guimarães. (P. L.).

Dia 13 — Seguiram para Monte Rei, onde estava o batalhão, 20 e tantos voluntários que tinham vindo receber os seus fardamentos, (tinham sido dados por particulares obrigados pela Câmara não só a fardar estes como todo o batalhão).

Abril

Dia 2 — *Sexta-feira santa* — Não houve Procissão do Enterro, como era costume, porque, em virtude da guerra civil que há já tanto tempo assolava o reino, as Irmandades não tinham meios para fazer funções, por falta de pagamento dos juros. No dia de ontem fez-se exposição em todas as igrejas, mas com menos grandeza que nos outros anos. (P. L.).

Dia 3 — De manhã apareceu tudo coberto de neve, levando bastante tempo a derreter e havendo um intensíssimo frio. Toda a gente se admirou de haver tanta neve e tão tarde. Em algumas partes a neve subiu acima de 2 palmos de altura. (P. L.).

Dia 4 — A Comissão da Câmara Municipal (Patuleia) mandou deitar um bando a convidar os habitantes a pôrem luminárias por ser o dia do aniversário de S. M. a Rainha a quem a mesma Comissão tinha deixado de obedecer, tendo dito numa proclamação feita há tempos que Sua Magestade estava de má fé, pelo que em nada a reconhecia mas só à Junta do Porto, perseguindo os seus amigos e não cessando de dizer contra a rainha os maiores sarcasmos pela imprensa. A que ponto chegou a imoralidade e a pouca vergonha neste desgraçado tempo em que gemia Portugal debaixo da maior anarquia!!! A iluminação, quer fosse por medo, quer fosse por escárnio, foi quase geral, dando-se alguns foguetes e repicando os sinos das torres. (P. L.). À margem diz: — *os foguetes, foi só um.*

Dia 6 — O administrador do concelho mandou dar busca às casas de alguns miguelistas, (que não tinham feito junção com a junta do Porto), por lhe constar que tinham tido correspondências com alguns dos seus chefes.

— Chegaram alguns recrutas vindos de Basto para o exército da Junta do Porto. Foram no dia seguinte para Braga. (L. P.).

Dia 9 — Seguiu para a cidade do Porto uma conduta de carros de pão embargados, sendo acompanhada por alguns voluntários do batalhão desta vila (Patuleia) e mais alguns voluntários das Caldas de Vizela da companhia do Tranca, (também Patuleia) que há dias aqui estava. (A companhia das Caldas de Vizela tinha uns 17 a 20 voluntários, todos ladrões). O uniforme desta companhia era de farda de saragoça e gola amarela. À margem: *a Companhia das Caldas de Vizela passou, depois, para o batalhão desta vila e o capitão para comandante do mesmo.* (P. L.).

Dia 13—Chegou aqui o batalhão de voluntários desta vila (patuleia), que vinha das partes da Póvoa de Lanhoso, onde estava já há tempos, e nas suas imediações, praticando por lá muitas das suas gentilezas, isto é, roubos, desordens, etc. (P. L.).

Dia 14—Seguiu para Braga uma grande parte do batalhão que ontem aqui regressara. À formatura houve, na Praça do Toural, grande barulho feito pelos tais célebres voluntários, dizendo que queriam que lhe pagassem o *pref.* Prenderam um dos amotinadores, que foi logo solto.

—Chegou o batalhão de voluntários de Fafe, comandado pelo seu coronel Lobo, o qual vinha de Braga. Marchou no dia seguinte para Fafe. (P. L.).

Dia 19—Voltou para as partes da Póvoa de Lanhoso o resto do batalhão de voluntários desta vila em consequência do Padre João do Cano, vulgo o Presbítero, andar por aqueles sítios com uma guerrilha miguelista, mandando tocar os sinos a rebate para se juntar gente. Este guerrilheiro era miguelista puritano.

—Veio para comandante do batalhão um coronel anistiado de Évora. Esteve pouco tempo. (P. L.).

Dia 22—Foi preso aqui o Juiz de Fora de Vila Real e outro sujeito, (o Juiz de Fora era do tempo em que tinha estado em Vila Real o Macdonel), os quais andavam em comissão pelo partido miguelista, isto é pelos partidários que não tinham feito junção com a Junta do Porto. Este Juiz de Fora já aqui tinha estado na ocasião em que também aqui esteve o Loco Tenente do Senhor D. Miguel, o conselheiro Cândido. Foram logo soltos. (P. L.).

Dia 25—De madrugada tentaram fazer um roubo para as partes de Fafe, fre-

guesia da Costa, havendo muito fogo que o povo deu para fazer fugir os ladrões, vindo até esta vila para levar força. Quando o capitão Tranca, comandante do batalhão, chegou aos quartéis para mandar gente para perseguir os ladrões, não achou nenhum dos voluntários, nem as armas, inferindo-se daqui que foram os próprios voluntários os autores da tentativa de roubo. Muitos outros roubos se tinham feito nos dias anteriores, em diferentes aldeias. (P. L.).

Maio

Dia 2—Prendeu-se muito para soldado, tanto nesta vila como nas freguesias do concelho, por ordem do Governador Civil de Braga. Este recrutamento era para aumentar as fileiras do exército do Porto. (P. L.).

Dia 4—Seguiu para Braga uma leva de recrutas. (P. L.).

Dia 22—Chegou o batalhão que há tempos tinha ido para os lados de Vieira, Póvoa, etc. Foi esperado em Santa Luzia por alguns voluntários que aqui estavam de guarnição. (P. L.).

Dia 29—Seguiu para Braga o batalhão de voluntários desta vila, dizendo-se que de Braga iria para as imediações de Valença. (P. L.).

Dia 31—Chegou o batalhão de Fafe, composto de uns 60 homens. Marchou no dia seguinte para Braga. (P. L.).

*

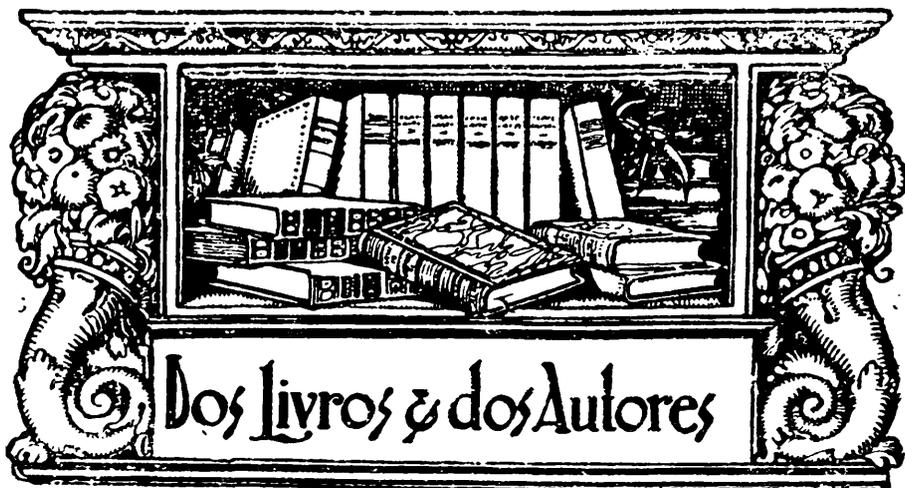
No fim deste mês ainda se achava o Reino lutando com a guerra civil que muitos estragos tinha causado, conservando-se a Rainha em Lisboa e a Junta no Porto, tendo aquela bastantes forças

e esta ainda mais, (pela junção que os *miguéis* fizeram com ela), saindo do Porto, nestes últimos dias, o Conde das Antas com uma expedição de dois mil e tantos homens de tropa de linha em três vapores e outras embarcações mercantis, ignorando-se o seu destino. Esta expedição foi aprisionada toda e o seu comandante, no dia de hoje, logo fora da barra do Porto, por embarcações inglesas, espanholas e portuguesas, sendo toda a

tropa desarmada e remetida para Lisboa. Este acontecimento pôs a cidade do Porto em grande alarme e confusão, principalmente a Patuleia porque perdeu o seu general em chefe, uma bonita divisão e sofreu grande desengano com a interferência das nações estrangeiras contra a Junta do Porto. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA †.





ALARME EM BERLIM, por *Helena de Lichterfeld*. Portugalia. Lisboa, 1946. 189 págs.

É mais um livro de guerra, mas profundamente vivido e sentido. A Autora, que supomos alemã de nascimento e conhece muito bem a nossa Língua, procurou e conseguiu dar uma visão, embora breve, do que foi a vida no III Reich, particularmente em Berlim, no último ano da tremenda guerra há pouco acabada.

Escrito com imparcialidade (e nunca é de mais louvar esta qualidade numa época em que ela tão rara se mostra), consegue comunicar-nos o *frisson* da tormenta.

Assistimos aos bombardeamentos aéreos da capital alemã, ao deflagrar das potentíssimas bombas lançadas pela R. A. F. e pelos pesados bombardeiros americanos, vemos, fisicamente vemos, a velha capital de Frederico II desmoronar-se bairro por bairro, casa por casa, parede por parede, ruindo com fragor bairros inteiros, que logo eram presa das chamas.

E apreendemos um pouco da psicologia do cidadão alemão, já habituado a tais espectáculos de horror, correndo à cave ou

ao abrigo anti-aéreo munido do seu jornal, do seu aparelho de rádio ou do seu livro, enquanto as mulheres não esqueciam o *tricot* ou a costura, como se fossem para a mais inocente reunião familiar!...

Divide-se o livro em duas partes. A primeira é composta por uma série de quadros que nos ajudam a visualizar a vida em Berlim durante o final da guerra. A segunda — que a distinta Autora subintitula *Episódio da «Résistance»* — é a história breve e um pouco romantizada, talvez para lhe dar feição mais atraente, dos amores de um jornalista francês, ao serviço da Resistência, e de uma espia alemã da Gestapo que vem por fim a suicidar-se quando verifica que, não só o francês dela se servira para poder ir ao próprio coração de Berlim trabalhar pela libertação da França, como também que as actividades ocultas do mesmo haviam sido descobertas pela temível organização de que ela era um dos mais eficazes e passivos agentes.

Escrito com o coração e com o cérebro, este livro nada tem do *appel à la sensation* de que enferma a maior parte dos livros de guerra publicados desde 1940 para cá.

Tem humanidade e tem verdade. A mui-

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

tos dos episódios se mistura a própria Autora, o que lhe dá cunho de veracidade e de verdade que falta a muitos outros. E, contrariamente ao que poderiam esperar certos espíritos por demasiado chauvinistas, nele não há uma palavra de recriminação nem de ódio. Esse é, a nosso ver, o seu maior elogio.



STORIES OF THE FORTIES, editadas por *Reginald Moore e Woodrow Wyatt*. Vol. I. London. Nicholson & Watson, 1945. 256 págs.

Começam neste volume a coligir-se as novelas mais interessantes publicadas em revistas inglesas desde 1940 a 1944, hábito muito inglês e que desejaríamos que em Portugal se seguisse, incluindo em volume novelas portuguesas e brasileiras, que muitas vezes se perdem nas publicações efémeras onde foram editadas.

No volume que temos presente, em que há novelas das mais variadas origens, nem tudo é de igual mérito. Algumas das *stories* são francamente banais, muitas em estilo irregular e com sabor que só pode sentir quem viver no ambiente a que se reportam.

Mas, em contrapartida, há novelas de grande beleza e emoção, à frente das quais pomos esse sentido *Outback*, de Victor Kerschaw, cujo lancinante final é admirável. Trata-se de uma novela superior a muitos romances pela naturalidade, pelo poder emotivo, pela humanidade que nela perpassa, história triste de uma rapariga inglesa que, durante a outra Grande Guerra, casou, um pouco levemente, com um soldado australiano, vítima constante da bebida.

A Game Cock, I am Lazarus, The Proud Woman, The Tournament e The Swan, respectivamente da autoria de Michael Mchaverty, Anna Ravan, Maura Laverty, William Sanson e Pamela H. Johnson,

são as outras novelas de mais forte poder emotivo e que nos dão bem a conhecer as possibilidades e recursos dos novelistas ingleses da segunda Grande Guerra. Uma há, a inicial, *Staggered Holiday*, por Osbert Sitwell, que decorre na época dos terríveis bombardeamentos aéreos de Londres. *The Tournament*, mesmo, é novela que só poderia ter sido escrita por quem viveu os dias lancinantes da recente luta selvagem, sendo uma crítica finíssima da nossa civilização mecanizada, em que os valores espirituais são esquecidos e só louvada a máquina como ideal supremo de uma civilização.

De esperar é que um novo volume de colectâneas nos dê em breve as mais interessantes novelas publicadas em Inglaterra a partir de 1944.



A TERNURA QUE ME DESTE, por *Elísio de Vasconcelos*. Livraria Figueirinhas. Porto, 1945. 93 págs.

Pequena colectânea de versos cheios de romantismo, repassados de inspiração exclusivamente amorosa e tocando apenas a velha tecla do amor, em que tudo já foi dito e que só em forma inédita e verdadeiramente superior hoje se justificaria se tratasse.

Os sonetos — o eterno soneto de que os nossos poetas têm usado e abusado, sobretudo abusado, esquecidos de que só numa forma superior e impecável se deve apresentar — são de inspiração corrente, tecnicamente correctos, mas moles. Outras composições em metro vário contêm o volume, entre as quais merecem destacar-se algumas quadras, bem trabalhadas, é certo, mas em que não há vislumbres daquela simplicidade e frescura das composições populares ou das admiráveis quadras de Correia de Oliveira, mestre incontestável de quadras, muito superior mesmo a Lopes Vieira.

Como estreia, o livro do sr. E. de V. não sobressai nesse *mare magnum* de colectâneas poéticas que dormem nos escaparates dos livreiros. Revela, contudo, qualidades que, bem orientadas, dele poderão fazer um poeta apreciável.



PAZ, por *Amorim de Carvalho*. Edição do Autor. Porto, 1945. 31 págs.

É este poemeto um dos primeiros que em língua portuguesa traduziram a angústia do homem actual perante o maior cataclismo da História. Nele o Autor, em re-

dondilhas de recorte harmonioso, embrecha uma fábula simbólica, vasada em linguagem da mais pura água, profligando a guerra e profetizando a paz, a paz bendita e fecunda, mãe da Civilização, só possível, porém, sobre a Terra

< até que todos compreendam,
até que todos entendam
que, sem o amor, tudo é nada;

e que

< só o Amor põe um destino
na grande noite sem termo
por onde caminha o Homem!... >

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

Anto, o Poeta da Saudade e Noite de estrelas (contos), por *Antero Vieira de Lemos*.

Camilo romântico, por *Alberto Xavier*.
Água forte, por *Leão Martins*.

Livro do amor, da beleza e da morte (poemas) por *António Porto-Além*.

Oferta dos Editores:

Edições «Gama» — Lisboa:

1 — *O Novo Estado*, por *Vítor Pradera*.

2 — *O Problema da Dor*, ensaios de *C. S. Lewis*.

Edições «Pro Domo» — Lisboa:

O Cardeal Cerejeira (fasc. 7 e 8).

S. N. I. — Lisboa:

Unidos em prol da Nação.

Instituto Britânico — Lisboa:

1 — *English Glass*, por *W. B. Honey*.

2 — *Life Among the Scots*, por *Janet A. Smith*.

COELHO DA ROCHA E CAMILO CASTELO BRANCO

Ao Dr. ALEXANDRE DO AMARAL .

AQUI há anos, no *Diário da Manhã*, quando ele era dirigido, com nobreza e elegância, pelo dr. Miguel Braga, que eu ainda conheci em Coimbra, bicho do Liceu, mas muito afeiçoado à espuma rebelde dos universitários, aqui há anos, no *Diário da Manhã*, o dr. Alexandre do Amaral reeditou, quase despidas de comentários, as anotações que o homem de Seide deixou escritas nas margens do seu exemplar do *Ensaio sobre a história do Governo e da legislação de Portugal*, do velho, conhecido e autorizado Professor da Universidade de Coimbra, Manuel António Coelho da Rocha.

Essas anotações, tinham vindo à luz, pela primeira vez, em 1895, no *Archivo bibliographico*. O dr. Alexandre do Amaral reeditou-as, e fez muito bem, porque o *Archivo bibliographico* é espécie rara.

Quando as li, anotei-as, porque Camilo Castelo Branco foi, algumas vezes, injusto, noutras vezes, leviano. E no seu juízo sintético, ultrapassa os limites.

Eis a sua apreciação de conjunto:

«Não obstante os gabos de A. Herculano, este livro é pobrissimo e tem muitos erros chronologicos. As auctoridades em que se funda são de tão vulgar uso que assim se prova a deficiencia de subsidios que assistiram á formação do Compendio. O que mais me espanta é ser este ainda o livro por que se estuda na Universidade. Os erros da 1.^a edição apparecem nesta 3.^a Isto demonstra a sciencia do lente que occupa a cadeira de *Direito patrio*. 1876.»

Temos, pois, que, em 1876, Camilo Castelo Branco, utilizando a terceira edição do livro de Coelho da Rocha, que é de 1851, sentenciava:

- 1.º) pobríssimo;
- 2.º) com muitos erros cronológicos;

3.º) as autoridades em que se funda são vulgares, o que prova as deficiências de subsídios do autor;

4.º) os erros da 1.ª edição aparecem na 3.ª, o que demonstra a ciência do lente que ocupava a cadeira do Direito português.

Assim apreciava aquela obra, em 1876, o autor do *Bazílio Fernandes Enxertado*.

O que temos, desde já, a fixar é que o sábio Coelho da Rocha morrera em 1850 — pelo que nem podia ser responsável pela terceira edição do seu livro que é de 1851, nem ocupava, em 1876, — vinte e seis anos depois da sua morte, a cadeira de Direito português. Dever-se-á interpretar a quarta alínea da sentença condenatória de Camilo, como querendo significar que ao professor de Direito português de 1876 cabia a obrigação de ter emendado os «erros» da terceira edição, a de 1851?

Em 1867, já circulava, e era essa a adoptada na Faculdade de Direito, a edição de 1861, como pude averiguar pelo *Annuario da Universidade de Coimbra*, relativo ao ano lectivo de 1867 a 1868. Em 1876, o livro era efectivamente aquele, mas não sei em que edição andava. O professor era, nesse mesmo ano, o dr. Pedro Augusto Monteiro de Castelo Branco.

Camilo devia ter averiguado, antes de fazer o seu juízo, se no ano de 1876, era a edição de 1851, a por que os estudantes aprendiam.

* * *

Julguemos nós, agora, as anotações de Camilo. Exclui as de carácter subjectivo, bem como as simples correcções tipográficas.

1.º

Coelho da Rocha escrevera: «vê-se que (os Povos da Peninsula anteriores aos Romanos) adoravam tambem o Sol, a Lua, Hercules, e talvez Minerva...» (§ 3).

Camilo comentou: «Tolice. Hercules e Minerva são criações romanas. Na Grecia davam-se outros nomes a estas divindades desconhecidas fora do mundo civilizado...».

O comentário de Camilo é obscuro. Diz, primeiro, que Hércules e Minerva são criações romanas. Diz, depois, que na Grécia, essas divindades tinham outros nomes.

A segunda parte é verdadeira. Hércules era, em grego, *Heraklés*; e

Minerva era a *Athenā*, *Athenaie*, *Athène*, dos gregos. Também estes lhe chamavam *Pallás Athène*.

Tolice, o que escreveu Coelho da Rocha? Tanta, como a afirmação de Camilo de que aquelas divindades eram desconhecidas fora da Grécia, pois está sabido que *Heraklés* era o nome grego da divindade fenícia *Melkart*.

2.º

Coelho da Rocha escrevera, a propósito dos Lusitanos: «... a rigidez e frugalidade assim na comida e bebida, como no vestido...» (§ 5).

Camilo observa: «Frugalidade no vestido! é boa».

Pois não é boa. É má...

É escusado ir a textos latinos. O Morais e Silva exemplifica: «a frugalidade da *mesa, nas despezas, alfayas, moveis, etc.*».

3.º

Coelho da Rocha escrevera: «...jejuavão (os Priscillianistas) duma maneira alheia da pratica da Igreja» (§ 15, in fine, nota).

Camilo corrigiu, incluindo a expressão «da pratica», que figura na 2.ª edição (que é a da minha livraria), e, pelo visto, caiu na 3.ª edição, que é a de Camilo.

Tal queda não é da responsabilidade de Coelho da Rocha.

4.º

Coelho da Rocha escrevera: «Porem a marcha, o systema e o espirito das Leis era com pequenas alterações o da epocha antecedente» (§ 46).

Camilo emenda o verbo e o nome predicativo: «eram os».

Coelho da Rocha errava? Não se dá, aqui, a circunstância que habilitou Herculano, por exemplo, a escrever:

«Em tal sorriso

O pasado e o futuro estava impresso,

E da sua alma a dolorosa noite.» (*Poesias*, pág. 154),

ou levou Camões a compor, nos *Lusíadas*:

«O potestade, disse, sublimada

Que ameaço diuino, ou que segredo,

Este clima, & este mar nos apresenta,

Que môr cousa parece que tormenta?» (V, 38)?

5.º

Na terceira edição de Coelho da Rocha, Camilo encontrara: «O Concílio de Coyança porem sujeitou-se á de S. Bento» (§ 53).

Repôs o texto verdadeiro que leio na segunda edição: «...sujitou os...».

6.º

Na terceira edição do *Ensaio sobre a Historia*, leu Camilo: «A jurisdicção...» (§ 169).

E emendou: «A sua jurisdicção...».

Quer dizer: repôs o verdadeiro texto — que está na segunda edição.

7.º

Coelho da Rocha tinha escrito: «A maior parte (dos judeus) ...aceitarão o baptismo» (§ 194).

Camilo emendou o verbo para «aceitou».

A emenda é impertinente. A sintaxe de Coelho da Rocha é perfeita e clássica. São aos milheiros, os exemplos do sujeito colectivo, da palavra substantiva de significado colectivo, com o verbo no plural.

8.º

Coelho da Rocha, falando dos Prelados da época, e depois de se referir a Bartolomeu dos Mártires, Jerónimo Osório, António Pinheiro e Amador Arrais, enuncia «S. Francisco Xavier, um dos primeiros jesuítas...» (§ 213).

Camilo observa: «Espanhol. Este Coelho da Rocha tinha ignorancias incríveis!»

O dr. Alexandre do Amaral anota: «Camilo foi talvez precipitado neste comentário».

Onde me parece que Coelho da Rocha deslizou, foi em incluir o jesuíta entre os Prelados. Não tendo aludido à sua naturalidade, a observação de Camilo é descabida.

9.º

Coelho da Rocha escrevera: «Entretanto, o brio e coragem nacional, e o zelo pelo bem publico estava de tal maneira defecado no coração dos portugueses...» (§ 214).

Camilo, não esbarrando, aqui, na concordância, anota: «Não conhece o valor da palavra *defecado*; é *limpo, purgado, purificado*, etc.».

É. Mas Fr. Domingos Vieira traz: «Figurada e popularmente: emagrecer. — Este homem está *defecando* a olhos vistos.»

10.º

Coelho da Rocha escrevera: «...o sangue, a genealogia, e os braços até ahi davão á fidalguia hereditaria».

Camilo risca o segundo substantivo que substitui por *gerarchia*, e esclarece: «genealogia é o tratado das gerações ou linhagens e não se pode tomar como *sangue, nobreza*, etc.».

Não pode. Mas Coelho da Rocha, se vivesse em 1876, abria os *Lusíadas*, e leria a Camilo Castelo Branco:

«Mandasme, o Rei, que conte declarando,
De minha gente a grão geanalosia...» (III, 3).

O que o Rei de Melinde queria que o Gama lhe descrevesse não era nenhum tratado de Genealogia, igual aos de Heráldica ou Nobiliarquia; mas sim a história, precisamente, da nobreza, do sangue, da linhagem da gente que o Navegador representava.

11.º

Coelho da Rocha escreveu: «Inconvenientes que a comprometerão» (in sumário do artigo VI da 7.ª epocha).

Camilo observa: «Galicismo improprio de quem escrevia limpamente.»

Fr. Francisco de S. Luís já o achava de cotio, embora preferisse que o substituíssem por termo lldimamente português. Mas isso é o menos. Camilo que embirrava com o termo *comprometter*, no sentido em que é

galicismo, não se furta a usá-lo. Os exemplos, ou casos, pode o leitor encontrá-los no notável trabalho do Conde de Pinheiro Domingues, *Camilo e as caturrices dos puristas*, 1, pág. 10, nota 3. Este livro saiu sob o pseudónimo de João Curioso.

12.º

Coelho da Rocha escreveu: «...e a alliança militar deu ao Gabinete Inglez um ascendente decidido sobre o Governo e sorte de Portugal» (§ 271).

Camilo objecta: «Não é portuguesa a palavra com tal sentido. Ascendente usa-se como antecessor, progenitor, etc.»

Ascendente, no significado de *predomínio, influência*, é galicismo? Toda a gente diz que sim. Bluteau confessa que estava a encontrá-lo a miude em discursos académicos. Mas a mim, parece-me que é mais castelhanismo do que galicismo. E sendo assim, se a palavra é clássica em castelhano, bem podia ter dado origem, o castelhano *ascendiente*, ao português *ascendente*, e sabe-se lá quando!

13.º

Coelho da Rocha escreveu: «Os fabricantes portugueses... não poderão competir no mercado» (idem).

Pelo visto, na terceira edição passou o verbo no singular — «*pôde* competir», porque Camilo emendou à margem «poderam», como estava na segunda.

14.º

Coelho da Rocha escreveu: «Entre os Bispos memoráveis desta epocha merece ser especialmente lembrado *D. Rodrigo da Cunha*» (§ 306).

Camilo observa, com sarcasmo mal escondido: «*D. Rodrigo da Cunha* no tempo de *D. José!*».

Sim, realmente, colocar-se o Arcebispo de Lisboa no tempo de *D. José* era caso para se ser reprovado *nemine discrepante*. Mas onde foi que Coelho da Rocha disse tal disparate?

Em primeiro lugar, o douto professor da Universidade continua: «...*D. Rodrigo da Cunha*, o qual se distinguuiu nos principios do

sec. 17... e durante o governo dos Filippes foi occupado nos negocios politicos de maior importancia. Morreu em 1643.»

Quem escreve isto não pode dar aso a que se afirme que ele colocou D. Rodrigo da Cunha no tempo de D. José. A expressão «desta epocha» que levou Camilo Castelo Branco à censura injuriosa tem que ser interpretada em face da obra. Esta é dividida em sete épocas: e a sétima abrange o período que vai desde a occupação de Portugal por Filipe 2.º de Espanha em 1580... até à morte de D. João 6.º, em 1826.

Portanto, Coelho da Rocha, collocando o Arcebispo de Braga e de Lisboa nesta época, não errou, não descarrilou, não traiu a cronologia. Camilo Castelo Branco é que foi vítima de uma irreflexão.

A única emenda justa e certa é a que fez Camilo àquilo que é incrível que tivesse caído de pena douta como a do professor da Universidade, ao escrever: «Os fins deste Instituto (o da Ordem Religiosa chamada da *Companhia de Jesus*) indicados pelo Papa Júlio III na Bula da sua criação de 1650...» (§ 208, nota 2).

Camilo corrige, e bem: «Paulo. Data errada a verdadeira é 1540.»

Efectivamente, a Bula que fundou a Companhia de Jesus é de 27 de Setembro de 1540, e quem a subscreve é Paulo III. Chama-se *Regimini militantis Ecclesiae* (in *Mon. Hist. Societ. Jesu, Mon. Ignatiana*, séries III, tomo 1.º, doc. n.º 7).

* * *

Fica, desta forma, demonstrado que a sentença condenatória que o homem de Seide lavrou contra o livro de Coelho da Rocha, em 1876, não corresponde à realidade dos factos, porque, à excepção de um lugar, nenhuma base têm os pontos alegados.

Lisboa, Sexta-feira da Paixão, 1947.

ALFREDO PIMENTA.

Nossa Senhora da Conceição

no culto português de Maria e da sua pureza

(Continuação da pág. 41 — Conclusão)

TODAS as fases da vida humana e maternal da Virgem deram aso a nomes e invocações, todas correspondentes a fases semelhantes na vida humana, e especialmente na vida feminina.

De cada mistério mariano, de cada atitude ou sentimento de humanidade virginal de Maria, nos ficou lembrança e suporte para as aflições ou para as esperanças. Não quebram nunca a unidade pessoal e celeste de Maria. É como cada um dos vidros coloridos e luminosos de enorme, enormíssimo, farol nos caminhos da vida; faz parte de um todo uno e homogénio, que é a luz do farol, coada por tantos vidros, quantos a circundam e protegem ou cobrem. É sempre a mesma, a Virgem de todos os chamamentos! As nossas angústias é que são inúmeras. E Ela é imensa, para acudir a todas, para atender a todas as súplicas e a toda a gente.

Anunciação, Anunciada, Conceição, Encarnação, Pureza, Expectação, Visitação, Natividade, Purificação, Apresentação, Mãe de Deus, Dores, Angústias, Piedade, Encontro, Martírio, Pranto, Calvário, ao Pé da Cruz, Soledade, Mãe dos Homens, Assunção, Graça ou Graças, Perdões... Outros tantos enleios dos homens com sua Mãe celeste, e tantos outros painéis, imagens, preces, nomes, chamamentos filiais!

Os homens deram a muitas das suas terras, freguesias, quintas, casais, estes nomes de invocação. O de *Senhora da Conceição* é dos mais numerosos, porque é também a maior glória de Maria, concebida sem pecado, e concebendo sem pecado a Jesus. — Freguesias, que tiveram por orago a Conceição, terras de Nossa Senhora da Conceição, as mais evocativas da Terra de Santa Maria. — Casais, que se dedicaram à mesma invocação, ou directamente, ou porque alguém da família do fundador ou baptista se chamava Conceição, assim de nome encurtado, ou, por inteiro, Maria da Conceição.



Nossa Senhora do Castelo (Alcobaça)



Santa Maria de Alcobaça

(Desenhos de Maltieira)



Virgem do Claustro (Alcobaça)



Nossa Senhora da Conceição (Alcobaça)

(Desenhos de Maltieira)

Todos ou quase todos aqueles nomes, por que é chamada a Virgem no socorro aos homens, e na meditação cristã dos mistérios da Virgem prodigiosa, foram applicados a mulheres. Se o chamamento é uma elevação ao Céu, o nome permanente, recebido pelo sacramento do baptismo, é oração constante: vai do acto de baptismo, que representa a entrada solene da pessoa na comunidade cristã e no gozo das graças divinas de Cristo; e só acaba na hora da morte, quando os ouvidos e a boca foram deixados inertes pela alma desprendida e liberta. E, mesmo assim, ainda os parentes e amigos, ainda o sacerdote na continuidade sensível dos sufrágios, empregam para além da vida, e para aquém dos mistérios insondáveis do julgamento divino, o mesmo nome, que o defunto recebeu do baptismo.

Maria da Conceição, ou singelamente Conceição, Maria da Natividade, ou Natividade, Maria da Encarnação, ou Encarnação, Maria das Dores, ou Dores, Maria da Soledade, ou Soledade, Maria da Graça, ou Graça, Maria da Assunção, ou Assunção, são nomes que nunca deixou de haver em Portugal e nas mulheres de Portugal. Não se esquivaram tão-pouco os homens ao contágio do uso e à sugestão espiritual do nome: não que o usassem como as mulheres, mas recebendo-o por sobrenome e apelido os profanos, por adopção religiosa os monges, na entrada para as ordens, como se fosse ao mesmo tempo uma tenção de cavaleiros da Virgem e um salvo-conduto no caminho da penitência e da caminhada no claustro da ordem preferida.

À semelhança dos homens, receberam também as terras e povoações restauradas, ou de novo fundadas, o nome de *Conceição*. Muitas freguesias foram dedicadas à Senhora da Conceição, e do orago tiraram o nome. Em Lisboa, há duas freguesias dedicadas à mesma Senhora: distinguem-se pela aposição da referência cronológica ou de antiguidade: Conceição Velha, a de mais antiga nomeada e culto; Conceição Nova, a mais recente. Do concelho de Viana do Castelo aos de Tavira e Faro, no extremo Sul, citam-se povoações com o nome de Conceição.

Como levámos para as terras descobertas e colonizadas os costumes e o espírito, que nos formou, applicaram os nossos antepassados o nome de Conceição a povoações fundadas. Assim aconteceu, por exemplo, à vila da Conceição de Itamaracá, criada por João Gonçalves, e à Vila da Conceição, fundada pelo governador Tomé de Sousa, na capitania de S. Vicente, no Brasil, em meados do século XVI.

Fr. Agostinho de Santa Maria, no *Santuário Mariano*, conta bastantes, nada menos de quarenta e quatro imagens de grande realce e

devoção no Brasil, em povoações, caminhos, junto de ribeiros, rios e sua foz, na costa, nas ilhas, nos arraiais das minas, nos mosteiros, nos engenhos. Não traz tantas imagens no volume, que abrange as dioceses da Guarga, Lamego, Leiria e Portalegre.

* * *

Numerosas foram as imagens, que entre nós a arte criou: pintura, escultura, miniatura, ourivesaria. Para altares nos santuários; para oratórios nos paços, nos claustros, nas casas particulares, nas ruas e praças; imagens pintadas ou esculpidas; — para monumentos, fachadas de igrejas, andores, nichos e oratórios públicos ou particulares, esculturas de pedra, madeira, barro; para santuários, mosteiros e casas sumptuosas, de maior ostentação e muito de devoção, imagens de marfim e pedraria, outras de prata e de ouro, tantas vezes produto de doações e votos; em miniatura e esmalte, para adorno pessoal e satisfação de ricas ou artísticas possibilidades; para todas as ocasiões e lugares, imagens de barro, coloridas, douradas, quantas de tamanha estima artística e devota, apesar da humildade maior da sua matéria.

Nos desfiles de tantas imagens, que por este Portugal adiante se têm feito este ano, foram às centenas as que se reuniram. De todas as nomeadas e devoções, de todos os valores artísticos, muitas antigas, predominando as do século XVII e XVIII, conservadas com o maior respeito e amor, foram numerosas as da *Senhora da Conceição*. Ainda apareceram, por isso, as Senhoras da Conceição com o Menino ao colo, as mais antigas, ou que manifestaram o continuado apego à representação mais vulgar da Virgem: a Mãe Imaculada, com o Seu menino Deus ao colo. Nem o estranhemos, pois que a imagem a que foram prestadas as maiores deferências de homenagem nacional, a imagem de *Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*, a dos Duques de Bragança, que D. João IV, ao subir ao trono, também entronizou, e deu a Portugal por sua Padroeira, ergue-se do crescente simbólico, e tem o Menino Jesus nos braços.

Quando, no século XVII, o pintor espanhol Murillo idealizou de outra forma e em outro momento a imagem da Virgem da Conceição, principiou a usar-se a imagem sem o Menino.

Antes, a Senhora era Mãe imaculada, que apresentava o Filho, e fazia gala da sua honrosíssima missão de Mãe do Filho de Deus. A Sua glória e prova maior da graça recebida, era a de ser Mãe, sem deixar de ser Virgem, e o Filho, do seu mistério transcendental, ali estava, ali à vista de

toda a humanidade. Depois, e desde então, a Virgem da Conceição Imaculada apresenta-se no estado natural, humano, anterior à sua maternidade, cândida e fiel à predestinação dos séculos: sobre nuvens, que ora poisam na terra, ora nem sequer a tocam, esmaga a serpente do pecado original; e levanta-se, de mãos no peito e olhos no Céu, com os pés na lua em crescente. A serpente está esmagada, como profetizara a voz de Deus, a voz do Pai, quando expulsou do Paraíso os dois pecadores por via desse réptil imundo. E a nova era, a da redenção, aberta pela Virgem, nasce com a nova fase da lua, visível em forma simbólica e luminosa no crescente, de que ela sai como emanação de claridades e perfumes de luz.

Foram mais de um, pelo menos três, os modelos expressivos que Murillo criou. Anjos, que voam, nuvens alvíssimas, palmas e açucenas, os sinais de pureza e de vitória original; e a esbelteza formosíssima da Senhora e Virgem, concebida sem pecado, ergue-se, direita, esguia, impressionante de beleza celestial, como a palmeira no deserto, ou como a haste do lírio branco em manhã de primavera. Túnica branca toma-lhe as formas corporais, a confundi-las na alvura das nuvens, que a imagem pisa; manto azul-celeste, o que os homens vêem, quando olham para o Céu, confunde-a com o próprio Céu.

Assim, colocada entre a terra e o Céu, a imagem da Senhora da Conceição é verdadeiramente a mais perfeita representação da pureza virginal da Mãe de Jesus, e da união, que por seu intermédio se fez, entre Deus e os homens, entre o Céu e a terra.

Estão esses modelos dispersos pelos museus da Europa, no Prado, em Madrid, em Londres, e na velha cidade imperial de S. Petersburgo.

De todos, porém, o que dominou, e tantas cópias tem no mundo, é o que nós conhecemos, o que vemos em medalhas de peito, esmaltadas, em retábulos de altar, em estampas, em imagens de todos os tamanhos: alteada das nuvens de madrugada, e da lua, de véu azul esvoaçante na aragem da aurora, mãos pousadas de leve no peito; e nem sabemos se olha o Céu, a procurá-lo, indo para ele, se a descer à terra, na luz do crescente, e a despedir-se do Céu com saudade!

Se há representações antigas, fora ainda deste tipo, é talvez este o que mais agrada e sugestiona os simples e os sábios. Não porque nos tenhamos habituado a esta forma, antes porque nos prende mais e melhor à ideia da pureza e virgindade extraordinárias da Senhora. É esta qualidade de virtude a que mais define a Mãe de Jesus.

Em religiões primitivas e em religiões imperfeitas, houve sempre o

sentimento de pureza virginal, residente na mãe de um deus pagão ou de um herói natural, quando não de uma sociedade, que se considerou eleita, pelo destino, entre os povos. Foi sempre, porém, uma forma rudimentar, indeterminada, ou imperfeita. Mas existia o princípio formador, o que nos mostra que, em todos os tempos, o homem ligou o ideal da pureza ao absoluto da virgindade de uma mulher, que geraria um deus salvador. Sinal extraordinário, transcendente, da unidade essencial ou harmonia celeste da alma humana.

Nenhuma religião elevou e realizou o princípio comum, isto é, nenhuma o desvendou e manifestou como o Cristianismo, e é essa a grande glória da Igreja Católica; de dispersa e discordante, que foi, a feição de cada povo e de cada idade, na compreensão do ideal, ela unificou-o, exprimiu-o e expandiu-o.

No Sermão do P.^e António Vieira, prégado na cidade da Baía, em 1635, em honra da «Conceição da Virgem Nossa Senhora», há este passo: «... Dizer da Senhora que é Mãe de Deus, dizer que foi Virgem antes do parto, no parto e depois do parto; dizer que é Filha do Padre, Mãe do Filho e Esposa do Espírito Santo; todos estes títulos agradam muito à Senhora; mas não a obrigam tanto como dizer que foi concebida sem pecado original; porque aqueles títulos, ainda que grandes, todos os crêem, todos os confessam, ninguém já duvida deles. Porém, o título da Conceição imaculada, como anda em questão, como está em opiniões, como há quem o duvida; que nos ponhamos nós da parte da Senhora, que impugnemos os que sentem o contrário, que a confessemos, apesar de todos, por concebida sem pecado; isto obriga tanto à Senhora que, sem dúvida, como Mãe de tal Filho, dirá a cada um destes seus devotos: *Mecum eris in paradiso*. Bem cabia aqui o *quam mihi et vobis*...»

No mesmo sermão diz o grande orador, o nosso maior orador sagrado, que, certo dia, um prégador afirmava do púlpito que era sem dúvida Nossa Senhora a Mãe Imaculada do Senhor, que não fora Ela, porém, concebida fora do pecado original; havia na igreja uma imagem de Nossa Senhora; apenas o prégador dissertou desta forma, ficaram os fiéis estarecidos, ao verem que a imagem se voltara e cobrira o rosto com a ponta do manto.

* * *

Os poetas de Portugal cantaram a Senhora e elevaram aos céus, para o alto dos campos da poesia, os seus versos de ternura e homenagem. A poesia é e foi sempre, mesmo nas ocasiões que os homens não quise-

ram, uma elevação ou um *Te-Deum*. Basta cantar as belezas da criação ou carpir as mágoas da alma, para que a poesia manifeste a grandeza da criação ou confesse a sua pequenez diante dela e do Criador. Seja revolta, ou seja adoração, será sempre o estado de alma do poeta e do homem.

Cantou a Conceição virginal, em um soneto formosíssimo, o nosso maior poeta de todos os tempos — Camões :

Para se namorar do que criou,
Te fez Deus, Sacra Fénix, Virgem pura.
Vede que tal seria esta Feitura
Que para Si o seu Feitor guardou !

No seu alto conceito Te formou
Primeiro que a primeira criatura ;
Para que única fosse a compostura
Que de tão alto tempo se estudou.

Não sei se digo em tudo quanto baste
Para exprimir as raras qualidades
Que quis criar em Ti quem Tu criaste.

És Filha, Mãe e Esposa: e se alcançaste,
Uma só, três tão altas dignidades,
Foi porqu'a Três de Um só tanto agradaste.

E não esqueçamos que também cantou a Conceição imaculada de Maria um outro grande poeta de Portugal, Bocage, mais conhecido pelas suas licenciosidades e boémias do que pelo estro poético. Ele se arrependeu da impiedade da vida, que levou, e chamou a atenção dos jovens para a necessidade da pureza da alma e do próprio exercício de viver, que Deus nos entregou.

É assim o seu « Cântico à Imaculada Conceição » :

Remir-vos, ó mortais, do cativoiro
Eis que resolve o númen justiceiro :
Fecundada por Ele idosa planta,
Brotou o celeste fruto, a pura, a santa,
Cujo louvor os serafins entoam
No refulgente empíreo, que povoam ;
E cuja Conceição, por Deus obrada,
Da mancha universal foi preservada.
Virgem depois de Mãe, mulher bendita,
Debalde o torvo Lúçifer vomita
Contra Ti do espumante, horrível seio

O veneno letal, de que está cheio :
Contra Ti seu furor em vão despede,
A Teu alto poder o monstro cede:
Tu lhe calcas a frente ameaçadora,
Que erguera para Deus; Tu, vencedora,
Por terra deitas o dragão danado
Que nos infernos cai desesperado,
Arremessando ao céu com voz blasfema
Hórridas pragas contra a mão suprema.
Esposa, Filha, e Mãe do Omnipotente,
Íris de paz à deplorável gente,
Depósito inefável da pureza,
Que honraste a nossa frágil natureza;
Do Deus-Homem digníssimo sacrário,
Que os tesouros sem fim do eterno erário
Resumidos contém nas graças Tuas;
Que outros sóis, outros astros, outras luas
Invisíveis a nós, lá vês, lá pisas
No almo, nítido céu, Tu divinizas
Meus versos, dedicados até agora
A vãos prestígios, que a fraqueza adora.
Ah! Dos Teus olhos um volver piedoso
Desarme, ó Virgem bela, o justo
Ente mortal, que os ímpios fulmina;
Apaga o raio, que na mão divina
A prumo sobre a frente me chameja:
A quem Te invoca Teu favor proteja.

* * *

A ourivesaria faz imagens, que são colocadas ao peito das mulheres; ou em medalhas, ou em esculturinhas de prata, prata dourada, ouro, representam a Imaculada Conceição. Na poesia popular andam alusões a este altar, que a Senhora, com outras relíquias cristãs, forma no peito feminino. Sirva este exemplo, onde se faz menção da Senhora, Senhora da Conceição, bem declarada, embora em sentido de madrigal:

— Senhora da Conceição,
És das Santas mais benditas!
Por teres altar no peito
Destas moças tão bonitas.

Em compensação desta forma profana, andam outras cantigas (se bem que esta não deixe de mostrar reverência), cantigas, porém, que valem orações, como estoura:

— Senhora da Conceição,
Minha Mãe, minha madrinha:
Deitai-me a Vossa bênção,
Qu'eu inda sou *pequeninha*.

Nas fórmulas populares de cristandade em orações, correm algumas dirigidas à Senhora da Conceição. Com sua humildade e singeleza rústica, não deixam de contribuir para o que se pretende: adorar e reverenciar:

— Nossa Senhora da Conceição
Disse que quem por ela chamasse
Cento e cinquenta vezes no seu dia,
Com a maior devoção,
Que lhe havia de acudir
Na sua maior aflição.
É chegada a ocasião:
Valei-me Senhora da Conceição.

Na festa da Conceição de Nossa Senhora, o povo faz arraiais, há procissões, iluminações, e, em muitos sítios, como por toda a parte nas mais antigas datas, fogueiras nos largos e nos adros; tal qual, na véspera de Natal, ainda se faz hoje, e aqui e além se faz, ou há bem pouco tempo se fazia, nas vésperas de outros santos, como S. Sebastião, Santa Isabel, Santo Antão, etc. E já se não fala das de Santo António, S. João e S. Pedro.

Para essas festas da Conceição da Virgem, tão esperadas, que serviram de referência à economia caseira e aos trabalhos agrícolas, pede-se à Senhora que dê sol, e não dê chuva:

— Nossa Senhora da Conceição
Faça sol e chuva não.

Não nos cansaríamos de falar da Senhora da Conceição. Quando Nuno Álvares instituiu a Senhora por padroeira da sua Casa, e Vila Viçosa recebeu da Casa de Bragança o patrocínio de Nossa Senhora da Conceição, estava aberto o caminho, para que um dia, mais tarde, fosse também a Padroeira de Portugal inteiro.

O Condestável levou a Nação à vitória. E, com o pensamento da dedicação à Virgem, que foi a sua preocupação durante a vida, misticismo a que aludiu, bastante impròpriamente, Oliveira Martins, foi ele assim o precursor de D. João IV. Quando este soberano subiu ao trono, estendeu

a todo o seu reino o patrocínio virginal de Maria, que desde Nuno Álvares tinha a Casa de Bragança. O povo português recebeu com a máxima devoção a Padroeira, que o soberano lhe deu, de acordo com as Cortes da Nação, que a representavam estruturalmente.

A moeda, que foi cunhada, em honra da Senhora, e por isso se chamou «conceição», representava-nos a Virgem na forma idealizada por Murillo, e com os símbolos marianos de pureza, em sua volta. Nos castelos foram colocadas lápides com a consagração de Portugal à Virgem. Foram colocadas imagens suas em algumas das portas das vilas e cidades acasteladas, — as «Portas da Conceição» ou de «Nossa Senhora da Conceição»; e baluartes, bastiões, fortes, com o mesmo nome, houve por essas terras portuguesas, nos continentes e ilhas a que chegáramos.

* * *

Opus Grande est, neque enim homini praeparatur habitatio, sed Deo, — exclamou David. É grande a obra, pois que na verdade não se prepara edifício de homem, mas templo de Deus. Semelhantemente, não quis levantar um palácio ao ideal da mulher, mas abrir o santuário do coração português em adoração da Mãe do Senhor: abrir, como um guarda fiel, para que o vissem todos; há luzes a brilhar lá dentro.

Tanto disse, e tão pouco afinal consegui dizer! *Miserere mei!* Tende misericórdia de mim! Olhai para o que pretendi dizer, e não para o que disse.

Há uma oração a Nossa Senhora da Conceição, em terras trasmontanas, que me justifica e desculpa. Suponhamos que também encontrei Nossa Senhora da Conceição, quando Lhe andava a varrer a casa, esta nossa casa portuguesa; e que Lhe pedi um bocadinho do rosário, rosário de ouro, que trazia na mão.

Diz assim a reza popular em verso, meio oração, meio romance em poucos versos:

— Ergui-me de madrugada,
A varrer a *Conceição*.
Encontrei Nossa Senhora
C'um rosário d'ouro na mão!
Eu pedi-Lhe um bocadinho;
E ela disse-me que não.
Vai, tornei-lho a pedir,
E Ela deu-me o seu cordão:

Que lhe desse doze voltas
Ao redor do coração;
E que lhe desse mais uma,
Que chegasse do Céu ao chão.

Pois aqui está: foi o que pretendi fazer; tomei o cordão, que Nossa Senhora me deu, quando lhe andava a pôr brilho na Conceição, como quem lhe limpa a imagem, doura a medalha, ou varre a capela. O cordão deu-me as doze voltas ao coração; apertou-mo, comoveu-me, isso sim! Dei-lhe mais uma volta ainda; bem o quis apanhar pela ponta, que chegava ao chão, de ele vir lá de cima do Céu. Sinto que isso não pude eu fazer! O que peço à Senhora, que me deu o cordão, e do qual me não soube servir, como devia, é como diz a quadra popular, há pouco mencionada, e agora a proveito meu:

— Senhora da Conceição,
Minha Mãe,
Deitai-me a Vossa bênção,
Qu'eu ainda sou *pequeninho!*

LUÍS CHAVES.

(Conferência pública, no Teatro de Almeirim, em 1946).

Uma religiosa portuguesa na Congregação das Irmãs do Santíssimo Salvador

Em Oberbronn (Alsácia) recebeu o hábito de religiosa da Congregação das Irmãs do Santíssimo Salvador a Sr.^a D. Sofia Dias, filha do nosso prezado Camarada e representante em Angola Sr. António de Oliveira Dias.

Natural de Luanda, é a primeira rapariga portuguesa que entrou para aquela Congregação.

À jovem noviça e aos seus ditosos pais endereçamos as nossas felicitações.

Triptico d'annunziano

— a vida, a obra e a evolução do Imaginífico —

(Continuação da pág. 50)

SENDO linguagem emocional, a poesia interpreta e provoca emoções. Na poesia do Imaginífico (quando falo da poesia de D'Annunzio abranjo o verso e a prosa), a linguagem emocional absorveu em grande parte a linguagem intelectual.

D'Annunzio sente com extraordinária acuidade, não vive o que escreve, escreve o que vive. A experiência precedeu a criação. A obra veio ao encontro da sua vida, não foi a sua vida que caminhou ao encontro da sua obra.

Uma e outra são, evidentemente, interdependentes, estão até emaranhadas a ponto de ser difícil destrinchá-las. No entanto, é preciso determinar-lhes as precedências.

D'Annunzio como homem e como artista permanece sempre poeta. Literariamente, o poeta avantajá-se-á progressivamente em detrimento do romancista e do dramaturgo. É por isso que as suas personagens ficam sempre um pouco abstractas. Um dos seus críticos italianos sublinha esta abstracção talvez até com demasiada insistência, mas não a explica, nem classifica a sua natureza lírica.

As suas personagens não têm suficiente vida própria e independente. Movem-se em íntimo contacto com o ambiente natural e não com o social.

D'Annunzio não é um homem de pensamento, um cerebral, mas um homem de sentimento, um emotivo. Faz sempre a viagem à volta de si mesmo. E é um mundo, como todos os grandes poetas. É um Fernão de Magalhães a circum-navegar a sua própria alma.

Analisa as imagens da realidade e não a própria realidade, interpreta os seus aspectos, não atinge a sua essência.

Haverá lógica nos romances do Imaginífico? Uma lógica d'annunziana? Sim, há — o que constitui um dos seus grandes perigos morais.

D'Annunzio só se viu a si, em tudo, através de tudo, em face de tudo.

Apresentou, por meio da figuração das suas personagens, diversos aspectos da sua personalidade. Elas vivem, porque ela era animada de uma vida múltipla — emprestada por ele mesmo. São planetas, não são estrelas pois não têm luz própria. Nos seus romances não se vive a vida de uma sociedade, de uma classe, de uma família — vive-se uma das muitas vidas de D'Annunzio.

Não observa, não julga, não escolhe — D'Annunzio sente, transforma, amplia. Foi romancista e dramaturgo para despender um excesso de energia poética, para não deflagrar.

Poeta, romancista e dramaturgo — eis a trindade d'annunziana. Três pessoas iguais e distintas e um só deus verdadeiro.

Permanecendo sempre poeta, é pessoal, subjectivo, egotista.

É o centro não apenas do *seu* mundo, mas do mundo.

Gabriele D'Annunzio poucas vezes se sobrepôs a si próprio, talvez somente em *A Filha de Iorio*. A explicação encontro-a nas palavras de uma carta do poeta publicada por Benigno Palmério, no seu volume *Con D'Annunzio alla Capponcina*:

«No sábado transacto, ao entardecer, terminei a *Filha de Iorio* que me parece a mais alta obra por mim composta, profunda e ingénua. Senti, escrevendo-a, as minhas raízes na terra natal.»

As vozes da terra, os ecos das montanhas dos Abruzzos dominaram todas as outras vozes que poderiam ter inspirado o poeta. A terra natal ordenou e D'Annunzio obedeceu. Ela exigia o preito de vassalagem cumprido em espírito e pelo espírito, a reverência e o incenso da Poesia. Exigiu um lugar na obra do poeta e obteve um trono. D'Annunzio tornou-se humilde perante a majestade da terra-mãe, D'Annunzio baixou o tom da sua própria voz.

A palavra pertencia à montanha e aos montanheses, ao que era eterno e não ao que era transitório, isto é, à terra e à raça e não ao homem e ao indivíduo efémeros. Foi a mão da terra que talhou aqueles versos que parecem esculpidos em rocha. D'Annunzio quis ser apenas o cinzel. E só assim D'Annunzio se escondeu... ⁽¹⁰⁾.

Em quase tudo o mais, pelo contrário, sobrepõe-se às suas personagens, e, com o dom da ubiquidade, permanece em todas elas. São os seus retratos, os seus auto-retratos. São múltiplas expressões da sua fisionomia, muitos rostos da sua alma. Foram feitas à sua imagem e semelhança.

Como Rembrandt, D'Annunzio servia de modelo a si próprio.

Mas em *O Inocente*, Gabriele D'Annunzio não pesa ainda com todo o *peso* da sua presença. Está um pouco escondido, mas é ele.

Os heróis de *O Prazer* são Helena Muti e André Sperelli-Fieschi d'Ugenta, isto é, a Duquesa de Scerni e o Conde Sperelli — nomes de árvore geneológica, sangues azuis e pergaminhados, indivíduos fim de raça, ocasos de nome heráldico.

Helena Muti exala e respira voluptuosidade, o conde Sperelli, esse, é «uma natureza *involuntária*, um homem em quem a energia pessoal era muito débil» e em quem «o senso estético tinha substituído o senso moral».

Assim, note-se, distingue o Feio do Belo e não o Bem do Mal.

Porém, o pântano estagnado da sua *involuntariedade* é, paradoxalmente, revolvido até às fezes pela «sua tirânica intolerância de toda possessão imperfeita».

Portanto, em tal natureza, à apatia da vida moral corresponde um absolutismo na vida sentimental.

Os dois amantes almejavam conseqüentemente ultrapassar e vencer o Cabo Não das próprias fraquezas e impossibilidades.

Propuseram-se uma meta inatingível, fora do humano horizonte: «ambos buscavam sem tréguas o Absoluto, o Supremo, o Inacessível; e iam tão longe que, às vezes, uma obscura inquietação os assediava mesmo nos seus maiores esquecimentos, como se uma voz subisse do fundo do seu ser para os prevenir de um castigo desconhecido».

Vão sendo inútilmente devorados pela canícula interior, o seu sol não tem ocaso. Há à volta deles e em si próprios uma incessante reverberação que os cega e alucina. (Neste romance chove apenas durante uns minutos, por excepção. O sol brilha sempre sobre as ruínas e as pedras de Roma, entoando um dionisíaco *evohé*. As suas paisagens estão sempre trespassadas de sol, porque ele permanece sempre no alto como luzente crachá do céu condecorado — chapadas de sol sensual, contaminador de devoradoras luxúrias.)

A acção desenrola-se na sua maior parte em ambientes ricos, em adamacados salões de palácios, entre objectos preciosos de coleccionador requintado. É que «este histrião, (as palavras são do romancista), não compreendia a comédia do amor sem os cenários».

É para exprimir a estreita comunicação das suas figuras com o cenário, seja ou não obra do homem, que D'Annunzio despende a sua potência descritiva, rica de temas como uma página de Bach.

D'Annunzio era um visual, um sensorial, um gozador óptico a quem o prazer dos olhos fazia vibrar as mais íntimas e secretas profundidades

do ser. Assim foram muitos dos grandes escritores do fim do século XIX: Wilde, os Goncourt, Loti, Huysmans, por exemplo.

Todos estes decoravam ambientes para as suas obras de ficção. Era a tendência esteticista da época e D'Annunzio que tantas e tão excessivamente visíveis influências sofreu, D'Annunzio que foi algumas vezes até ao plágio literal ⁽¹¹⁾ — saqueou como corsário intrépido que encontrasse o tesouro do Samorim — D'Annunzio também foi arrastado pela mesma corrente.

Mas D'Annunzio muito transformava no que não era seu, imprimindo-lhe o cunho da sua individualidade. O que era alheio tornava-se apesar de tudo d'annunziano.

O seu poder de estilo amoldava tudo, refundia tudo, isto é, algumas vezes com o oiro de outras jóias cinzelou as suas, amoldando os materiais alheios com o bico de Bunzen da sua inspiração. O que passasse através da sua alma decompunha-se e enriquecia-se. Não preciso de mostrar aquilo que a D'Annunzio não pertence. Já está feito por Maynial e nas páginas do *Mercure de France*, o inventário policial dos seus roubos ⁽¹²⁾.

D'Annunzio magnifica a vida, canta as múltiplas belezas do mundo, as caleidoscopias maravilhantes que rodeiam o homem. E o seu canto tem altissonâncias que ensurdecem. Ritualiza e celebra o officio em louvor da omnipotente poesia da terra, entoa transportado o pagão *Te Deum* em honra de Pan.

Tem uma liturgia em que deploravelmente se esquece o Espírito eterno que concebeu e criou os mundos e para o qual não há antífonas nem salmos.

É esse esquecimento, esse desamparo, que leva D'Annunzio «a sentir no fundo de todas as felicidades humanas uma tristeza obscura».

Grande número das figuras masculinas da obra d'annunziana têm ímpetos homicidas. Tem-nos Tulio Hermil, como se viu, tem-nos o Conde Sperelli, tem-nos Jorge Aurispa como se verá, devido à aguilhoada dolorosa dessa «tristeza obscura».

Todos três têm um sentimento comum — o ciúme.

O ciúme e a abolia são estados de espírito frequentes na sua obra. João Episcopo é o caso mais típico porque foi levado aos extremos da indignidade, da abjecção, da doença, da dissolução das faculdades viris que dignificam o ser humano.

No conto «*Giovanni Episcopo*» vagueia a sombra desgrenhada de Dostoiévsky e de outros melencólicos autores da estepe — confissão gaguejada e mastigada em que se opera uma auto-dissecação, um incessante

esfibrar a frio de uma alma. Episcopo coxa como uma rã no lodaçal em que se enterrou. Bruno Cassinelli estuda-o na sua *História da Loucura*, no capítulo «Os documentos humanos», que se engloba na parte designada por «A Loucura na Arte».

Há nas personagens de *O Prazer* um certo impudor espiritual. Amam as horas dolorosas do fim da tarde, quando no poente sangra a chaga do peito apunhalado da linda Inês. Movem-se numa sociedade em que as mulheres parecem maquilhadas pelo pincel louco de Van Gogh, rodeiam-nas figuras androginas e equívocas de quadro impressionista, cujas paroxísticas paixões atingem o delírio e a loucura.

Sperelli, fazendo esta desolada confissão a si próprio como se a fizesse a um *sosia*, revela a apatia, a sujeição e a dissolução da vontade dos debochados de século decadente: «Eu sou quimérico, incoerente, inconsistente, camaleonesco! Os meus esforços para a unidade, fossem quais fossem, continuariam vãos.» (13).

Este tom de desistência e esta amargura desalentada são suficientes para fazer deduzir e compreender o desfecho do romance que comentamos e também para nos permitir perguntar: como poderia Sperelli realizar a unidade se só o espírito cristão a pode conquistar?

(Continua).

FRANCISCO MARTINS DA COSTA (ALDÃO).

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1847

Guimarães há 100 anos

Junho

Dia 2 — Houve, na igreja de S. Domingos, officios de corpo presente por Domingos Cardoso da Costa Macedo, irmão do 1.º Conde de Margaride.

— À noite andaram os patuleias com cantarolas pelas ruas por os ingleses terem aprisionado, fora da barra do Porto, o Conde das Antas e a expedição que ia para Lisboa. (P. L.).

Dia 3 — Registaram-se algumas desordens feitas por alguns dos patuleias, em virtude das noticias que tinham corrido ultimamente. Foram espancados o António Vilela, o escudeiro de Vila Pouca e um sujeito de Basto. À noite saiu a patuleia da Casa do Arco, com o Visconde de Azenha, (Conde pela Junta do Porto), seu sobrinho João Machado, do Proposto, e outros muitos individuos que andaram pelas ruas a tocar e a cantar a «Maria da Fonte». Em todo este desabafo nocturno não houve um só insulto a individuo algum. (P. L.).

Dia 4 — Ainda aqui entraram alguns recrutas da aldeia, apesar de estar para se acabar com a guerra civil por as nações estrangeiras intervirem na pacificação de Portugal. (P. L.).

Dia 5 — Continuava esta vila a ter sérios cuidados de que o sossego fosse alterado por causa da interferência da Ingla-

terra e da Espanha nos negócios de Portugal, tendo chegado a Braga alguns patuleias que vinham das partes de Valença apossados pela guarnição daquela praça, (tropa da Rainha) e pelos espanhóis que ali tinham entrado. Contudo, o sossego não tinha sido alterado. (P. L.).

Dia 6 — Afixaram-se proclamações do governador civil do distrito, nas quais se fazia saber ao público que em virtude da attitude das nações aliadas (Inglaterra, França e Espanha), a Junta do Porto tinha aceitado um armistício, devendo todos os habitantes conservar-se em sossego até que a Junta do Porto decidisse da sua sorte, ou alguém a fizesse decidir, recomendando que todos tratassem bem os estrangeiros.

Dia 7 — Entraram uns 30 e tantos homens do batalhão de Fafe, com uma música a tocar o hino da Maria da Fonte. Dirigiram-se à Casa do Arco e depois foram aboletados. Espanhóis e ingleses a interferir a favor da Rainha e esta gente por aqui e o Visconde de Azenha a figurar com a Patuleia!!! (P. L.).

Dia 8 — Chegaram do Porto bastantes voluntários do batalhão desta vila, por ali haver disposições da Junta se submeter ao governo da Rainha. (P. L.).

Dia 11 — Pelas 10 horas da noite as cornetas do batalhão de Fafe tocaram a juntar, distribuindo-se patrulhas e an-

dando o Visconde e seu sobrinho (João Machado) a rondar pela vila, assobiando o hino da Maria da Fonte. Este alarme foi motivado por se terem dado uns tiros para as bandas de Matos ocasionados por uns ladrões que pretendiam fazer um roubo, julgando os patuleias que eram os Cabrais (cartistas) que queriam vir aqui dar o grito a favor da Rainha. Foi espancada alguma gente do partido cartista e o cônego Manuel Luís de Gouveia, que deixaram muito maltratado, quando vinha de casa do capitão-mor onde estivera a passar a noite. (P. L.).

Dia 12 — Pela manhã foi preso o brigadas do batalhão desta vila por ser um dos que agrediu o cônego Manuel Luís de Gouveia. Também foram algumas patrulhas procurar o cabo do mesmo batalhão, chamado o Caçador, por igual motivo. (P. L.).

Dia 19 — À noite o regedor da Senhora de Oliveira prendeu um homem que tinha uma lojinha ao pé de Santo António, por, segundo se dizia, dar jogo em sua casa. Conduzindo-o para a cadeia, com policia, deram-lhe um tiro na cabeça, ficando muito maltratado. O regedor era o patuleia Manco da Senhora da Oliveira. (P. L.). *O manco era o António ferrador que tinha o banco de trabalho por baixo da casa da Câmara.*

Dia 22 — Chegou noticia de terem entrado em Amarante 6 mil espanhóis comandados pelo general Concha, tendo retirado antes a força da Junta do Porto na direcção da mesma cidade. Esta noticia causou aqui bastante sensação. (P. L.).

— Nasceu minha saudosa madrinha D. Guilhermina de Oliveira Meneses Areias.

Dia 23 — De tarde saiu daqui a Patuleia, composta de alguns voluntários de

Fafe e desta vila, na direcção de S. Torcato. O Visconde também se retirou, acompanhando-os até ao Sabugal e depois para fora da vila. Esta retirada do Visconde de Azenha e mais voluntários foi originada pela noticia de ter chegado a Fafe uma divisão de espanhóis. Logo que a Patuleia se retirou, appareceu o antigo administrador do concelho, João Cardoso, cartista, assim como outros indivíduos, também cartistas, que estavam homisiados. Já depois de ter sido conhecida a chegada dos espanhóis à Cruz d'Argola, passou pelo Tournal (ia para o Porto), o Manco da Senhora da Oliveira, que foi seguido, até S. Domingos, pelo Faria, escrivão de Braga, que aqui se encontrava e lhe deu dois tiros de pistola, de que se escapou milagrosamente. O Manco era um malvado que se tinha feito muito célebre desde a «Maria da Fonte».

— Pelas 7 horas da tarde chegou a avançada da divisão espanhola do general Latorre, entrando a cavalaria composta de 3 esquadrões e 3 batalhões do regimento de Maiorca, e mais 2 batalhões de diferentes corpos de infantaria, com alguns caçadores e 12 peças de campanha montadas, e muitas bagagens. Foi aboletada militarmente, fazendo-se pesada só pelo grande número de homens que foram aboletados pelas casas, não exigindo senão cama e que lhes cozinhassem o que traziam, sendo muito acomodados e tendo a maior disciplina militar. À sua entrada deram-se muitos foguetes e repicaram os sinos de todas as torres. O general foi aboletado na Casa do Tournal. (P. L.).

Dia 24 — Entraram 3 batalhões de caçadores da divisão do general espanhol Latorre e mais alguma cavalaria. Pouco depois de chegarem ao Tournal celebrou-se missa num altar portátil colocado à porta da igreja de S. Pedro (o celebrante era capelão de um dos corpos da divisão), estando toda a divisão formada naquela

Praça, num total de 4 mil homens de todas as armas, tanto das forças que tinham entrado ontem como das que entraram hoje. Durante toda a missa estiveram com as barretinas na cabeça e só à Elevação é que se descobriram e ajoelharam. Depois da missa houve desfile das forças que tinham entrado ontem e mais o general, ficando ainda no Toural as que entraram hoje, as quais, pelas 5 horas da tarde, seguiram a mesma direcção da outra, isto é a direcção do Porto. Toda a tropa se comportou o melhor possível, pagando tudo e não dando motivo de queixa, sendo um modelo da disciplina militar. (P. L.).

Dia 25 — Encontrava-se a vila sem força alguma e sem autoridades, estando fechada a administração. O Juiz de Direito, que era do partido da Junta do Porto, foi para as Caldas de Vizela, e o administrador do concelho, José Joaquim do Reboto, também pela Junta do Porto, não tinha tornado a aparecer depois da aproximação dos espanhóis. Apenas estava o Carreira, que tinha sido nomeado pela Rainha, mas sem ter reassumido o cargo. Estava tudo em sossego, notando-se que desde a revolução da Maria da Fonte, (14 de Abril de 1846), era este o primeiro dia em que se não via em Guimarães um soldado ou um patuleia com armas e não existia um aboletado. (P. L.).

Dia 28 — Continuava a vila sem autoridades, tendo o Juiz de Direito, patuleia, feito audiência neste dia.

— Constou como certo ter o Padre

João do Cano proclamado o Senhor D. Miguel em Vieira, e mais uns poucos de guerrilhas, andando aqui a aliciar-se gente para ir para a tal guerrilha. (P. L.).

Dia 29 — Saindo a ronda de S. Sebastião, de S. Miguel, subúrbios desta vila, e chegando à Cruz de Pedra, armou-se uma tão grande desordem por os patuleias quererem que a música tocasse o hino da Maria da Fonte e os mesários o não quererem, que houve muita pancada, ficando alguns dos patuleias muito mal tratados. A ronda deu-se por acabada, fugindo os músicos e os homens com os andores. Tal era a anarquia em que se achava esta vila! Às Trindades mataram o boleiro do Costeado com um tiro, quando se ia a recolher para casa, regressado da vila e sem ter tomado parte na desordem, sendo os patuleias que cometeram esta barbaridade por verem que ele se dirigia para a Casa do Costeado contra quem a patuleia tinha mostrado uma grande indisposição. O António de Nápoles, depois deste acontecimento, convidou gente armada para sua casa, para o defender. (P. L.).

Dia 30 — Chegou aqui o resto dos voluntários do batalhão desta vila, vindo do Porto, em consequência de os espanhóis terem principiado a entrar naquela cidade no dia de ontem, por a Junta do Porto se ter submetido ao governo da Rainha. Os voluntários vinham armados e retiraram para suas casas. — (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA †



EUROPA E SEUS FANTASMAS, por *João Ameal*. Edição da Livraria Tavares Martins. Porto, 1945. XV — 386 págs.

Enfeixa neste volume o Autor uma série de ensaios da maior oportunidade, quase todos escritos ainda durante o período agudo da profunda convulsão que agitou o Mundo durante seis anos. De variada natureza, embora unificados por um ponto de vista comum, exigiria cada um deles um comentário, impossível de fazer devido ao espaço limitado de que dispomos.

Todos eles, de natureza política ou filosófica, defendem a ideia tradicionalista e católica, com a veemência habitual em J. A., embora por vezes possamos discordar de alguns dos seus argumentos. A sua crítica, por exemplo, à civilização norte-americana (baseada sobretudo nos livros de Sinclair Lewis) parece-nos um pouco forçada, até mesmo porque não basta um autor, e para mais romancista, para lhe considerarmos as afirmações como matéria de fé, nelas acreditando piamente. Que diríamos nós se um autor estrangeiro pintasse a sociedade de Lisboa copiando ou transcrevendo

o que Eça de Queirós escreveu n'Os *Maias*? A maior parte dos europeus que visitam a América do Norte vêm encantados com o alto grau de civilização daquela grande República, e não se cansam de louvar o senso prático e simultaneamente idealista desse grande povo. Teve os *gangsters*? Também a Itália teve os bandidos da Calábria, Paris os seus *apaches*, Londres os seus criminosos, de que Jack «o Estripador» é o tipo mais famoso, e tivemos nós a série quase infinita dos salteadores, que ainda hoje vivem na imaginação romanesca do nosso povo. Actua ou não actua a Polícia americana com energia na repressão do crime? Isso sabe-o J. A. como todos nós. E longo é já o martiriológio dessa valente corporação, que se bate contra esses bandidos, muitos dos quais têm relações mais do que suspeitas com os argentários que vêm à Europa casar com as filhas da velha nobreza de sangue...

Outro passo que nos merece reparo é o juízo a respeito da obra de Oliveira Martins, que J. A. parece querer considerar apenas como artista. É certo que o distinto Autor é cauteloso na sua crítica, não entrando pelo caminho da diatribe, com que,

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

ainda bem, se não compraz o seu espírito equilibrado. Parece-nos, porém, demasiado forçado, injusto mesmo, chamar «panfleto derrotista» à *História de Portugal* do grande escritor. Para trabalho que temos em mãos e que procurará estudar em conjunto a obra de O. M., tivemos há tempos que reler-lhe toda a obra. Ao voltarmos a última página da *História de Portugal*, que, pela última vez, lêramos na mocidade, admirámo-nos como também nós um dia poderíamos considerá-la «panfleto derrotista». Podemos dizer que ele foi pessimista (palavra de que muito se tem abusado a propósito de O. M.) ao traçar o grande quadro da nossa história. Não o podemos, porém, acusar de a falsear. O que ele escreveu e o que ele disse baseou-se nas fontes a que recorreu e que na sua maioria são coevas ou quase coevas dos factos ou dos homens. Nem o espaço nos permite ir mais longe, nem tampouco o queremos fazer, porque seria antecipar aquilo que estamos a escrever a respeito da obra e da influência do grande escritor esquecido (injustamente esquecido!) que foi O. M. Queremos, apenas, salientar uma das afirmações de J. A. que nos mereceram reparo.

Outro reparo que tomamos a liberdade de fazer ao nosso distinto Amigo é o que se refere ao excesso de transcrições. J. A. tem talento e ideias de sobra para poder pensar por si, sem o recurso ao bordão alheio. Se as citações se compreendem quando se analisa um autor — v. g. S. Tomás —, parecem-nos dispensáveis quando se tem em vista a exposição de uma ideia que assenta em factos, como a da superioridade de uma forma de governo, de um sistema filosófico, etc. De resto julgamos que esas transcrições, por comodidade do leitor e até para melhor compreensão do pensamento do autor de uma obra, devem relegar-se para notas, a que o estudioso recorrerá ou não, sem necessidade de, a cada passo, topar com opiniões alheias a entremear o texto que lê.

IGUALDADE, pelo *Dr. Francisco Guerra e Raimundo Belo*. Edição da Tipografia Andrade. Angra do Heroísmo, 1945. 30 págs.

No ano passado no jornal *A Pátria*, da linda cidade açoreana, o dr. Raimundo Belo publicou dois artigos subordinados ao tema «Igualdade», aos quais respondeu o sr. dr. Francisco Guerra, iniciando-se assim uma troca amigável de impressões sobre o tema.

São esses artigos que se reúnem agora neste opúsculo, cuja leitura é de utilidade por nos dar, através dos artigos de cada um dos Autores, uma noção dos dois campos em que se encontram divididos os espíritos quanto à definição do que seja «igualdade». Ao passo que o sr. R. B. entende que à igualdade se opõe a desigualdade, sendo aquela uma reacção contra esta, muito sensatamente o sr. dr. F. G. entende que a «igualdade da Revolução francesa foi meramente política e pretendia opor-se ao privilégio» (pág. 29).



EUROPA, por *Adolfo Casais Monteiro*. Edição de «Confluência». S. I. (Lisboa), s. d. (1946). 38 págs.

O recente conflito mundial deu já origem, até mesmo em Portugal, a abundante literatura, não só meramente objectiva, como os livros em que se narra a acção dos exércitos beligerantes, mas também subjectiva e crítica. Ainda o conflito durava e as cidades iam sendo destruídas uma a uma pela violência dos bombardeamentos aéreos, e já por aí apareciam os romances com tema de guerra, muitos deles, infelizmente, sem quaisquer méritos a impô-los ao público.

Parece que os nossos poetas começam agora a sentir-se tentados pelo tema e alguns poemas têm vindo já a público, can-

tando, mais ou menos liricamente, o conflito armado ou as ideologias que o originaram.

O volume que temos presente é constituído por cinco poesias, da autoria do conhecido escritor sr. Adolfo Casais Monteiro, as quais foram lidas em Maio do ano passado ao microfone da B. B. C., numa das suas emissões em língua portuguesa. É o Autor um poeta da geração da « Presença », e isto basta para que o público leitor tenha antecipadamente a noção de que a sua técnica é a *modernista* (não sabemos por que bulas se deu tal nome à geração a que acima nos referimos, pois tal palavra nada traduz e é imprópria) e o seu pensamento é *revolucionário*. E folheando este breve poema, lá deparamos a famosa técnica, imprópria chamada *modernista*, e um pensamento que, nem por ser profundamente humano, deixa de ser revolucionário (empregamos o termo no seu sentido etimológico e não político, entenda-se...).

É este um livro de intenções políticas que se definem claramente na sua V parte.

Não somos dos que entendem que a poesia não deve dar o seu apoio a ideologias políticas. A ser assim, a maior parte das grandes obras primas, da Antiguidade aos nossos dias, não teria sido escrita. Recordemos que a *Eneida*, quando concluída, cantaria a majestade do Império de Augusto; *A Divina Comédia*, de Dante, é obra de partidário político; *O Paraíso Perdido*, de Milton, teve intenções político-religiosas; grande parte dos autos do nosso Gil Vicente, a par dos seus propósitos satíricos, têm um pensamento político a norteá-los; e se o Vitor Hugo dos *Châtiments* não vale o mesmo Hugo das *Orientales*, lembremo-nos de que as páginas frementes de *A Voz do Profeta*, de Herculano, e da *Pátria*, de Guerra Junqueiro, tiveram a sua origem em fortes indignações políticas, que a não terem existido privariam a nossa literatura de duas obras das mais notáveis dos

últimos dois séculos. Não censuramos, pois, o sr. A. C. M. por ter dado forma poética ao seu pensamento político. Simplesmente esperávamos que o distinto Autor de *Europa* desse ao seu poema maior equilíbrio formal, de que em muitos passos carece por completo.

Poesia, digam o que disserem os revolucionários, é, antes de mais, música. E para haver música não é preciso forçosamente que haja rima, como alguns espíritos simplesmente crêem. Há mais música no *Camões* de Garrett, com o seu verso branco, do que, por exemplo, em muitas poesias rimadas de Gomes Leal ou nos inúmeros sonetos que enxameiam pelas revistas e páginas literárias ou pelos escaparates dos livreiros. Sem música, sem ritmo, jamais o verso será poesia. Há muito quem censure os poetas da *Fénix Renascida* pela ausência de pensamento da maioria das poesias que a compõem. Todavia, se há quem censure o gongorismo apenas por ter lido ou ouvido quem o acuse de vacuidade, há também quem entenda que o gongorismo, mesmo exagerado, constituiu magnífica escola de aprendizagem poética, reacção de certo modo espontânea contra o abastardamento da língua. E não faria mal nenhum (pelo contrário!) que os nossos poetas actuais, até os maiores, fossem às páginas da velha *Fénix* buscar ensinamentos com que muito lucraria a técnica poética actual, embora saibamos que os imprópria chamados « modernistas » nos acusarão de incompreensão e até de coisas piores.

Peca, pois, no aspecto formal o poema *Europa* que, no ponto de vista ideológico, se situa nos antípodas dos ideais defendidos por esta Revista. Entendemos, porém, que não são as ideias do Autor que desmerecem na sua obra por entendermos que cada um tem o direito de seguir os ideais que mais se coadunem com o seu espírito e que lhe pareçam mais justos. O ponto está que a sinceridade seja base sobre que tais ideais assentem.

METHODISM AND THE COMMON PEOPLE IN THE EIGHTEENTH CENTURY, por *Robert F. Wearmouth*. The Epworth Press, 1945. 276 págs.

A vida dos humildes não foi, a partir do Renascimento, invejável. Uma série de circunstâncias que, por complexas, não é para este lugar referir, fizeram que, precisamente quando os homens começavam a adquirir a noção do que lhes era devido por parte das classes dominantes, as condições de vida dos povos se tornassem cada vez piores, com todas as consequências de ordem moral e social daí provenientes.

Parece, porém, que em época alguma essas condições foram tão vis como no século XVIII, e que ninguém então sofreu tanto como o povo em Inglaterra. Exactamente no país em que as liberdades mais cedo se conquistaram e em que uma longa guerra civil coroara de êxito as regalias do povo, é que se vê mais baixo descer na escala do sofrimento o povo humilde, que a lei perseguia com ferocidade. E, coisa curiosa!, é exactamente em França que, no mesmo século, se faz uma Revolução para «libertar» o povo, esse povo cujo viver era idílico se o compararmos ao inglês na mesma época, enquanto além-Mancha, lentamente (como é próprio dos Anglo-Saxões) mas seguramente se alcançavam, sem quaisquer convulsões sociais, as liberdades que certos sectores negavam aos humildes.

Talvez devido às condições duríssimas da vida da gente baixa nessa época é que o século XVIII viu florescer na Grã-Bretanha um renascimento de carácter religioso, que se traduziu no pulular de inúmeras seitas. Entre estas, porém, nenhuma teve a vitalidade do Metodismo, como ninguém houve que tivesse a energia, o entusiasmo, a devoção, o altruísmo, a abnegação, a paciência do seu fundador John Wesley.

Nesta obra começa o sr. R. F. W. por estudar as condições do povo no século XVIII, anteriormente ao advento do Metodismo,

em certos casos posteriormente ao mesmo facto. Refere, citando numerosos periódicos do tempo, os milhares de tumultos, arruaças e sublevações a partir de 1740, a miséria que reinava nos campos e nas cidades, principalmente devidos às novas condições de vida que o industrialismo nascente criou. Fala do modo como os autores dos tumultos, ou muitos dos que neles tomaram parte, foram castigados, tantos deles com pena de morte, sendo alguns quase crianças ainda.

Explica-nos em seguida como nascera o Metodismo, que Wesley jamais quis considerar uma «seita», mas sim integrado dentro da Igreja Anglicana, sendo só devido à perseguição desta que, por fim, se transformou em movimento religioso autónomo. Vêm, finalmente, os benefícios que o povo humilde deveu ao Metodismo, que deu novo significado à ideia religiosa, tornando «viva» a religião, que ofereceu aos pobres a oportunidade de se libertarem da sua miséria física e moral pela participação consciente nos exercícios religiosos, e que, enfim, desenvolveu o sentido da responsabilidade, da disciplina e da lealdade.

Trabalho exaustivo, bem demonstrativo da profunda erudição do Autor e das suas magníficas qualidades de historiador, constitui espécie de valor na vasta bibliografia do século XVIII inglês, ensinando-nos a compreender melhor muitos dos factos mais importantes desse século e do primeiro quartel do seguinte, nem sempre explicados com clareza nas várias histórias oficiais. A figura de Wesley, cuja biografia serve de introdução à obra, é-nos descrita com humanidade, e sobretudo com imparcialidade, sem intuítos de panegírico ou de depreciação, defeitos tão comuns entre os Latinos, que raro sabem localizar as figuras históricas no seu tempo e no seu ambiente próprio.

Na «Conclusão» resume o A. as suas opiniões e vistas, concluindo por afirmar que «o Metodismo, no século XVIII, duro,

rispido e cruel como este século foi visto de baixo, deu testemunho entusiástico e fiel de um evangelho de redenção individual, nacional e internacional, não só pela palavra, mas também, como o provam as memórias e a história o atesta, pelo encanto dos seus actos de bondade. A beleza do Senhor residia nas obras das suas mãos » (pág. 263).



O «FAUSTO» DE MARLOWE. Tradução, Prefácio e Notas de *A. de Oliveira Cabral*. Coleção Bilingue. Papelaria Fernandes. Lisboa, s. d. 139 págs.

Em boa hora surgiu em Portugal uma colecção com o carácter da que a presente obra inicia, porque, de facto, enquanto nos grandes países pensantes — França, Inglaterra, Alemanha — as edições bilingues são vulgares, o nosso país ainda não vira nada de análogo nem de parecido. Não possuímos qualquer coisa que possa comparar-se com a admirável colecção *Guillaume Budé*, editada em Paris, e em que têm visto a luz, em cuidadas traduções com o texto original em frente, autores como Platão, Ésquilo, Cícero, os grandes da Grécia e de Roma e até alguns ingleses e alemães. Por via de regra, quando o estudioso português quer um texto original ou uma tradução cuidada, é forçado a recorrer, como sempre, à França, mãe providente e providente dos famintos de cultura e de saber. E quando tanto se fala em renascimento espiritual e cultural, quando se pretende reatar a nossa tradição perdida dos séculos XVI e XVII, chega-se a conclusão triste se perguntamos: — Onde estão as nossas edições culturais? Onde os nossos textos comentados de autores clássicos? Onde os nossos estudos integrados no mesmo espírito de compreensão e de curiosidade universalista e que não sejam eivados de um narcisismo nacionalista, tão avesso à nossa idiossincrasia? A resposta

não pode ser outra senão: Não existem. E não existem, porque, infelizmente, o meio os não favorece. O sábio, o erudito, o simples estudioso mesmo, que queira trabalhar, vê-se ilaqueado por todos os lados, e, a não ser que possua bens de fortuna que lhe dêem a independência e, com ela, as possibilidades de tempo e de recursos para erguer uma obra, breve tem de enveredar por caminho oposto, ou então apenas produz, por infelicidade da cultura e vergonha do país, obras de fancaria.

Saudamos, por isso, sinceramente a iniciativa do grupo de Professores da Universidade de Lisboa que empreendeu a edição da « Coleção Bilingue », e saudamo-la tanto mais efusivamente quanto sabemos o que há de ingente, de hérculeo mesmo, em dar realidade prática a tal empresa.

Inicia-se ela com a obra famosa de Marlowe, o mais talentoso precursor de Shakespeare. O tema é antigo e, pode dizer-se, universal. Marlowe tratou-o um tanto à maneira dos mistérios medievais, embora com pretensões a tragédia clássica, com o inevitável coro. A sua obra é, por isso, uma espécie de drama composto em que há ainda muito de medieval aliado ao classicismo, posto em moda pelo Renascimento. Nada tem, porém, da grandiosidade das tragédias shakespeareanas e muito menos do sopro romântico que perpassa através da obra imortal de Goethe. Constitui, todavia, espécie de valor entre as da literatura inglesa anterior a Shakespeare.

O distinto Tradutor, num extenso prefácio, estuda a vida e a obra do autor, analisando as características desta; ocupa-se da data da composição, que é controversa, e conclui pela análise da tragédia. Prefácio sóbrio e equilibrado, demonstrativo das excelências da cultura do seu Autor.

A tradução, em verso branco, é correcta, acompanhando *pari passu* o texto inglês. Tem harmonia (e esta no verso é tudo) e sobriedade. Por vezes há passos de tradução discutível, mas as dificuldades

que uma tradução destas apresenta impõem ao crítico a sua aceitação mesmo assim. Há, porém, deslizos, pequenos embora, que, pela seriedade do trabalho e pela consideração que nos merece o Autor, tomamos a liberdade de apontar para futura correcção. A pág. 67 (v. 678), Marlowe escreveu: *Poison, guns, halters, and envenom'd steel*, que o sr. dr. A. O. C. traduz: «Cordas, pistolas, lâminas, venenos». Parece-nos versão demasiado livre, em comparação com o resto da tradução. A pág. 49 (v. 390) Marlowe escreveu *Knave's acre*, que o Tradutor verteu por «Campo do Escravo», o que, salvo melhor opinião, é um pouco diferente. Pequenos senões, é verdade, que por certo escaparam ao sr. dr. O. C.

Há, também, deslizos de revisão, como o da pág. 71 em que as palavras *Mepho* e *Faust* ficaram deslocadas até ao verso 735, trocando-se assim os dizeres dos personagens.

No final do volume, em nota, o Tradutor explica muitos passos do texto, as referências à mitologia e à história, e traduz os passos latinos, muito frequentes.

A edição, muito elegante, é em óptimo papel, o que valoriza sobremaneira a iniciativa dos organizadores da «Colecção Bilingue»



NOITE SEM ESTRELAS, por *Ferro Rodrigues*. Edições Universo, L.^{da} Lisboa, s. d. 149 págs.

Creemos ser estreia do Autor. Livro de contos, escrito com lágrimas mal veladas, verdadeira revista passada à miséria moral e social dos nossos tempos. Por vezes perpassa um frémito de horror pela espinha de quem lê, tão viva é a descrição, tão trágica é a realidade que uma linguagem tersa consegue transmitir à narrativa.

Em todos os contos foca o sr. F. R. aspectos da vida humilde, casos que muitos de nós conhecemos ou já lemos, mas que nos

parecem inéditos e nos chocam muito mais por isso mesmo. Desde a história do *Zé Mouco* até à *Miragem*, longa teoria de seres sofredores se ergue diante de nós como ronda de fantasmas trágicos a revelar-nos os *dessous* da vida. É um livro que faz mal, mas é um livro humano, é um livro justo, é um livro são.



POEMAS DA NATUREZA, por *Jodo Maria Ferreira*. Edição do Autor. 1944. 261 pág. SONETOS DA SERRA DO GEREZ, do *mesmo Autor*. Lisboa, 1945. 49 págs. Ilust.

A primeira destas duas obras constitui o vol. 1 das *Obras Completas* deste festejado poeta, e compreende as reedições de *Manhã*, *Hino à Primavera*, *Aquele choupo isolado*, *Cartas do Gerez*, *Da janela do meu quarto* e *Poemas outonais*, a que o Autor entendeu dever acrescentar umas palavras de apresentação do sr. Octávio Rodrigues de Campos e um estudo e uma série de cartas do dr. Xavier da Cunha, que foi seu entusiástico amigo pessoal.

Quanto às poesias, a sua crítica está feita, sendo impertinência nossa querer algo de novo dizer a seu respeito, dado que nem sempre é fácil emitir opinião uniforme a respeito de poesia, facto dependente sempre do gosto, mormente em poesia lírica e subjectiva, como é a maior parte do que escreve o sr. J. M. F.

Pelo que diz respeito às cartas, quer parecer-nos que o distinto Poeta teria feito melhor em as conservar inéditas, já porque o falecido escritor Xavier da Cunha carecia do senso crítico mais elementar para abstrair das simpatias pessoais antes de emitir uma opinião que pudesse considerar-se crítica, já porque o exagero dos termos laudatórios não parece de molde a servir de paradigma, a quem pensa ou sente, como padrão para outros aquilatarem o valor de uma obra.

Repetimos: o estudo e as cartas de X. da C. não aumentaram os méritos do volume.

Nos *Sonetos* continua o sr. J. M. F. a cantar, em verso simples e de elevado lirismo, a serra que lhe cativou a alma, dominado pela majestade e grandeza de um dos mais belos rincões do nosso País.

O vol. I das *Obras Completas* é ainda ilustrado com numerosos retratos, desenhos e caricaturas do Autor devidos a alguns artistas de merecimento.



O POVO BÍBLICO, por *Daniel-Rops*. Tradução livre de *João Paulo Freire* (Mário). Edição da Livraria Tavares Martins. Porto, 1945. 365 págs.

Como se vê pelo título, trata-se de uma história dos Judeus, ou melhor, de um relance sobre a vária fortuna desse extraordinário e, tantas vezes, incompreendido

povo, desde a sua origem, com a vocação de Abraão, até à dispersão.

Não é trabalho de erudição, mas baseia-se nas mais recentes obras eruditas, muitas das quais o autor dá em apêndice. A cada passo se alude às relações do povo judaico com outros povos vizinhos, cujas linhas gerais da história de vez em quando nos são dadas. Mapas elucidativos, notas e uma tábua cronológica ajudam a acompanhar e a compreender o texto, que uma tradução pouco cuidada não valoriza suficientemente. Apesar deste «senão», lê-se esta obra com agrado, como uma novela, a novela que é muito mais do que isso por ser epopeia de um povo que, através das maiores vicissitudes, escorraçado, espezinhado, perseguido, escravizado, consegue sobreviver-se e, apesar dos seus grandes defeitos, é ainda hoje o representante genuíno dos três ou quatro grandes agrupamentos étnicos que, pelo seu esforço, contribuíram para a nossa civilização.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

O empregado do comércio, por *Ramon Honorato Correia Rodrigues*.

Oferta dos Editores:

Livraria Educação Nacional, Porto:

1 — Gramática Espanhola para portugueses, por *Julio Martínez Almoyna*.

2 — A Liberdade de Conceção, por *Dr. A. Marchal e O. J. Méro*.

Edições «Gama», Lisboa:

1 — O Problema da Dor, ensaios de *C. S. Lewis*.

2 — Parasitas e Parasitismo, por *J. da Silva Leitão*.

3 — Cinema de vanguarda, por *Jorge Pelayo*.

Portugália, Lisboa:

O caso de Timor, pelo *Capitão António de Oliveira Liberato*.

Livraria Civilização, Porto:

Campos Pereira (análise crítica), por *Amorim de Carvalho*.

Livraria Tavares Martins — Porto:

1 — D. João, por *Gregorio Marañón*.

2 — Conversações com Goethe, por *Eckermann*.

Algumas notas à margem do livro de Plínio Salgado

A *Madrugada do Espírito* resume, nas suas linhas, o processo da evolução do espírito de Plínio Salgado, até colher nele os frutos magníficos da sua inteligência e alcançar assim o justo título da sua obra máxima nessa maravilhosamente brava e pura e tão humana *Vida de Jesus*. Ele mesmo se confessa no prefácio do livro onde junta aquilo que lhe «pareceu mais expressivo do seu pensamento», pensamento que «vem do Cristo, e vai para o Cristo».

A sua vida peregrina, tão íntima que somente «Aquele por Quem é e escreve a sabe inteiramente» revela-se trilhando pelo caminho seguro que conduz à Única Verdade, onde a Vida é Sol Verdadeiro e a Morte continuação dessa Vida, princípio e fim do mesmo Espírito do Homem.

Madrugada do Espírito, clarim anunciador de magnífica promessa repartida em pedacinhos de pão espiritual, cumpre a sua intenção vivificando as energias e ganhando as almas para a aurora esplendorosa desse Sol benfazejo e amigo, que nos clarões da Esperança se alimenta, iluminando o Futuro para além do acanhado horizonte terrestre e compondo e ajustando o Presente como presença real do Passado e para fiança assegurada nesse Futuro.

Por isso a Fé, em Plínio Salgado, alarga-se até se tocar na imensa dor do sofrimento humano, encerrando em si o bálsamo salvador a derramar a luz pela alma irrequieta do homem desta era de inquietação e desatino, com a palavra de misericórdia e de certeza, na Saúde e na Vida. E com as luzes deste entendimento abre aos homens a estrada magnífica do enaltecimento da pessoa e fortalece, em cada homem, os dons do seu nascimento.

Se quiséssemos analisar miudamente esta obra, não nos chegavam todas as laudas condensadas de um vasto tratado de filosofia política. Neste livro, Plínio dá admirável síntese de todos os apaixonantes e complexos problemas do mundo actual; na lição máscula da sua inteligência

encontra o fio condutor da riqueza do homem e seu fim último, e mergulhando a sua alma nas raízes profundas onde está a Sabedoria Divina procura nelas os seus ensinamentos apreensíveis e, assemelhando-os na bondade dessa realidade, constrói a vida política do homem político, na Fé e na Esperança, espalhando sobre os povos lusíadas a esplêndida e salutar evidência dos conhecimentos do Passado aliados na experiência do presente quando sobre o homem recai a certeza da sua realeza.

Toda a filosofia, ética da política, obra do espírito humano trabalhada na inteligência do homem, pela própria natureza deste, é sempre revogável, transitória. Poderá apregoar-se alguma como mais excelente, nenhuma como Única.

É o caso da própria Escolástica. O tomismo aristotélico pode estar revisto à luz do tempo ou glosado na lição dos acontecimentos e do chamado progresso, coincidindo ou actualizando na fortuna da civilização e suas necessidades. Temos a cultura do neo-tomismo contemporâneo, fortaleza real derivada desses conhecimentos. Mas nunca se deve nem pode impor uma limitação ao entendimento de cada homem. O respeito pela inteligência de cada homem pára no limiar da consciência de cada um, considerado igual em natureza. O contrário será fanatizar, criar intolerantes, aviltar o homem despojando-o da sua riqueza e colocando-o na estreiteza da sua própria incompreensão.

O materialismo, porque assim entende, deu consigo os totalitarismos, animados no mesmo espírito intolerante da Reforma (já de si totalitária) e definido o homem como valor económico em razão do Estado absoluto. E o Estado-soberano e de polícia, deu o homem standardizado. E o homem fica para valor anónimo desse Estado onisciente.

Nunca se poderá erguer a Inteligência à condição de escrava do pragmatismo dessa pseudo verdade política de valor prático, pois isso será negar-lhe os merecimentos.

Filosofia fria e distante, impregnada nesse negativismo azedo que, com o criticismo, trouxe á anarquia da Inteligência e ao pessimismo perigoso e inquietado das falsas e deturpadas consciências de nossos dias.

Para que falar-se aqui do morfínómalo Nietzsche, discípulo de Schopenhauer, de Montaigne e de Vauvernaguer, e responsável, nas suas próprias teorias, pelo *super-homem* pagão do nosso século, criado e educado na sua febricitante e doentia imaginação? Preferir nestas notas o filólogo positivista Emilio Littré ou o chefe de sua escola Augusto Comte que tanta influência exerceram infelizmente na segunda metade do século XIX?

Para quê se já ninguém hoje os acredita?

Para Nietzsche, o cristianismo era triste, fazendo do homem um simples, um tolerado. Mas o cristianismo, erguendo vontades e preparando Homens, como diz Plínio Salgado, produziu Miguel Angelo e criou, ao mesmo tempo, o século magnânimo de Leão X.

Freud, enfermado no mesmo vício para arrancar o homem a essa tristeza do Cristianismo, entrega-o, nas suas teorias, ao governo despótico de Satan. E os modernistas, adeptos sumidos desse nefasto e individualista anticristianismo burguês, em vez de um Pintor de talento, de um Escultor de génio ou de um Príncipe da Arte e do Belo, empobrecem o homem, dando-lhe telas onde se retrata o desespero, lado a lado, com a prostituição de alma, ou legando-lhe a escultura onde o cinzel só fala na linguagem estranha e doentia das disformidades e da desesperança. E, deste modo, o homem amarra-se ao pelourinho da sua ignorância, na insignificância daquele individualismo da Revolução que o totaliza ao mando dos arranjos momentâneos, apeado na sua dignidade, reduzido em moral duvidosa à categoria ínfima de escravo do Capital burguês ou de servo da gleba, para alavanca, no Estado capitalista. Capital de usura, estadualizado, no homem; capital sem rendimento, desumanizado pelo Estado. O dinheiro compra tudo e tudo se resolve na condição do dinheiro — sentimentos, afectos, honra, só conhecem a sua paixão e nesta febre não entendem outro falar senão o da consciência pesada no «ouro».

E os pobres, acostumando-se ao comando mercenário desse ouro e afazendo-se à soberba insultuosa dos endinheirados, arrepelam-se no ódio e os seus corações deixam de escutar-se na bondade para, batendo no egoísmo, assim lucrarem também virem a ser um dia capitalistas.

Tudo em redor do homem escurece, servindo esta prostituição da alma — os governos tirânicos e desconhecedores da alma nacional das suas gentes; as casas arranha-céus onde todos os andares são talhados no geométrico do igual num mundo onde não existe a igualdade para os homens, arquitectura fria e triste, verdadeiro cemitério de vivos ou autêntica «máquina de morar» como lhe chama Plínio Salgado.

Confundida a alegria com o prazer, o homem aniquilou-se na sua própria ruína. A liberdade política transforma-se em liberdade moral, esta criando a dos instintos, o mundo moderno vivendo à margem do senso comum e à custa dos arranjos que protelam situações, porque se desprende, pelo vício, da sombra tutelar e protectora das virtudes morais das gentes. Tomado o fel em todos os prazeres, o homem esgota-se, e alheio à bondade deixa de ter confiança em si próprio.

Neste eclipse total de moralidade, como lhe chama Plínio, negado o homem pela servidão do seu egoísmo, os prazeres consertam o novo hino da humanidade. E logo grassa, como epidemia do século, o *jazz-band* em que todos os ruídos enchem a vida do homem infiltrando-se na sua alma para a conspurgar, afogando e embrutecendo a sua consciência nos vapores do álcool, nas paixões amorais do jogo, no delírio dos desafios internacionais onde com o berreiro clamoroso dos entusiasmos se esquecem os deveres da família, no excesso sensual dos entorpecientes da carne ou dos sentidos em que esse homem gasta o destino da família e consome os dias mesquinhos que lhe estão destinados. Este hino da humanidade passa a festejar-se na obrigação da moda por todas as horas do prazer; entre o ruído obsceno dos saxofones e o barulho atabalhoado do rufar das caixas. Por isso, meditando nestes nefastos do homem, Plínio Salgado diz que nunca a vida do homem foi mais execranda, nem nunca o homem se rebelou tanto contra as leis da natureza como nesta civilização nula em qualidades morais e vaga nos seus costumes fora *dos preconceitos*.

É preciso buscar o antigo enaltecimento da pessoa, enaltecimento somente possível quando se regre a vontade do homem pelas leis inalteráveis do Absoluto. O Homem existe por dom de Deus e para merecimento e glorificação do seu Espírito.

Para que o homem ganhe este seu Espírito é indispensável que se forme na compreensão do Absoluto.

O Absoluto é a única realidade viva, infalível, permanente, estável, intangível, e onde se encontra o verdadeiro alimento do Homem. As ciências são como a areia ou como os ventos. Sacodem-se, e logo se dividem. Agitadas, perdem-se sem nenhuma conseguir alcançar a Certeza, sem nenhuma passar do erro à pureza nem ultrapassar o mundo das hipóteses, sem nunca alguma poder guiar o homem ao mundo da Verdade intangível. Porque a Verdade é anterior e está acima de nós.

Podemos falar na infalibilidade do Absoluto, quando só devemos referir a relatividade do cientismo. O Absoluto *revela-se* em Si. É eterno por própria definição. É perfeito e sempre actual. As ciências apresentam-se nos fenómenos do conhecimento falível do homem. É o erro, pois nunca afirmam a certeza, nem servem a perfeição do homem. É o precário, pois nunca se julgam eternas. Vivem no mundo irreal do *deve ser*. É a imperfeição a limitar-se no acanhado âmbito dos conhecimentos humanos. Aqui, o homem pretende substituir-se, nos seus juízos, ao pensamento de Deus, mas escapa-se para a miséria dos seus

merecimentos despojado da única riqueza verdadeira e logo se confessa incrédulo de si mesmo.

No Absoluto está a afirmação categórica do verbo Crer e ao princípio de todas as coisas da vida do Homem está o indicativo Crer; nas ciências encontramos sempre o modo condicional de toda essa vida passageira do homem.

O fim do homem social está na beatitude eterna, como ensina S. Tomás de Aquino, porque todos os homens têm a mesma constituição, são iguais em natureza (*omnes homines natura sunt pares* — Summa, II, II, 104. v).

E se são iguais por natureza, pelo baptismo se tornam irmãos convertidos pela Graça abençoada. Só portanto através do cristianismo pode haver verdadeira igualdade entre os homens, já que nele todos são irmãos pela Graça e se advogam na Lei da Fraternidade cristã.

Por isso Plínio Salgado apregoa, na sua ética política, a igualdade nesse pé de certeza e constrói a sua doutrina na Verdade do Absoluto, onde se encontra a fonte de Vida para toda a riqueza e a sabedoria de toda essa Vida.

* * *

As cidades erguem-se do chão subindo até o céu numa ousadia medrosa em que se desafia o Justo com esta nova Babel de muitos andares. Os mares são batidos por autênticas ilhas flutuantes e no seu seio escondem-se as águas fechadas sobre a emboscada, onde o homem espera com a morte o seu semelhante para nele cevar ódios partidários e pagãos no doentio endeusamento do falso homem. Os céus



Plínio Salgado

cobrem-se de aviões monstros, no seu bojo pejados da morte metralhada sobre populações indefesas. A terra multiplica-se abençoada, triplicando mesmo nas suas bondades de fecundidade em proveito do homem, cada vez mais egoísta e fechado de coração aos dons desta sua riqueza. Todos os sonhos do homem se realizam ultrapassados e este nunca tanto imperou, profundando os mistérios da natureza.

Mas todo esse esplendor do homem ainda mais o arruína, consumido na voragem infernal da maquinaria, animal do «oitavo dia». Nunca reinou tanta confusão, o homem desesperado na sua miséria de «boneco de carne», ensofregado na sua sanha de gozador passional dos trinta dinheiros ou tiranizado na mecânica estadual entre as manivelas e alavancas da burocracia burguesa e plutocrática e com a morte total do espírito, apostatando da sua humanidade, vergando fora da sua dignidade, esse homem reduz-se ao inanimado tipo de uma humanidade mecânica. Tudo gira em torno do ouro, a besta apocalíptica que de tudo se assenhoreia num todo de mentira e de crueldade. O gemido do Homem abafa-se dentro de novas cavernas, em mansardas sórdidas, lares onde não entra o pão porque a máquina o expulsou da fábrica e a fartura dos «endinheirados» o renega de entre os demais, até naquelas Nações que se haviam definido em famílias. Condenado e oprimido, o homem despessoaliza-se, cada vez mais, na agonia do seu desprezo, dolorosa agonia a subordiná-lo na escravidão da revolta e dos instintos.

(Conclui no próximo fascículo).

FERNANDO DE AGUIAR.



“O Clube Micaelense”

JA nesta Revista consagrei algumas linhas a um trabalho do meu querido amigo e brilhante camarada Aníbal de Bettencourt Barbosa Bicudo e Castro subordinado ao título de « Em Louvor do IV Centenário da Cidade de Ponta Delgada » editado pela respectiva Câmara Municipal e integrado nas comemorações do ano centenário da Carta Régia que elevou à categoria de cidade a antiga vila de Ponta Delgada, comemorações a que não faltou — e como é natural — a nota marcante da vida do espírito da gente de S. Miguel.

Tenho agora na minha frente outro curioso trabalho do mesmo autor.

Intitula-se *O Clube Micaelense* e é uma reunião de artigos publicados de 25 de Abril a 25 de Agosto do ano passado no jornal *Diário dos Açores*, inteligente e superiormente dirigido pelos Drs. Manuel Carreiro e Carlos Carreiro, herdeiros de um nome que na imprensa micaelense lhes impõe responsabilidades e dá obrigações que cumprem com a maior elevação e dignidade.

No seu intenso e brilhante labor intelectual Aníbal de Bettencourt Barbosa Bicudo e Castro entrega-se a trabalhos de investigação e o opúsculo que tenho presente, por amável oferta do seu autor, enquadra-se inteiramente no panorama das suas preferências literárias e constitui mais um valioso capítulo da sua obra onde sempre aparece fortemente marcado o amor que o prende à Ilha em que nasceu.

Na verdade, todos os seus trabalhos literários obedecem a temas de investigação à vida micaelense imensamente rica em materiais dessa natureza e farta em temas para tais divagações.

E, neste campo, é ele, sem dúvida, um dos escritores açoreanos que melhor constrói com esses valiosos materiais, e quem com mais profundo conhecimento dá aos micaelenses de hoje a lição eloquente da vida e dos costumes da gente de antanho da sua Ilha.

Pelo que li nos jornais de Ponta Delgada posso afoitamente afirmar que todas as colectividades e associações de S. Miguel emprestaram a

sua colaboração valiosa às comemorações centenárias que com o maior brilhantismo ali se realizaram num ambiente do mais acentuado amor pátrio francamente vivido em múltiplas manifestações populares, na exaltação da vida de trabalho da sua gente, que teve como expressão melhor uma brilhante exposição das suas actividades industriais, tão fortemente ligadas à terra, e ainda em elevadas afirmações de vida espiritual e de acrisolada fé cristã.

O Clube Micaelense, de grandes e brilhantes tradições, colaborou nessas comemorações arrancando à publicidade efémera do jornal os artigos que sobre a sua origem e a sua vida o autor do trabalho de que me venho ocupando escreveu no *Diário dos Açores* deleitando-se, como confessa, *com a lembrança de nomes e de factos que tanto lustre deram à sua terra em recuadas épocas de requintada elegância social.*

Pelo interesse de que este trabalho se reveste pode bem dizer-se que brilhante colaboração deu às comemorações centenárias o Clube Micaelense que nasceu em 17 de Janeiro de 1857 da fusão da Assembleia Recreativa de Ponta Delgada e do Clube de Ponta Delgada, fusão que se verificou num ambiente do maior e melhor agrado, conforme eloquentemente testemunha a imprensa daquela época.

O jornal a *Ilha*, que então se publicava em S. Miguel, registou este acontecimento nos seguintes termos:

«O entusiasmo de que os sócios das duas casas recreativas desta cidade abraçaram o grande pensamento de se unirem e formar um só clube, onde todos concorram sem diferença desta ou daquela parcialidade política, abraçando-se, respeitando-se mutuamente e fazendo desaparecer todos os vestígios de antigas dissenções, é um facto de tão elevado alcance que não deve passar despercebido...»

«Reunidos os sócios do clube, cheios de júbilo e regozijo acolheram favoravelmente a ideia que já fora discutida e aprovada no dia 12 pelos membros da Assembleia Recreativa e logo por unanimidade se aprovou a conveniência da fusão anunciada com girândolas de foguetes, vivas e todas as demonstrações de verdadeiro prazer.»

Verifica-se, assim, que o aparecimento do Clube Micaelense tomou foros de verdadeiro acontecimento e pelas suas direcções e pelas suas salas pode bem afirmar-se que tem passado tudo que de melhor há naquelas paragens atlânticas e ainda altas figuras nacionais e estrangeiras que naquela Ilha têm permanecido ou a visitaram podendo ver a maravilha das suas belezas, viver a sua esplêndida vida de sociedade e conhecer a elevação da vida espiritual das suas figuras mais representativas.

E, neste interessantíssimo opúsculo, Aníbal de Bettencourt Barbosa Bicudo e Castro dá conta de alguns dos acontecimentos mais marcantes que nas salas do Clube Micaelense tiveram lugar, enchendo-o de glória e de forte prestígio social.

Transcrevo para aqui o que escreveu em referência à festa no Clube realizada por ocasião da visita Régia — de que ainda hoje tanto e tanto se fala — à Ilha de S. Miguel:

«Foram, em verdade «jubilosíssimos os dias em que Sua Majestade El-Rei D. Carlos e Sua Augusta Esposa a Senhora D. Amélia permaneceram nesta Ilha de S. Miguel que soube recebê-los com delirantes festas, no dizer de altos personagens da régia comitiva: — «Nunca tinham sido, nem tornarão a ser tão espontânea e cordialmente aclamados como em S. Miguel»:

«De entre tudo quanto a pléiade de micaelenses ilustres de há cinquenta anos, sempre lembrada e respeitada pelo seu desinteressado altruísmo, conseguiu realizar em honra dos Reis, grandes e limpos de qualquer mácula no exercício da sua soberania prestigiosa, marcaram, entre outras, a inauguração da Exposição Inter-Insular de Indústrias, Ciências e Feira Franca «bem planeada, e superiormente organizada», na frase de El-Rei D. Carlos; a magnificente procissão do Senhor Santo Cristo, precedida de grande arraial e iluminação maravilhosa; o sumptuoso Baile do Clube Micaelense e a rupção nas Furnas, preparada pelo inclito Marquês da Praia e de Monforte, no dizer de um almirante inglês: — festa de soberano para soberano.

«Mas, em especial, vou referir o Baile no Clube Micaelense, a maior realização da sua longa vida social, assim honrado com a assistência dos Reis de Portugal, que por sua vez quiseram também distinguir a grande roda da Ilha, aceitando tão simples festa para tão grandes Senhores.

«Transformado o Clube onde assentavam um cuidado e primoroso decoro desde o vestibulo e escadaria, sucedendo-lhe em todas as salas e especialmente naquelas reservadas a Suas Majestades, guarnecidas de lindos móveis antigos, custosas e artísticas porcelanas, cristais formosíssimos, rica baixela — assim se nos mostrava o impressionante cenário agora animado por 600 figurantes. Entre tão grande reunião marcavam: 250 senhoras trajando ricos vestidos constelados de preciosas jóias, a púrpura do Prelado, as togas dos magistrados, sumptuosas fardas vestidas pelos dignitários da Corte, generais, almirantes, elevadas patentes do Exército e da Armada, a ressaltar na sobriedade elegante das protocolares casacas negras, da demais assistência marcada de distinção; e

todos aguardavam pressurosos a presença de Suas Majestades, que às onze horas transpunham os umbrais do Clube Micaelense ao som da melodia marcial e a curvatura galante de todos os presentes.

«Rompe o baile. A orquestra anuncia uma quadrilha que Suas Majestades vão distinguir dançando-a, espargindo a maior alegria e afabilidade a quantos lhes prestavam homenagens...

«O baile prossegue com grande animação, dançam-se palacianas quadrilhas, lanceiros, airosas e rápidas valsas, tangidas por uma grande orquestra... Anda no ar o perfume de uma alegria absorvente...

«Agora recolhem-se as Majestades à sala, onde lhes servem uma primorosa ceia de típica culinária, guloseimas preciosas e seculares vinhos, tudo regional.

«Nas salas dança-se, serve uma lauta e profusa copa, mais se anima a dança, mais vivas são as conversas, estreitam-se conhecimentos, admira-se a graça da mocidade que passa bailando... e assim corre o baile, que terminou às cinco horas da manhã, e de que ficou imorredoura e aprazente lembrança que os velhos ainda guardam para contar a quem tão longe anda da cortesia de há cinquenta anos em que só aos criados se dava o tratamento de você!!!»

Nessa noite escreveu o Club Micaelense uma das melhores páginas da sua vida brilhante.

Fundado em 1857, tendo, portanto, 89 anos de existência, as suas salas têm sido teatro de factos marcantes na sua vida de sociedade, de interessantes conferências, concertos musicais e representações cénicas.

E, a leitura deste opúsculo de Aníbal de Bettencourt Barbosa Bicudo e Castro que, conforme confessa, há cinquenta anos ininterruptamente frequenta o Clube Micaelense mostra bem o que tem sido a sua existência brilhante, as honrosas tradições da sua longa vida associativa que lhe asseguram existência e prestígio social na execução do seu programa de cultura e recreio.

Viseu — Julho de 1946.

BENTO CALDAS.

IDEÁRIO

I

A vida é tão pequena que nos compete torná-la grande pela Beleza que soubermos criar — ou pela Beleza que soubermos compreender.

II

Há na nossa sensibilidade um clarão benéfico e suave — luz que não morre porque as coisas do espírito são eternas. São as ideias que governam o mundo e o Sonho é a respiração da ideia. Arrancai-o à alma e ficará um cadáver a boiar na corrente do nada.

III

À medida que os desejos da alma vão subindo, o nosso pensamento dirige-se cada vez mais longe. Quem ampara a Razão, é o sentimento da Crença. A ideia de Deus reconduz-nos à vida total.

IV

Há secretas ligações entre o Homem e o Universo. A Dor é o itinerário do homem. Só aqueles que supuseram possível a Vida sem a Dor, ou que julgaram poder separar uma da outra, só esses ignoram que o homem esconde em si todo o universo. *Ó socialistas — dizia Flaubert — esta é a vossa úlcera: falta-vos o sentido da Dor.*

V

Muitas vezes a grandiosidade daquilo que o sábio conhece esmaga-o. O desconhecimento total dos simples dá-lhes saúde à alma. É que, enquanto o filósofo esfacela os nervos num combate de visionário que se arma com a incerteza das especulações — o outro vive na divina insciência que é a grande e serena noite de espírito: a Consciência sem insónias.

VI

Os negativistas e os cépticos discorrem sobre o mundo com uma extravagância que pode explicar a existência de uma filosofia de uso pessoal. É uma evasão do estado de consciência para o desequilíbrio mental que caracteriza a «originalidade» de certos pseudo-filósofos...

VII

O papel de certos pensadores é sacrificar a Verdade pelo seu critério prismático.

VIII

O Homem é uma realidade que não se pode alterar porque a «pessoa humana» é insuprimível. A sua alma tem o selo do Infinito: *Digitus Dei est hic...* Caminha para um determinado objectivo. É uma força criadora. Realiza uma missão. Luz nele uma chama do Espírito que jamais se apaga, porque é a eternidade que a sustenta!

IX

Nenhum filósofo nos deu ainda a fórmula do valor moral, da competência individual, da «qualidade» do espírito, a fórmula da Inteligência imponderável que combinou as mil gamas da luz vivíssima da espiritualidade a que se subordina tudo o que existe, tudo o que vemos, sentimos e compreendemos.

X

A harmonia surpreendente da máquina maravilhosa que é o homem não é definível pela argumentação dos enciclopedistas. O homem e o mundo são «existências» e símbolos que não se explicam como forças cegas e ocasionais.

JORGE RAMOS.

Triptico d'annunziano

— a vida, a obra e a evolução do Imaginífico —

(Continuação da pág. 86)

GARGIULLO escreve, na obra que consagrou ao Imaginífico, as seguintes palavras: «A sensualidade de D'Annunzio é mais externa do que interna, revela-se mais no ambiente ou na paisagem do que no acto voluptuoso; é mais contemplativa do que prática.»

Embora esta tese não seja insustentável, não a reputo justa.

Gargiullo quer dizer certamente que a sensualidade de D'Annunzio é mais dos olhos do que do sexo. Não, se assim fosse, não teria contaminado tudo e inoculado a tudo a paixão sensual.

Não permanecem as suas personagens surdas a toda outra voz que não seja a zunideira infrene do seu sangue?

Para D'Annunzio as veias são os fios condutores das grandes forças motrizes. Tem a obsecção do sangue. Ele é o seu constante motivo, a sua frequente imagem. Inúmeras das suas frases estão manchadas de equimoses ou de coágulos. Vejamos:

Na *Filha de Iorio*, no I acto, 5.^a cena, um ceifeiro grita: «— nós não te ofereceremos sangue rubro como eles.»

Na 1.^a cena do II acto, Mila di Codra exclama: «Se ele quer sangue como medicina, tomai-o todo do meu coração.»

Em *Forse che si forse che no leio*: «os dois sangues reforçavam-se, galopavam, pareciam queimar e explodir um contra o outro.»

Na *Francesca de Raminl* encontro: «toda a minha vida com todas as suas veias», «a vida com as suas veias que pulsam».

No *Fogo*, entre inumeráveis expressões idênticas, destaco: «Sinto o amor subir-te pelas tuas veias, chegar à raiz dos teus cabelos e surgir debaixo das tuas pálpebras.»

Não se poderá já concluir que as veias são para ele as nascentes

inestancáveis da vida e da inspiração e que tudo se debate através desses palpitanes canais, desses domínios de uma vontade secreta que tem «a música portentosa que ruga na precedora matéria»?

Mas há mais.

No *Triunfo da Morte* respigo ainda: «Não ouviam mais do que o rumor das suas veias agitadas», «o bater das minhas veias molesta-me como a pancada de um martelo», «sentir mil recordações correrem pelas veias.»

Seria fastidioso prosseguir neste inventário. Julgo ter demonstrado que, se o vermelho é a cor dominante dos óleos paisagísticos e da obra do Imaginífico, o sangue é como que o seu elemento. Para que uma tal obsessão se patenteie assim, é preciso um íntimo contacto com as fontes mais secretas do amor, do prazer e da vida, um contacto apertado e indissolúvel.

D'Annunzio não é um indigente de vocabulário, pelo contrário, é de uma rotschildiana riqueza.

Como é grande a variedade de pedrarias da sua adjectivação, há nela gemas que só conhecem os marajás opulentos! A sua pena é o pincel de um Veroneso transformado. Conheceu o segredo egípcio das cores que não desbotam. Pintor magnífico, desperdiçou sons estridentes, pagãos.

Nas suas descrições há violentas e frenéticas pinceladas de oiro e de vermelho que escorrem pelas páginas abaixo, penetrando e alterando todas as outras cores, dando-lhes tonalidades estranhas e por vezes doentias.

Nas outras modalidades de expressão a mesma pletora vocabular. Portanto, se a palavra sangue vem muitas vezes nas suas páginas, é porque não é apenas um efeito de estilo, ou um elemento decorativo fácil de substituir, mas muito mais, — porque o seu conteúdo é, aos olhos do Imaginífico, transcendente e inesgotável, porque é um símbolo e o húmus que alimenta a perpétua floração da sensualidade inspiradora e incessante frutificação do desejo fecundador. Não, a sensualidade de D'Annunzio não é exterior, é fundamente interior, vem do âmago das fibras vitais e das vísceras ignotas do seu ser. Daí o seu poder de contágio. A sensualidade estabeleceu na obra de D'Annunzio um curto-circuito ininterrupto. Provoca incêndios, deflagrações, derrocadas. D'Annunzio tem inquietações, mas a sensualidade é a sua maior certeza, a sua frágil e ilusória certeza.

Se não fosse uma sensualidade de natureza, não teria na sua obra

uma tão absorvente e tão despótica presença. Vem a propósito citar uma judiciosa afirmação do autor do ensaio *Il Sentimento della Natura in D'Annunzio*:

«A verdade primacial do seu ser, a forte raiz da sua força: uma quente e inexaurível sensualidade que êle não poderia renegar sem renegar-se a si mesmo, que ele deveria adoptar como o seu próprio meio de conhecimento poético do mundo.»

Vénus não é para o Imaginífico um planeta entre muitos, é a deusa antiga, cujo espírito reencarna nas suas heroínas, é a deusa de ancas fecundas, mãe de toda a inspiração.

Talvez ainda a tivesse entrevisto em qualquer clássico templo de mármore...

D'Annunzio fez da sua sensibilidade a ara onde arde uma pira de poesia para iluminar tudo o que a vida esconde aos olhos mortais. Por isso escreve no *Nocturno*, nas páginas que traçou tacteando como Edipo destronado: «O meu espírito é o espelho de todos os mistérios».

Tirai da obra de D'Annunzio aquilo que a sua sensualidade lhe inculca e a mutilação será incictrizável e desfigurante.

É possível que o seu sangue fosse aquecido pelo sopro candente que se exala dos sepulcros perdidos nos campos romanos em que jazem os restos dos patrícios dissolutos, soberbos, altivos e cruéis do fim do império.

A sensualidade desaba sobre ele de mais longe até, da massa anónima e longínqua que o antecederá, daquela que é já uma sombra confusa, uma nebulosa informe e compacta, pois «vinha-lhe de longe, de muito longe, este ardor, das mais remotas origens, da primitiva animalidade das uniões momentâneas, do antigo mistério das lascívia sagradas».

Todas as personagens d'annunzianas reflectem a voracidade insaciável do temperamento do poeta que põe na boca de Stélio estas palavras ditas à Foscarina: — «sabe que não posso renunciar a nada».

D'Annunzio de facto não soube renunciar a nada. Agitou-o sempre a ambição de conquistar um subjugante império interior, sem fronteiras e anárquicamente sem leis. A vida, para êle, era alguma coisa que teria de dominar como matéria plástica ou de possuir como mulher que se entrega a quem a escravizar como um guerreiro antigo. São suas estas palavras do *Nocturno*: «a vida não é uma abstracção de aparências e de sucessos, mas uma espécie de sensualidade difusa, um conhecimento oferecido a todos os sentidos, uma substância boa para cheirar, para palpar, para comer».

Nem as trevas em que estava mergulhado o levaram a desmentir certas expressões que testemunham a sua noção íntima da materialidade da vida.

Na *Francesca da Ramini* diz a propósito de uma personagem ferida: «a vida não o abandona. Ele tem bons dentes para a segurar».

Ora só pode segurar-se com os dentes o que se pode morder...

Em *Forse che si forse che no* fala de alguém que «mordia a dor como um fruto maduro que a tivesse inundado de suco vermelho».

Na *Filha de Iorio* Aligi diz falar «... com a minha alma na minha mão».

Encontramo-nos em face de expressões que materializam a Vida, a dor e a alma. Muitas vezes dir-se-ia que o poeta viveu com a vida, não no leito da sua casa faustosa da Capponcina, mas no leito de volúpia da sua imaginação, a tal ponto ele a torna palpável, de tal forma ele a põe ao alcance dos nossos sentidos suggestionados. Os múltiplos aspectos da vida mostraram aos olhos de D'Annunzio um rosto de mulher. Com a sua infatigável sensualidade, a todos desejou com irrefreável desejo, com ímpetos de corsel à desfilada. Olhou a própria dor como virgem a possuir, fitou-a com olhar impuro e libidinoso. E para ele já era grande homenagem conceder-lhe essa virgindade...

Como estranhar, portanto, a epilepsia luxuriosa de algumas das suas personagens e a infernal fogueira em que se debatem?

Uma vez, olhando em certa igreja um baixo-relevo policromo do Inferno, julguei reconhecer em algumas figuras que se extorciam lambidas pelas chamas, certas personagens da obra d'annunziana. É que na sua obra sopra um vento de perdição que arrasta as personagens como folhas crestadas pelo sufocante suão. Os seus rostos não carantonham, mas são imensamente mais deformadores os esgares das suas almas! A algumas Satan marcou-as com ferrete em brasa como bestas de *pedegreee!*

(Continua).

FRANCISCO MARTINS DA COSTA (ALDÃO).

O Relógio e a Célula

*D'ENTRANHAS d'aço fino e reluzente,
Aparenta um relógio a intuição
Dum organismo cego, mas consciente
Que leva o tempo pela sua mão.*

*A célula animal, como a semente,
Portadora da vida em embrião,
Também parece agir sob'ranamente,
Sem a graça d'alheia inspiração.*

*Mas se o tino aparente do primeiro
Pertence ao seu autor — o relojoeiro,
E, disso, temos a real certeza,*

*Da mesma forma, a perspicaz tendência
Da célula animal para Existência
É milagre do Autor da natureza.*

Do livro em preparação: — *A Fonte da Vida.*

CARLOS BEÇA.

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1847

Guimarães há 100 anos

Julho

Dia 1 — O administrador do concelho, João António Gouveia Carreira, (autoridade da Rainha) mandou afixar editais para que todos os voluntários apresentassem as armas, já os que aqui estavam como os que tinham vindo do Porto quando a Junta daquela cidade se submeteu ao Governo de Lisboa. Pouco tempo depois apareceram alguns voluntários armados que tiraram aqueles editais, vindo, depois, ao Toural, em forma (seriam uns 30), e aí os rasgaram. Este procedimento anárquico pôs a vila em susto, pois os voluntários eram todos um bando de salteadores e homens os mais perversos, estando todos com as armas na mão. O Juiz de Direito (patuleia) enquanto os malvados andavam a praticar esta escandalosa cena, estava muito sossegadamente a fazer audiência!!! (P. L.).

— Chegaram bastantes soldados do regimento n.º 9, desarmados, que pertenceram ao exército da Junta do Porto, (eram realistas e tinham pertencido à força do general Bernardino quando este aqui esteve). Vinham do Porto, onde tinham sido desarmados. Não foram aboletados. (P. L.).

Dia 2 — Morreu, na sua Quinta da Colinhã, José do Amaral Branco, morador

na Rua de S. Domingos. Foi depositado e sepultado no dia seguinte na igreja de S. Domingos desta vila. O seu funeral foi sem pompa, conforme o costume da casa. (P. L.).

Dia 3 — Continuaram a chegar bastantes soldados desarmados do exército do Porto, assim como alguns oficiais, vindo todos muito mansos, apesar de não serem aboletados. Os que continuavam a fazer desordens eram os voluntários desta vila que tinham fugido do Porto todos armados, quase todos ladrões, que traziam a população em contínuos sobresaltos. Autoridades era o mesmo que não houvesse, porque o Juiz de Direito, (patuleia), não servia senão para fazer audiências e tanto o administrador da patuleia como o nomeado pela Rainha não apareciam, estando toda a vila e concelho sujeitos a toda a qualidade de perversidades que quisessem perpetrar um punhado de salteadores que de maneira alguma queria largar as armas. (P. L.).

Dia 4 — Pelas 11 horas da manhã deu aqui entrada o batalhão de caçadores n.º 1 do Exército da Rainha, que estava debaixo do comando do marechal do exército Duque de Saldanha. Deram-se muitos foguetes e tocaram-se repiques em todas as torres. A sua entrada foi ines-

perada, a ponto de já estarem na Cruz de Pedra, (vieram por Santo Tirso), e ainda os patuleias principiavam a retirar-se. De tarde, estando o batalhão em revista, na Praça do Toural, deram os patuleias alguns tiros de S. Roque para esta vila. À noite saiu a música do referido batalhão a tocar o hino da Rainha, andando alguns indivíduos a dar vivas à Rainha e à Carta. (P. L.). Nota à margem: — *O comandante era o tenente-coronel Joaquim Bento, militar com bastante instrução e que tinha sido Deputado. Vinha com poderes extraordinários.*

— Veio do Governo Civil de Braga a nomeação de uma Comissão da Câmara Municipal, composta dos indivíduos seguintes: — António de Nápoles Vaz Vieira, presidente; Francisco Ribeiro Agra, Dr. Areias, Miguel Fernandes Vilela, António do Espírito Santo, António Leite Castro Sampaio e Jerónimo Leite Ribeiro da Costa Bernardes. (P. L.).

Dia 5 — Instalou-se a Comissão Municipal por se achar constituída a paz e a ordem e reintegrada a autoridade da Rainha e da Carta, pois o concelho, desde 8 de Junho de 1846 até hoje, tinha sido ocupado por comissões nomeadas pelos governos setembrista e miguelista. Pelas 10 horas da manhã houve *Te Deum Laudamus* na igreja da Colegiada a que assistiram a Comissão da Câmara Municipal, o administrador do concelho, o Cabido, o comandante do Batalhão de Caçadores n.º 1 aqui estacionado, e toda a officialidade. O Juiz de Direito não assistiu e poucas horas depois saiu desta vila por saber que ia ser intimado para o mesmo fim. A' noite houve iluminação geral. (P. L.).

— Andaram patrulhas de caçadores a prender alguns indivíduos que não tinham feito entrega das armas, como havia sido determinado pela autoridade administrativa, indo até para a cadeia os pais

e as mães daqueles que as não apresentavam. (P. L.).

Dia 6 — Seguiu para Braga uma força de 100 homens do Batalhão de Caçadores n.º 1. Continuava a apresentação de muitas armas que estavam em poder dos voluntários fugidos do Porto. Foi preciso, porém, empregar a força e usar de meios violentos, como prender os pais e as mulheres dos indivíduos que as tinham. (P. L.).

Dia 7 — Regressou a força que havia seguido ontem para Braga e que tinha ido por dinheiro para pagamento do *pret* do Batalhão de Caçadores n.º 1.

— Pelas 10 horas da manhã chegou o Juiz de Direito António José da Silva Pereira, (à margem, por letra diferente e a lápis, «o Melro»), o qual tomou posse pelas 6 horas da tarde. Era natural de Braga e tinha sido Juiz de Direito do Pico de Regalados. (P. L.).

Dia 8 — O Juiz de Direito mandou soltar o Doutor de Capelo chamado Pelxoto, das partes de Pombeiro, que o seu antecessor Bernardo Leite tinha mandado prender por ter furtado uns autos, estando pronunciado por este crime. Este primeiro acto do novo Juiz foi visto pelos homens probos de todos os partidos como sinal de que este Juiz era um mau Magistrado (já não havia boas informações acerca dele antes de aqui chegar) visto que devia proceder com mais circumspecção, porque o preso era um homem mau e tinha praticado uma maldade de grande consideração que envolvia uns poucos de contos de réis.

— Chegou notícia de terem entrado ontem no Porto o Duque de Saldanha e o seu exército, havendo grande entusiasmo naquella cidade. (P. L.).

Dia 9 — A vila conservava-se em sossego, sofrendo apenas o despotismo de

estar a ser governada pela autoridade militar, o tenente-coronel de Caçadores n.º 1, pois estava uma parte dos habitantes a sofrer um aboletamento de 5 dias, sem que mudassem os boletos, estando o administrador do concelho por esta violência. Todos os partidos que têm estado debaixo, em Portugal, chamam déspotas aos que estão de cima, e quando estão de cima praticam destas. Quando foi aboletada a officialidade do batalhão, appareceu uma mesquinha vingança, sendo carregadas algumas casas com officiaes que os não deviam ter ou deviam ter menos, mas por estas vinganças sofreram todos os que tiveram aboletados. (P. L.).

Dia 10 — Foi preso, lá para os Capuchos, um desertor que se encontrava armado e tinha sido, ultimamente, voluntário do batalhão desta vila (patuleia). Quem o prendeu foi um caçador do n.º 1, pelas 3 horas da tarde, e às 6 horas foi chibatado na Loja dos Coutos, levando tantas chibatadas que foi conduzido ao hospital quase moribundo. Os patuleias ficaram aterrados com este castigo, estando reservado outro igual àqueles que fossem encontrados armados. O infeliz era de S. Torcato. (P. L.).

Dia 12 — Saiu, de madrugada, a maior parte do Batalhão de Caçadores n.º 1, dividindo-se a força em duas porções, uma para as partes da Serra e outra para as Caldas de Vizela. Tanto numa parte como noutra mataram 2 homens sem elles lhe resistirem. O que mataram na Serra (lugar da Morteira) ia a fugir de uma casa onde se dizia que costumavam recolher-se homens armados, não encontrando lá algum, e o das Caldas de Vizela porque encontraram em casa dele algumas armas e pólvora.

— Chegou o Juiz de Direito, Bernardo Leite, que tinha servido como tal até à chegada da tropa. Officiou ao tenente-co-

ronel comandante de Caçadores n.º 1, que o tinha mandado sair, informando-o que tinha permissão do Duque de Saldanha para vir aqui. Depois que chegou cessaram as funções do Juiz actualmente em exercicio. Após a sua chegada foi dado um repique na Colegiada indo os tambores tocar-lhe à porta!!!

— Passou aqui uma companhia de soldados espanhóis do regimento n.º 14. Depois de um pequeno descanso marchou para Amarante. Vinha de Braga.

— A Comissão da Câmara Municipal mandou deitar um Bando a convidar os habitantes a adornarem as suas janelas naquelas ruas por onde passasse o Duque de Saldanha e pôrem luminárias. Já perto à noite saiu o tenente-coronel e o Juiz de Direito para esperarem o Duque; porém de balde porque ele não chegou nesse dia, como se esperava.

Dia 13 — Pelas 8 horas da manhã chegou o Duque de Saldanha e seu Estado Maior (era composto de mais de 30 officiaes e figuros). Adiante vinham 2 cavallarias, como vedetas; mais atrás vinha uma grande escolta de cavallaria, comandada por um official, e logo se seguia o Duque e o seu Estado Maior, e no fim alguns lanceiros e um esquadrão de cavallaria n.º 4, vindo logo atrás uma grande bagagem. As janelas das ruas por onde ele passou estavam endamascadas e quando chegou ao Toural deram-se muitos foguetes, tocando-se repiques em todas as torres. No seu numerosíssimo estado maior vinham o marechal de campo Mesquita e o brigadeiro Barão de Saavedra. O Duque foi aboletado na Casa do Arco e os officiaes do estado maior nas casas dos fidalgos da vila, indo o general Mesquita para a casa do Toural. O Duque apresentou ideias de moderação e de ordem, fazendo que o Juiz de Direito Bernardo Leite (patuleia), continuasse em exercicio, o que causou grande desgosto

ao partido cartista. Também mandou conhecer dos distúrbios que fizeram os oficiais que foram aboletados no Proposto quando aqui chegou o batalhão de caçadores 1. O Duque foi cumprimentado por todas as autoridades, corporações e cavalleiros, havendo à noite iluminação geral, repiques e muitos foguetes. (P. L.).

Dia 14 — Pelas 10 horas da manhã houve *Te Deum* na Colegiada, a que assistiu o Duque de Saldanha, o general Mesquita, o brigadeiro Barão de Saavedra, um numerosíssimo Estado Maior, o Cabido, a Comissão da Câmara Municipal, o comandante e toda a officialidade do batalhão de caçadores 1, vários cavalleiros, o Juiz Bernardo Leite (patuleia insolente), várias pessoas do clero e povo.

— O batalhão de caçadores 1 formou, pelas 6 horas da tarde, na Praça do Tournal em ordem de marcha e revista. Logo depois chegou o marechal de exército Duque de Saldanha, o general Mesquita e o Estado Maior do Duque, e ali passou revista ao referido batalhão, que estava no maior asseio, havendo bastante gente a ver a revista. O Duque foi, depois, pagar algumas visitas e recolheu-se ao Arco.

— Pelas 11 horas da noite saiu o batalhão de caçadores 1 por Santo Tirso, em direcção ao Porto, para embarcar, depois, para Lisboa. Era composto de boa gente e muito bem arranjado; se fez alguns excessos enquanto aqui esteve foram originados por ser o seu comandante um cartista exaltado e as circunstâncias do tempo assim o permitirem. (P. L.).

Dia 15 — Pelas 3 horas da madrugada seguiu para Braga o marechal do exército e o seu numerosíssimo Estado Maior, acompanhado pelo Barão de Vila Pouca, pelo Nicolau de Arrochela, etc. O Barão de Vila Pouca ofereceu um almoço nas

Taipas (onde se encontrava há tempos, com a Baroneza, a banhos), ao Duque e comitiva, seguindo, depois, para Braga para tomar conta do Governo Civil, para o qual estava nomeado pela Rainha.

— Chegou um forte destacamento do regimento n.º 3 estacionado em Braga, o qual se compunha de uns 100 homens sob o comando de um capitão e dois subalternos. Foi aboletado por boletos. (P. L.).

Dia 16 — Foi o último dia de preces *ad petendam pluviam* na Colegiada e mais igrejas, pois tinha havido um intensíssimo calor e uma grande seca, não tendo nascido os restivos nas terras secas. (P. L.).

Dia 19 — Pelas 10 horas da noite, foram alguns cartistas à casa de Vila Pouca e aí deram alguns foguetes e vivas ao Barão por ter aceitado o cargo de Governador Civil do distrito de Braga. Depois vieram pela vila cantado e tocando o hino da Carta. (P. L.).

Dia 26 — Vindo de Braga, para aqui se demorar, chegou de madrugada o regimento de infantaria n.º 3. Foi aboletado por três dias, seguindo depois para os quartéis. (P. L.). Veio comandado pelo tenente-coronel António José Ribeiro.

Dia 30 — Pela manhã saiu para Fafe um forte destacamento do regimento n.º 3, saindo uma maior parte, sob o comando do seu tenente-coronel Ribeiro, em direcção de Vieira em perseguição de uma guerrilha miguelista comandada pelo padre João do Cano. Aqui, ficou uma pequena força daquele regimento. (P. L.).

Dia 31 — Houve repiques à aurora, ao meio dia e à noite por ser o aniversário do juramento da Carta Constitucional. (P. L.).

Agosto

Dia 1 (Domingo — Feira de S. Gualter) — O administrador do concelho mandou prender alguns indivíduos que andavam na feira, suspeitos de ladrões, e tomar alguns cavalos a outros indivíduos, por terem sido da cavalaria da Junta do Porto e andarem agora extraviados. Também se descobriu um grande roubo que tinha sido feito numa das noites antecedentes na casa do Pinheiro, ao pé de Atães, sendo presa uma mulher. (P. L.).

Dia 3 — Saiu em Procissão o Senhor do Campo Santo para a igreja das religiosas capuchinhas, com acompanhamento de bastantes padres, algumas irmandades e muito povo. Esta milagrosa imagem foi levada em procissão para a supradita igreja para que Deus Nosso Senhor desse chuva, pois a grande seca que tinha havido tinha feito que as terras secas pouco ou nenhum pão dessem este ano. (P. L.).

Dia 4 — António Marinho Falcão de Castro Moraes, depois Visconde de Roriz, casou com D. Maria do Carmo de Araújo Martins de Gouveia Moraes Sarmento, irmã do dr. Francisco Martins Sarmento.

Dia 5 — São retiradas do esconderijo em que estavam desde 12 de Fevereiro deste ano, e colocadas nos respectivos lugares, as peças de ouro e a maior parte das de prata pertencentes ao tesouro de Nossa Senhora da Oliveira.

Dia 6 — Pela mesma intenção do dia 3, saiu em procissão a milagrosa imagem do Senhor das Almas, da igreja de S. Pedro de Azurém. Veio pela rua de Santa Luzia, rua da Fonte Nova, Porta da Vila, rua Sapateira, praça da Senhora da Oliveira, Terreiro das Claras, Terreiro do Carmo e foi para a igreja de Santo António dos Capuchos, havendo sermão depois de se reco-

lher. Com a procissão vinham algumas irmandades, além da do Senhor, e bastante povo, tanto da freguesia como de outras e mesmo da vila, a rezar a ladainha dos Santos. (P. L.).

Dia 10 — Pelas 10 horas da noite seguiu para Braga o resto do regimento de infantaria 3, comandado pelo seu major Ribeiro, tendo seguido directamente para aquela cidade a grande força do mesmo regimento que daqui saiu para Vieira no dia 30 do mês passado. Ficou um pequeno destacamento composto de uns 50 homens. Parece que o regimento 3 ia para o seu antigo quartel de Viana. (P. L.).

Dia 11 — Saiu em procissão a milagrosa imagem do Senhor dos Passos, do Campo da Feira, acompanhada pela sua irmandade, alguns padres e imenso povo, tendo havido sermão à sua saída. Tanto neste dia como nos dois dias anteriores tinham-se feito preces na mesma igreja, sendo as preces e a procissão para implorar que Deus Nosso Senhor desse chuva, pois a seca tinha sido grande a ponto de se recear uma grande falta de pão. (P. L.).

Dia 12 — Pelas 2 horas da tarde entrou a milagrosa imagem do Senhor de Infias (já aqui tinha vindo noutras ocasiões por outras necessidades públicas), acompanhada de muitas irmandades das aldeias e imenso povo até das Caldas de Vizela e de outras povoações, ao qual se reuniu muita gente da vila. Todo este préstito, que infundia o maior respeito, veio pela rua da Madroa e rua das Molianas ao Toural, e passando por Trás do Tanque ao Terreiro de S. Francisco, foi pela rua de S. Dâmaso à Senhora da Guia, depois seguiu pela praça da Senhora da Oliveira, Terreiro de Santa Clara ao Terreiro do Carmo, e depois pelas ruas do Gado e Vale de Donas aos terreiros da Misericórdia, rua de S. Domingos e rua Travessa, recolhendo-se na igreja das religiosas

Dominicas. Atrás da milagrosa imagem iam três padres a cantar a Ladainha dos Santos a que o numerosíssimo povo respondia *Ora pro nobis*. Esta procissão de preces, pelas mesmas razões das anteriores, foi certamente uma das que apresentou mais gente nesta vila, pois vinha muita gente de muitas freguesias e mui distantes. As religiosas Dominicanas, depois da imagem ir para a sua igreja, fizeram preces, além das que já tinham feito pelo mesmo motivo. (P. L.).

Dia 20 — Foi o primeiro dia que choveu nesta vila, tendo deixado de chover há mais de dois meses. (P. L.).

Dia 25 — Saiu das Dominicas, em procissão, para a sua igreja, a milagrosa imagem do Senhor de Infiás, acompanhada de muito povo, tanto da vila como das aldeias, e das mesmas irmandades que a acompanharam quando para aqui veio. A procissão foi festival e seguiu o mesmo itinerário da chegada. (P. L.).

Dia 27 — Foram presos dois trolhas, que andavam a trabalhar em casa do Togeira, por estarem a cantar o *Rei chegou*. Foram conduzidos por soldados do destacamento de infantaria 3 para os quartéis e aí foram chibatados por ordem do capitão do destacamento, sem que os remetesse à autoridade competente!!! (P. L.).

Dia 29 — Chegou de Braga uma força de capitão do 13 de infantaria e no dia seguinte de manhã marchou para Viana o pequeno contingente de infantaria 3 que aqui havia ficado. (P. L.).

*

Neste mês morreu de bexigas e diarreias uma imensidade de crianças, havendo dia em que morriam às 8 e 10, tendo continuado a grande seca, podendo-se dizer que

não tinha chovido há 3 meses. Quanto a politica, tinham andado diferentes destacamentos pela provincia a tirar as armas aos populares, estando estes numa continua agitação.

Setembro

Dia 3 — Vindo de Braga chegou aqui o regimento de infantaria 13. Foi aboletado militarmente. (P. L.).

Dia 4 — Foi chibatado, na praça do Toural, um corneta do regimento de infantaria 13 que tinha estado na Estrada Nova com uma grande escolta para não consentir que passassem carros por ela que não trouxessem chapas largas. O corneta talvez fosse castigado por alguma « rebeldia » que praticasse por lá. Este castigo escandalizou os moradores do Toural, muito principalmente por se encontrar aboletado na casa do Toural o comandante do regimento (o major Pimenta), e mais a sua senhora. (P. L.).

Dia 6 — Forças do regimento de infantaria 13 deslocaram-se, de madrugada, para Fafe, S. Torcato, Santo Amaro, Silvares, etc., para recolherem as armas que os povos tinham. Ficou aqui um forte destacamento, comandado por um capitão. (P. L.).

Dia 8 — Foram presos alguns individuos que tinham pertencido ao batalhão da patuleia desta vila, sendo logo remetidos para o Porto para assentarem praça em diferentes corpos de linha. Entre eles seguiu o filho do Transmontano, que tinha sido alferes do batalhão. (P. L.).

Dia 9 — Ainda se achava uma grande força do regimento 13 pelo Rebotó e freguesias de S. Jorge, Silvares, etc., a recolher as armas que os lavradores tinham, estando aboletados em casa de José Joaquim, do Rebotó, que tinha sido administrador no tempo da patuleia, 20 soldados.

Eram exigidas todas as armas, até mesmo as caçadeiras. A Maria da Fonte, apesar do seu valor, via todas estas violências sem se mexer. Tão grande foi em outro tempo o seu poder, e tão pequeno era hoje!!! (P. L.).

Dia 11 — Foi o primeiro dia em que choveu nesta vila e imediações depois que principiou o verão (excepto um dia por efeito de uma trovoadá, e choveu pouco), tendo havido grande seca que fez com que os restivos não dessem nada, tendo sido o calor intensíssimo que provocou uma epidemia de diarreias e bexigas, de que morreram muitas criaturas, principalmente crianças. (P. L.).

Dia 13 — Nestes dias e nos dois seguintes fizeram-se preces na Colegiada e igrejas dos conventos de freiras, em virtude de uma circular do Arcebispo e outra do Papa em que se exortavam todos os fiéis do orbe católico «para que fizessem Preces a Deus N. Senhor para que afastasse da Irlanda o flagelo da peste, com que nestes ultimos tempos tinha castigado aquele infeliz povo.» (P. L.).

Dia 16 — Houve os costumados repiques de sino e à noite alguns foguetes, por ser o aniversário natalício do Príncipe Real. (P. L.).

Dia 18 — Chegou o regimento de infantaria 13 (isto é, o comandante, música, uma parte do regimento, bandeiras, etc., porque outra parte andava pelas aldeias a colher armas,) que tinha seguido para Fafe em 6 deste mês. (P. L.).

Dia 24 — Morreu, com 96 anos de idade, o padre Jerónimo José Ribeiro, abade da Areosa (Viana), que noutros tempos tinha sido mestre de gramática latina nesta vila. Foi sepultado na igreja do Campo da Feira. (P. L.).

Dia 28 — Neste dia e no dia 30 saiu o Cabido a visitar as igrejas de S. Domingos e de S. Francisco, para alcançar o Jubileu do Ano Santo. (P. L.). Devia ter sido pela elevação de Gregório XVI ao solio pontifício.

JOÃO LOPES DE FARIA †.





DESCOBRIDORES PORTUGUESES, por *Edgar Prestage*. Versão portuguesa de *Francisco Eduardo Baptista* (2.^a edição). Edições Gama. Lisboa, 1943. 415 págs.

É caso para nos regozijarmos por ter alcançado 2.^a edição esta importante obra do ilustre Professor inglês a quem Portugal tanto deve. O trabalho do eminente prof. E. P. é, de facto, a história mais completa (ainda que resumida) que conhecemos dos nossos descobrimentos. Escrito para o vasto público da língua inglesa, torna-se sobretudo útil para os portugueses que ainda não possuem um compêndio deste género, facilmente acessível e manuseável. Escrito com lucidez e com profundo conhecimento dos factos, *Descobridores Portugueses* é guia seguro para quantos desejem estudar essa grandiosa época que decorre desde o alvorecer do século XV aos meados do século XVI, que ali é passada em revista, sem frases ocas ou retórica escusada, tanto em uso até em obras de historiadores sérios. Nela se vê o que de original teve a obra do infante D. Henrique, mas também se demonstra qual o contributo dos estrangeiros para essa obra, sem

com isto esta ou afiguração do infante saírem diminuídas.

Mapas elucidativos acompanham o texto, figurando no final uma lista bibliográfica dos mais importantes trabalhos modernos que se torna necessário consultar para o efeito.



AFONSO DE ALBUQUERQUE, por *Costa Brochado*. Edição de Portugália Editora. Lisboa, s. d. 496 págs.

Os estudos históricos estão, inegavelmente, na ordem do dia. Salvaguardando o espírito dos tempos, as decididas preferências da nossa época pela história assemelham-se às do século XVIII que, em Portugal, assistiu ao nascimento das duas Academias mais importantes do nosso país, desveladas cultoras dos estudos históricos: a Academia Real da História Portuguesa e a Academia Real das Ciências de Lisboa.

Grosso modo podemos considerar esta preferência como bom sintoma, pelo que de revigorador ele pode constituir na edu-

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

cação dos jovens portugueses, sabido como no século passado foi a história um dos elementos que mais contribuíram para a desnacionalização e para o desinteresse da mocidade pelo passado, devido ao falso conceito em que então tantos caíram (até espíritos dos mais ilustres), de que toda a nossa história pretérita era um amontoado de ignomínias, de que todos os nossos Reis (salvando um ou dois) eram nulidades ou monstros, de que a acção de Portugal no Ultramar fora quase unicamente caracterizada por torpezas, e assim por diante, sempre neste tom francamente pessimista, de que se tem acusado Oliveira Martins, sem grande verdade e com pouca justiça para com esse ilustre «vencido».

Mas se, como em trabalho nosso já acentuámos, o prisma pessimista não é o mais próprio para analisarmos os actos e os factos históricos, que se torna necessário localizar sempre na sua época e estudar dentro do ambiente próprio, tampouco é defensável o critério oposto, que procura e pretende justificar por todos os modos os actos dos homens do passado, quando tantas vezes eles no seu tempo constituíam motivo de críticas severas e censuras dos espíritos mais representativos e dignos. E este critério falso está, infelizmente, em moda em nossos dias, contribuindo para criar entre os novos um espírito de orgulho patriótico mal cabido, narcisismo cujas consequências no futuro nos parece poderão vir a ser mais perniciosas do que as resultantes do pessimismo histórico, que apesar de tudo, trouxe reacções salutares.

Não nos cansaremos de defender a teoria da perfeita imparcialidade no estudo da história, como o meio mais simples e mais prático de alcançar a verdade, pelo menos tanto quanto ao homem é dado alcançá-la com os imperfeitos materiais de que lhe é dado usar.

E se quisermos ir à história retemperar o nosso patriotismo, não nos esqueçamos de percorrer todas as páginas que no-la

narram, sejam douradas ou negras, para que não se nos insinue na alma um sentimento falso de exaltação, tão grandemente censurável e condenável como o oposto. E tenhamos presente que acontecimentos bem trágicos e bem próximos de nós — a hecatombe de 1939-1945 — foram inicialmente devidos a um nacionalismo exaltado, tanto mais exaltado quanto esquecia ou ignorava que poderia haver sobre a terra outros nacionalismos tão dignos e tão respeitáveis como ele.

Ora o livro do sr. Costa Brochado (que recebeu o 1.º prêmio num dos últimos concursos de Literatura Colonial), pode considerar-se, como os dois que já escreveu sobre figuras históricas de Portugal, um exemplar dessa história panegírica, a qual, em nossa modesta opinião, tem aspectos com que não podemos concordar.

Ao contrário do que poderia depreender-se do título da obra, esta não é exclusivamente uma biografia do herói que espanhou o mundo do seu tempo; como nos elucida o A. no «Prefácio», é a vida «da própria nacionalidade portuguesa, durante o período das conquistas». E continua:

«O heróico conquistador de Goa, dando o nome a este livro, simboliza a pléiada incomparável de soldados que ergueram o império e souberam galvanizar as energias do povo português». E linhas abaixo, precisa o seu pensamento, afirmando que com o livro pretendeu apenas «significar que ninguém representa melhor do que Albuquerque a época das conquistas portuguesas e a política imperial que a domina».

Eis a razão por que tendo a obra vinte e dois capítulos, só no cap. 12.º e em mais cinco nos seja contada a vida de Afonso de Albuquerque, quase sempre com Barros e os *Comentários* de Brás de Albuquerque na base do relato. Não concordamos nem discordamos do critério adoptado pelo A., que nada tem de ilógico e tem sido perflhado por muitos historiadores, desde o século passado até hoje. Mas já não nos

parece que possa passar sem reparo a defesa acalorada, entusiástica mesmo, da política de D. Manuel, que o sr. C. B. classifica frequentemente de «maravilhosa» e de «hábil e sagaz», com uma insistência que não se compadece com a frieza do historiador, quando os capítulos em que estuda o reinado de D. João II deixam transparecer certa má vontade contra o Monarca sem cuja política violenta e dura (própria do seu tempo, em que o «Príncipe Perfeito» não constituiu excepção) nunca o Rei «Venturoso» poderia ter sido o monarca que foi.

Não vamos nem pretendemos entrar na discussão de um problema porque isso não se compadece com o limitado espaço destas breves notas; desejamos tão somente chamar a atenção para um dos pontos em que se trai a parcialidade do A. que em todos os actos de D. Manuel vê uma justificação evidente, ainda mesmo nos de flagrante injustiça para com Albuquerque, que o sr. C. B., seguindo na pegada de outros autores, atribui a má informação de intriguistas e despeitados contra o grande capitão.

Quanto à figura do conquistador de Ormuz ela não sai maior do que já era do livro do sr. C. B., nem tampouco diminuída, porquanto o A. se limita a sobre ela dizer o que tantos outros já escreveram. Parece-nos, porém, que se não podemos negar ao ilustre capitão o génio político e militar, a verdade é que nem uma nem outra se compadeciam com os fracos recursos materiais e humanos de um país que breve se esgotou totalmente, caindo exausto em Alcácer pelo esforço sobre-humano despendido em 150 anos pelo Mundo inteiro. Se muitos censuram os Portugueses por não compreenderem o pensamento do grande guerreiro, pensamento que a Inglaterra, por exemplo, seguiu na Índia, o facto é que, entre a política de D. Francisco de Almeida e a de Afonso de Albuquerque, Portugal só poderia optar por aquela. A prova teve-se logo que o herói morreu. E se ele foi maior do que Alexandre e do que César, muito

maior do que Aníbal e outros grandes generais de todos os tempos, não possuiu o que aqueles possuíram e lhes tornou possível fazer o que fizeram: o potencial humano e o económico. Por isso caiu Aníbal, por isso caiu Albuquerque. A conquista de Roma e da Itália era impossível a Cartago, a despeito da sua esquadra e das suas riquezas: a República púnica não tinha o espírito de conquista e de domínio militar que animava o seu grande general.

A conquista da Índia e do Oriente era impossível a Portugal, porque o inimigo com quem tínhamos de defrontar-nos era superior em força e em recursos, além de combater na própria casa. Enquanto Árabes e Turcos mantinham livres as vias de abastecimento das suas armadas e dos seus exércitos, as forças de Portugal, além de exíguas, tinham de constantemente assegurar o domínio da retaguarda, quase sempre precário e exigindo a imobilização de efectivos e de capitães que desfalcavam os efectivos da frente de combate. Por isso o pensamento do 1.º Vice-Rei da Índia era mais exequível, não só por menos dispendioso para uma Nação pobre como a nossa, mas também por mais fácil municiamento e de abastecimento, certo como é que garantir uma nau exigia muito menos do que um exército, e a sua actuação podia ser muito mais rapidamente eficaz do que a daquele.

É certo que o pensamento do «terribil» era grandioso, genial; estava porém acima daquilo que a Portugal era dado, mesmo na época do seu maior esplendor. De resto encontrava-se até em desacordo com o que se pretendia então e era simplesmente o domínio do comércio da Índia, até 1498 nas mãos de Muçulmanos e de Venezianos. A ideia imperial nasceu no cérebro de Albuquerque como meio de dominar inteiramente esse comércio, mas era praticamente inexequível, como os factos o demonstraram logo a seguir.

Há, nesta obra, pequenos deslizes de pormenor, que sempre escapam ao autor

mais atento. Apesar de tudo, porém, deveria ser corrigido o de págs. 411, onde se atribui a fundação da Feitoria da Flandres em 1441 a D. João I, quando é certo que aquele Rei morreu em 1433.

Também se atribui, a págs. 417, ao *real* um poder de compra equivalente a 2\$50 actuais, sem que nenhuma indicação seja dada de como se chegou a essa equivalência, o que, no entanto, nos parece bastante fácil de indicar, mesmo em nota.

Ainda assim, a questão da equivalência entre duas moedas em épocas tão afastadas é sempre falível, tão escassos são os dados de que tantas vezes se dispõe e tão certo é o caminho do erro frequente.

Em resumo: como obra de divulgação, o livro do sr. C. B. peca, a nosso ver, por exagerado optimismo a respeito da política internacional de D. Manuel I, ao mesmo tempo que considera a actuação portuguesa no Oriente dum ponto de vista em que há ausência daquela imparcialidade que deve presidir à elaboração de um trabalho histórico, critério que não pode ser defensável no estado actual da ciência histórica. O papel do historiador, ainda quando, como no caso do sr. C. B., o é expositivo ou narrativo, nunca deve ir além das conclusões que possam deprender-se imediatamente dos documentos sobre que se apoia, considerando-se estes acima de toda a suspeita. O contrário parece-nos digno de censura pela imagem falsa que pode dar do passado, ainda quando esse passado foi de grandeza, como o nosso.



IMPERIAL COMMONWEALTH, por *Lord Elton*. Edição Collins. Londres, 1945. 544 págs.

Este magnífico volume é o primeiro estudo que conhecemos, saído da pena de um inglês, sobre a formação da Comunidade Britânica de Nações, o mais vasto Império

até hoje formado e também aquele cujas peças constitutivas são mais dispares, e, tantas vezes mesmo antagónicas.

Escrito principalmente para ingleses, é inglês o espírito que o anima, o que equivale a dizer que não se encontra qualquer espécie de «chauvinismo» no decorrer destas compactas 500 e tal páginas. Tampouco podemos considerá-lo obra de propaganda, sobretudo tomando a palavra na acepção que certas espécies de política lhe deram nos últimos anos. Está feito com imparcialidade e isenção, assente em forte base bibliográfica, que o ilustre Autor apresenta no final de cada um dos livros que o compõem.

Em dois capítulos preliminares passa Lord E. em revista os primórdios da expansão britânica, consecutivos à guerra das Duas Rosas, desde 1485 até à morte da grande Isabel. A seguir entramos propriamente na acção do grande drama, a constituição de um Império, obra de poucos indivíduos e quase sempre com a oposição do Estado, que só muito tarde tomou consciência da sua vocação imperial. «O Império romano — escreve o Autor — foi obra do Estado, centralista, despótico e uniforme; a expansão da Inglaterra havia de ser espontânea e diversa». E explica: o «Império romano não passou de espelho da família romana, em que o *patria potestas*, a autoridade do pai, era despótica; ao passo que a tradição da família inglesa era educar os filhos para uma vida aparte, completamente independente» (pág. 29). Não se esquece o Autor de salientar logo de entrada (pág. 12) o obstinado individualismo inglês como uma das causas mais importantes que levaram à expansão britânica. Efectivamente, e aparte os casos esporádicos de pequenas viagens sem importância, os fundamentos do Império britânico lançaram-nos os que, não querendo submeter-se ao despotismo da Igreja Anglicana, saíram para as regiões desconhecidas do continente americano, que, durante século e

meio, haviam de constituir o cadinho em que se temperou, afinou e aperfeiçoou a vocação imperial da Inglaterra.

Assistimos depois ao desenvolvimento da ideia imperial com Cromwell e com essas viagens de aventureiros mistos de negociantes, cujos processos nem sempre foram correctos, cujos actos de pirataria tantas vezes incidiram sobre territórios descobertos e colonizados por Portugueses, mas que muitas outras contribuíram para levar as luzes da civilização aos pontos mais remotos da Terra.

Vêm depois as lutas do século XVIII, em que a França e a Inglaterra se bateram com uma ferocidade inaudita e em que os «lizes» começaram a murchar no Canadá e na Índia. É a época de Marlborough, do Príncipe Eugénio, de Montcalm, de Wolfe, de Clive e de Dupleix. É a época em que dos dois lados se batem generais de alto valor, mas em que só do lado da Inglaterra há políticos de alta envergadura que, muitas vezes em opposição com toda a Nação, secundam a acção dos construtores do Império. Numa palavra, é a época dos Walpoles e dos Pitts, durante a qual a grande sombra da Grã-Bretanha principia a estender-se sobre o Mundo e a contrabater em toda a parte os regimes autoritários e de opressão.

Seguidamente descreve-nos a época da luta das colónias americanas pela independência, gravíssimo facto na história inglesa devido a erro de visão dos políticos e incompreensão, por parte do rei, das relações que devem existir entre a mãe-pátria e as colónias. Simultaneamente acompanhamos a grande crise da Índia, desde o advento de Clive até à morte de Warren Hastings, todo esse longo caminho que iria findar, um século depois, com a elevação da rainha Vitória a imperatriz das Índias, assistindo ao trabalho hercúleo, sobre-humano, gigantesco da imposição do poder britânico a uma região secularmente ingovernável e que só tem produzido civilizações brilhantes sob o domínio estranho. Lendo as páginas vi-

vas de lord E., nós, Portugueses, sentimos como Portugal poderia um dia ter alcançado o domínio da Índia se a lição do grande Albuquerque houvesse encontrado em Lisboa o ambiente de acolhimento que o grande general queria.

Depois segue-se a acção descobridora dos Ingleses no Pacifico e mares do Sul, com as viagens de Cook e dos seus seguidores, facto que acompanhou a acção de Wilberforce em defesa da abolição da escravatura.

Admirável e edificante é o Livro VII, em que assistimos ao nascimento desses três grandes Estados, há um século terras incultas povoadas de tribos nómadas e selvagens, hoje na vanguarda das grandes Nações civilizadas: União Sul-Africana, Austrália e Nova Zelândia.

Em seguida, como visão panorâmica e cinematográfica, passam ante os nossos olhos os quadros admiráveis da fixação do Império na Africa e na Índia, devida à acção de exploradores como Livingstone, aventureiros de génio como Cecil Rhodes, políticos como Joe Chamberlain, generais como Kitchener e Lord Roberts.

Leva o Autor a narração até à guerra mundial há dois anos finda e conclui com um *Epitogo* em que analisa rapidamente as possibilidades futuras da grande Comunidade Britânica de Nações.

Alguns pequenos deslizes há a assinalar, o que não é de admirar, tratando-se de obra de tão grande tomo. Em nada invalidam ou prejudicam o seu valor. Todavia tomamos a liberdade de os apontar, para correcção em futuras edições. A pág. 16 diz o Autor que Colombo chegou na última viagem «a uma terra firme e verificou com espanto que não era a Índia mas um vasto continente novo com cuja existência os homens não tinham sonhado». Colombo nunca verificou a existência de um novo continente, convencido como estava de ter chegado à Índia. Só Vespúcio, anos depois, deu ao Mundo essa certeza, que, no en-

tanto, os nossos navegadores já possuíam, antes de Colombo.

Na mesma página parece admitir como verdadeiro o descobrimento da Madeira em 1370 por um inglês. A lenda está há muito reduzida às suas devidas proporções e a ela nos referimos recentemente nesta mesma revista.

A págs. 20 dá os Gregos como vencedores da batalha de Ácio, de facto alcançada por Octaviano César sobre as tropas romano-egípcias de António e de Cleópatra.

A págs. 374 há manifesto erro de data quanto à época da chegada de Mungo Park ao Níger, que é 1795 e não 1745.

A págs. 379 faz uma afirmação que carece de fundamento, ao dizer que «o comércio de escravos florescia ainda, com os governadores portugueses de Moçambique como seus agentes activos». Se assim se afirmou e se o próprio Livingstone o pôs a correr, a verdade é que a repressão da escravatura se fez sempre com rigor. Se houve portugueses que se dedicavam a esse lucrativo comércio, não o faziam com a conviência das autoridades portuguesas.

A edição é valorizada com mapas que muito auxiliam a compreensão do texto e nos explicam a evolução da Comunidade Britânica de Nações.



D. FRANCISCO MANUEL DE MELO ESCREVEU A «ARTE DE FURTAR», por *Joaquim Ferreira*. Domingos Barreira — Editor. Porto, 1945. 440 págs.

Pode dizer-se que em quase todas as literaturas modernas há curiosos problemas, à espera ainda de solução. Não podia, pois, a nossa literatura constituir excepção; também nós temos algumas incógnitas cujo valor ainda está por determinar. Entre essas incógnitas até hoje irresolúveis, a que mais tem resistido ao trabalho persistente

dos críticos tem sido o problema da autoria da célebre *Arte de Furtar*, durante tantos anos atribuída ao P.^e António Vieira e que há pouco ainda o ilustre escritor brasileiro Sr. Dr. Afonso Pena Júnior reivindicava, com forte argumentação, para o Dr. António de Sousa de Macedo, diplomata, político, historiador e poeta seiscentista.

Recentemente o sr. P.^e Francisco Rodrigues, S. J., teve conhecimento da existência, no Vaticano, de um documento em que se afirma que o autor do livro famoso foi o P.^e Manuel da Costa, desconhecido elemento da Companhia de Jesus. Depois de o ilustre historiador jesuíta ter apresentado ao Congresso do Mundo Português a sua comunicação do facto, o sr. dr. Joaquim Ferreira pretende atribuir a autoria da obra ao grande polígrafo seiscentista a quem se devem tantas obras famosas. O resultado das suas investigações compendiou-o neste grosso volume de mais de 400 páginas, dividido em duas partes, na primeira das quais discute o problema da data em que a obra teria sido escrita, e na segunda o problema da autoria.

Por diversas vezes temos tido oportunidade de nos referirmos neste mesmo lugar ao operoso labor do sr. dr. J. F., a quem se devem trabalhos diversos sobre a nossa literatura, aos quais temos aludido prestando-lhe a justiça que eles merecem. Isso dá-nos autoridade, cremos nós, para, com toda a franqueza, dizermos que reputamos inferior o volume que temos presente, embora não possamos deixar de reconhecer o trabalho exaustivo de investigação e de comparação de fontes.

Em nossa despretençiosa opinião o livro enferma de entrada do mal de partir de uma opinião apriorística, quer dizer, o Autor parte de uma conclusão já firmada, não chegando a ela pelo caminho da investigação posterior. É assim, fica ao leitor a impressão de que o sr. dr. J. F. se esforça nestas 400 e tal páginas por convencê-lo de

uma verdade problemática, cujas provas são bem frágeis e escassas. Em especial nos capítulos II e III da Segunda Parte a fragilidade da argumentação é tão flagrante que nos revela imediatamente o laborioso esforço do Autor em a architectar.

Vejamos, porém, aspectos concretos da tese do Autor. Fixa ele o ano de 1652 como aquele em que a obra foi escrita, e pelos dados que apresenta a sua tese parece-nos perfeitamente aceitável. Embora esse ano seja aquele que figura no Ms. original, dado o que de paradoxal existe na obra, o ano de 1652 poderia ser posto em dúvida. O sr. dr. J. F. na Primeira Parte do seu trabalho demonstra que foi de facto em 1652 que a *Arte de Furtar* foi escrita, depois de 25 de Janeiro e antes de 29 de Dezembro do referido ano. Esta Primeira Parte do volume parece-nos a mais segura, a despeito de algumas digressões em que por vezes o Autor se perde, sem elas trazerem qualquer argumento de valor para a fundamentação da tese.

A mais frágil é, como dissemos, a Segunda Parte, em que o sr. dr. J. F. procura identificar o autor que repetidamente afirma ser D. Francisco Manuel de Melo. Para já parece-nos haver um modo muito mais cómodo de o identificar: teria D. Francisco Manuel estado na Madeira em 1632, como o declara por três vezes a *Arte de Furtar*? Se de facto o fidalgo-escritor por ali passou, cremos ser meio caminho andado para concluirmos *aproximadamente* pela sua autoria. No estado em que a questão ora se encontra não podemos convençer-nos da resolução do problema.

Depois, o sr. dr. J. F. cita, ou melhor refere-se a variadíssimos passos da *Arte de Furtar* que têm o seu simile em diferentes obras de D. Francisco Manuel. Nada podemos concluir em presença da forma como o distinto investigador os apresenta, pois não basta citar os capítulos e as páginas de cada obra e à volta deles bordar considerações pessoais. Reduzindo as citações e

transcrevendo os passos mais característicos, o sr. dr. J. F. teria procedido com mais acerto, pois desse modo o leitor poderia comparar o estilo da *Arte de Furtar* com o das obras de D. Francisco Manuel e avaliar da semelhança entre elas. De resto, no século XVII era comum entre autores de nomeada a referência a anedotas, a factos ou a personagens (históricos ou mitológicos) a que a *Arte de Furtar* alude, do mesmo modo que o emprego de certas expressões-bordões, como as que o sr. dr. J. F. cita, não pode constituir base sólida para se concluir pela identidade de um autor. Não esqueçamos que não vão decorridos muitos anos sobre a polémica famosa a respeito da autoria da écloga *Crisfal*, na qual se encontram tantas expressões idênticas, e até literais, à das *Éclogas* de Bernardim Ribeiro, o que levou o malgrado poeta Delfim Guimarães a concluir, precipitadamente aliás, que o poeta da *Menina e Moça* era o mesmo a quem se devia o *Crisfal*. O trabalho probo e exaustivo da inolvidável D. Carolina Michaëlis resolveu o assunto definitivamente, pondo assim termo a divagações apressadamente architectadas, sem outra base que não fosse a semelhança de expressões, que, aliás, poderiam encontrar-se em outros autores da época.

Evidentemente que não podemos, neste lugar, por falta de espaço, entrar na análise pormenorizada do volume do sr. dr. J. F., nem essa foi a nossa intenção; fazê-lo requeria volume de largo fôlego. No entanto, não poderíamos deixar de assinalar a nossa discordância do seu ponto de vista. Se o autor da *Arte de Furtar* não foi o P.^o António Vieira, nem poderia ter sido qualquer daqueles a quem posteriormente se atribuiu a autoria, não cremos que a de D. Francisco Manuel ficasse tão comprovada pelo sr. dr. J. F. ao ponto de o podermos afirmar com «quase certeza». Julgamos, por isso, que a despeito da sua boa vontade e do seu trabalho exaustivo, o problema continua de pé até se esclarecer irrefutavelmente.

Não queremos terminar estas notas sem lamentar que em trabalho de crítica, que devia primar pela sobriedade e equilíbrio de linguagem, o distinto Autor se deixasse levar pelas suas malquerenças ou animosidades pessoais ao ponto de empregar termos pouco adequados a trabalhos desta índole, ou de servir-se de outros que não adiantam nada para a tese em vista, além de serem deslocados em obra de crítica que, como dissemos, deve ser sempre feita com serenidade e equilíbrio, duas qualidades que convencem mais do que o sarcasmo ou o insulto. Tomamos ainda a liberdade de recordar ao sr. dr. J. F. que o *Tácito Português*, de D. Francisco Manuel, não é já hoje obra inédita, como bastantes vezes afirma, pois foi publicado em 1940 no Rio de Janeiro, por diligência dos drs. Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon, em edição da Academia Brasileira de Letras.

ESTUDANTE BARGANTE, por *Albino Rodrigues de Sousa*. Edições Pro Domo. Lisboa, 1945. 361 págs. ilustr.

Memória da vida estudantil... Menos do que isso, porque simples narração de anedotas da vida coimbrã, nem todas cuidadosamente seleccionadas, pois passaram algumas de gosto duvidoso. Lêem-se, porém, com desenfado, a despeito das 300 e tal páginas do volume, que o Autor ilustrou com desenhos seus, nem todos felizes, mas alguns curiosos e com espírito.

Livro despretençioso, falará sobretudo à recordação dos que, tendo vivido a vida de Coimbra nos tempos em que a «Briosa» imperava, nele encontrarão hoje farto manancial a acicatar-lhes a saudade dos tempos que não voltam mais.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

Registo de obras recebidas

(Nesta secção registam-se todos os livros que nos forem enviados)

Oferta dos Autores:

A colónia na Madeira — Problema moral e económico — por *Ramon Honorato Correia Rodrigues*.

Franqueira, por *Antero de Faria*.

Insólitas atitudes críticas a propósito do livro «Camilo Romântico», por *Alberto Xavier*.

Oferta dos Editores:

Edições Gama, Lisboa:

1 — *Braquilogia de Príncipes*, por *Frei Jacinto de Deus*.

2 — *Esclarecimento das dúvidas manifestadas pelo Senhor Jacinto do Prado Coelho*, em «Introdução ao estudo da novela camiliana», acerca da identidade da mãe de Camilo, por *José de Campos e Sousa*.

3 — *Monarquia*, por *Sir Charles Petrie*.

Instituto Britânico, Lisboa:

1 — *First Love and Other Stories*, por *Viola Meynell*.

2 — *Diplomatic History (1713-1933)*, por *Sir Charles Petrie*.

3 — *English Popular and Traditional Art*, por *Enid Marx e Margaret Lambert*.

Ensaio de uma análise ao romanceiro de Garrett

I

GÉNESE PSICOLÓGICA DO ROMANCEIRO DE GARRETT

«... el pueblo es un gran poeta.»

(Pereda, in *Typos y Paisages*).

«E tenho mais fé nesses documentos que nos conserva o povo com toda a sua ignorância...»

(GARRETT na introd. ao *Bernal Francês*).

NÃO está ainda explicada, senão talvez por uma teoria de ciência duvidosa, a razão deste imperativo psicológico que leva indivíduos, povos e nações a desejar ansiosamente os tempos que já passaram e, comparando-os com o presente, a achá-los sempre melhores.

Vive latente na humanidade uma íntima nostalgia que lhe recorda aquele Deus decaído que não esquece nunca o céu donde proveio.

O ingénuo autor da suave legenda *Vida de Santo Alexis* critica e lastima o tempo que descreve e deseja *li siecles al tens ancienur*, mais firme na fé, mais fecundo em boas obras de justiça e caridade.

Na *Aulegrafia* de Jorge Ferreira de Vasconcelos um dos personagens, referindo-se a certos nobres decaídos afirma que eles «suspiram por Portugal o Velho».

Em pleno século XIX, aquele insatisfeito que se chamou Ernest Psichary sente a dura necessidade de remar contra pais e avós para encontrar, firme e confiado, a rota segura que marcaram os seus bisavós.

J. Joseph de Maistre, convalescente na opulenta côrte dos czares, onde junto de Pedro o Grande, representava a França, responde subtilmente à conversa irónica que com ele mantinha o imperador:

— O embaixador do rei cristianíssimo não deveria querer morrer longe da pátria e ser enterrado entre hereges.

— Mas se me fizessem uma cova bem funda eu ficaria de certo bem entre meus pais e avós...

Na literatura, a que se chamou romântica, os chefes máximos pela boca de Garrett pontificaram assim:

«Enfasiados dos Olimpos e Gnidos, saciados das Vénus e Apolos de nossos pais e avós, lembramo-nos de ver com que maravilhoso enfeitavam suas ficções e seus quadros poéticos nossos bis e trisavós; vamos a ser nós mesmos; vamos a ver por nós, a tirar de nós, a copiar de nossa natureza e deixemos em paz

gregos, romãos e toda a outra gente.

«O que é preciso é estudar as nossas primitivas fontes poéticas, os romances em verso e as legendas em prosa, as fábulas e crenças velhas, as costumeiras e as superstições antigas.»

É esta, de facto, a palavra de ordem da nova escola literária que ao tempo se teve como revolucionária das regras estabelecidas. Mas, mesmo assim, e por estranho que pareça, nada mais fez do que recordar e glosar o cânone sagrado, ditado pelo mestre dos Clássicos, Horácio, na sua tão célebre *Epistola ad Pisones* em que louva os poetas romanos que ousaram desviar-se do trilho batido dos gregos, e celebrar enfim os feitos da sua própria gente:

Nil intemptatum nostri liquere poetae,
Nec minimum meruere decus vestigia graeca
Ausí deserere et celebrare domestica facta.

(Ars post. v. 285-287).

Este é o programa lançado por Garrett, que cumpriu, explanou e exemplificou na sua vasta e cuidada obra, através da sua espantosa e fecunda flexibilidade de estilo que a todas as modalidades se adapta, dominando sem tirania a língua de imenso poder e variados recursos que lhe obedecia e o servia tanto nas altas e delicadas regiões da lírica, da epopeia, da tragédia, lidando e analisando as fortes e flagrantes paixões do drama, como baixando mesmo às triviais mas não menos difíceis atitudes cómicas.

E, embora confessasse não estar acorrentado a escola literária de espécie alguma e afirmasse tantas vezes não querer nem tentar fazer proselitismo literário como se lê no Prefácio de *Camões*:

—«Não sou clássico, nem romântico; de mim digo que não tenho seita nem partido em poesia; e por isso me deixo ir por onde me levam minhas ideias boas ou más, e nem procuro converter as dos outros nem inverter as minhas nas deles.»

Esta mesma independência a repete nas *Viagens da Minha Terra*:

«Eu não sou romanesco. Romântico, Deus me livre de o ser — ao menos, o que na algarvia de hoje se entende por essa palavra.»

«...Eu, nem em princípios nem em fins tenho escola a que esteja sujeito.»

No entanto há-de certamente ter um ideal, tender para uma finalidade nos seus trabalhos. É ele que o confessa também:

«O meu ofício é outro: é popularizar o estudo da nossa literatura primitiva, dos seus documentos mais antigos e mais originais, mostrando aos novos engenhos que estão nas fileiras os tipos verdadeiros da nacionalidade que procuram, e que em nós mesmos, não entre os modelos estrangeiros, se devem encontrar.»

E para o conseguir não olha nem a regras marcadas nem a princípios estabelecidos, não consulta a secular autoridade de Horácio, nem se firma no inabalável peso de Aristóteles, não faz por imitar o estilo de Byron, mestre e guia de nova escola, mas declara com lealdade franca «que se vai insensivelmente depor o coração e os sentimentos da natureza, que não pelos cálculos da arte e operações combinadas do espírito».

O certo é que, realmente, é o coração do autor que transparece cristalino através da sua obra. *D. Branca*, *Camões* e muito especialmente *Frei Luís de Sousa* podem dizer-se escritos com leve pena de cisne, constantemente molhada fundo no sangue do próprio coração.

Isto pode afirmar-se e adivinha-se através de toda a obra de Garrett; mas de um modo especial se sente através dos três volumes do *Romanceliro* de que particularmente nos ocupamos.

Ele mesmo nos diz como lhe surgiu a ideia desta obra, como a acalentou na alma, como a deixou ganhar vulto, como conseguiu realizá-la, que métodos seguiu, que caminhos trilhou até conseguir entrar no escrínio literário de tantas jóias quantos os romances que carinhosamente joalhou como artista que vive para a sua arte e no ambiente elevado da sua arte.

«De pequeno me lembro...» — começa ele a contar a sua paixão pelo Romanceiro ou antes pelos Romances populares que, ao tempo, nem sequer suspeitava o que eram e muito menos o que viriam a ser.

Eu não sei quem foi que disse o que já hoje é um lugar comum: «A vida será a realização de um pensamento da mocidade». E embora a vida contradiga tantas vezes anseios sinceros da idade dos sonhos, o certo é que Garrett, o que lhe lembrou de pequenino, de grande veio a realizar-se.

«De pequeno ⁽¹⁾ me lembro que tinha um prazer extremo de ouvir uma criada nossa, em torno da qual nos reuníamos nós os pequenos todos da casa, nas longas noites de inverno, recitar-nos meio cantadas, meio rezadas, estas xácaras e romances populares de maravilhas e encantamentos de lindas princesas, de galantes e esforçados cavaleiros.»

A vida corre. E depois da fuga para os Açores, onde recebe abundante educação clássica e onde o destinam ao sacerdócio, volta de novo à metrópole, vem a Coimbra, onde cursa leis e se bacharela.

Em 1823 é obrigado a expatriar-se. No exílio, porém, uma suave grilheta o prende, um doce viático o alimenta ainda, e sempre o persegue uma como que obsessão diabólica.

(1) *Pequeno* quer dizer aqui criança de doze anos o máximo, pois, tendo Garrett nascido em 1799 e tendo a família fugido para a Ilha Terceira em 1811, o facto que a reminiscência do autor recorda deve ter sucedido dentro deste lapso de tempo entre a pequena Quinta do Castelo, que era de seu pai, e a grande Quinta do Sardão, da família de seu avô materno, onde a sua boa ama, de quem ele «era o menino bonito entre todos os rapazes» e a mulata Rosa de Lima, as duas «doces colaboradoras de Garrett», como lhes chamou Bernardino Machado... tinham este atento e entusiástico auditório, que lhes bebia as palavras e fixava as atitudes, pois que,

...de boca aberta e sem respiro,
sem pestenejo um só, de olhos e orelhas
No *Castelo* escutava a boa Brígida
Suas longas histórias recontando
De almas brancas trepadas por figueiras.
De expertas bruxas de unto besuntadas
Já pelas chaminés fazendo vispere,
Já indo, às dúzias, em casquinha de ovo
À Índia de passeio numa noite...
E aí! se o galo cantou, que à fatal hora
Encantos quebram, e o poder lh'acaba.

(*Dona Branca*, canto III, 3).

A pátria distante e as saudades dela sempre presentes é que lhe acordavam reminiscências da tradição, das xácaras, romances e cantos populares que lhe tinham embalado a descuidada infância.

Através dos nevoeiros de Londres e sob o árduo trabalho que a dura necessidade lhe impôs na casa Lafitte, de Paris, expande-se com o seu Duarte Lessa, em 1824:

« Lembra-se das nossas conversas de Londres sobre *antigualhas portuguesas* e o muito que delas se podia aproveitar quem de *nossas lendas e velhas histórias e tradições* fizesse o que tão bem fazem ingleses e alemães, que é vesti-las de adornos poéticos, e sacudir-lhes a poeira dos séculos com bem assisada escolha e apropriado modo? Pois desde então — e já de mais tempo me fervia isto na cabeça — não fiz eu senão pensar no jeito com que me haveria para armar assim uma coisa que se parecesse, mas que de longe, com tanta coisa boa que por cá há por estas terras de Cristo, e que pelas nossas, de tão ricos que somos, se desperdiçam e andam a monte, por desacerto de letrados e barbarismo de ignorantes.»

E nos apontamentos biográficos que cedeu a F. Gomes de Amorim confessa que, encerrado no Limoeiro em fins de 1827, procurava alívio moral no estudo dos cantos populares de Portugal, que tanto o tinham alentado já no prolongado e duro desterro:

« Lançado numa prisão, voltei-me, para ocupar minha solidão e amarguras de espírito, aos meus *Romances populares*, que *sempre comigo têm andado*.»

Note-se também, com curiosidade, que é nos estudos e investigações da tradição a que Garrett se refugia contra todos os abalos quer políticos quer simplesmente morais.

Havia muito já, portanto, que lhe fervia isto na cabeça e decerto lhe vibrava também no coração.

Além das recordações infantis serve-se também de amizades que o auxiliam nas pesquisas da tradição oral.

Mas, estando fora de Portugal, como conseguiria auscultar de perto e ao vivo a tradição oral, como havia ele de sentir o entusiasmo do povo que pulsava na recitação desses poemas tradicionais donde surgia mansamente a ingenuidade popular?

Quem iria auxiliá-lo na árdua tarefa, quem lhe serviria como que de intérprete, quem seria o seu embaixador acreditado junto do povo, coando-lhe com fina sensibilidade e apurado gosto o néctar que a ele não era permitido beber na origem?

Para estes encargos difíceis está muito naturalmente indicado o coração. E foi decerto o coração de Garrett que agiu numa «estimável e jovem senhora de sua particular amizade, que com proficiente zelo se incumbiu de lhe procurar em Portugal xácaras e lendas populares, as quais ia escrevendo no papel à medida que lhas contava ou «lhas rezava uma criada velha da província do Minho».

(Continua)

ANTÓNIO SIMÕES CORREIA.



Algumas notas à margem do livro de Plínio Salgado

(Conclusão)

PARA além deste mundo monstruoso, de novo engajado nas mentiras, nas hipocrisias, no vício pecaminoso de todas as mais maldades, que encontramos?

De certo lado, novo paganismo ordenador nas gentes da adoração servil à estátua do novo deus-pagão (1). As multidões de Leninegrado negam-se na adoração de Lenine, novo ídolo de barro a traduzir ódios no homem na sua negação a todas as crenças, falando a linguagem diferente de novo absoluto, a própria negação de vida a afirmar por essa negação Aquele que se quer negar. Se o sinal *menos* equivale ao sinal *mais*, *negando* a Verdade Eterna, ao considerá-la, *afirma-se* essa mesma Realidade.

Em época como a nossa, quando a tranquilidade se não acomoda no homem por falta da sua fé em si mesmo e nas suas qualidades da pessoa, convém, antes de mais, libertar esse mesmo homem das malhas traiçoeiras da sua indiferença perante o seu futuro e destino.

E como só o Espírito une, enquanto a matéria divide, Plínio Salgado, de igual modo, ataca o capitalismo individualista ou os nazismos e os comunismos de cêpa individualista, todos filhos do protestantismo totalitário e enteados do homem na mesma filosofia existencialista da vida.

Na história dos sistemas estes desvios à bondade dos povos, correm a meias com o perigo de arrastar consigo na ressaca, não só os responsáveis por esse mando precário, mas às mesmas Nações onde infelizmente dominaram à tripa forra e sem outros cuidados mais que os do gozo

(1) Nova religião natural onde o homem de novo se submete aos falsos deuses. Deixando de adorar a Deus verdadeiro e Universal, converte-se no mesquinho adorador do túmulo em que jaz morto o corpo sem vida do fundador da Rússia soviética, o deus falso e internacional — Lenine. Em vez das montanhas, das árvores, o novo paganismo adora o corpo morto e sem alma do morto Lenine.

materialista da vida. O materialismo agravado neles pelo orgulho imperialista, não podemos deixar de reconhecer a identidade confessada nas doutrinas dos diversos totalitarismos, sempre neles, no seu fundo, a governar no disfarce, o velho capitalismo individualista herdado no erro totalitário de Lutero e deferido no protestantismo da Revolução Francesa.

E se pensando bem, como diz Plínio Salgado, *a obra de Marx é a apologia do Capital*, o capitalismo na sua forma mais aperfeiçoada, havendo *absoluta identidade de propósitos do comunismo e do capitalismo*, unicamente o primeiro mais apressado em métodos (revelando aqui o comunismo as intenções secretas do capitalismo), porque se não designar tanto o *capitalismo* como o *comunismo* com o seu verdadeiro nome de *materialismo*?

Acaso a economia nova apregoada pelo comunismo como a economia dirigida reclamada por outros totalitaristas se distinguem ambas da economia burguesa?

Tudo fórmulas da economia estadual aforada à mística do proveito utilitarista dos orçamentos equilibrados na razão oportunista dos arranjos individuais do homem e no mando unilateral da política mercenária.

Em vez desta adúltera economia porque se não regressar à Economia Nacional, verdadeira economia caseira de base profundamente familiar amparada pelas leis éticas da dignificação do homem (1).

Onde se firmam essas leis razoáveis das economias estaduais?

Onde estão as *leis naturais* desse *materialismo histórico*, fundamento social e económico do comunismo, quando à economia seja dado fundamento moral? Contradição que Plínio Salgado tão brilhantemente escarpela pondo a nu esta ruínosa mentira do homem.

Se os homens consideram o capitalismo em si como prejudicial no seu destino, porque e para quê criarem-se espécies novas de novo capitalismo?

Se hoje se negam virtudes nos Direitos do Homem pelo seu exagerado individualismo, como se torna possível proclamarem-se os Direitos da Classe ou os Direitos do Estado, ainda mais exagerada forma desse mesmo individualismo, agora entregue aos ofícios, já não do homem isolado e contado um a um, hipertrofiado e sem nesse desenvolvimento ganhar a sua liberdade, mas anulando o homem em servo do partido ou da célula ou uniformizando-o mecanizado no serviço do Estado?

É preciso restaurar o Homem estruturando-o na sua verdadeira

(1) Vidê o nosso livro *Sob o signo da Confusão*, Lisboa, 1947, págs. 107 e segs. e págs. 113 e segs.

personalidade. E essa *fonte de moralidade* está na Família. Sem Família, não existe dignidade no estado político do Homem.

A primeira Realidade que se oferece no Homem deve ser justamente a da Família, aquela que o guiará nos seus primeiros passos e o animará na Verdade última encaminhando-o na lição magnífica da sua Religião.

A verdadeira felicidade do Homem está nessas leis divinas que o conduzem pelo amor até junto da máxima perfeição. A Família é o veículo condutor do Homem até alcançar essa sua felicidade. E mal andarás o Estado que negar a Nação porque, ao contrário do que crêem os totalitários, o Estado fez-se para servir a Nação e não a Nação para escrava e serventúria do Estado.

Mas, com Plínio Salgado, somos daqueles que também entendem que não deve ser somente no campo das ideias que devemos combater estes vícios e procurar curar estas brotoejas totalitárias. A moral manda acompanhar essas campanhas de aquelas *medidas que melhorem as condições de existência do povo e dos exemplos de virtude dos dirigentes da sociedade*.

Se as fontes do comunismo estão no materialismo burguês não será certamente com leis burguesas que acharemos os remédios seguros para estas maleitas que tanto maltratam os homens no seu brio, na sua honra, na sua dignidade e proveito.

As leis únicas aptas a combater, tanto o comunismo, como todos esses outros mais totalitarismos, devem assentar naqueles princípios da bondade e da justiça social que os burgueses não compreendem, nem podem compreender pela razão de que são burgueses e portanto egolsticamente individualistas, até mesmo na infelicidade do seu hediondo egoísmo.

Devemos acrescentar pois, em notas à margem deste livro magnífico de Plínio Salgado, que quanto a nós, para Portugal, os homens somente poderão compreender a sua emancipação económica e social, porque só se poderão considerar libertados do jugo burguês, no dia em que sentirem em si o maior enaltecimento da pessoa. Terão essa felicidade quando ajuizarem do seu valor, reunidos em redor da mesa comum onde se junte toda a Família nacional, aquecidos igualmente todos os homens ao braseiro e lar da Pátria, onde não haja ódios nem ruindades mas os homens se irmanem abraçados pelo amor fraternal, e, no próximo, vejam e sintam sempre o seu semelhante, igual em natureza e irmão recebido na graça do baptismo.

Para Portugal, e Portugal neste momento interessa considerar-se, unicamente com a Monarquia Popular, onde o Rei é o primeiro Servidor da

Nação (e não o seu chefe) vivendo em permanente diálogo de amor a dinastia e o Povo, se nos revela possível conseguir-se essas leis sábias ditadas pela bondade e pela justiça social para, a contento, servirem em igual as famílias, defendendo-as de todos os individualismos ferozes, quer sejam os das direitas como os das esquerdas.

* * *

Magnífico todo esse capítulo de filosofia política sobre o sentido da tristeza e da alegria neste século de luzes pagãs e de uma civilização anti-cristã, onde pelo seu paganismo se não enxergaram nunca nem a felicidade nem as alegrias, antes se gastaram as energias no proveito mesquinho do *irreal*, fundamento de toda essa filosofia onde, adrede, a política, como a economia e a sociologia, chafurdam pelo ilógico do mesmo materialismo existencial e de cínico gozo da vida.

O mundo moderno sofre, e este sofrimento universal aprofunda as raízes do seu pecado na inquietude em que se procura *viver* com o homem condicionado à *possibilidade relativa* dos seus prazeres.

O trabalho, de meio de perfeição para realizar a inteligência e enriquecer o homem na sua nobreza e personalidade, passou a ser instrumento da avareza com a sublimação do capitalismo, escravizando-se o homem no precário da sua posição mísera de novo servo da gleba na imensa e vazia estepe estadual. E assim caminhamos para o abismo, mãos dadas a ambição dos endinheirados com o ódio dos humildes. E essa ambição não tolera limitações, como esse ódio não sofre de atenuantes.

Plínio Salgado aponta como salvação única possível essa onde a felicidade ganha perfeição e está na vida exemplar do verdadeiro cristão. Lar humilde, mas onde haja o pão nosso de cada dia repartido na justiça do amor, onde a par da Paz exista a fortaleza das virtudes caseiras e os costumes se advoguem pela ética da família.

Portugal já sentiu tudo isso e foi nessa lição magnífica que se educou o Brasil, nação portuguêsmente definida por Famílias e amparada no concerto do mundo pela bondade incomparável da doutrina cristã.

Sentimo-nos presos pelo encanto de cada página deste livro, onde cada oração é lugar para meditação e ensejo para castigo e penitência, e não é sem mágoa que nos não detemos por mais dilatado tempo sobre cada uma delas. Cheio de ensinamentos, cada linha sua merece uma glosa, comentário a desenvolver na opinião a inteligência da sua doutrinação sadia e sempre composta na verdade de princípios imutáveis.

Não podemos, nem devemos, calar aqui aquele formoso capítulo de arrojada filosofia política, onde Plínio Salgado chama para a lição os gigantes da Montanha com os anões de Niebelungen, buscando nestas páginas rutilantes de saúde do Espírito o brilho da sua pena para com esse esplendor agoniar na sua insignificância essa filosofia experimental e utilitarista, supersticiosa e adormecida no cientismo, governada pela hipótese e não pelos dogmas da Lei.

Para além de Hegel encontraram o materialismo de Marx, negando-se nas suas contradições num primado astulto da matéria, ganha na sua batalha sobre o Espírito. Religião do ateísmo, o homem falsamente erigido nas prerrogativas de mito. Com Lenine ou com Estaline, o novo «deus» da carne assenta a sua errônea doutrina na falsa estrutura do Estado deificado no seu dono e patrão e capitalizado na despersonalização dos homens, novos espartacos destes modernos Crasos enriquecidos pelo tesouro destes novos cativos do mundo moderno.

A ditadura do proletariado em vez de dignificar o Trabalho, ainda mais o consegue denegrir integrando-o no domínio de outra escravização capitalista, mais feroz e menos humana ainda que a do capital da sociedade burguesa,—o capitalismo estadual, irrevogável para o insolente abandono da pessoa pela colectividade e no roubo do homem aos merecimentos da pessoa para o baixar no insignificante consentido do partido ou o converter cancelado no infeliz camarada de célula.

Por isso se a verdade não está no Estado burguês nem se prende pelas malhas traiçoeiras do Estado-Colectividade, também não a podemos encontrar no estoicismo impregnado da indiferença com o Estado-homem, todos materialistas, todos hediondamente aglutinadores da inteligência da pessoa.

As raízes doutrinárias do verdadeiro Estado seivam-se em Aristoteles e Santo Tomás de Aquino (as dúvidas do seu tempo são as do nosso; as preocupações de hoje são iguais às de então), no pensamento da Igreja quando com o seu clarão, pelas vozes dos Papas, esta nos ensina estar a razão de Estado naquele poder *moderador e permanente, paternal e nobilitante do Homem*, integral na sua perfeição, completo na sua forma, bondoso nas suas realizações e fundado na justiça social pelos princípios imutáveis de que todo o homem é igual em natureza e a sua alma eterna para Deus. Esse Estado, acabado na sua perfeição máxima pelas possibilidades do humano (o aperfeiçoamento é dever do homem), onde para além do indivíduo se encontra a Pessoa, o Homem livre conhecendo-se a si mesmo, dignificado nos seus atributos, o Homem enaltecido no valor da

sua grandeza nobre e sempre rejuvenescido na mocidade, na graça e frescura, no vigor da sua inteligência.

Outro não deve ser o talento do homem senão o de reconquistar a sua Paz interior com o perdão, vencido nele esse outro homem de ódios, homem desconhecido e alheio, incompatível com a civilização pelo que se convence na sua mesquinha inquietação.

Entrando Deus no coração desse Homem, deixa de ali caber esse seu inquieto estar; e o seu tratamento encontra-se na prática das virtudes morais, vencido do homem o vício da presunção que conduz pela vaidade aos perigos da falsa modéstia, à tibieza da alma naquelas pessoas que algum dia tinham já alcançado o estado de fervor ou à secura de coração naquelas outras que nem nunca tiveram esse estado.

O Estado tem o dever de educar os homens para esse aperfeiçoamento, usando dos meios mais ajustados nesse governo.

Mas como formar o carácter das gentes, educar a sua sensibilidade, cultivar a sua inteligência, educar a sua vontade, aconselhar a sua consciência nacional, quando os dirigentes da Grei se orientem pela tentação do pecado materialista?

Por isso, indo além de Plínio Salgado, concluímos pela excelência desse poder moralizador da Monarquia, porque, sendo a Monarquia a restauração do Espírito, ela representa, em si, com o enaltecimento da pessoa humana e o reconhecimento da sua intangibilidade, a combinação e a expressão da verdadeira consciência nacional.

Ao contrário do materialismo totalitarista do Estado, a Monarquia quer criar a Nação forte e permanente no Estado fortalecido pelas leis da amizade entre o seu Primeiro Servidor e com todos os restantes servidores.

Estado entendido e demarcado dentro dos limites da Nação. Os valores da Nação tomando as suas energias da própria lição do Estado, no respeito das leis, na dignificação do pensamento, na restauração do Espírito. Estando a Nação acima do Estado na ordem inerente dos merecimentos, aos direitos da Nação correspondem os deveres do Estado, princípios de autoridade e ordem que só podem ser livremente consentidos quando o Estado se fortaleça na bondade natural do seu sistema. E isso somente, ousamos repeti-lo, se revela possível com a *Monarquia*.

E apesar de a propósito deste belo livro de Plínio Salgado muito mais haver ainda a dizer, nos ficamos por aqui...

Fevereiro — 1947.

FERNANDO DE AGUIAR.

A primeira descrição de Lisboa

foi feita na Crónica dos clérigos alemães
Emo e Menko do Século XIII

A O comemorar-se a conquista de Lisboa aos mouros em 1147 é interessante recordar que a primeira descrição desta cidade, embora resumida, é feita no decorrer da Crónica da autoria dos abades alemães *Emo* e *Menko*, escrita no século XIII e pela primeira vez publicada na célebre obra *Monumenta Germanica Historica*, vol. XXIII, p. p. 454-572.

Esta Crónica abrange os acontecimentos decorridos desde 1204 a 1234 e de 1237 a 1273 em algumas regiões da Alemanha, Holanda, França, etc. E também — o que nos interessa agora — encerra uma descrição de uns peregrinos à Terra Santa, sob a direcção de Guilherme de Holanda e Georg de Wied, — peregrinação de que fez parte, como chefe, Jacobus Akon, bispo do ducado da Baviera, e que passou em Lisboa em 1217.

Mas, em primeiro lugar, quem foram estes clérigos? Emo, o principal deles e o que dirigiu a parte de que tratamos neste momento, parece ter nascido cerca de 1170 e morrido a 13 de Dezembro de 1237, ser filho de família nobre e natural de *Fivelgónia* ou talvez *Hunesgónia*.

Tendo completado os estudos superiores em Baden e noutros estabelecimentos de ensino, tomou ordens sacras e veio a ser, como Menko, abade de Florido Horto (Bloemhof), da Ordem de Premonstre, cujas numerosas abadias se estendiam pela Alemanha e França. Assim o refere August Potthast na sua *Bibliotheca Historica Medi Aevi*, vol. 1.º, pág. 404, Berlin, W. Weber, 1895.

A publicação da Crónica de Emo foi feita sobre um códice in-8.º da Academia de Groningen. Menko, na continuação dessa Crónica, atribui a Emo vários escritos, tais como: *De differentia virtutum politicarum et theologicarum*, *Arbor vitiorum et virtutum*, e *De anima*. Na companhia de Olivero, escolástico de Colónia, e entre 1214 a 1224, pregou a Cruz pelas terras da Frísia.

É, no sossego do mosteiro, que se dedica à redacção da sua Cró-

nica, para o que lhe servem as variadas notícias e cartas que chegam ao Convento. Uma destas cartas, de um peregrino, refere uma peregrinação realizada no tempo do Papa Honório, que partindo da ilha de Wight, em 2 de Junho de 1217, atravessa o Atlântico e aporta a Lisboa.

Vejamos mais minuciosamente esta passagem do relato, que, para facilidade do leitor, traduzimos em português:

«Portanto, ouvidos por este, aqueles e muitos mais, deixando o porto de Silério na terça-feira, depois da festa do mártir Alexandre, chegamos na sexta-feira seguinte a Lisboa. Aproximamo-nos deste local, por causa da sua relativa utilidade e prazer. Lisboa, cidade da Hispânia, termo de gente e da Igreja, situada no monte, foi, segundo a tradição, fundada por Ulisses e Aquiles, como o demonstram as suas antigas construções, chamadas Torres Velhas, e a aldeia vizinha chamada Achele (Chelas), de Aquiles. O cume da cidade, enchendo um círculo, coroa o vértice do monte com uma formosa muralha e com altas torres, onde está a casa e a sede episcopal.»

«Porém, o corpo da cidade, estendendo-se pelo declive do monte até às águas do rio, é cingido ao sul por uma muralha e torres. Aí, vê-se a igreja, de admirável estilo, construída em honra da Santa Virgem, na qual repousa o corpo do mártir S. Vicente, num sarcófago de prata. A oriente, contudo, fora da própria cidade, está o venerável mosteiro onde se desenha uma formosa palmeira, erguendo-se, na relva, do sepulcro do mártir de Cristo, o cavaleiro *Poptetus Ulvinga*, que mudado o nome em Henrique, príncipe da milícia cristã, morrera por Cristo 70 anos antes, neste mesmo lugar, com o seu pagem, e que é agora canonizado, pela revelação divina, com glória temporal e eterna».

«O rio Tejo, correndo para o sul, forma uma larga enseada e oferece abrigo seguro a inúmeros navios...»

Da leitura desta descrição, é interessante focar alguns pontos. Assim, pelo que diz respeito à origem de Lisboa, vê-se que o peregrino ligava a fundação desta, pelos dados topográficos, a Ulisses e a Aquiles, retomando, deste modo, a tradição latina de... *Oppidum Olyssippone Ulyxi conditum* (Solinus, Polyhist. Cap. XXIV), tradição esta que o vate português canta na est. IV do Canto VIII dos *Lusíadas*:

«Que se lá na Ásia Tróia insigne abrasa,
Cá na Europa Lisboa ingente funda.»

Outra referência, que julgamos importante frisar, é a localização topográfica de Lisboa, cuja parte superior se encontrava murada em

volta, encerrando a sede episcopal. O resto da cidade, também envolta por muralha, estendia-se até ao Tejo, ficando nesta parte a Igreja episcopal, mas construída pouco antes. Não se refere a alcáçova ou epiménio.

Outra parte digna de nota especial é a passagem que se refere ao cavaleiro germano Henrique. Este cavaleiro era um nobre senhor alemão, natural de Bonn, cerca de Colónia, que a Crónica nos diz chamar-se Poptetus Ulvinga e que, vindo com os cruzados, quando da conquista de Lisboa (e após ter mudado o seu nome em Henrique), nesta cidade encontrou o martírio, pelejando contra os infiéis. O rei de Portugal, honrando a sua memória e de outros alemães, erigiu o Mosteiro de S. Vicente sobre as suas ossadas. O túmulo do mártir Henrique em breve se tornou lugar de peregrinação, pelos milagres que o Santo obrava. Uma palmeira florescia na sua campa, e dele falam Camões e todos os cronistas de Lisboa.

O Santo é um dos muitos Colonienses que deram a vida pela conquista de Lisboa.

GEORG PAULUS.



Triptico d'annunziano

— a vida, a obra e a evolução do Imaginífico —

(Continuação da pág. 112)

EM 1894 foi publicado, como se disse, *O Triunfo da Morte*, a obra prima dos romances psicológicos de D'Annunzio.

A sobriedade do estilo, a penetração da análise psicológica, o relevo dos caracteres e a importância do problema proposto, a coerência lógica da acção (lógica d'annunziana que esquece a possível intervenção da mão divina que tudo poderia deslocar em outro sentido, no sentido construtivo e libertador) tudo dá a esta obra um realce que a destaca como uma das obras-primas da galeria d'annunziana. Tudo está consagrado ao debate psicológico. São poucas as janelas abertas de par em par.

Há nestas páginas um ambiente de estufa e uma fermentação febril de floresta javanesa. Lemos este romance da primeira à última página e ficámos com uma impressão dolorosa que nos é dada por esta constatação; não encontramos nele uma figura de inocência já não direi tratada à maneira ingénua de primitivo, mas pelo menos à maneira lilial de um Puvis de Chavannes, um fruto refrigerante, uma flor de jasminea branca que nos lembre a inocência e a pureza que, apesar de toda a sordidez da vida, engrinaldam o mundo e o perfumam de angelical rescendência.

É notável a construção por assim dizer científica de *O Triunfo da Morte*. A submissão de todos os factores accidentais ao interesse psicológico e humano, o equilíbrio do traçado, a harmonia da composição, são flagrantes. É um romance sentido e raciocinado — D'Annunzio dominou D'Annunzio.

Hipolita Sanzio e Jorge Aurispa são as personagens centrais. Que torturadas almas as deste par que se ama para além de todos os limites e de todas as possibilidades, que se ama sentindo que o amor é «a maior entre todas as tristezas terrenas»:



Guimarães — Real Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira

(Aquarela de Maltreira)



Matosinhos — Sob a protecção do Padrão

(Aquarela de Maltieira)

«Nenhuma voluptuosidade pode compensar a imensa tristeza que sobrevém».

Têm portanto o estigma vivo que os predispõe ao ataque do bacilo de Koch de todas as inquietações, a uma tuberculose galopante da alma.

Amam-se até ao aniquilamento e não crêem na força do amor.

Este é o romance da fatalidade d'annunziana, uma fatalidade que está dentro das próprias personagens. Não é uma fatalidade exterior como a dos trágicos antigos. É interior, não está nas mãos dos deuses, nem tem o nome de Destino. Está nas suas veias e chama-se hereditariedade.

Hipolita é uma epiléptica e Jorge Aurispa é ramo débil de uma árvore doente atacada nas raízes.

«Sobre o seu pai pesava um invencível destino».

Conduzia-o mão ferreamente despótica como guante medieval de que não conseguia libertar-se. Este abdicou então da sua própria vontade, passivizando-se no vício. A sua irmã Camila «sofre de males fantásticos» que o autor não especifica sequer. O tio Demetrio era o «consanguíneo suicida» cuja voz ditará a Jorge o suicídio-homicídio que será o último ponto final.

Hipnotizado interiormente por olhos alucinados, não fala por sua boca e pensamento. Com terrível lucidez reconhece o automatismo dos seus actos.

«Tinha a clara percepção de que outra personalidade ocupava o posto da sua. Alguém, estranho, penetrava nele e apoderava-se de toda a sua substância como um detentor irresistível contra o qual era vã toda a defesa».

São frequentes a sua revolta contra a escravidão interior, mas submete-se sob as chicotadas do sangue, sob os golpes do látego das veias. Alimenta sonhos doentes que se esfacelam. Sufoca, anseia, mão misteriosa amordaça a sua razão que entenebrece. O seu ser é multidão. Partiu-se em duas metades, uma com a mão na terra, outra com pé no inferno. Tem a alma submersa em quilómetros de treva. É noite sem alvorada. Arde, queima-o a fermentação de tantos sangues doentes. Se afogar o mar fica a ferver. Delira. Eis as alucinações e as visões que o acicatam:

«Torturava-o uma horrível visão a que não podia subtrair-se porque a via com os olhos da alma... que nenhuma vontade pode cerrar.»

«Às vezes vejo-me estendido num ataúde; *contemplo-me* na imobilidade da morte, com uma lividez imperturbável.»

«Viu-se a si mesmo no ataúde, encerrado entre as tábuas, levado por aqueles círios...»

Não faltam à chamada as alucinações auditivas:

«Tinha uma voz nos ouvidos.»

Aurispa é impellido pelo passado, pelo passado carnal, pelo passado físico, pelo passado do corpo — se tais expressões são lícitas. Esmaga-o aquilo que os Goncourt classificam delicadamente de *vieux malheurs de sang*.

É uma *marionnette* que os antepassados movimentam pelos fios inquebráveis das artérias, um boneco de *guignol* que se desarticula. Uma grande desordem reinava no seu organismo, caracterizada por uma excitabilidade doentia.

Nuvens densas ensombram pouco a pouco a sua razão. Desumaniza-se e procura vampirizar a amada, sugando-lhe todas as energias próprias, para a ter totalmente sob o seu domínio:

«Só poderei ver-me satisfeito com a condição de absorver todo o teu ser, formando contigo um ser único, vivendo a tua vida, pensando os teus pensamentos.»

Mas, apesar de tudo isto, transparecem sintomas de decrepitudes interiores, de impotências espirituais, apesar da escandência dos sangues em que se concentrou toda a pulsação assoladora de um oceano. Aurispa é um super-homem abortado.

Nada suaviza a tropical atmosfera que pesa sobre Jorge Aurispa e Hipolita Sanzio, atmosfera irrespirável como a que precede as grandes trovoadas.

Só o relâmpago da Fé... Mas não, chega o momento fatal em que Hipolita perde o nome para se reduzir a um órgão:

«Naquele momento na pessoa de Hipolita viu a imagem abstracta do sexo.» Que resta? Um duplo crime. Nada deterá a vertigem de Jorge Aurispa, como nada detém D'Annunzio nos seus impulsos de homem-poeta. Por uma sensação divina estupraria uma deusa, pois era poeticamente capaz de um crime, de um crime sobrehumano, jupiterino. A sua obra está eivada de crimes: parricídio em *A Filha de Iorio*, fratricídio em *A Cidade Morta*, suicídio em *O Facho sob a Sarça*, infanticídio em *O Inocente*, homicídio em *A Gloria*, etc... — porque a morbidez dos temperamentos das personagens, a pandemia alucinante das suas visionações, a lufada vulcânica dos seus hálitos, a inquinação hereditária dos seus sangues, tudo se conjuga para conduzir ao crime.

Nós temos a noção subjectivada do pecado, nós sabemos quando somos infractores da Lei. D'Annunzio, não. Não escreve sequer a palavra pecado; não existe no seu vastíssimo vocabulário.

Fácilmente se depreende que a única solução dos seus romances é o crime.

Quando caem, os seus heróis fazem muitas vezes o fragor de blocos que se destroçam caindo de prodigiosas alturas e as suas quedas têm a grandiosidade espectacular das avalanches.

Do ciclo do Lírio faz parte apenas um só romance: *As Virgens dos Rochedos*.

É a eclosão do super-homem d'annunziano, diverso, apesar de todas as semelhanças e de todos os traços fisionómicos comuns, do *Uebermensch* concebido por aquele filósofo francfortiano de olhos cinzentos como os de Beethoven e como as vagas do revolto Mar do Norte, e de vercingetorin-geos bigodes.

São diversos porque não podiam deixar de ser diversos. Irmãos, o super-homem do Imaginífico desmentiria o progenitor como fruto de adulterinos amores.

Mas, felizmente, há diversidades específicas a diferenciá-los. Cada um traz nitidamente a marca do sangue de que provém, identifica-os a chancela paterna.

Cantelmo é uma figura abstracta, um fantasma de *condottiere*, uma personagem imaginada e especulativa. As figuras femininas têm a translucidez das figuras de vitral; foram estilizadas segundo a técnica da iluminação e do fresco. As ideias defendidas por D'Annunzio neste romance têm a envolvê-las um halo irreal que lhes dilui os contornos.

Claudio Cantelmo está no seio de uma família principesca em decadência, os Capece Montaga, e no seu ambiente respira-se a melancolia de ruínas humanas, de ruínas sociais e de ruínas materiais: a loucura da princesa mãe, o fausto desbotado, um palácio ao abandono, enfim toda a ácida tristeza dos restos doirados de uma derrocada ou de um naufrágio.

E no meio de tudo isto, as figuras de três virgens:

Anatólia, Violante e Maximiliana — flores vivas daqueles jardins tumulares. O seu perfume inebria Cantelmo que vê nelas os veículos de novas inspirações, mas não poderá colhê-las, apesar da faceta absorvente e totalitária do seu carácter: — «extrair das coisas o último alento de vida, isto é, tomar delas tudo o que podem dar, deixando-as exaustas. Não era este um dos mais graves pontos da minha arte de viver?»

Neste romance de acção quase nula, romance de dissertação, a paisagem tem um lugar singular.

Por vezes, nos momentos culminantes, D'Annunzio abandona as suas personagens e entrega-se à descrição de paisagens, sem lhes dar relevo

pelo contraste brusco e vincado. Procurando de preferência atingir uma eucromia perfeita, chega até a dar às suas descrições paisagísticas uma ordem, uma harmonia, um ritmo que ultrapassam os naturais. Por isso há, em alguns dos seus capítulos, paisagens *imaginadas* ou cenarizadas, o que não sucede neste volume.

O lirismo do Super-homem d'annunziano não esquece a vontade, matéria prima que terá de ser trabalhada por aquele que sonha uma sociedade nova.

Que é a vontade para Cláudio Cantelmo ?

«A potência máxima da vontade não se manifesta na prontidão da escolha entre muitas ofertas ou na firmeza de resistir a maus impulsos; ela mostra-se na arte de conferir a movimentos indistintos da natureza a eficácia e a dignidade de forças reconhecidas e directas.»

Isto briga com a nossa moral. Vem portanto a propósito perguntar: D'Annunzio é imoral? É pior, é mais perigoso ainda, porque é essencialmente amoral. Não se coloca nem acima, nem abaixo da moral, mas fora dela. Não a nega, não a combate — esquece-a e não a põe sequer em equação.

Em *As Virgens dos Rochedos* mais uma vez D'Annunzio foi, no vértice de tudo e antes de tudo, poeta.

O Super-homem d'annunziano também é fundamentalmente um poeta, para quem a poesia é a forma eucarística da verdade.

Uebersch-Superuomo.

Duas palavras separadas por iniludíveis diferenças sónicas e por inofismáveis diferenças de natureza e de conteúdo.

Stelio Effrena, em *O Fogo*, é que é, para mim, a mais completa personalização do Super-homem d'annunziano.

Stelio Effrena ultrapassa Cláudio Cantelmo, como se verá.

O interesse de *O Fogo* é de várias naturezas e apresenta variados aspectos. Destacarei os aspectos literários, poético e biográfico.

O Fogo é D'Annunzio no zénite, em pleno fulgor da sua excessiva riqueza estilística. É D'Annunzio arrastado por D'Annunzio. Em *O Fogo*, D'Annunzio procura exceder-se a si próprio, aquele que se simbolizou num fruto vermelho como o manto e os lábios de uma cortesã de Gomorra — a romã. É a maré-cheia da poesia do Imaginífico, é o pontifical da sua liturgia. É a inundação destruidora de todo o equilíbrio, é a apoplexia.

O Fogo é um jardim, mas um jardim que não é do nosso clima literário: flores, corolas, pétalas, folhagens, cachos e grinaldas — tudo espa-

lhado sem conta e sem medida, numa proliferação de lendário jardim suspenso de Babilónia.

D'Annunzio torna-se o Doge faustoso que nos dá o espectáculo da pirotecnia das suas imagens. Mas foi vítima delas—encantador de serpentes por elas mordido.

A linguagem de *O Fogo* não é uma linguagem de castidade. As próprias palavras ardem em desejos voluptuosos e a sua prosa tem períodos com formas de mulher arrancada às telas dos pintores venezianos.

No estilo de *O Fogo* não há palavras de dorso curvado e de olhar mortiço, nem adjectivos de tez pálida, frases de movimentos lentos de cortejo fúnebre e de lucilações enfumadas de crio. Cada uma das palavras refreia um desejo de ofuscar as outras, disputando os mais altos lugares na hierarquia das respectivas funções e na escala dos respectivos valores. Os períodos debatem-se para impor a beleza e a riqueza das suas respectivas roupagens. Alguns envolvem-se desdenhosamente nos seus mantos imperiais recamados de imagens.

Mas a multidão das imagens pode fatigar como todas as multidões e como a vegetação da selva equatorial. Fatigar por excesso, por pressão demasiada.

D'Annunzio não deixa nada à imaginação do leitor médio — dá tudo, conduz e exprime tudo. Sainte Beuve, no VI tomo de *Port-Royal* escreve:

«O maior poeta não é aquele que faz melhor: é aquele que mais sugere, aquele que primeiramente não se sabe o que quis dizer e exprimir e que vos deixa muito para completar a vós próprios.»

Porém, estas palavras não são aplicáveis a D'Annunzio.

Stelio Effrena e a Foscarina são as duas figuras primaciais de *O Fogo*. Não posso relatar a acção deste romance, porque não tem o necessário movimento e o dinamismo que permitam fazê-lo com relevo. É um romance estático. No fundo não é um romance, é um poema que, no seu estudo sobre D'Annunzio, Aniante classifica de «cadeia impecável de endecassílabos». A sua acção desenvolve-se em altura e não no sentido horizontal que é aquele que permite traçar o esquema do seu deslocamento.

É um relato d'annunziano (já devem conhecer toda a latitude deste adjectivo) dos amores do Poeta e da gloriosa actriz que foi Eleonora Duse, a quem ele chamou, no primeiro encontro, *a grande animadora*. Mais uma vez D'Annunzio bebeu na fonte inspiradora da sua experiência.

O poeta conheceu a Duse em 1890, mas Palmério, no seu já citado volume, diz que já em 1885 tinham estabelecido um primeiro contacto. Não importa. Em 1894, encontraram-se em Veneza, descendo simultânea-

mente de suas gôndolas, já noite. Reconheceram-se. A Duse pediu-lhe que escrevesse para o teatro, D'Annunzio sorriu. Não era ainda a hora.

Em 1895, D'Annunzio faz uma viagem à Grécia, onde visitou Micenas, o país da loucura, dos crimes e dos incestos dos Átridas que inspiraram a trilogia da *Orestia* — a terra onde Schliemann descobriu os túmulos, os cadáveres e os tesouros únicos que descreve na sua volumosa obra, a terra que ouviu os soluços convulsos de Ifigénia oferecida aos deuses pelo pai e a voz profética de Cassandra que, na frase de Esquilo, « não saberia usar um freio antes de o ter coberto de uma espuma sangrenta » e que « mesmo escrava conservou o sopro divino na sua alma ».

Foi então que o espírito da tragédia entrou em D'Annunzio. Aos seus olhos visionários apresentou-se o espectáculo lúgubre e magnífico: corpos ressequidos cobertos de ouro, com máscaras de ouro sobre as faces medonhas. Aos seus ouvidos chegaram vozes estarrecidas, lamentações estertorosas, murmúrios de amores danados. « O erro do tempo desapareceu » — diz ele.

Estava gerada *A Cidade Morta*. A sua génese é-nos dada nas páginas de *O Fogo* com um raro poder evocativo e sugestivo em que é ostentada com orgulho a actuação dos ambientes na inspiração de D'Annunzio.

Mais uma vez o fluxo do exterior acorda o seu poder de transformador, de *fakir* da Poesia.

A Cidade Morta é uma das melhores tragédias d'annunzianas que se filia na tradição eleusiana.

Lá está o amor incestuoso que era nos antigos a manifestação típica do amor irrefreável. Lá está a cega que tudo vê, simbolizando o poder dos deuses. Lá está o violador de túmulos perseguido pela maldição dos mortos perturbados no seu sono e lá está a virgem que terá de ser imolada.

E principalmente lá está a personagem invisível, onipotente, muda e sem réplica — a fatalidade.

Também na própria tragédia se manifesta a acção exterior: uma janela aberta aonde as personagens vão contemplar a sedenta planície de Argos e ver passar as nuvens e as aves no céu, tirando dessa passagem preságios e augúrios. « Fechai a janela e acabou-se o drama » — escreve Marinetti no seu livro *Les Dieux s'en vont, D'Annunzio reste...*. De facto, tudo parece vir de fora, pela janela. Sobre a cena há uma suspensão, uma impaciência agitada, uma espera ansiosa do que deve vir de

fora. A mão do Destino está erguida, está no ar, mas não na cena, lá fora, na planície tão seca que não sua sequer. Para enganar a impaciência, fazem descrições da forma das nuvens que passam.

É portanto a acção exterior que diminui a intensidade do conflito humano desta tragédia. D'Annunzio introduziu-lhe demasiados elementos descritivos, extrínsecos, que originam uma dispersão da concentração espiritual. Alude-se com demasiada frequência ao que se debate fora da cena, longe dos olhos do espectador, ao que não o sugestiona directamente. Além disto, ele não pode esquecer D'Annunzio. Está lá, sobre a cena, seja na pessoa do poeta Alexandre, dominador de temperamento e sensual de instinto, seja em cada frase que se pronuncia. Mas apesar de tudo como é intensa a vibração lírica que a alimenta e como é eloquente o poder verbal que a sonoriza!

Marinetti pode afinal mandar fechar, pôr reposteiros e calafetar quantas janelas quiser, pode até apagar as luzes da ribalta. Não, o drama não acaba, porque a sugestão poética das próprias palavras prevalecerá.

Mas notem V. Ex.^{as} que digo sugestão poética e não sugestão estética. É sempre a poesia que salva e redime D'Annunzio. Lá onde falta a emoção humana, não fica um buraco, não se abre uma fenda — a emoção poética não o permite com a sua força de dilatação.

O Fogo também se salva por virtude do ópio, do hipnotismo, do poder oculto da poesia.

Stélio não cessa de navegar demandando as Índias fabulosas da Poesia. A ela se ligam as raízes do seu amor pela Foscarina, a grande trágica de alma nocturna que: «Tinha no rosto os vestígios de cem máscaras e que simulara o furor das paixões mortais».

Todas as suas interpretações deixaram vestígios na sua alma, emprestando-lhe uma cintila das suas paixões, uma lágrima do seu choro, um acento comovedor dos seus gemidos:

«as mais doces almas e as mais terríveis e as mais magníficas viviam nela, habitavam o seu corpo, brilhavam nas suas pupilas, respiravam pela sua boca que sabia a mel e a veneno, taça gemada e copo de cortiça».

Porque emprestara a força da sua voz às mais sublimes e abjectas paixões, não tinha uma só alma, tinha uma alma composta dos resíduos que ficaram nela pelo contacto com essas almas inumeráveis.

E isso exaltava Stélio que lhe gritava:

«Eu te possuirei como numa grande orgia, agitar-te-ei como um feixe de tirsos; na tua carne vibrante sacudirei todas as coisas divinas e monstruosas que te enchem!»

Effrena ama a Foscarina torturada pela sensação de uma máscara viva e palpitante sobre o seu rosto, com uma lucidez que vence as aparências. Um tal amor terá de murchar, fenecerá. Dentro de pouco só vê nela «a criatura de carne mortal sujeita às tristes leis do tempo, a mulher desesperada e nómada que chegara ao limite da experiência».

Stélio não permanece no mesmo plano humano da Foscarina — respira, vive e cria num outro elemento. Vê-a sempre a distância, mesmo quando a aperta nos braços.

Cada um tem o seu mundo — dois mundos impenetráveis que se atraem e chocam. É o mais frágil que se estilhaça.

Já disse aqui que *O Fogo* foi inspirado pelos amores do Poeta e de Eleonora Duse, a trágica de giocondianas mãos que subjugava as plateias.

Esses amores tiveram o seu apogeu, mas declinaram vertiginosamente como todos os amores de D'Annunzio.

Mas tiveram uma grande repercussão na sua produção literária — a obra dramática e *O Fogo*.

(Conclui no próximo fascículo).

FRANCISCO MARTINS DA COSTA (ALDÃO).

Velharias Vimaranenses

Documentos & Efemérides

1847

Guimarães há 100 anos

Outubro

Dia 2 — Foi o segundo dia em que choveu mais nesta vila e arrabaldes desde que principiou o verão, tendo havido uma grande seca como já há muito não lembrava. (P. L.).

— Foi presente a S. Majestade a Rainha o requerimento em que o Juiz e mesários da Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos pediam que a referida irmandade fosse isenta da jurisdição do respectivo pároco e considerada de imediata protecção régia. Atendendo ao que tinha sido já resolvido sobre pretensões de igual natureza, pelas portarias de 19 de Novembro de 1835, 11 de Maio de 1836, 26 de Novembro de 1840 e 12 de Janeiro de 1841, resolveu a Augusta Senhora, por portaria do Ministério dos Negócios da Justiça e Eclesiásticos, conformando-se com o parecer do reverendo arcebispo primaz de Braga, que fosse indeferido aquele requerimento, quanto à primeira parte; e enquanto à segunda, isto é, ser a irmandade considerada de protecção régia, fosse requerido pelo Ministério do Reino a quem compete o conhecimento e decisão de semelhantes pretensões.

Dia 4 — Decreto restituindo a Guimarães o escrivão e tabelião Serafim Carneiro Gerales Júnior.

— Chegou aqui o Conde de Penamacor, governador civil do distrito do Porto, que andava em visita ao seu distrito. Esteve na hospedaria da Joaninha. Foi ver, na companhia do Barão de Vila Pouca, governador civil de Braga, as coisas mais notáveis desta vila, saindo daqui no dia 6. (P. L.).

Dia 22 — Por carta régia foi elevado a par do reino Nicolau de Arrochela V. de A. S. Q. de M. e Castro Pimentel (Conde de Arrochela). Tomou posse na sessão de 7 de Janeiro de 1848.

Dia 26 — Decreto transferindo de Guimarães para Moimenta da Beira o escrivão e tabelião Serafim Carneiro Gerales Júnior, e de Moimenta da Beira para aqui Francisco António Ilharco.

Novembro

Dia 7 (Domingo) — Fez-se a eleição da Câmara Municipal saindo mais votados: — *Presidente*, António de Nápoles Vaz Vieira. *Vogais*, o bacharel António Leite de Castro, o bacharel em medicina José Joaquim da S.^a Areias, Jerónimo Leite da Costa Bernardes, proprietário, Francisco Ribeiro de Agra, proprietário, Miguel Fernandes da Silva Vilela, proprietário, e o bacharel António Joaquim de Eça e Leiva. A eleição foi popular e por

assembleias eleitorais. Toda a Câmara era composta dos membros da Comissão nomeada depois de restabelecida a ordem em Portugal. (P. L.).

Dia 21 — Por decreto da Rainha foi exonerado do cargo de governador civil do distrito de Braga o Barão de Vila Pouca, sendo nomeado em seu lugar o Par do Reino Nicolau de Arrochella, o qual indo tomar posse a Braga num dos dias immediatos viu as coisas tão mal dispostas contra ele e contra a sua ingerência nas eleições (estavam próximas), que voltou no dia seguinte à sua casa do Cavalinho e pediu a demissão a S. M. a Rainha. (P. L.).

Dia 25 — No jornal *A Nação*, n.º 25, lê-se: — «Noticias da Provincia» — «Braga, 25 de Novembro. No dia 23 chegou o novo governador civil Nicolau d'Arrochella, foi á secretaria do governo civil, onde consta que achou friesa e repulsa, d'alli foi ao quartel general e ao juiz de direito. Consta que nomeára novo administrador do concelho, e que o actual se não quizera demittir, e por fim no dia 24 pelas 11 horas, teve de retirar-se para Guimarães debaixo de apurada e ameaças. Consta que o general lhe dissera que se não estava disposto a seguir o programma de eleições adoptado pelas auctoridades, não encontraria apoio, nem podia responder pelo regimento 8. A's 3 horas da tarde chegou o barão de Villa Pouca, e com as mais auctoridades e militares assistiu a uma reunião extraordinaria. No dia 22 vespera da chegada do novo governador civil, tinham-se distribuído cartuxos á tropa. Tal é a anarchia das auctoridades.»

Dia 28 (Domingo) — Procedeu-se em todo o reino às eleições de eleitores de deputados, saindo eleitores pelo concelho de Guimarães: António de Nápoles Vaz

Vieira, da casa do Costeado; cónego Luís de Melo Pereira Sampaio; Francisco Leite Pereira da Costa Bernardes, Juiz de Direito em disponibilidade; Lourenço Leite de Castro, bacharel; João António de Oliveira Cardoso, bacharel; José Joaquim da Silva Areias, médico; João António Carreira, administrador; Miguel Fernandes Vilela, negociante; Manuel Luis de Gouveia, cónego; Francisco Ribeiro Agra, proprietário; António Joaquim da Guerra, proprietário, e o tenente-coronel do regimento n.º 13, aqui estacionado. (P. L.).

Dezembro

Dia 5 — Sai, pela primeira vez impresso, o Bando dos Estudantes.

Dia 7 — Decreto criando mais um officio de escrivão e tabelião nesta comarca.

— Decreto demittindo o escrivão do Juiz de Paz de Nossa Senhora da Oliveira, José Maria Lopes de Carvalho, «o escreve na areia».

Dia 9 — O Juiz de Fora foi à Costa para embargar todo o pão e vinho que lá havia, tanto do Pinto Basto como do Manuel Baptista, por estarem senhores do convento. O Juiz de Fora já tinha mandado citar o Manuel Baptista para entregar um depósito de 23 mil cruzados que estava em seu poder de uma Quinta do Doutor da Torre e que tinha sido arrematado em praça. Em virtude destas exigências e de outras que lhe podiam vir (era mal visto por todos os partidos e com especialidade pelo partido miguelista), fugiu para o Porto. (P. L.).

Dia 12 — Deu-se principio às eleições de deputados em todas as provincias do Reino, sendo a eleição feita em Braga, cabeça da provincia, pelos eleitores, «sem influencia alguma mais do que do Barão

de Vila Pouca, o qual os brindou com um magnífico jantar». Entre os eleitos contam-se 3 vimaranenses: — João António de Oliveira Cardoso, bacharel, Francisco Leite da Costa Bernardes, bacharel, estes por Guimarães, e Manuel de Freitas Costa, bacharel, por Braga. (P. L.).

Dia 14 — Chegaram, à noite, a maior parte dos eleitores da província, aqui residentes, dando-se bastantes foguetes e reunindo-se algum povo para ver a sua entrada. (P. L.).

Dia 19 — Chegou o general da província, Conde de Vinhais, que vinha de Braga e foi ser hóspede do Barão de Vila Pouca. Vinha acompanhado do seu chefe de estado, (coronel Palmeirim) e mais uns 8 soldados de cavalaria. A' sua entrada não houve sinal algum de regozijo por não se esperar a sua vinda; mas depois recebeu as honras da parte do regimento n.º 13, que aqui se achava estacionado, havendo à noite foguetes em Vila Pouca, tendo tocado a música do regimento. (P. L.).

Dia 20 — O general da província passou revista, no Campo da Feira, à força do regimento 13. (P. L.).

Dia 21 — Regressou a Braga o general da província, Conde de Vinhais, sendo

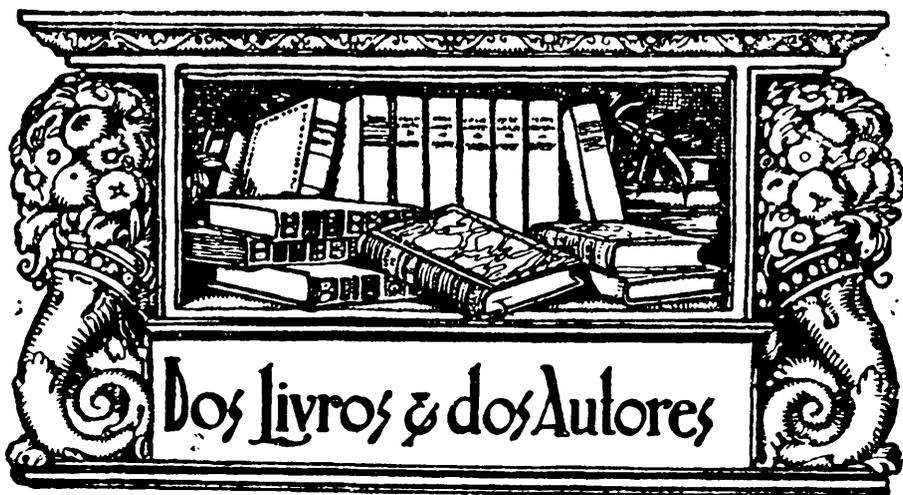
acompanhado pelo Barão de Vila Pouca e pelo tenente-coronel comandante do 13. (P. L.).

Dia 24 — No *Periódico dos Pobres do Porto*, n.º 125 publicado neste dia, lê-se, na 4.ª página, sob a epígrafe «Noticias das Províncias»: — «Escrevem de Guimarães em 23 o seguinte: O Conde de Vinhaes já se recolheu a Braga; o advogado Bento Antonio d'Oliveira Cardoso ao descer as escadas da Condessa de Basto, onde fôra em rasão do seu officio, escorregou e quebrou uma perna por duas partes. Ha muitos roubos, os ladrões em numero de 16 foram ao Miradouro a casa d'um proprietário Manuel da Silva, afim de lhe roubar uma junta de bois e a cavalgadura, o creado gritou, o povo acudiu, e os ladrões se retiraram debaixo do vivo fogo que o povo lhe fez». (P. L.).

Dia 31 — Chegou a esta vila a notícia de ter sido reintegrado no governo civil do distrito de Braga o Barão de Vila Pouca. (P. L.).

— Neste dia e nos dois seguintes fizeram-se preces, por ordem do Governo, em consequência dos frequentes terramotos que se tinham registado em Lisboa. (P. L.).

JOÃO LOPES DE FARIA †.



A ARTE E A MÁQUINA, por *Oliveira Cabral*. Músicas de Estefânia Cabral e ilustrações de Hebe Gomes. Edição de José Francisco de Oliveira. Lisboa, 1945. 89 págs.

Entre os pedagogos que nos últimos anos se têm devotado à criança, procurando cada vez mais melhorar os processos educativos, principalmente no que respeita ao cancionero infantil, figura em primeiro plano o Prof. Oliveira Cabral. Secundado sempre pela devotada musicista que é sua Esposa, há mais de 20 anos que vêm publicando obras de interesse educativo, com uma tenacidade invulgar, que não nos cansamos de aplaudir.

Numerosos são já os livros de canções infantis editados pelos dois distintos Autores, não contando com os que o Prof. O. C. publicou sob a responsabilidade única do seu nome. Com dedicatória amiga, e que nos recorda saudosamente os tempos em que ambos nós *in Garlandia fuimus*, recebemos há tempos o volume cujo título abre esta nóttula. Encerra ele uma trilogia, abrangendo um vasto plano educativo e cujas duas primeiras partes formam o *Cancioneiro do Bêbê*, destinado à educação infantil, e as *Canções do Amor à Terra* para

a educação primária. Destina-se a 3.ª parte à educação secundária e técnica. Como se vê é um verdadeiro plano educativo dos portugueses, da puerícia à mocidade, pela canção.

Não nos parecem os jovens de hoje em muito boas relações com a canção, o que se demonstra perfeitamente com a vida precária de quantos orfeões ainda conseguem aguentar-se nesta era prosaica... e atômica, em que os entusiasmos foram monopolizados pelo desporto, pelo cinema e por uma espécie indefinível de literatura, ainda à espera de nova Mesa Censória para a julgar e impedir de circular. Não cantam hoje, pois, os jovens de Portugal: consideram-se muito acima disso que reputam infantilidade.

Por outro lado, a maioria das escolas primárias, pelo menos neste Minho ridente onde escrevo, já não retinem com as vozes frescas das crianças: canções tradicionais estão a desaparecer de maneira assustadora. E é vê-las, à hora do recreio, com ares sisudos, falando de tudo menos daquilo que era de esperar que falassem nessas idades inocentes, quando as ilusões conservam ainda todo o seu colorido e frescura. Estamos, na verdade, a atravessar um período crítico na história da civilização, facto agra-

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

vado, Deus sabe quanto, pela monstruosa guerra, que fez do mundo vasta necrópole cheia de ruínas...

Duvidamos, por isso, que o róseo livro do Prof. O. C. venha a ter aquela divulgação que merece e seria de desejar. É puro de mais nas suas intenções, é demasiado são nos seus propósitos, é absolutamente antagonico ao espírito mercantilista e sibarita dos tempos que correm, para que o público o compreenda e compreenda os são intentos do distinto Autor. É certo que ele pôs em verso a vida material do nosso século; o seu livro pode considerar-se um verdadeiro hino à máquina, que, tanto quanto alcançamos, não tem na conta de escravizadora mas antes colaboradora do homem. E nisso, como no resto, encontra-se em boa companhia. Mas o espírito dos tempos é avesso a estas tentativas, pelo que receamos bem que o livro do Prof. O. C. não alcance aquela projecção que ele desejaria e que, para bem da criança portuguesa e da nossa terra, a sua obra deveria ter.

Trabalho que é uma boa acção, poderá ser utilizado, nas mãos de professores inteligentes, como meio formativo do carácter, e contribuir em muito para criar no espírito dos pequenos portugueses o amor pela arte e pela máquina que, nele, se encontram aliadas num friso completo de poesias singelas mas de elevada inspiração, a demonstrar a quantos lêem e sabem compreender o que lêem, que é possível tirar efeitos de arte até daquilo que é mais material.



BRITISH CONTRIBUTIONS TO PORTUGUESE AND BRAZILIAN STUDIES, por *William C. Atkinson*. Edição do «British Council». Londres, 1945. 39 págs. Ilustr.

Creemos que é este o primeiro livro, embora de pequeno volume, que em língua

inglesa apareceu a tratar do problema das relações culturais entre a Inglaterra e Portugal-Brasil e da influência que na própria Grã-Bretanha essas mesmas relações tiveram.

Depois de breve resumo histórico, em que salienta as influências inglesas em Portugal, o distinto Autor aponta os nomes daqueles dos seus compatriotas que, a partir do célebre Buchanan, amigo e companheiro do famoso André de Gouveia e professor do recém-fundado Colégio das Artes, vieram a Portugal e aqui se demoraram mais ou menos tempo.

Um capítulo é exclusivamente dedicado a Camões, e ali se trata das traduções inglesas da nossa Epopeia, da sua influência na pátria dos nossos Aliados e do interesse que desde a da tradução de Fanshawe o nosso País despertou além-Mancha, ao ponto de se sucederem, desde então, os nomes dos lusófilos notáveis, que culminam no fim do século XVIII com o conhecido Beckford, amigo de Byron que tanto nos difamou.

A referência imediata é aos tempos pomalinos, durante os quais, paradoxalmente, o interesse pela Inglaterra aumentou em Portugal, e o estudo da língua inglesa entrou na nossa Universidade. Não deixa o Autor de assinalar o facto de as lutas contra os franceses de Napoleão abrirem o caminho à emigração para a Inglaterra, o que contribuiu em muito para a educação liberal dos corifeus do Liberalismo e do Romantismo.

Na última parte deste trabalho honesto — que lamentamos seja tão resumido — presta-se justa homenagem aos lusófilos contemporâneos, de que ainda vivem o ilustre Prof. Edgar Prestage, o sr. Aubrey Bell e o major Charles Boxer, três dos nossos mais devotados amigos, a cujos nomes podemos acrescentar os do Prof. William Entwistle, do dr. Charles David Ley e de Miss Elaine Sanceau, nossa hóspede há longos anos.

A segunda parte é o resumo do que foram até hoje as relações entre a Grã-Bretanha e o Brasil, país este que àquele deve, em grande parte, a sua independência.

Cita o Autor o nome e a obra dos cientistas ingleses que passaram pela grande nação sul-americana ou lá permaneceram, entre os quais os famosos de Darwin, de Wallace e de Bates, não esquecendo o interesse que, sobretudo a partir de Southey, o país irmão despertou na Inglaterra.

Embora de proporções reduzidas — e é esse, como já acentuámos, o seu defeito — este voluminho constitui guia seguro de quantos queiram algum dia abalançar-se ao estudo das mútuas influências dos povos de língua portuguesa e da Grã-Bretanha. Dados os seus intuitos divulgadores e a brevidade dos seus resumos, não seriam de esperar largas dissertações. Os seus juízos são, porém, justos e compreensivos, qualidades que jamais faltam em qualquer autor inglês que fale a nosso respeito.



PEDRA DO FEITIÇO, por *Ferreira da Costa*. 2.^a edição. Editora Educação Nacional, L.^{da} Porto. 485 páginas.

Tem-se divulgado nos últimos anos uma espécie de literatura a que é comum chamar-se «colonial», confundindo-se assim aquelas obras, filhas do engenho dos que nasceram nas colónias e para o papel passam os seus anseios, esperanças, inquietações, numa palavra, tudo o que constitui o *substractum* da alma do habitante dos Trópicos, com outras obras em que o ambiente colonial nem sempre é traduzido com fidelidade e das quais os autores apenas superficialmente conhecem o meio e muito menos o «clima», como é de uso dizer-se agora... à moda francesa.

Não possuímos, infelizmente, uma literatura colonial, pelo menos com aquele ca-

rácter de autonomia capaz de, só por si, identificar uma corrente literária. Os nossos Domínios Ultramarinos (errónea e teimosamente apodados de Colónias...) não passam ainda de vazadouro da população portuguesa ou estrangeira que, na maior parte dos casos, por ali fica uns anos, para, depois de lhe sorrir a felicidade (ou então por completo desiludida), regressar à Metrópole, trazendo embora a nostalgia dos largos horizontes e do aliciante e embriagador veneno da África ou do Oriente. Os nativos, por via de regra, não adquiriram ainda autonomia mental; os brancos, na sua maior parte, têm mais que fazer... E se exceptuarmos Cabo Verde, prometedora esperança de uma literatura colonial de carácter local, integrada dentro da literatura portuguesa, nada mais encontramos além de literatura exótica, ressurreição de um género com que, nos séculos XVI e XVII, contribuímos para o grande movimento renascentista do exotismo.

Nesse campo têm aparecido algumas obras de valor, embora muitas sejam apenas mera literatura, fruto de leituras, muitas vezes de escritores estrangeiros, com que os nossos pequeninos Pierres Lotis julgaram enriquecer as nossas letras. A moda pegou e eis por que os escaparates das nossas livrarias se enchem de livros chamados de literatura «colonial», muitos deles de moralidade duvidosa e em estilo... colonial. Se um grande artista, pelo poder do génio, pode reconstituir toda uma época do passado (como Flaubert na *Salambó*), ou um meio que lhe é estranho (como esse tão mal apreciado Júlio Verne, em grande parte dos seus livros), a verdade é que um Zola, por exemplo, entendeu dever viver a vida dos ferroviários para escrever com conhecimento *A Besta Humana*, e não hesitou em descer ao fundo das minas para reconstituir a vida de sofrimento dos mineiros no *Germinal*. E era Zola.

Ora para reconstituir o meio ambiente de uma região exótica, e, sobretudo, para

transmitir ao leitor a imagem física desse meio e o pensar e o sentir dos que ali vivem, é necessário ter permanecido largo tempo nessa região, não como simples turista que superficialmente analisa o que distraidamente o cerca, mas auscultando a alma do indígena como a do branco, sentindo-lhes palpitar os corações, aprendendo com eles a amar a terra e a não abdicar da sua própria personalidade vergada ao peso de um clima embrutecedor e de um ambiente esmagador.

Foi, pois, com íntima satisfação, com admiração mesmo, que fechámos a última página do livro do sr. F. da C., cuja obra não conhecíamos e que para nós constituiu uma revelação. Sub-intitula o Autor o seu livro de *Reportagens africanas*. São, porém, as narrativas que o compõem, verdadeiros dramas vividos, a muitos milhares de léguas da trivial reportagem jornalística *à sensation*. Viveu o sr. F. da Costa em África o tempo bastante para a conhecer profundamente. Percorreu os ínvios sertões. Conheceu tribos pacíficas e aguerridas, outras leais e outras traiçoeiras. A paisagem da selva é-lhe familiar, como familiar lhe é a alma do negro; mais familiar ainda lhe é a do branco, desse valente sertanejo que só por excepção tem encontrado quem saiba da da sua existência e conheça o seu drama, para ele chamando a atenção das gentes frívolas. Com toda a sua experiência e com o seu raro poder de estilista — que o é entre a meia dúzia dos que hoje manejam esta língua que, Deus louvado!, tem dado para tudo — o sr. F. da C. poderia abalançar-se a escrever um romance «colonial» ou uma série de cartas no mesmo género, em que uns tantos negros, meia dúzia de cubatas, uns imbondeiros descritos com talento e uma lista exuberante de feras dessem o pano de fundo para a acção que ele ergueria diante dos olhos de quantos apreciavam esta espécie de iguarias.

Mas não. O Autor limitou-se a reconstituir, melhor a *viver* casos de que foi tes-

temunha e, por vezes, comparsa. E nisso reside o principal mérito desta obra a que a crítica não tem feito a justiça devida, não sabemos bem porquê... São quatro os quadros desta tragédia e em todos eles se sente a mesma «garra» e por todos perpassa o mesmo frémito. Cada um tem o seu protagonista, embora de todos eles sejam sempre os mesmos os comparsas. Mas é n' *O testamento do «Papa-Rolas»*, o mais extenso, que melhor podemos avaliar os amplos recursos do Autor e melhor compreender o drama de quantos em África procuram essa esquiva felicidade que, como a Justiça da fábula, também é cega. O drama do «Papa-Rolas» não é só o de todos os brancos da África, mas o de todos os que neste mundo de crimes impunes, de injustiças não reparadas, de falsidades deliberadamente praticadas, de rapinas, de torturas morais, de opressão, teimam em crer na hora da felicidade que também o é da Justiça.

Escrito com sangue, com nervos e com alma, o livro do sr. F. da C. não é uma espécie vulgar de literatura exótica, pelo que esperamos — e gostosamente lho desejamos — tenha grande êxito de livraria, porque a compreensão da crítica, essa, talvez lhe não chegue o tempo para lhe fazer justiça.

O volume, magnificamente editado, é valorizado com belas xilogravuras, que pecam apenas por serem poucas.



CARIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, por
José de Paiva Boléo. Lisboa, 1944.
33 págs.

Filha dilecta do Cristianismo, a Caridade, que durante tantos séculos cobriu com o seu manto admirável tantas dores e tantas misérias, tem sido a pouco e pouco substituída pela Filantropia e, modernamente, pela Assistência Social. É certo que, devido às transformações operadas na vida moderna, a função primitiva da Cari-

dade havia, fatalmente, de sofrer o influxo dessas transformações. Mas o que veio prejudicar sobretudo essa função foi o critério errado de que seria possível mecanizar a Caridade, a qual deixaria assim de ser virtude nascida no coração, e passaria a constituir um «emprego» como qualquer outro e como tal sujeita à mecanização a que forçosamente levam o hábito e a rotina.

O espírito dos nossos tempos não admite já aquela Caridade simples de outras eras, virtude respeitável e digna, é certo, mas tantas vezes falha de senso prático. No decurso dos séculos houve espíritos abnegados que, como S. Vicente de Paula, procuraram organizar a Caridade, mas nem sempre as suas lições foram compreendidas, até mesmo por parte daqueles que, pela sua formação religiosa e moral, tinham obrigação de as compreender.

Os nossos tempos chegaram à conclusão de que, por mais voltas que se dêem, e sejam quais forem as reformas sociais preconizadas, a Caridade não pode banir-se do mundo, aliás desaparecia com ela a última flor da bondade do coração humano. Mas para que ela se exerça com vista aos resultados que dela se esperam, urge organizá-la. É a isso que se chama a Assistência Social.

Todavia, se ao Estado compete exercer esta Assistência através das suas instituições próprias, não devemos esperar que ele resolva o problema por si, sabido como, nas palavras do Autor deste opúsculo, a «assistência feita pelo Estado fica cara», pelo que o óptimo, «não só porque é mais económico, mas ainda porque quase sempre é mais eficiente, é a assistência ser feita por instituições particulares» (pág. 25). E mais adiante:

«O Estado deve portanto procurar facilitar, promover a assistência particular, não só porque é mais económica, mas porque em regra é mais bem feita. O Estado absorvendo toda a assistência é um erro. O Es-

tado será o orientador, o coordenador, e subsidiará as obras de assistência particular, mas nunca se deve arvorar em dono de toda a assistência. A iniciativa particular deve ser respeitada e estimulada.»

Todavia não se deve pedir à assistência, ou até à caridade, aquilo que muitas vezes está ao alcance do esforço, da capacidade ou do trabalho de cada um. A assistência e a caridade devem exercer-se em casos cuja solução só delas dependa. Outros há, porém, que dependem inteiramente do raciocínio do indivíduo, que tem obrigação de prever o que o futuro pode trazer-lhe de mau. Daí a necessidade da previdência que poderá pôr os indivíduos ao abrigo das contingências da fortuna. O português não possui o génio previdente de, por exemplo, os povos do Norte. Isso explica a razão por que tantos que se encontram de repente inválidos ou doentes, têm de ficar dependentes da assistência ou da caridade, esta última sempre contingente e de efeitos lentos e aquém das necessidades de cada um. Eis porque a «assistência precisa da *previdência* e a *previdência* de uma organização social o mais perfeita possível, que, bem conduzida, é, sem dúvida, a aconselhada nas Encíclicas Pontifícias e a preconizada por sociólogos de saber como Le Play, Tourville, La Tour du Pin, Toniollo, Kettler e outros.»

Este opúsculo é obra meritória pelos ensinamentos que ministra, de ordem técnica e de ordem social, valorizados por uma observação arguta da parte de quem, como o A., possui experiência já larga. A sua obra, pequena no volume mas grande na projecção, devia ser lida por todos quantos se interessam pelos problemas educativos, porque lhes ensinaria a ver claro e a ver justo num campo em que a rotina e o desinteresse fazem tantas vezes abortar as iniciativas mais generosas.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

FÍDIAS

SE Povo algum se legou à posteridade em obras imortais de tanta majestade como o grego, a Portugal coube a fama de se transmitir pelos pergaminhos da sua sublimação em arremedos de ousada grandeza com a heroicidade dos feitos e o milagroso prodígio dos homens na sua História de Povo empreendedor e excelente nas leis másculas da sua dignidade cristã.

Portugal construiu o mundo lusíada a golpes de audacioso atrevimento nos feitos da valorosa gente e por suas façanhas foi a aurora que precedeu o novo mundo, tal qual a Grécia com a sua história e os seus monumentos (como entre nós os louros veteranos das conquistas, povoaamentos, guerras e descobertas, os heróis, reis, mártires e santos, guerreiros e monges que ergueram os nossos templos ou mosteiros a vincularem-nos a esse passado) que apenas concluídos pareciam derramar — usando-se aqui do testemunho de Plutarco, — «um perfume de tanta antiguidade que logo os consagrava, sem no entanto perderem nunca o vigor da juventude, como se estivessem beneficiados pelo dom natural de Espírito sempre vivo e de alma imortal».

Porventura nesta pequena minudência se esconde o mistério da resistência grega contra todas as insinuações do tempo e todas as monstruosidades da fortuna, exactamente como a moral e a ciência dos nossos costumes têm fortalecido a nação contra as comoções mais violentas, essas perturbações e misérias trazidas no fanatismo da falsa liberdade.

Grego algum mereceu de Péricles, no tempo em que seu génio iluminava a política dos povos, tanta estima de eleição nem tão magnânima protecção como Fídias, o excelente, o augusto escultor nunca até hoje por outro igualado. Porque o seu renome, como artista, e a amizade fraterna de Péricles lhe touxessem as invejas e malquerenças, também nenhum outro homem foi talvez como ele, em seus dias, tão rude e vilmente caluniado pelos inúteis ruminantes da insídia, as mais das vezes servos subalternos na adulação.

A aleivosia em incestuosa união com a delação, baixam sobre Fídias,

com revolto e traiçoeiro conluio entre os seus inimigos. E no Ágora, em atmosfera afadigada na perversão, caiu a reles denúncia de que Fídias, o incorrupto, tinha abusivamente tomado para si, e retendo a cuidado, parcela importante do ouro que lhe havia sido confiado para a deusa *Minerva* do Partenão.

E o povo, junto, em mostras de indignação, ali deu largas a ruivnoso frenesi, louvando o delator, o mesquinho Menon, indigno discípulo de tão preclaro Mestre, para, nos seus apupos a Fídias, solicitar-lhe dos deuses castigo e morte.

Esquecera a Menon, como aos inimigos do Mestre sublime, o conhecimento profundo que, do coração humano e das ruindades de alma nos invejosos e mesquinhos de talento, tinha Péricles.

Na sua aguda visão, aconselhara a Fídias que este ajustasse a deusa em peças soltas, pois a maldade dos homens buscaria na obra imortal os meios ilícitos para a sua perdição de feitor sublime dessa maravilha do mundo. E esta precaução poupou a vida do Mestre, ao ordenar-se o peso do ouro trabalhado na estátua, verificando-se, deste modo, a nobre isenção do artista que nem o escumalho pusera a seu recanto para dele se aproveitar.

Não no-lo narra Plutarco, mas, se tomarmos tento na generalidade dos juízos dos factos e na lição de nossos dias, julgamos ter sido sentenciada a impunidade contra os delatores. Decerto Fídias, homem superior, terá procurado, nas ternuras do perdão, a sua desforra contra a concubinação da intriga, mísera servidão do homem nas arengas da politicagem. O perdão é brasão nobre e timbre de honra só reinante entre almas grandes, pois sòmente o conhece quantos amam ao seu semelhante e nele vêem um seu irmão de baptismo. A vingança, filha adoptiva da inveja e da inépcia, esgaiva no lodo da intriga por onde se emporcalham os bando-leiros da baixa política.

Sabido que a arma que mais pode, afiada contra a virtude do homem, se revela sempre na calúnia, os salteadores da fama alheia adornam-se no escuro dessa vestimenta para com ela enroupados melhor atalharem na honra e fama daqueles que os ensombram pelas suas acções e obras meri-tórias.

Não desarmando na sua grosseria plebeia, retornam ao enxovalho sempre que o momento se lhes acomoda.

De começo silabado a medo, por horas mortas, em segredinhos de reter, para logo os levarem à discussão no Ágora, surge ainda o injuriante labéu de sacrílego escarrado na ignomínia dos ateus contra Fídias, o pre-

claro e insigne Artista, amigo dilecto de Péricles e pela sua dedicação graciosa ao amigo e ao protector, nesta razão declarado inimigo dos inimigos deste homem público. Difamando o artista, atingiam no mais íntimo do coração ao excelso homem de governo, e, deste modo, com a arte modelada do Belo, esgrimiam contra a política e a ética do vencedor de Micala. Fídias retratara-se no escudo da deusa, esculpindo a sua effigie — «um velho calvo», no dizer do historiador. E tanto bastou para que de novo medrasse rasteira, entre os intrigantes, a delação contra quem se atrevera a igualar-se à própria deusa, subindo a seu lado na sua imortalidade.

Fídias, o estatuário sublime na imortalidade do seu nome, mas homem mortal como todo o barro humano, ousara representar-se ao pé da deusa. E uma vez decretada a sua perdição, esta causaria a desgraça de Péricles, se dermos atenção ao discurso de Hermes, na comédia de Aristofanes, quando este, para salvar o amigo, ordena o incêndio da cidade.

Exilado Fídias, no seu retiro da Elida, ali se instruiu na maior imortalidade humana pela obra que de grandeza será sempre o assombro dos séculos e das gerações, e confirmada desde a mais alta antiguidade como sendo uma das grandes maravilhas do mundo, — a estátua em ouro e marfim do Júpiter Olímpico, no vale de Alfea, o deus que mereceu de Epicteto como único reparo o de que infeliz seria todo aquele homem que morresse sem o haver contemplado pelo menos uma só vez.

Pausanias alardeia de que, em seu tempo, ainda a loja, onde o artista cinzelara o seu deus Júpiter, costumava visitar-se com comovido recolhimento pela memória de Fídias, que morreu aproximadamente pelo ano 431 antes da era de Jesus Cristo, quando os primeiros reveses da guerra do Peloponeso ofuscavam já a grandeza de Péricles.

A ingratitude humana dos contemporâneos condenou Fídias logo após a conclusão do seu Júpiter. Nas suas razões, e até nas causas divergem os juízos, há quem avenge a morte natural. No entanto, Fídias, para quem a arte representa sempre a mais sublime manifestação da inteligência humana, liberto da lei da morte, continua presente no julgamento imparcial da História, e sempre *vivo*, no mesmo pedestal da sua própria imortalidade pela glória imarcescível de tão genial como gigantesca obra. A Grécia considera-o o seu maior artista nesse século supremo de Péricles, e o mundo tributa-lhe o louvor de magnífico e incomparável entre os mais magníficos e sublimes na Arte do Belo. E muito merecidamente já alguém o criticou como único, por sozinho construir o século na memória imperecedoura das nações. De seus inimigos não reza a fama, mortos

anónimos no anonimato mesquinho de seus nomes e se por apoucadas vezes se recorda ainda o de Manon, é menos para gabá-lo do que para ferrá-lo ao duro astíigma da ingratidão, concubino danado da calúnia na inveja.

Fídias modelou o deus pagão, esse Júpiter vingativo que fulminava pelo raio quantos prevaricassem. Sendo o artista supremo de seu tempo, exilado da Pátria por nome e às ordens de despótica inveja, no suborno a calúnia vesga da politicagem rasteira, Fídias obedece às leis clementes da bondade e do patriotismo doando á mesma Grécia, que nos seus contemporâneos o procurara anular, o seu renome como Pátria imortal do Príncipe dos Artistas de todos os séculos.

Para servir como moralidade aqui se recorda a anedota do dentista: o povo anónimo mais fácilmente acorre e se seduz pelo chamariz dos aprendizes, do que se deixa conduzir guiado na ciência certa do mestre.

A inteligência raras vezes ampara as gentes, antes as cega aos efeitos do reclame.

A história imparcial do Povo é que sempre acabará, pelo julgamento dos seus Homens, na lição dos acontecimentos. E separando o joio do trigo apontará aos vindouros a magnífica e salutar obra do passado.

Ai daquele povo que, em vez de buscar na sua política o Mestre para quem únicamente o Eterno vive, só atina com a sua entrada no consultório do aprendiz onde, segundo a sabedoria do homem ensina, se morre com o precário e à míngua do Bem...

FERNANDO DE AGUIAR.



O Tesouro da Virgem

*SENHORA da Oliveira,
Na Vossa coroa de ouro
Brilha o sol, como um tesouro
Que ilumina a terra inteira!*

*A mesma fé com que inspiras,
Um dia, o Mestre de Aviz,
É um colar de rubis,
De esmeraldas e safiras!*

*Quando passo à Vossa Igreja
Meu coração ajoelha!
Que importa que seja velha
Se a graça divina a beija?!*

*Que me importam as ruínas
Desses lindos capitéis,
Se Teus dedos têm anéis
Cobertos de pedras finas?!*

*Que importa esse velho Templo
Cheio de fendas musgosas,
Se, coroada de rosas,
É que, no Altar, Vos contemplo?!*

*Que importa, sim! que os franceses
Vos roubassem algum dia,
Se a mesma Virgem Maria
É o Amor dos Portugueses?!*

*Sereis sempre a mesma Dona
Coberta de jóias de arte,
Junto ao velho Baluarte
Do tempo de Mumadona!*

*Sois aquela Padroeira
Entre sonoros repiques,
Protegendo Afonso Henriques,
— Senhora da Oliveira!...*

JERÓNIMO DE ALMEIDA.

Ensaio de uma análise ao "Romanceiro" de Garrett

I

GÊNESE PSICOLÓGICA DO ROMANCEIRO DE GARRETT

(Continuação da pág. 134)

MUITO se enganará decerto quem tentar analisar e compreender a obra do poeta sem atentar a que ela foi muito coada através do delicado prisma do coração.

As primeiras *Odes Anacreônicas*, são eco dos seus primeiros amores com a menina — ia a dizer criança — inglesa Isabel Hewson; tinham ambos 14 anos.

Muito da *Lirica de João Mínimo* provém da prima Tomásia Maria Amália do Amaral, junto de quem passava as férias de Coimbra.

A esposa Luísa Cândida Midosi dedica a ode *O exílio* exclamando: «A minha pátria agora é nos teus braços.»

E o traço indelével de Adelaide Pastor Deville marcado fundo e vivo em *Frei Luís de Sousa*?

A esta se devem também, até materialmente, muitas xácaras populares: *Adosinda*, *Bernal Francês*, etc.

E a formosíssima andalusa, Condessa da Luz, D. Rosa Montufar Barreiros não fez reviver as *Folhas Caídas* que, no dizer de Hernâni Cidade, são o livro mais extraordinário «que em Portugal cantou o amor — o amor-doloroso, o amor-inferno, o amor que é adeus exasperado e angustiosíssimo?...»

Por propensão natural e gosto inato ou cedo inoculado, e além disso entusiasmado pelo auxílio e suave incitamento de pessoas queridas, encontrou Garrett em Londres uma aragem propícia que lhe enfunou as velas no mar calmo da poesia popular onde já velejavam batéis comandados

pelos irmãos Grimm, Rodd, Depping, Muller, Goethe, Schiller, Percy, W. Scott, Burns, M.^{me} Staël, Sismiondi, etc., etc. Era moda decerto. Estavam, por lá, em grande fervor, os estudos sobre os cantos nacionais. E, como o exemplo é um poderoso influxo, Garrett confessa que, excitado pelo que via e pelo que lia em Inglaterra e França, mas principalmente pelo que da Alemanha lhe vinha, começou a empreender neste sentido a reabilitação do romance nacional.

Até esta altura talvez de facto «se deixasse ir por onde o levava a vontade, porque não escrevia para glória ou renome, senão para divertimento seu».

Agora entusiasmado e estimulado pela leitura de tantos ensaios estrangeiros começa a arranjar e a vestir alguns com que engraçou mais e «que despertavam nele as reminiscências infantis das trovas populares que ouvira em época longínqua». Estas recordações e leituras e, ainda, a contemplação das ruínas dos castelos feudais e das igrejas góticas, onde o levavam os seus hospedeiros de Warwick, influíram grandemente na sua conversão e deram-lhe o impulso final e decisivo que o levou a lançar-se e a seguir a moda que corria, já forte.

Em 1828 se fixa o primeiro padrão comemorativo da sua devota peregrinação ao povo nacionalmente português e penetra o poeta publicamente no santuário da poesia popular, que ele apresenta como «beldade misteriosa que frequenta as ruínas do castelo abandonado, da torre deserta, do claustro coberto de hera e musgo, e folga de cantar suas endeixas desgarradas à boca das cavernas fadadas, por noite morta e horas aziagas».

Nesta data se publicou em Londres a *Adosinda*.

Em 1834, na Bélgica, para onde fora Cônsul de Portugal, adquire conhecimento da língua alemã o que lhe permite ler no original, Herder, Burger, Schiller, Goethe.

Portanto, se Garrett é inovador e introdutor do romance nacional e popular em Portugal, mais não fez do que, influenciado e, até certo ponto, dominado pelo ambiente em que vivia no estrangeiro, pisar as pègadas lá traçadas e seguir os métodos lá usados.

Parecer-lhe-iam demasiadamente rudes e excessivamente ingénuas as versões orais contadas, à lareira, de avós a netos? O remédio era fácil: retocar, refazer, juntar, recompor. «Comecei a arranjar e a vestir alguns com que engracei mais.»

É certo e veemente o seu protesto de que, restaurando a seu gosto e génio, procura, no entanto, conservar quanto era, o tom e o estilo que veste a sentimental melancolia, carácter peculiar e típico destas peças.

A sua primeira ideia, o pensamento que realiza em 1843 com a publicação do primeiro volume do *Romanceiro* é, pois, fazer uma colecção assim reconstituída e ornada com enfeites singelos à maneira romântica seguida por Burns, W. Scott, Bürger, Percy...

A matéria aproveitada só é conseguida após muitos trabalhos, cuidadas indagações e aturadas investigações, estudando e conferindo muita cópia bárbara a grande custo arrancada à ingénua ignorância e ao boçal acanhamento de «amas-secas e lavadeiras e salóias velhas» que eram as principais depositárias de tal arqueologia nacional, e que, por lhe não conhecerem todo o oculto valor, lhe não guardavam o respeito e veneração a tal género de relíquias devidos.

A forma que lhe dá rebusca-a ele no seu gosto artístico, refundindo-a através da sua sensibilidade apurada e vibrante.

O que surgiu da junção desta matéria «informe e mutilada pela rudeza das mãos e memórias por onde passou», com esta forma delicadamente artística, «à maneira romântica», com que o autor a revestiu?

Para alguns, um erro, uma mentira, um aborto.

Para outros, «verdadeiros poemetos, autênticos modelos no género».

É certo que, sob o ponto de vista da investigação pura, sob o aspecto estritamente científico, a obra de Garrett desmerece muito à falta de isenção desapassionada e imparcial que o bom senso nestes casos exige, à custa mesmo do respeito que Grimm impunha e traçava no estudo das tradições e que o autor, indo sempre «depós o coração», não acatou nem respeitou com insensibilidade austera e fria.

Grimm, *tout en donnant à ses recits une forme personnelle, sut s'accommoder admirablement au ton naïf de l'enfance*, e serviu de exemplo e estímulo a Garrett que, no entanto, se afastou voluntariamente das pègadas firmes por aquele traçadas.

O nosso coleccionador, porém, como que prevendo que haveriam de impugnar-lhe este desvio da ingenuidade infantil do *Romanceiro*, e este afastamento quase sistemático da forma primitiva, tantas vezes brusca, violenta e até grosseira, dura e mesmo enigmática dos cantos populares em que fora embalado, justifica o seu novo processo, e defende o seu sistema original e próprio de os refundir e revestir de novas formas poéticas «ornadas com enfeites singelos porém mais simétricos da moderna poesia romântica».

Em sua defesa, e fazendo valer o seu método de trabalhar, duas razões apresenta e dois motivos alega. Um, de carácter geral, aplicável

por certo a toda a obra, outro, de vistas mais particulares, e, porventura, só aplicável a alguns romances da colecção.

Ninguém suspeitava que o nosso povo fosse depositário de tão abundante e tão fecunda riqueza poética; temia-se que os seus cantares fossem considerados grosseiros e privativos da gente rude. Seriam, porventura, tidos como prosa «bárbara, informe e mutilada pela rudeza das mãos e memórias por onde tinham passado».

O autor de *Frei Luís de Sousa* declara ao Conservatório que os seus primeiros ensaios de poesia popular pendem a sua génese num mesmo pensamento — «falar ao coração e ao ânimo do povo pelo romance e pelo drama». E então ei-lo que dramatiza românticamente os episódios singelos das canções populares, dando-lhes requintada feição estética. E embora com isso se prejudicasse, consegue dominar vitoriosamente o que tanto temia: a superior indiferença das classes cultas por esses desperdiçados vestígios da nossa poesia nacional.

E, no dizer de Teófilo Braga, a obra de Garrett é mais preciosa ainda, até mesmo pela sugestiva e decisiva influência que exerceu.

E conseguiu-a, ressuscitando «bela e remoçada» a abandonada poesia nacional com suas antigas galas «porém melhor talhadas, com suas primitivas feições selváticas e ingénuas, porém mais compostas».

Aquele seu estilo diferente, patenteando outra face de coisas e denunciando outro modo de ver, de sentir, de pintar, mais livre, mais excêntrico, mais de fantasia, mais irregular, modificou-lho Garrett com carinho e arte. Fica «a mesma sem dúvida; porém o gosto mais puro e fino de seus adoradores, sem alterar a liturgia, *modificou os ritos* e os acomodou para espíritos e ouvidos costumados aos hinos menos variados, porém mais cadentes da antiguidade clássica. Não ficou menos natural, nem nacional, porém muito mais amável e encantadora...»

E tão encantadora e amável ficou que o seu autor venceu em toda a linha, fez escola e agradou tão completamente que a artífica sensibilidade da erudita investigadora Carolina Michaelis de Vasconcelos ao coleccionar *As cem melhores poesias portuguesas* entre elas inseriu a «Nau Catriqueta», de raro pitoresco e requintada beleza, evocadora do período heróico do Portugal trágico-marítimo.

E esta inovação garretteana, sendo embora uma desvirtuação ou profanação da tradição popular pura, de tal modo agradou que, após o aparecimento de *Adosinda*, primeiro romance vindo a lume, com retoques artísticos, até vários anónimos, incitados pela sua leitura, lhe enviavam versões provinciais de romances.

Castilho também lhe ofereceu versões. O erudito Pichon, que fora cônsul no Porto, desfez-se, a favor de Garrett, de uma pequena colecção de xácaras portuguesas que começara em 1832.

O condiscípulo Emídio Costa, Rivara e Rodrigues d'Abreu, bibliotecários respectivamente em Évora e Braga, e outros, ajudaram o autor «com indicações, livros, folhetos antigos e cópias laboriosamente escritas sobre o ditar dos rústicos depositários das nossas tradições populares».

Vencia, portanto, a adaptação de Garrett, que, temendo o fracasso da poesia rude de povo bárbaro a vestira de novas galas poéticas de acordo com o novo gosto literário.

A outra razão em que se firma é, decerto, de carácter mais particular.

O assunto de certos romances era já de si horroroso, repugnante, «indecente». E, contado naquela forma brusca e rude, mais repugnante, horroroso e indecente se tornava.

Vinham já do tempo em que a indecência se mostrava, não por baixa depravação moral que provoca, mas por ingenuidade simples e franca, que não vê o mal porque o não sente.

Contavam-se os factos com toda a nudez e crueza. E se o estilo é por vezes licencioso, é contudo sempre casta a poesia primitiva; se nos surge sincera e nua em excesso, o seu pudor é, no entanto, o da ingenuidade que se despe porque mal não pensa, que não o da hipocrisia que, por maliciosa, se cobre.

Era outra a época. Seriam mais baixos os sentimentos e menos elevados os pensamentos. E a poesia popular, de si tão ingénua e tão simples, provocaria escândalo embora farisaico. O autor bem o prevê, e, na sua sensibilidade artística, tenta evitá-lo. «Tinha eu começado — confessa — a ageitar outro romance que originalmente se intitula *Silvana*, cujo assunto notável e horroroso exigia uma delicadeza para se tornar capaz de ser lido sem repugnância ou indecência. Dava largas o tempo, pedia extensão a natureza dos obstáculos; o que fora começado para uma xácara, para uma cantiga, ou, como lhe chamam os alemães e ingleses, uma Balada, saiu um poemeto em quatro cantos...»

É neste processo artístico de aperfeiçoamento constante que se manifesta claro o influxo dos colecionadores ingleses; e assim, raro será o romance velho que não manifeste o delicado vestígio do fino retoque da arte de Garrett.

Desde a *Silvaninha*, de assunto «feito e desnatural», de estilo descomposto e linguagem rude, até à *Noiva Arraiana* em que, costumes primitivos e patriarcais são descritos num tom ingénuo e puríssimo de

genuíno «sabor homérico», se sente ou adivinha o perpassar subtil do restauro finíssimo de Garrett.

Empreendeu-o ele por duas razões: respeitar e atrair o gosto literário dos letrados e não perturbar nem trair a sensibilidade moral dos leitores.

Tal como Percy ao coligir as velhas baladas populares de Inglaterra e Escócia, Garrett só tem um fim único: fazer respeitar e admirar, estimar e venerar as velhas relíquias da primitiva literatura genuinamente portuguesa.

Cumpriu e conseguiu.

(Continua)

ANTÓNIO SIMÕES FERREIRA.



Triptico d'annunziano

— a vida, a obra e a evolução do Imaginífico —

(Continuação da pág. 152 — Conclusão)

UM dia a Duse pediu a D'Annunzio que escrevesse um drama para ela, que seria representado em Paris. — Não pense nisso, numa semana é uma loucura, volveu-lhe o Poeta.

— Então escreva-me um papel de louca...

E passado dez dias, era entregue à Duse o manuscrito de *O Sonho de uma manhã de primavera* em que ela tem o seu papel de louca.

Um ano depois, em 1898, segue-se-lhe *O Sonho de um crepúsculo de Outono*.

Em 1899 surge *A Gioconda* — cujo fundo dos quatro actos é o debate sobre a total liberdade do artista que D'Annunzio soluciona d'annunzianamente pelo sacrificio inútil da mulher legítima que na defesa da sua obra-prima, uma escultura prodigiosa, lhe imolara as mãos, aquelas mãos que tinham o gesto eloquente que exprimia o valor das magníficas dádivas do seu amor.

E ficou muda diante do lar vazio — viola de Alcácer-Quibir com as cordas partidas...

No mesmo ano é levada à cena *A Glória*.

Flamma, a sua principal personagem, é quase irmão gémeo de Cláudio Cantelmo. O primeiro uma vontade em acção, o segundo uma vontade em pensamento. Flamma uma ideia em movimento, Cantelmo uma ideia em êxtase; um é um cérebro que concebe, o outro é um braço forte que modela.

Na frente de Flamma ergue-se César Bronte, homem de granito que traz na fronte uma cicatriz como um selo de predestinação que lembra a chaga gangrenada na testa de Santa Rita. É um homem originário do campo que tem ainda terra nas mãos e na boca, no sangue e na medula dos ossos. Os dois têm um sentimento comum — o amor da terra.

«Nós tocamos a terra, clama Ruggero Flamma, nós interrogamos a

terra, deitamo-nos sobre ela... A terra quer ser esmagada, revolvida, agitada, trabalhada...».

É inegável que nestas palavras transparece o amor sensual da terra, o amor físico da terra.

César Bronte diz-se filho da terra e dos que a lavraram, semearam e dessedentaram com amor. Fala da terra, antes de morrer de pé. Abate-se fragorosamente como bloco de granito de uma pedreira dinamitada.

Entre Bronte e Flamma ergue-se a figura de Helena Comnena, mulher de Bronte, descendente de uma estirpe de traidores e de usurpadores — os Comnenas de Trebizonda. Nos seus olhos há o brilho de febres provenientes de doenças e vícios inconfessáveis. Rainha nua sob o manto, a sua posse envenenará Flamma como dentada em peçonhento fruto. A sua força fundirá sob o fogo de forja daquela boca satânica. Ao vê-lo vencido, ela apunhála-o quando a multidão, que o aclamara, grita: — Atira-nos a sua cabeça.

Flamma morre na hora em que está desfraldada no poente, ao vento da noite, uma bandeira de revolta, tingida no sangue habsburguês de Maria-Antonieta, na hora em que o sol parte com vestes de cardeal romano.

Na obra de D'Annunzio enlouquece-se ao meio-dia e mata-se ao entardecer... É nítida a tendência de D'Annunzio para transpor para um plano histórico, isto é, de ontem, o que podia situar-se no dia de hoje.

Muitas das personagens do teatro d'annunziano vemo-las a distância, porque não tem carácter contemporâneo. Mas o recuo não as reduz; pelo contrário, amplia-lhes as proporções dos sentimentos, das paixões e das atitudes.

Para ele o Destino não está carnalmente escrito na palma da mão, como o supõem as belas e ardentes zingaras nomadas, « está escrito, — diz em *Francesca de Rimini*, — nas estrelas que palpitam como o teu seio e os teus pulsos e as tuas mãos ». Está, portanto, muito longe. lá onde não há ouvidos para escutarem as súplicas e os gemidos dos homens, lá onde não há olhos para se apiedarem das suas fraquezas e das suas misérias. O Destino que está escrito nas constelações longínquas e surdas é mais implacável de crueldade do que quando está nas mãos dos deuses...

O próprio Poeta confessa proferir palavras simples, mas profere-as « no ponto mais elevado da vida, lá onde a alma humana só chega para se tornar num ideal de Beleza ».

Portanto, suponho eu, lá onde a vida se inflama por combustão expon-

tânea, onde ela chameja como a Ilha da Madeira há séculos, no meio do Atlântico: solitária, longe dos homens, entre o céu e o mar!...

Este recuo, ampliador como uma lente, impede-nos de ver as personagens em tamanho natural, em estatura humana. Talvez por isso D'Annunzio permaneça inumano. Contra a opinião de Diego Valeri, não sinto que o humano acabe por prevalecer na obra d'annunziana e que o seu sentimento da natureza apareça finalmente em função do sentimento de humanidade.

Pelo contrário. O egotismo hipertrofiado das suas personagens afasta-as, isola-as da humanidade, tornando-as seres à parte. São ilhas, não são continentes. Pairam acima dos outros homens, são nuvens e conduzem-nas os grandes ventos; são astros e governam-nas as potentes atracções.

Têm órbitas muito próprias que cada vez as afastam mais das outras.

Há montanhas que, por serem muito altas, já não parecem fazer parte das cordilheiras.

De 1901 a 1909 são publicados e representados, aplaudidos aqui e vaiados estrondosamente além, os dramas: *Francesca da Rimini*, *A Filha de Iorio*, *O Facho sob a Sarça*, *Mais do que o Amor*, *A Nau*, *Fedra*, etc.

Eleonora Duse interpretara os dramas d'annunzianos, presa por «esse sentimento que ela considerava como a realização suprema do seu destino» — segundo as palavras que Max Reinhardt escreve na biografia da grande trágica.

Não houve insucesso, nem prejuízo material que lhe diminuísse o culto e a fé no Poeta seu amante e seu senhor. Era a divulgadora da sua mensagem de arte para as multidões.

Vivia as suas criações como nunca vivera nenhuma outras, totalitariamente, com todas as forças e todos os recursos da sua sensibilidade, com todos os sentidos dos seus instintos, com todas as energias do seu ser.

Quando assobiavam as obras do seu Poeta, só sentia comiseração e desprezo por essas plateias que não podiam e não sabiam compreendê-lo.

A publicação de *O Fogo* separou a grande trágica do imortal poeta.

Muito se escreveu a esse respeito. D'Annunzio foi caluniado, cuspidado, vilipendiado. Só a Duse permaneceu à altura de si própria.

Quando o empresário Schurmann lhe disse, a ela, que a publicação desse manuscrito era impossível, a grande e magnânima Eleonora mostrou não conhecer o original. Mas em seguida escreve-lhe estas palavras:

« Há alguns instantes eu não lhe disse a verdade. Conheço o romance e dei o meu consentimento para a sua publicação, pois, por mais profundo que seja o meu sofrimento, o meu sofrimento não importa desde que se trata de enriquecer com uma obra-prima a literatura italiana. E, depois, eu passei a idade de amar e amo. »

Estas palavras permitem-nos avaliar até que ponto se consagrara de corpo e alma ao seu Poeta e até que ponto a subjugara a perigosa sedução que emanava do espírito e da obra daquele homem feio como um fauno.

Não amou apenas o homem. No seu coração, o homem e o Poeta uniram-se num só, indissolúvelmente. E isto foi a grandeza e a superioridade do seu amor.

Depois do seu rompimento com a Duse, D'Annunzio partiu para França. Entra então na literatura francesa com as suas peças escritas em francês: *La Pisanelle*, *Le Chevreuille*, *Le Martyre de Saint Sébastien*, etc.

D'Annunzio inoculou d'annunzianismo na sua nova matéria de expressão. A concepção também é d'annunziana. Embora *O Martírio de S. Sebastião* tenha sido fundido nos moldes dos mistérios medievais franceses, o medievismo do vocabulário e da versificação não alteram o carácter d'annunziano da forma e da concepção. Sob a epiderme vocabular e métrica está o D'Annunzio mediterrânico, pagão, interpretando a figura e a lenda hagiológica de S. Sebastião à sua maneira e através da sua individualidade, com uma heterodoxia que o torna irreconhecível aos olhos de um crente.

Henri Bordeaux, na 2.^a das suas séries de *La Vie au Théâtre* escreve:

« Do Mártir, D'Annunzio fez um herói da Beleza e até de volúpia. Como o antigo Adonis, a quem não cessa de compará-lo, consagra-o a Vénus.

Diminui o elemento essencial da fé: o dom da alma a Deus, a renúncia de si próprio, o desinteresse do sacrifício. Trata o culto da dor como um culto mais superior do prazer e o martírio torna-se o paroxismo da alegria física obtido por um delírio feliz. Celebra mais uma vez o triunfo da vida.

Transforma o santo em artista sagrado. »

Outro não poderia ser o ponto de vista do autor de *Les Rocquevillard* e de *La Maison*.

De facto, D'Annunzio não atingia o que há de divino na Santidade, o que há de sobre-humano na Graça e de sobrenatural na Revelação.

A Santidade que não é martírio é, aos seus olhos, uma impotência da carne, uma cobardia do corpo perante as exigências da vida.

Para o demonstrar, basta-me citar o que ele escreve de Santa Catarina: «É a minha Santa predilecta. Amo-a pelo seu aspecto purpúreo. No jardim do conhecimento de si mesma, é como uma rosa de fogo.» E mais longe prossegue:

«O que torna o seu livro precioso, é a abundância de sangue que por ele circula, jorra e brilha continuamente, como sobre um altar de sacrifícios nos dias das grandes imolações. Parece que esta dominicana só tem do mundo uma noção ensanguentada. Vê tudo através de um véu de sangue ardentíssimo.»

«A recordação encheu-se de sangue», diz: «Encontrarei o sangue e as criaturas, beberei o seu amor e o seu afecto no sangue.»

«Afogai-vos no sangue» exclama, «banhai-vos de sangue, saciai-vos de sangue, bebei sangue, vesti-vos de sangue, alegrai-vos no sangue, entristecei-vos no sangue, crescei e fortificai-vos no sangue!»

Ela conhece todo o preço do doce e terrível licor, porque o vê não só no cálix, mas brotar nas veias dos homens; ela, que se sente presa no torvelinho da vida, ela que leva o seu véu no meio do estremecimento dos ódios atrozes e das paixões violentas com que se embeleza o seu século.»

É provável, portanto, que D'Annunzio sentisse idêntica emoção perante a túnica sangrenta de um mártir imolado e a rubra capa esfarrapada de um toureiro colhido na arena...

Afinal, tudo é sangue e tudo é vermelho...

D'Annunzio, o poeta da soberania autocrática da carne, é pagão, não de um paganismo integral de ressuscitado que esteve sepultado em profundezas impermeáveis. Não o tocou uma gota de sangue dos mártires do Coliseu, não ouviu uma sílaba das orações das catacumbas.

Permaneceu surdo á voz subtil dos teólogos e dos moralistas, à razão ordenadora dos escolásticos, ao oceânico cantochão dos claustros, aos anseios veementes dos místicos, às angústias interrogadoras dos herejes, ao crepitar trágico das fogueiras da Inquisição, aos soluços dos pecadores arrendidos.

Por isso há, como disse, muitos vocábulos que faltam no seu portentoso vocabulário. Não combate o cristão porque quase o ignora — despreza o bárbaro. Há, reconheço-o, certas páginas que parecem desmentir-me. Não nos enredemos em aparências, nem assentemos juízos sobre exterioridades. E não esqueçamos que as excepções não fazem as regras...

Nos resíduos dos incêndios dos romances d'annunzianos, nos escom-

bros dos dramas do Imaginífico quase não há esquirolas carbonizadas da Cruz da Redenção.

Não pode, porém, acusar-se D'Annunzio de ser um paganizado, porque a primeira fase da sua metamorfose não foi cristã. D'Annunzio não trocou a Catedral pela Acrópole, o Gólgota pelo Olimpo. Esta circunstância atenuante não protegeu a sua obra da condenação da Congregação do *Index*, nem a imunizou da condenação do Santo Ofício.

Sobre ela uma voz clamou, tonitroante como a de Jeovah desobedecido: — *Anathema sit!* A agnose moral de D'Annunzio não foi um resultado, teve a actividade inicial das causas e não apenas a passividade final dos efeitos. Está no fundo e não somente na forma. Entre o D'Annunzio homem e o D'Annunzio artista não há disparidade.

A sua obra e a sua vida são igualmente amorais. Uma e outra apresentam as mesmas características. As atitudes do poeta não divergem das atitudes do homem, nem no fundo, nem na forma. Este facto dá ao fenómeno literário Gabriele D'Annunzio um excepcional relevo.

A agnose moral influiu na cotação atribuída por D'Annunzio aos valores espirituais, alterando a posição de cada um na respectiva escala.

Assim, a Beleza desvendou-lhe fisionomias medularmente diversas daquelas que é dado contemplar aos que permanecem dentro do horizonte ético limitado pelos pontos cardiais dos princípios da nossa cultura.

D'Annunzio arrebatou-se, portanto, em outros êxtases e, sob a incandescência da sua emoção lírica, revela-nos que a seiva nutridora da sua inspiração brotara de outras fontes, irrompendo caudalosa de misteriosas e remotas nascentes.

A Pátria, para o épico poeta-herói, não é uma abstracção. É, pelo contrário, uma concretização excessiva, tornada material. Não é a terra, não é a família, não é a continuidade expressa pelas palavras Avô, Pai, Filho, Neto. Não é o túmulo, o Templo, a casa e o Berço. Não é o sacrifício dos seus heróis, é o seu orgulho; não é a fé dos conquistadores, é a sua ambição; não é o espírito dos seus poetas, é a beleza por assim dizer material dos seus versos; não é o significado espiritual dos seus monumentos, é a materialização realizada e palpável das formas belas.

Em resumo, não é o Espírito, é a Matéria — é o corpo, a carne magnífica da Pátria. Assim o seu patriotismo toma o aspecto de paixão sensual e a sua expressão tem por vezes o sabor citrino do ciúme.

E a tradição? Que é para o espírito d'annunziano a herança legada colectivamente pelos antepassados? Ei-lo:

«Oh! Beleza do mundo! não são só para ti os meus elogios, mas

também para os meus antepassados, para aqueles que te souberam gozar nos séculos remotos e que me transmitiram o seu fervente e rico sangue. Louvados sejam agora e sempre pelas belas feridas que produziram, pelos belos incêndios que causaram, pelos belos copos que esvasiaram, pelos belos cavalos que montaram, pelas belas mulheres que gozaram: por todos os seus estragos, embriagamentos, magnificências e luxúrias, sejam louvados: porque assim me formaram estes sentidos nos quais te podes ver e profundamente mirar oh! Beleza do Mundo! como em cinco vastos e profundos mares!»

Não posso alongar-me mais. Há já muito que devia ter posto um ponto final. O tríptico está esboçado, estão traçadas as grandes linhas parciais da vida, da obra e da evolução do Imaginífico.

Acompanhámo-lo na sua ascensão até que a sua alta e fulgurante trajetória começou a declinar. O ocaso do Poeta devia, porém, ser digno da sua auréola e da sua lenda, sobrecarregada pela imaginação de muitos, maculada pela inveja de outros que lhe acrescentaram, como ao sol, mais manchas do que as que poderia ter. Ele escondeu-a dignamente na suntuosidade simbólica do Vittoriale, junto do lago de Garda, onde por toda a parte estavam espalhadas as marcas profundas do seu espírito, da sua personalidade e da sua imaginação. Aí se curvou definitivamente aquela cabeça calva; aí se imobilizou o buril gasto daquele magnífico «operário da palavra» — o Imaginífico Gabriele D'Annunzio.

«Aqui — escreveu ele — viverei até ao fim dos séculos». Portanto, ali anoiteceu o seu longo poente, o lento bruxulear da sua luz, irreparavelmente esgotada. Ali adormeceu a sua sensibilidade desde há muito sonolenta e quebrou a última corda já lassa da sua lira de ouro que o sopro do tempo embaciara e desafinara há muito.

No Vittoriale, caiu o seu corpo bruscamente abandonado pelo espírito renascentista que nele reencarnou por vontade e desígnio de um alto, poderoso, generoso, opulento e misterioso Destino: num *décor* digno dele e do seu halo luminoso, da sua obra e do seu passado; num ambiente fecundado pelos seus dons de pródigo animador de símbolos, posto à altura da sua imaginação e ao nível das imagens do seu estilo.

Caiu como uma estátua na solidão de um parque quase abandonado, caiu como um deus no isolamento do seu último templo.

«Prope Castellum de Vimarames»

XXVI — V — MCMXLIII.

FRANCISCO MARTINS DA COSTA (ALDÃO).

“Que monarquia querem”?

A esta pergunta peregrina queremos responder lealmente aos nossos adversários políticos, dizendo-lhes, como honradamente nos compete afirmar-lhes, que sòmente conhecemos uma Monarquia. A Monarquia não sofre desvio na inteligência da sua Instituição perfeita porque a sua doutrina assenta, ao mesmo tempo, na tradição e no progresso de cada Povo e fundada nas leis da Família ela vigora como libertadora do Homem, pelos privilégios da sua grandeza integral e reconhecimento das suas virtudes ancestrais.

Agora, a dentro da Monarquia é que esta, orientada no bem do comum e servida na salvaguarda do interesse e da honra nacional, até mesmo pela maleabilidade própria da sua duração de continuidade, ajustando-se nos momentos presentes já na prevenção do futuro dos povos, pode identificar-se com as suas razões de *certeza* para resolver as situações económicas ou sociais que por mais difíceis se lhe antolham a cada momento. Aqui está até porque a Monarquia é sempre o sistema político escolhido para governar os povos nas suas circunstâncias mais duvidosas ou nas suas horas de mais incertezas.

Por isso mesmo a Monarquia não receia de confiar nos homens todos os seus privilégios, todas as garantias da sua liberdade, porque tributando ao homem os seus valores morais reconhece na intangibilidade da sua pessoa todas as qualidades naturais próprias da Instituição.

A Monarquia sabe que enaltecendo o Homem engrandece a Nação e nesta *certeza* afirma a *permanência* da dinastia para além do reinado do monarca. A Monarquia vale pela Instituição e por isso nunca deixa de ganhar para o Homem todas as suas liberdades e mais privilégios.

A Monarquia vive para se fortalecer enraizada nas amizades do Povo, porque o Príncipe, entre os mais homens, escolhe sempre ao povo, com quem quer sentir-se como em família e trabalhar nele com a fala simples subida do coração ao coração e a prender homens pela sua simpatia humana.

A Monarquia Portuguesa foi sempre hereditária, católica, tradicional, orgânica, *popular* como representativa das suas gentes. Tendo a *unidade*



S. S. M. M. NO BRASIL. No dia 2 de Dezembro S. S. M. M. visitaram as oficinas da *Tribuna de Petropolis*, onde, na companhia da Princesa Senhora D. Esperanza, do Principe Dom Pedro e do Dr. Guilherme Auler, assistiram ao trabalho de uma linotipo



NA •TRIBUNA DE PETROPOLIS•. A partir da esquerda: o Senhor Dom Duarte, a Princesa Dona Esperanza, o Príncipe Dom Pedro, a Senhora D. Maria Francisca e o Dr. Guilherme Auler

no poder pessoal do Rei, porque servida pelo Rei no governo do comum e mantida nas responsabilidades únicas da tarefa (os ministros passam, o Rei fica e também por isso se diz que o Rei governa, mas não administra), obedece sempre na sua base àquela pluralidade de vontades existentes entre os nossos Reis e as suas gentes, ouvindo-as nas Côrtes Gerais em todos os negócios importantes para o destino dos povos, como declaração de guerra, alienação de território, agravamento de impostos, nos casos graves da vida da Nação...

A vontade dos povos é respeitada, porque, mais do que acatada, esta vontade encerra a virtude de norma que estrangula do capricho do governante quaisquer veleidades de mando individual, impossibilitando-o contra possíveis despotismos e saudando-o na independência livre própria da arte de governar povos em Família.

A pergunta sorrateiramente feita e à falsa fé, sobre se queremos o antigo constitucionalismo liberal, ou se preferimos antes a Monarquia das ordens (neste ponto foge-lhes a língua para a maior maldade e insinua logo o absolutismo, coisa que, como o feudalismo, valha a verdade, eles sabem nunca ter existido em Portugal, até porque devido à constituição social da nossa Monarquia tradicional este regime assenta no reconhecimento das legítimas liberdades, a Monarquia fundada na Família cristã), temos a confessar-lhes que nem uma coisa, nem outra, porque a vida de hoje não corre nem se compadece com as condições de vida do século passado, concorrendo nas suas necessidades e na inteligência dos princípios para uma tarefa comum ainda mais apertada nos seus laços familiares do que a de antigamente. Nesse tempo o problema era essencialmente político e religioso; actualmente também o é na ordem social e económica e a Monarquia é o único regime em que não domina a paixão do político por estar arredado de si este problema.

A arte de reger os povos tem de afirmar-se na certeza das famílias, reconhecendo no homem toda a sua nobre grandeza de livre. A Monarquia sòmente pode resolver os problemas presentes (e é o único sistema que os pode resolver a bem de todos!) quando estruturada nos mesmos fundamentos tradicionais da nossa passada dinastia; unidade de poder na coroa e o consenso das gentes manifestando livremente as suas vontades num ajustamento político coadjuvante da solução das questões económico-sociais de nossos dias, de harmonia e na condição da verdadeira justiça social igualmente distribuída sem privilégio de classes.

Portanto Monarquia social. E Monarquia social (social, mas não socialista), na medida em que resolve os aturados problemas sociais e

económicos de nossos dias, olhando o Trabalho para protegê-lo no enaltecimento do homem e como seu conjunto nobilitador, sua riqueza natural e base de toda a propriedade legítima, aproveitando o capital como riqueza acessória que serve para corrigir as desigualdades humanas e, nesta ordem, veículo coadjutor do Trabalho e como seu engrandecedor de méritos e nobrezas. Ainda Monarquia social, quando se atribui com o dever de assistir igualmente a todos os povos e sem preferências de favor, repartindo o pão na inteligência dessa forte amizade vivida entre o Rei e o Povo; a assistência e a educação olhados como direito natural de todo o homem socialmente delas carecido, e não prestadas pelo Estado ao homem na qualidade de esmola ou de benesse. Assim, a assistência do Estado é dever do ofício de reinar (as Misericórdias, Hospícios e Hospitais, recordam-nos esta obrigação régia), nunca a esmola ativa de senhor e amo para humilhação do servo; essa esmola que avilta mais do que ajuda, mas é norma no Estado burguês, quer naqueles que se afirmam pelo policiamento despótico no homem, quer naqueles que, pelo seu individualismo exagerado, é uso apelidarem-se de capitalistas.

Mas também Monarquia Popular, enquanto Rei e Povo se assistem na mais duradoura e estável comunhão de amizades; o Rei apoiando-se no Povo, para assim evitar com o seu braço o despotismo das aristocracias de sangue e enfraquecer todas as naturais e humanas tendências do homem de querer reinar de vontade própria; o Povo, de seu lado, amparando-se no Rei contra as prepotências dos nobres e dos políticos, nomeando o Rei como o seu mais valioso aliado nas suas lutas de fraco contra os fortes.

Monarquia onde os homens tenham, em posse, todos os seus reais e valiosos merecimentos de homens livres, onde guardem como relíquia a sua majestade de «pessoa» e isto para que saibam bem cumprir perante a Nação, nobilitando-se nas suas liberdades, com os seus múltiplos deveres de família e de nacionalidade.

Queremos a Monarquia municipalista e descentralizadora, assente nos foros e imunidades populares e respeitadora no homem de todas as suas mais legítimas liberdades e franquias.

FERNANDO DE AGUIAR.



CONFISSÃO E DEFESA DO ROMANCISTA,
por *Joaquim Paço d'Arcos*. Parce-
ria A. M. Pereira, 1946. 126 págs.

Que nos lembre, só em nossos dias os romancistas se viram obrigados a descer à liça em defesa da sua arte e da sua profissão, explicando as determinantes desta e justificando-se de ataques, feitos tantas vezes por quem não possui a noção mais elementar do que seja romance e do que venha a ser a crítica. No passado século, em que a arte do romance atingiu alturas até hoje ainda não ultrapassadas, só um romancista se atreveu a abandonar o campo da arte pura para enveredar pelo da doutrinação: Zola com o seu *Roman expérimental*.

É certo que alguns romancistas fizeram, por vezes, doutrina, acidentalmente porém, em prefácios, em simples artigos de jornal ou de revista, em cartas particulares e até no próprio corpo dos seus romances, pela boca de um ou outro personagem responsável.

Só o século xx, porém, viu os cultores do romantismo entrarem decididamente no campo da luta doutrinária, explicando, expondo e corrigindo, descendo das altas regiões da arte pura, forçados pela incom-

preensão das multidões ou, o que é pior, pelo pedantismo da crítica.

Não nos admira, pois, que J. P. d'A. tivesse de, por duas vezes e em público, expor as suas ideias acerca do romance, explicar a génese das suas obras e corrigir certos reparos da crítica leviana, feita, como quase toda a crítica em Portugal, sobre o joelho, entre duas fumaças de cigarro e por entre o ruído intermitente de conversas ou da chalaça em que o português se compraz. Foram esses dois depoimentos públicos — *O Romance e o Romancista*, proferido em 1943 no Círculo Eça de Queirós, e a *Confissão e defesa do Romancista*, lida no C. A. D. C., de Coimbra, em 1945 — que o Autor ilustre de *Ana Paula* e de *O Ausente* reuniu em volume, para que os que não tiveram o prazer de o ouvir sintam agora o de o ler e melhor compreender.

J. P. d'A., tem ideias muito pessoais — sensatas, acrescentemos desde já — acerca do romance. Ele não parte, como os realistas e, sobretudo, os naturalistas partiam de uma dada tese preconcebida, à volta da qual gira toda a acção do romance. O papel do romancista não deve ser adaptar a vida aos seus preconceitos, mas adaptar estes àquela. Ele cria o seu mundo, é certo,

Nesta secção só serão feitas referências aos livros de que nos sejam enviados dois exemplares

mas esse mundo tem de ser verosímil, embora muitas vezes não seja verdadeiro. É o velho e conhecido preceito de Boileau, que, digam o que disserem, há-de ser sempre o orientador dos que quiserem fazer arte e não mera especulação.

Evidentemente que é a arte do romancista que há-de soldar esses dois todos: o que é filho da concepção do autor e o que a vida lhe oferece todos os dias. « Toda a volúpia da arte do romancista — explica P. d'A. — está nesse domínio da realidade, subjugada pela imaginação do artista » (página 41).

Ora a arte só se aprende nos seus pormenores. Os lineamentos gerais *nascem* com o indivíduo; são um dom natural como a vocação. Nunca a arte do romance poderá ser ensinada dogmáticamente como o bom do Castilho entendia que podia ensinar-se... a fazer versos. « O romancista — continua ainda P. d'A. — tem de ser um autodidacta porque só a vida lhe ensinará o que os compêndios não trazem nem os mestres transmitem, e é a essência, a essência rica e dolorosa da sua arte! » (página 50). E mais adiante:

« O romancista lucra com a leitura de alguns bons romances; lucra, contudo, mais ainda com a meditação sobre a vida em redor, com a compreensão dilatada dos paroxismos do mundo » (pág. 51). Eis por que a « intuição psicológica é o primeiro dom do romancista » (pág. 52).

E, sem pedantescamente percorrer a vasta galeria dos romances universais, J. P. d'A., modestamente, limita-se a esclarecer os seus pontos de vista e opiniões com a sua própria obra, mostrando-nos assim a coerência entre as suas ideias e os seus actos, coerência que nem sempre existiu na obra de alguns autores famosos.

Todavia, os nossos dias viram o desabrochar de uma nova concepção da arte do romance, profundamente revolucionária, no próprio sentido corrente do termo: a do romance doutrinário e social.

Zola foi o patriarca destes novos romancistas, que, no entanto, se limitam a copiar superficialmente o poderoso escritor, autor de algumas páginas de verdadeira epopeia em prosa como não encontramos em mais nenhum. É que o francês, em que a imaginação era escassa, procurava erguer primeiro documentalmente toda a obra antes de se abalçar ao trabalho de redacção; os romancistas de hoje procedem por forma muito diferente, pelo que nos seus romances nem encontramos a vida, nem a verosimilhança, mas simplesmente um libelo contra a sociedade, contra este ou aquele credo político ou religioso, contra as classes elevadas de sociedade.

Há quem entenda que ao romancista compete o papel de polícia de costumes ou de doutrinador político, religioso ou social, esquecido de que a Arte deve estar muito acima de tudo isso sob pena de se prostituir. É por isso que, nos nossos tempos dinâmicos, em que, apesar da vitória, sobrevive em toda a sua pujança o espírito *totalitário*, « o artista, para ser fiel a si próprio, é sempre, forçosamente, um isolado » (pág. 60). O vulgo, quando se debruça sobre as páginas de um romance, quer ali encontrar a defesa, hábilmente tecida, dos seus preconceitos e das suas opiniões, não perdoando que o autor se detivesse mais tempo no estudo de uma alma e das reacções que a vida nela provoca, do que na exposição entusiástica de determinado credo político ou preconceito social.

Isto leva-nos directamente ao problema da moralidade nos romances, assunto por demais debatido, mas ainda hoje melindroso, por não haver unanimidade de vistas a este respeito. Recordemos que o grande Flaubert foi levado à barra de um Tribunal pela « imoralidade » de certas cenas da *Madame Bovary* (nos tempos do Segundo Império era muito curiosa a concepção da « moral... »). E o ilustre Zola, nem com as páginas formidáveis do *Germinál* e da *Débâcle* conseguiu que a Academia Fran-

cesa lhe abra as portas, por o considerar autor imoral. O nosso Eça, por exemplo, ainda hoje é atacado pela «imoralidade» d'*O Crime do Padre Amaro*, d'*O Primo Basílio* e d'*Os Maias*.

Talvez a maioria dos críticos tenha acerca do romance, da sua missão e da arte ideias muito parecidas com as dos variados autores de «romances brancos» para meninas casadoiras... O facto é que J. P. d'A. foi também acusado de imoral por haver escrito certas páginas d'*O Diário dum Emigrante* e da *Ansiedade*. Não é para aqui o nosso depoimento pessoal, sobretudo porque o reservamos para o prometido estudo sobre a obra de J. P. d'A. Não nos furtaremos, porém, a dizer que só podemos considerar «imoral» o autor que *deliberadamente* especula com os aspectos inferiores da vida, tal como aqueles a quem Camilo acusava de escreverem nas capas dos seus livros — «romance realista» — para que o público, ávido de escândalos, corresse a comprá-los e a saboreá-los. A vida tem aspectos nobres, elevados, de alta espiritualidade; oferece-nos as figuras etéreas de uma Átala, de uma Coseta, de uma Pamela, de uma Carlota, de um «Lírio do vale», as figuras nobilíssimas de um João Valjean, de um Ivanhoe, de um P.^e d'Aubry, de um tio Goriot; mas também nos oferece uma Teresa Raquin, um Thénardier, um Basílio, um Amaro, um Lovelace, um Macário.

Velar o mal com o «manto diáfano da fantasia» só nas obras de arte pura, para simples deleite do que as escreve. O romancista tem que aceitar aquilo que a vida lhe oferece, embora o seu dedo de artista o modifique na medida em que tal for necessário para servir a arte. Daí, porém, a falseá-lo por motivos de «moralidade» vai um abismo.

Não esqueçamos que a *Bíblia* tem passos de cruza tal que não se atreveriam hoje a reproduzir os romancistas menos preocupados com a moral. E percorrendo as páginas da vida de alguns dos maiores San-

tos, ver-nos-emos obrigados a entrar em contacto com abjecções que nos parecem ainda hoje repugnantes.

Resta ao Autor a explicação das razões de uma grande limitação à expansão do romance português: a língua. Acrescentemos que além da língua há ainda o limitado do horizonte em que se movem os personagens e se travam os conflitos dos nossos romances deste século. Enquanto os nossos romancistas se limitarem simplesmente ao «regional», que não tem interesse para além da fronteira, não pode pensar-se em romance português de interesse universal. E ainda que um autor ponha de parte «todo o convencionalismo indígena, dos cenários obrigatórios da planície alentejana, das serranias da Beira, do solar do Douro ou da aldeia do Minho», ainda que fique «a sós com as suas personagens, com as suas angústias e as equações psicológicas destas, mesmo assim, raramente consegue atirar para além fronteiras a mensagem de que é portador» porque «em meios mais vastos há problemas mais vastos, porque em cidades maiores há gritos mais lancinantes e porque o escritor, expoente de uma cultura dependente da cultura alheia, não pode saltar o banco do discípulo para a cátedra do mestre sem primeiro quebrar, num repêlo de génio, tudo o que o amarra à mediocridade que o circunda» (pág. 28).

De facto, Portugal não ocupa hoje no Mundo o lugar primacial que ocupou no fim do século XV e em quase todo o século XVI. Outros povos o ultrapassaram, outros meios se desenvolveram, cá dentro deu-se o colapso de 1580 e o retrocesso do século XVIII, e nós ficámos isolados e inertes enquanto o Mundo avançava. Ainda hoje não acertamos o passo com os outros povos adiantados na marcha da civilização. Isto explica o interesse limitado do nosso romance, que nem mesmo no Brasil encontra largo campo de expansão.

Eis a síntese da primeira conferência de J. P. d'A.

Na segunda conferência há um depoimento muito mais pessoal, porque íntimo. J. P. d'A. historia a sua carreira de romancista, explica em síntese qual foi o processo que entendeu dever adoptar para cada um dos seus romances, defende-os contra acusações insubsistentes, e, de repente, quando procura indagar das razões que levaram um autor a guardar para si o que o pudor o impede de dar ao seu público, oferece-nos três poesias suas, da mais pura inspiração, perpassadas de uma melancolia nostálgica, aliciante, para nos revelar que enquanto o escritor comunica com o seu público, através das páginas dos seus livros, algo há de mais íntimo que ele guarda só para si, ciosamente: a sua alma e o seu coração.

J. P. d'A. oferece nesta conferência aos seus futuros biógrafos e críticos algo do seu próprio *eu*, esse «eu» que em tantos escritores se mostra tão esquivo e por vezes inacessível, preocupados como eles se mostram em aparecer apenas «em beleza».

Trabalho de serena objectividade, depoimento sincero e valioso sobre o que um ilustre escritor pensa da sua arte, é o primeiro da sua espécie a procurar abrir um caminho até aqui fechado, principalmente por culpa da nossa decidida negação para a crítica e para análise introspectiva.

Fazemos votos por que não venha no futuro a constituir espécie única em a literatura portuguesa.



DONA DONZELA SENHORINHA, por Fausto José (poemeto). Imprensa Portuguesa, 1946. 103 págs.

O Autor de *Embalo*, a que oportunamente nos referimos neste lugar, dá-nos um poemeto de sentidas estrofes cheias de humanidade, de candura e de ternura que biografam essa «Dona Donzela Senhorinha»

que «É simplesmente uma menina...»

Sensível, boa, como tantas
Das que há por esse Portugal,
Amou... e um dia teve um sonho...
E ao sonho foi sempre leal.

Poderão alguns chamar-lhe poema «burguês», termo rebarbativo que, desde Flaubert, serve simplesmente para substituir o adjectivo «grosseiro», «ignaro», «bárbaro». Mas entendemos que já soou a hora da sua reabilitação (têm-se feito tantas nos últimos anos e com muito menos justiça!) restituindo-o à sua pureza primitiva. E assim, o poemeto de F. J. considerámo-lo «burguês» por cantar uma vida que consubstanciou em si o ideal burguês da tranquilidade, do sentimentalismo, da ternura e da esperança irrealizável de mais altos ideais que fazem de Dona Donzela Senhorinha uma figura cheia de encanto e de beleza. Nisto está o maior elogio do encantador livrinho.



SUA MAJESTADE A MORTE, por Armando Tavares. Livraria Figueirinhas. Porto, 1946. 219 págs.

Pretendeu, talvez, o Autor deste livro dele fazer uma Filosofia da Morte, ilustrada com casos concretos que por ela lhe foram contados por ocasião de grave doença em que a teve a seu lado. São uma dúzia ou pouco mais de histórias estranhas, em que perpassa o sopro da morte e em que ela, pela pena do Autor, procura justificar-se dos apodos com que é costume miinoseá-la nas várias espécies de literatura.

Querendo dar-nos o «estilo» literário da Morte, o sr. A. T. apenas conseguiu dar-nos algumas páginas de artificialismo estilístico, com pouca originalidade e sem re-

levo, agravadas ainda por certo pessimismo amargo que não constitui, por certo, o maior atractivo da obra.



THE DEVELOPMENT OF ENGLISH PROSE BETWEEN 1918 AND 1939, por *E. M. Forster*. Glasgow. Glasgow University Publications, 1945. 23 págs.

Este pequeno opúsculo é o texto da conferência realizada pelo Autor em 27 de Abril de 1944 na velha Universidade de Glasgow, no ciclo de conferências dedicadas à memória de W. P. Ker e nela passa em revista, como se depreende do título, a evolução dos prosadores ingleses entre as duas guerras mundiais.

Referindo-se de entrada à inquietação e ansiedade de escritores como Strachey, Joyce ou Virgínia Woolf, o Autor assinala que «Madame de Sevigné, escrevendo cartas durante as guerras do fim do século XVII, podia sentir-se tranquila» e que «Jane Austen, escrevendo romances durante as guerras napoleónicas, podia sentir-se tranquila» pois «essas guerras não foram totais», ao passo que «ninguém pode escrever durante ou entre as nossas guerras e escapar à sua influência», motivo por que a prosa inglesa daquele período «é produto de pessoas que têm a guerra no espírito». Estes passos resumem bem o pensamento do Autor.



TENDÊNCIAS PSICOLÓGICAS E MORAIS DA MOCIDADE ESCOLAR, por *José de Paiva Boléo*. Lisboa, 1945. 58 págs.

Há alguns anos o distinto Autor deste opúsculo, médico escolar do Liceu Gil Vi-

cente, efectuou um inquérito de que nos fornece uma espécie nesta obrzinha. O resultado foi o presente trabalho, cujas judiciosas opiniões são dignas da maior ponderação, quer da parte dos professores em geral, quer, sobretudo, da parte dos pais e encarregados de educação em especial.

O problema da educação está, realmente, a ser mal posto por parte de muitas pessoas com responsabilidades na educação de jovens dos dois sexos que vêem tantas vezes a sua carreira cortada e um futuro promissor completamente destruído pela incompreensão dos pais ou de quem os substitui na grave missão de formar a alma e o carácter dos jovens. Lendo algumas das respostas (anónimas, evidentemente) ao inquérito do sr. dr. J. de P. B. melhor se compreenderá o que acabamos de afirmar.

O livrinho do distinto médico escolar de Lisboa merece leitura cuidada dos pais e dos encarregados de educação pelas perspectivas novas que abre à sua frente, e demonstra com toda a evidência que cada vez se torna mais necessária, e impõe até a colaboração dos pais e dos encarregados de educação com os médicos escolares e com os mestres, pois só dessa forma poderemos ter a certeza de que a mocidade de Portugal será *de facto* educada. O lamentável abandono a que muitos pais votam os filhos, a partir, sobretudo, da idade crítica da puberdade é, quase sempre, o responsável dos erros desses jovens, que se vêem privados de guias e de orientadores exactamente quando mais necessários eles se tornam.

Creemos bem, por isso, que não seria desaconselhável que os médicos escolares — que, mais do que quaisquer outros médicos, são também educadores — chamassem com mais frequência a atenção dos pais para problema tão importante como este, e que se prenda, antes de qualquer outro, aos destinos da nossa Pátria.

O REI DOS REIS, *seguido de MENSAGEM AO MUNDO LUSTADA*, por *Plínio Salgado*. Edição «Pro Domo». Lisboa, 1945. 230 págs.

A EMANCIPAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DOS OPERÁRIOS E DOS TRABALHADORES DO CAMPO, por *Francisco Manso Preto Cruz*. Lisboa, 1946.

Exilado do seu país natal, o Autor desta obra fez de Portugal a sua segunda pátria, aqui tendo publicado já algumas obras, de que esta é um dos mais sentidos exemplares. Constituem-na dois ensaios de carácter principalmente religioso, e nos quais o Autor pretende «chamar a atenção dos Portugueses para aquelas Verdades superiores e imutáveis que desde o início comandaram a vida da Nação, lhe deram unidade e finalidade, lhe modelaram a personalidade espiritual e histórica», como na «Apresentação» escreve João Ameal.

De facto, nestes ensaios, P. S. passa em revista os tempos de hoje, a profunda inquietação espiritual que os caracteriza, os males de que enferma, e preconiza o remédio para esses males no regresso a Cristo e à sua Palavra.

Divide o Autor os seus ensaios em dois grupos: *O Rei dos Reis*, conferência pronunciada em Lisboa, no teatro S. Luís, e na qual conclui que o problema que preocupa o Mundo é espiritual, pelo que a única solução admissível se encontra na religião cristã; e *Mensagem ao Mundo Lustada*, em que passa em revista as vicissitudes do culto da Virgem em Portugal e no Brasil, a sua influência na civilização dos dois países, terminando por uma sentida invocação à Virgem, em que transparece o seu profundo sentimento religioso, o que poderíamos chamar o seu sentido místico da vida. Este segundo ensaio foi, em forma de conferência, pronunciado em Viseu por ocasião das comemorações centenárias da Diocese.

ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA.

A guerra veio pôr em primeiro plano a solução do problema económico-social.

Por toda a parte se procura criar um melhor ambiente para os trabalhadores, de maneira a libertá-los do Colectivismo Marxista que ameaça os homens e os povos.

Os exemplos que se sucedem são bem claros para que possam ainda subsistir dúvidas sobre os fins do comunismo, o qual procura estrangular a Europa, faminta e quase toda em ruínas, para implantar a sua doutrina nefasta e de perdição.

Sentindo esse perigo escreveu o dr. Manso Preto esta «Cartilha» da boa doutrina em que demonstra que a Emancipação Económica pode e deve ser feita dentro do Corporatismo Tradicional Português.

Depois de analisar as soluções que se apresentam: — o *Colectivismo marxista*, o *capitalismo* e o *socialismo* — o A. salienta a ascendência sobre todas elas, do *corporativismo português* na organização sólida do bem comum.

Na verdade, como o A. afirma, «temos a matéria-prima nos costumes e nas leis, garantida por 800 anos de História Pátria para, num gesto de inteligência e de patriotismo, arrumar a nossa casa».

Tratando da *política nacional* o A. aponta os vícios e os erros da república, a campanha que levou à tragédia de 1 de Fevereiro e põe em confronto a *liberdade monárquica* com a que se seguiu a 5 de Outubro de 1910.

Consagra um capítulo às *Verdades Históricas e Políticas* para demonstrar a falência da República e as virtudes dos Príncipes, e estabelece um questionário sobre *República ou Monarquia*, aberto a todos os portugueses que estão ao serviço do interesse nacional, concluindo o seu trabalho com a

carta de Paiva Couceiro dirigida ao Visconde do Torrão, em Março de 1943, acerca da *Nobreza e a Fidalguia na Monarquia*.

É trabalho que merece larga divulgação, se bem que tenhamos algumas discordâncias a opor-lhe.

Por vezes o A., embora na melhor das intenções, fala em «exemplar Democracia». Ora a democracia, como já o proclamou António Sardinha, «é a mediocridade, é a vitória do número, é a confusão de classes, o regresso às origens». Não confundamos, pois.

À parte este reparo, bom é que esta «Cartilha» ande nas mãos dos nossos trabalhadores e operários para os esclarecer devidamente e levá-los à compreensão dos seus deveres de portugueses, nesta hora de inquietude que perturba a Humanidade.



EXALTAÇÃO (poema), por José Trêpa.
Lello & Irmão — Porto, 1946.

Esta guerra que ensanguentou e arruinou a Europa e ainda hoje é preocupação do Mundo, deu largas à sensibilidade artística dos nossos poetas.

Aqui temos José Trêpa, poeta admirável da *Pátria Eleita* e *Visões sádias*, colocado ao lado de um dos beligerantes com esta *Exaltação* consagrada a Churchill sem, no entanto, como esclarece, querer «atingir malévola-mente as pátrias de Goethe e de Petrarca».

É este Poema prefaciado por A. C. Hawkins que tributa o seu preito de gratidão a José Trêpa.

Justo preito, merecido preito, sem dúvida.

O A. é um poeta que muito estimamos e admiramos. E se gostamos mais de o ver a exaltar o que é nosso, o que constitui esforço dos nossos heróis e virtudes da nossa Raça, não podemos deixar de o admirar, também, neste poema urdido numa combinação

métrica de verso dissilábico e verso alexandrino.

Assim quis J. T. «moldar os motivos com mais plasticidade», o que, em verdade, não conseguiu, já pela altissonância banal do verso, já pela retórica trivial que lhe tira grandiosidade, embora, de certo modo, reagindo contra inovações que hoje estão a constituir moeda corrente. Para J. T. — e para nós também — «A Poesia não precisa de alterar os seus metros, como a Música não alterou a escala das suas notas para se exteriorizar com largueza em todos os géneros que abraça.»

Por estas afirmações contidas em *Explicações necessárias*, se pode aquilatar da pureza de processos do A. de *Exaltação*. Pena é que a dura e antevista realidade tenha trazido tantas desilusões. Em verdade, com o decorrer dos tempos, as sombras avolumam-se e, sob elas, tanta ingénua esperança

partiu, como chegou, em súbito momento,
partiu como levada
ao colo pelo vento!



O SR. JORGE VERNEX E OS SEUS «BELJOS DE JUDAS», por Belarmino Pedro. Tip. Figueirense. Figueira da Foz, 1946.

Mal empregado o tempo desperdiçado num lamentável *lavar de roupa suja* que não aproveitará senão aos amadores de escândalos e aos profissionais da má língua.

Lembremo-nos que todos não somos de mais para produzir obra útil e que constituí, portanto, um mau serviço tudo quanto possa criar malquerenças ou divisões.

Eis o que se nos oferece dizer sobre estas 171 páginas que lemos pesarosos e que a amizade e leal camaradagem nos obriga a exteriorizar aqui, por dever de officio.

MANUEL ALVES DE OLIVEIRA.

ÍNDICE DO XXIII VOLUME

TEXTO :	PÁGS.
<i>Adiante</i> — Manuel Múrias	5
<i>A Casa da Madre de Deos</i> — Alfredo Pimenta	8
<i>A Alma amorosa de Catulo</i> — A. Saraiva de Carvalho	11 e 51
<i>Velharias Vimaranenses</i> (1847) — João Lopes de Faria 20, 57, 87, 114 . . . e	153
« <i>Gil Vicente</i> » em Angola	27
<i>Nossa Senhora da Conceição no culto português de Maria e da sua pureza</i> — Luís Chaves	33 e 72
<i>Tríptico d'annunziano</i> : — <i>a vida, a obra e a evolução do Imaginifico</i> — Fran- cisco Martins da Costa (Aldão)	42, 82, 109, 144 e 173
<i>Coelho da Rocha e Camilo Castelo Branco</i> — Alfredo Pimenta	65
<i>Uma religiosa portuguesa na Congregação das Irmãs do Santissimo Salvador</i>	81
<i>Algumas notas à margem do livro de Plínio Salgado</i> — Fernando de Aguiar . . . e	97 e 135
« <i>O Clube Micaelense</i> » — Bento Caldas	103
<i>Idéário</i> — Jorge Ramos	107
<i>O Relógio e a Célula</i> — Carlos Beça	113
<i>Ensaio de uma análise ao « Romanceiro » de Garrett</i> — António Simões Fer- reira	129 e 167
<i>A primeira descrição de Lisboa</i> — Georg Paulus	141
<i>Fidias</i> — Fernando de Aguiar	161
<i>O Tesouro da Virgem</i> — Jerónimo de Almeida	165
« <i>Que Monarquia querem</i> » ? — Fernando de Aguiar	180

Dos Livros & Dos Autores :

Adolfo Casais Monteiro — <i>Europa</i>	91
Alberto de Monsaraz — <i>Altura Solar</i>	28
Albino Rodrigues de Sousa — <i>Estudante Bargante</i>	128
Amorim de Carvalho — <i>Paz</i>	64
Armando Tavares — <i>Sua Majestade a Morte</i>	186
Belarmino Pedro — <i>O Sr. Jorge Vernex e os seus « Beijos de Judas »</i> . . .	189
Costa Brochado — <i>Afonso de Albuquerque</i>	121
Daniel Rops — <i>O Povo Bíblico</i>	96
E. M. Forster — <i>The Development of English Prose Between 1918 and</i> <i>1939</i>	187
Edgar Prestage — <i>Descobridores Portugueses</i>	121
Elisio de Vasconcelos — <i>A ternura que me deste</i>	63

	PÁGS.
Fausto José — <i>Dona Donzela Senhorinha</i>	186
Ferreira da Costa — <i>Pedra do Feitiço</i>	158
Ferro Rodrigues — <i>Noite sem estrelas</i>	95
Francisco Guerra (Dr.) e Raimundo Belo — <i>Igualdade</i>	91
Francisco Manso Prêto Cruz — <i>A emancipação económica e social dos operários e dos trabalhadores do campo</i>	188
Helena de Lichterfeld — <i>Alarme em Berlim.</i>	62
Henrique de Paiva Couceiro — <i>Profissão de Fé.</i>	31
João Ameal — <i>Europa e seus fantasmas</i>	90
João de Marchi (Padre) — <i>Titíri</i>	30
João Maria Ferreira — <i>Poemas da Natureza</i>	95
<i>Sonetos da Serra do Gerez.</i>	95
Joaquim Ferreira — <i>D. Francisco Manuel de Melo escreveu a «Arte de Furtar»</i>	126
Joaquim Paço d'Arcos — <i>Confissão e defesa do Romancista.</i>	183
Joaquim Roque — <i>Ainda «Roaz» ou «Ruaz»?</i>	31
José de Paiva Boléo — <i>Algumas razões com que se pretende justificar o aborto.</i>	31
<i>— Caridade e Assistência Social.</i>	159
<i>— Tendências psicológicas e morais da mocidade escolar.</i>	187
José Trepa — <i>Exaltação.</i>	189
Lord Elton — <i>Imperial Commonwealth.</i>	124
Maria de Freitas — <i>Contos</i>	30
<i>O «Fausto» de Marlowe</i>	94
Oliveira Cabral — <i>A Arte e a Máquina.</i>	156
<i>Os melhores contos franceses.</i>	29
Plínio Salgado — <i>O Rei dos Reis</i> seguido de <i>Mensagem ao Mundo Lusitana</i>	188
Reginald Moore e Woodrow Wyatt — <i>Stories of the Forties</i>	63
Robert F. Wearmouth — <i>Methodism and the Common People in the Eighteenth Century.</i>	93
William C. Atkinson — <i>British contributions to Portuguese and Brazilian Studies</i>	157
Registo de obras recebidas	32, 64, 96 e 128

Ilustrações :

Guimarães — Chafariz do Carmo.	16-A
Coimbra — Santa Cruz (chuva)	16-B
Nossa Senhora do Castelo (Alcobaça)	72-A
Santa Maria de Alcobaça	72-A
Virgem do Claustro (Alcobaça)	72-B
Nossa Senhora da Conceição (Alcobaça)	72-B

	PÁGS.
Plínio Salgado	101
Guimarães — Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira	144-A
Matosinhos — Sob a protecção do Padrão	144-B
S. S. M. M. no Brasil	180-A e 180-B

Índice dos Autores :

A. Saraiva de Carvalho	11 e 51
Alfredo Pimenta	8 e 65
António A. Dória	28, 62, 90, 121, 156 e 188
António Simões Ferreira	129 e 167
Bento Caldas	103
Carlos Beça	113
Fernando de Aguiar	97, 135, 161 e 180
Francisco Martins da Costa (Aldão)	42, 82, 109, 144 e 173
Georg Paulus	141
Jerónimo de Almeida	165
João Lopes de Faria	20 57, 87, 114 e 153
Jorge Ramos	107
Luís Chaves	33 e 72
Maltieira	16-A, 16-B, 72-A, 72-B, 144-A e 144-B
Manuel Alves de Oliveira	188
Manuel Múrias	5